

GRAMSCI E A DEMOCRACIA RADICAL: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE (AUTO)REGULADA

Douglas Ribeiro Barboza



GRAMSCI E A DEMOCRACIA RADICAL:

ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE
(AUTO)REGULADA

1ª Edição Eletrônica

Douglas Ribeiro Barboza

GRAMSCI E A DEMOCRACIA RADICAL:

ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE

(AUTO)REGULADA

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais

Navegando Publicações

2024



NAVEGANDO



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG,
Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações
Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena
Arte da Capa: Alberto Ponte Preta
Imagem capa: Orgosolo: Murales in via Gramsci - Carlo Pelagalli

Livro publicado com apoio da FAPERJ e distribuído gratuitamente.

Copyright © by autor, 2024.

B2349 – BARBOZA, Douglas Ribeiro. Gramsci e a democracia radical: elementos para a construção da sociedade (auto)regulada. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024.

ISBN: 978-65-6070-072-7

DOI -10.29388/978-65-6070-072-7

1. Gramsci 2. Democracia 3. Sociedade. I. Douglas Ribeiro Barboza. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 360

Índice para catálogo sistemático

Serviço Social

360

Lurdes Lucena – Esamc – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFITM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cilson César Fagiani – Uniube – Brasil
Dermeval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Livia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Caetano Parreira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valéria Lucília Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina.
Alcina Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonino Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Armando Martinez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Austria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schugurensky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nîmés / Univ. de la Réunion – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA.
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
José Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidade de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona – Universidad Nacional Autónoma de Honduras – Honduras
Michael Zeuske – Universität Zu Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto Gonzáles Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Ronny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Silvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba v Cuba – Cuba

Ya sé que lo más difícil va a ser encontrar la manera de contarlo, y no tengo miedo de repetirme. Va a ser difícil porque nadie sabe bien quién es el que verdaderamente está contando, si soy yo o eso que ha ocurrido, o lo que estoy viendo (nubes, y a veces una paloma) o si sencillamente cuento una verdad que es solamente mi verdad, y entonces no es la verdad salvo para mi estómago, para estas ganas de salir corriendo y acabar de alguna manera con esto, sea lo que fuere. Vamos a contarlo despacio, ya se irá viendo qué ocurre a medida que lo escribo. Si me sustituyen, si ya no sé qué decir, si se acaban las nubes y empieza alguna otra cosa (porque no puede ser que esto sea estar viendo continuamente nubes que pasan, y a veces una paloma), si algo de todo eso... Y después del «si», ¿qué voy a poner, cómo voy a clausurar correctamente la oración? Pero si empiezo a hacer preguntas no contaré nada; mejor contar, quizá contar sea como una respuesta, por lo menos para alguno que lo lea.

Julio Cortázar

À Luna e Maya,
Ao vê-las nascer, quis eu ser Neruda para poder confessar-lhes com o mais pleno sentido:
“E desde então, sou porque tu és
E desde então és
sou e somos...
E por amor
Serei... Serás... Seremos...”

SUMÁRIO

PREFÁCIO - Um combate à debilidade teórica, ideológica e política do tempo presente <i>Silene de Moraes Freire</i>	09
INTRODUÇÃO	16
1. A QUESTÃO DA LUTA “DEMOCRÁTICA” E DAS BASES PARA O NOVO PODER OPERÁRIO NAS REFLEXÕES PRÉ-CARCERÁRIAS.	29
1.1 - A importância do “autogoverno das massas operárias” para a construção da democracia socialista: a experiência italiana.	37
1.2 - O Partido Comunista como o partido de governo do proletariado (em sentido revolucionário) e de todas as classes oprimidas (em sentido democrático).	60
1.3 - Os dois lados da mesma moeda: fascismo e democracia como formas diversas da ação promovida pela classe burguesa contra o proletariado.	69
1.4 - O "Intermezzo democrático" e a configuração da questão da hegemonia como o problema central da estratégia gramsciana de transição para o socialismo.	92
2. A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO BLOCO HISTÓRICO E A NECESSIDADE DA EFETIVA DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER: OS APONTAMENTOS CARCERÁRIOS.	115
2.1 - A afirmação do vínculo orgânico e unidade dialética entre estrutura e superestrutura: a teoria social de Marx recuperada e traduzida como filosofia da práxis.	122
2.2 – O papel dos intelectuais e do "moderno príncipe" na construção de uma sociedade socialista efetivamente democrática.	148
3. A RELEVÂNCIA DO CONCEITO DE HEGEMONIA PARA UMA SIGNIFICAÇÃO MAIS REALISTA E CONCRETA DE DEMOCRACIA E O ADVENTO DE UMA "SOCIEDADE [AUTO]REGULADA”	181
3.1 - O crescente protagonismo dos movimentos populares no interior da “estrutura maciça das democracias modernas”: a expansão da sociedade civil e a ampliação do conceito de Estado	187
3.2 - O problema da estratégia de transição socialista na complexa cadeia de fortalezas e casamatas do Estado.	204

3.3 - A realização do valor democrático da função educativa e formativa do Estado a partir da sua superação pela “Sociedade [auto]regulada”: o “Estado ético” e os perigos da “estatolatria”.	222
4. A ASSOCIAÇÃO ENTRE SOCIALISMO E DEMOCRACIA NOS MARXISTAS DA ESCOLA GRAMSCIANA: BREVES NOTAS SOBRE AS LIÇÕES DE PALMIRO TOGLIATTI E PIETRO INGRAO.	243
4.1 - A articulação entre as massas em movimento e a conquista de experiências democráticas: o conceito de “democracia progressiva” em Palmiro Togliatti.	245
4.2 - A projeção permanente do movimento popular no Estado como via para a sua transformação: a “democracia de massas” de Pietro Ingrao.	255
4.3 - Os limites teóricos e políticos da “via democrática” para o socialismo consolidada pelas estratégias “eurocomunistas”.	261
REFERÊNCIAS	274

PREFÁCIO

Um combate à debilidade teórica, ideológica e política do tempo
presente

*“A indiferença é o peso morto da História”
(Antonio Gramsci)*

Não é difícil constatar que, nas últimas décadas, o marxismo sofreu grave refluxo de influência e prestígio. Isso pode ser notado seja em relação à classe trabalhadora, seja com relação aos espaços universitários, incluindo professores e estudantes. A reificação que invade todas as esferas da vida social favorece cotidianamente as apreensões fragmentadas, que ocultam a essência desses processos que se apresentam, em sua aparência reificada, como se fossem fenômenos naturais e absolutos. Em suma, na contemporaneidade a sociedade capitalista se caracteriza pela “fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, do desemprego estrutural e da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas da luta de classes”, como observou Chauí (2006, p. 33). Além do mais, a hegemonia atual sedimenta essa naturalização, em sua justificação da dinâmica capitalista. Tal constatação torna fundamental uma análise cuidadosa dos êxitos do incessante aprofundamento da ofensiva neoliberal que sem dúvida é uma empreitada de largo curso histórico do capital.

Ocultando a determinação histórica do saber, a divisão social das classes, a exploração econômica e a dominação política, as ideias se tornaram representações abstratas, chegando a um ponto que podemos considerá-las epistemicamente e eticamente paralisantes. Tudo isso deixa claro, como explicou o marxista italiano Antonio Gramsci, que a classe dominante possui ‘intelectuais orgânicos’. Por outro lado, os intelectuais engajados, de esquerda, parecem um fenômeno em extinção. Ser radical (ou melhor, fazer a crítica pela raiz) parece ter deixado de ser uma preocupação prioritária do conhecimento que vem sendo produzido pela maioria dos intelectuais. Essa “nova” forma da experiência intelectual corresponde a formulação ideológica do pós-modernismo, verdadeiro alumbramento da dispersão do espaço e do tempo.

Como já observou Chauí (2006, p. 30), o retraimento do engajamento ou o silêncio dos intelectuais é, aqui, signo de uma ausência mais profunda: a carência de

um pensamento crítico, capaz de desvendar e analisar as contradições que movem o presente. Não é uma simples recusa de proferir um discurso público, e sim da impossibilidade de formulá-lo.

É importante destacar que, dos intelectuais tradicionais aos orgânicos, cosmopolitas, nacionais-populares e até os duvidosos lorianistas, todos são fundamentais na difusão e consolidação de concepções de mundo e condutas operantes, eles assumem papel indispensável em toda organização política, econômica e social. Os exemplos da categorização de intelectuais estudada por Antonio Gramsci podem ser traduzidos para o presente. Dessa forma, na atualidade, o compêndio da concepção de intelectual gramsciana mostra-se como recurso relevante, da ordenação política e econômica brasileira, que possibilitou não apenas a ascensão de Jair Messias Bolsonaro ao poder, como também deu mostras de expressões neofascistas em nossa sociedade.

É importante destacar que sob a ação das tecnologias virtuais, os pós-modernos suscitam cada vez mais o gosto e a paixão pelo efêmero e pelas imagens, em plena consonância com a mudança sofrida no setor das mercadorias e do consumo onde o que se vende e se compra são simulacros que por serem imagens (por exemplo, de saúde, beleza, sucesso etc.) são efêmeros, descartáveis e por isso substituído rapidamente. Em tal contexto, a realidade concreta pensada, as reflexões de longo alcance, a totalidade dessa realidade passam a ser supérfluos graças a três básicas inversões da política pós-moderna, destacadas por Chauí (2006): a substituição da lógica da produção pela da circulação (o nomadismo das singularidades), e por isso se substitui a lógica do trabalho pela da informação (a realidade como narrativa e jogos de linguagem) e, como consequência, substitui a luta de classe pela satisfação-insatisfação do desejo, cada vez mais alienado e propenso a intolerância e ao ódio.

Diante disso, não é surpreendente o estágio de paralisia que o conhecimento crítico, as teorias marxistas, vem sofrendo. Apesar de toda crise vivida, os pós-modernos (verdadeiros irmãos siameses dos neoconservadores/neofascistas) ainda sustentam percentual significativo de apoiadores, e tem alcançado altos níveis de envolvimento da sociedade civil, elucidando que a sua real superação demandará uma reforma intelectual e moral, ratificando a batalha cultural inerente a toda luta.

Como se sabe, o governo empossado em 2019 no Brasil radicalizou essas tendências que nos últimos anos aumentaram os níveis de precarização das

Universidades Públicas. O objetivo claro das estratégias dos governos neoliberais visa extirpar o conteúdo crítico das salas de aulas, enfraquecer as pesquisas. Nesse cenário o marxismo mais uma vez é eleito como o perigo ideológico das escolas e universidades. O medo que se tem é que a educação sirva à formação do conhecimento, capaz de desvendar a funcionalidade da sociedade capitalista e quais são, de fato, os obstáculos materiais à superação das desigualdades e à consolidação da justiça social.

Como já mencionamos em produções anteriores, não é exagero afirmarmos que o neoconservadorismo – cada vez mais próximo dos ideários fascistas – tem sido a tônica da política brasileira nos últimos anos já vivenciados do século XXI. A razão disso é o significado social, a instrumentalidade que o pensamento e a práxis moralizante e autoritária representam na contemporaneidade. Contudo, as manifestações conservadoras recentes no Brasil geraram imenso espanto, como se fosse algo ‘fora do lugar’, ou mesmo resquícios de um tempo obscuro que não foi sepultado. Entendemos que o conservadorismo que se apresenta hoje, em diferentes ações políticas da direita, não é algo que veio lá do passado e que se apresenta anacronicamente no contexto de uma democracia, nem algo novo que brota do nada. O conservadorismo e o autoritarismo sempre fizeram parte da cultura política brasileira e sempre persistiu em nossa realidade, não podendo ser compreendido isoladamente. Ele é uma expressão da luta de classes, isto é, manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa. Sociabilidade que no Brasil sempre foi distanciada de um projeto verdadeiramente/radicalmente democrático.

O refluxo do pensamento de esquerda ou da ideia revolucionária de emancipação humana parecem sufocados por um conformismo que retirou das pautas o saber e a arte como crítica do presente e expressão do novo, a política como ação que inventa a si mesma, e a história como campo do possível. Neste sentido, quando encontramos estudos de intelectuais engajados, estamos diante de possibilidades de combates sérios contra os pós-modernos que contaminaram todos os espaços, conforme podemos também detectar nas universidades.

Quando temos a oportunidade de constatar o espírito crítico em movimento, como é o caso da produção de Douglas Ribeiro Barboza, podemos imaginar que nem tudo está perdido e os intelectuais engajados ainda resistem.

Desde seu ingresso no curso de graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no ano 2000, tive a honra de conhecer Douglas Barboza, o autor da presente obra. Um aluno trabalhador, extremamente interessado, com nítida vocação intelectual, já se apresentava como uma promessa no primeiro período do curso. Os anos foram passando e tive a honra de acompanhá-lo de perto como bolsista da minha pesquisa no Programa de Estudos de América Latina e Caribe, que coordeno, como orientadora de seu Trabalho de Conclusão de Curso e de sua dissertação de mestrado e ainda aquiescer seu doutorado (finalizado em 2014), desta vez como membro da banca de avaliação da tese, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ. Durante mais de uma década, não consecutiva, porque Douglas Barboza sempre foi um estudante trabalhador, a certeza de estar diante de um intelectual engajado de profundo conhecimento teórico e capacidade de reflexão cresciam entre seus professores e orientadoras que o julgavam como um “jovem de futuro”, uma promessa para a Universidade.

Para quem acompanha o desempenho do professor Douglas não apenas na docência em graduação e pós-graduação, na Universidade Federal Fluminense, e anteriormente também o acompanhou como docente na Universidade Federal de Ouro Preto, pode verificar que a “promessa” cumpriu-se inteiramente, que o “futuro” revela-se atual, presente.

A produção do professor Douglas Barboza revela a força necessária do marxismo, a importância de ser um intelectual engajado e radical. Sua inteligência inquieta e suas investigações cuidadosas sempre abordam temas importantes para reflexão. Com estudos que rigorosamente se concentram no legado gramsciano, Douglas tem apresentado ferramentas analíticas fundamentais da obra de Antonio Gramsci sem a preocupação forçosa de comprovar teses ou alinhar o marxista italiano a determinado campo restrito da conflitividade política.

A obra que ora chega ao público, **‘Gramsci e a Democracia Radical: elementos para a construção da sociedade (auto)regulada’** é mais um esforço nessa direção. Com o objetivo de evidenciar como a questão da democracia perpassa a tentativa de reconstrução do campo teórico do marxismo efetuado por Antonio Gramsci, o autor percorre rigorosamente questões capazes de demonstrar como ‘a síntese teórica de Gramsci buscava dar conta dos inéditos fenômenos que o aprofundamento da democracia introduzira na vida social, onde a conquista do

sufrágio universal, a emergência de grandes partidos políticos de massa e a efetiva ação de sindicatos profissionais e de classe cada vez mais potentes e numerosos resultaram, em consonância com outros fatores, em uma intensa socialização da política'. Ao realizar esse esforço, Douglas presenteia o leitor com reflexões gramscianas extremamente importantes e capazes de nos facilitar didaticamente a compreensão dos limites e possibilidades da democracia, também em nossa latitude.

Como observou Agustin Cueva (1976), em seus quase dois séculos de vida 'independente', nosso continente não conheceu uma única revolução burguesa que tivesse culminado na instauração de um regime democrático estável. A frágil democratização dos regimes políticos da América Latina veio acompanhada de uma reabertura do debate sobre o tema. O molde autoritário do capitalismo latino-americano tem raízes muito profundas, oriundas de nosso passado colonial e da modalidade reacionária e dependente com a qual nossas sociedades se integram ao capitalismo mundial (Borón, 1995, p.73)

O entendimento da lógica do Estado burguês é peça-chave para o entendimento dos países da América Latina e da dinâmica da luta de classes nos trópicos e possíveis estratégias de resistência. Por isso, faz-se urgente a reinvenção da classe trabalhadora e de seus métodos de ação, recuperando seu passado, trajetória e estratégias de luta, ao mesmo tempo compreendendo a análise da situação em que se encontra atualmente.

As páginas que o leitor encontrará nesse livro, majoritariamente originadas dos estudos do autor, sobretudo os de sua dissertação de mestrado, chega ao público num contexto absolutamente relevante onde é preciso cada vez mais refinar a análise histórica e teórica para que a mesma permeie a ação política em consonância com os interesses da classe trabalhadora.

Como observou Borón (1995), não tem demasiado sentido falar de democracia em sua abstração, pois na realidade é fundamental examinar a forma, as condições e os limites da democratização em sociedades como a capitalista, que se erguem em princípios constitutivos que lhes são absolutamente antagônicos. Isso não subestima em nada sua transcendência, construída após rios de sangue para conquistá-la, como ocorreu na América Latina. Mas como lembrou Borón, sua necessária valorização não pode ignorar que "em sua concretização histórica a democracia – tanto na periferia do

capitalismo como em seu núcleo mais desenvolvido – sempre é entrelaçada com uma estrutura de dominação classista” (Borón, 1995, p. 69).

A intenção maior desse livro é lembrar que é preciso refinar a análise histórica e teórica para que a mesma permeie a ação política. O mundo não nos aparece tal como ele é. Senão, segundo Marx, não teríamos necessidade da ciência, da reflexão teórica, para captamos seus significados. Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária.

Em sua totalidade, essa produção nos convida a pensar, num momento em que vários discursos parecem continuar indiscutidos, num momento em que o silêncio se propaga impulsionado pela desilusão.

De fácil e profunda leitura a obra confirma sua proposta de abordar com profundo rigor teórico, temáticas fundamentais para as lutas atuais, sendo facilmente compreendido por diferentes sujeitos do chamado mundo do trabalho, sobretudo os relacionados diretamente com a superação dos desafios contemporâneos. Melhor dizendo, nesta obra, vemos a renovação do pensamento crítico e confirmamos a relevância do legado de Gramsci para análise do tempo presente.

A obra que ora vem a público tem por intencionalidade fortalecer a luta pela superação da ordem do capital. Ressalta-se também a importância de sua elaboração ser construída no âmbito da Universidade pública que têm por direção articular ensino-pesquisa e extensão com o objetivo de uma formação competente, compromissada e crítica norteadas pelos interesses da classe subalterna.

Da minha parte só cabe o orgulho de ter conhecido o estudo antes de sua publicação. E ainda por que acredito como Antonio Gramsci que "viver significa tomar partido". Quem verdadeiramente vive não pode deixar de ser cidadão, e partidário. Indiferença é abulia, parasitismo, covardia, não é vida. Por isso, assim como Gramsci e Douglas Barboza, odeio os indiferentes. E conseqüentemente gosto muito daqueles inconformistas que ousam radicalizar remando contra a maré num duro combate aos que silenciam e se escondem em abstrações para invisibilizar a decadência dos intelectuais que se comportam com indiferença frente às mazelas a que os trabalhadores cada vez mais são submetidos.

O espírito crítico desta obra tem um adversário explícito: a ofensiva do capital em todos os espaços de reprodução e o correlato desarmamento teórico, ideológico e político que temos vivenciado frente a temas tão importantes. O convite à leitura deste

livro é um chamado a reflexão crítica sobre a possibilidade de construção de uma democracia radical, tal como Gramsci nos fez pensar ser possível.

Rio de Janeiro / UERJ / 2024

Dra. Silene de Moraes Freire
(*Professora Titular da Faculdade de Serviço Social da UERJ*)

Referências

BORON, Atilio. “A sociedade civil depois do dilúvio (neo)liberal.”. *In*: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo, Paz e terra, 1995. p.63-77.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual Engajado: uma figura em extinção? *In*: NOVAES, Adauto. **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo, Companhia das Letras. p.19-44.

CUEVA, Augustín. **El Dessarolo Del Capilatismo em América Latina**, México, Siglo XXI, 1976.

FREIRE, Silene de Moraes. A instrumentalidade dos conservadorismos no atual contexto de hegemonia do capital. *In*: **Quadranti, rivista internazionale di filosofia contemporanea. pubblicata dalle Edizioni il Sapere srl.Luogo di pubblicazione: Salerno. Anno d’inizio: 2018. p.19-52.**

INTRODUÇÃO

“O que é que pode fazer o homem comum
Neste presente instante senão sangrar?
Tentar inaugurar
A vida comovida
Inteiramente livre e triunfante?
[...]
Era uma vez um homem e o seu tempo
Botas de sangue nas roupas de Lorca
Olho de frente a cara do presente e sei
Que vou ouvir a mesma história porca
Não há motivo para festa: Ora esta!
Eu não sei rir à toa!”

Antônio Carlos Gomes Belchior

No atual cenário marcado pela mundialização financeira que impulsiona a generalização das relações mercantis à todas as dimensões da vida, a qual redimensiona as lutas sociais, reconfigura o Estado e a sociedade civil, se alastra no amoldamento da sociabilidade e da cultura, potencializa o refluxo democrático, e também impulsiona uma ofensiva reacionária em nível internacional, torna-se fundamentalmente crucial o resgate do pensamento de Antonio Gramsci como uma basilar ferramenta para análise das crises e contradições que atravessaram o capitalismo do século XX, cujos problemas se mantiveram presentes – em alguns casos, sob novas formas, mas sem perder o seu conteúdo central – ao longo do século XXI.

O campo teórico do marxismo reconstruído por Gramsci demonstrou uma clara compreensão de que este não poderia ser seguido como um dogma para todas as épocas e todos os lugares, e procurou, acima de tudo, empreender formas de alcançar o comunismo que respeitassem as peculiaridades de cada país e de cada fase do desenvolvimento econômico. Resultante do cruzamento entre o substrato cultural de sua formação política original e a reflexão sobre suas experiências como militante da ala esquerda do PSI (e, depois, como dirigente do PCI), a nova síntese teórica de Gramsci é formulada como resposta à crise aberta do marxismo após a desestruturação da Segunda Internacional e o fracasso da estratégia da Terceira Internacional, síntese esta que abrange uma ampla reflexão acerca da crise do liberalismo, do Estado, da democracia e, conseqüentemente, a análise dos desafios impostos ao seu enfrentamento, o que se fez presente ao longo de todos os escritos redigidos desde a

sua juventude jornalística até a maturidade que nem mesmo a violência do cárcere fascista conseguiu interromper.

Originário do Sul da Itália – uma região agrária e oprimida – e habitante de uma cidade altamente industrializada para a época e que se caracterizava pela grande quantidade de operários (Turim), Gramsci viu suas preocupações com a desigualdade e com a opressão desaguarem num combate ao positivismo, ao determinismo economicista e ao cientificismo, um combate apoiado na defesa de uma filosofia calcada na prática, na importância da vontade, cuja contribuição revelou-se de suma importância para o posterior desenvolvimento do marxismo na Itália (tendo em vista que os comunistas de então só reputariam publicamente as análises gramscianas como válidas décadas mais tarde).

Refletindo de forma minuciosa acerca do conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais que se configuravam desde a metade do século XIX até o início do século seguinte, e, mais exatamente, da reestruturação que o capitalismo realizou – como resultante de sua crise – a partir da I Primeira Guerra Mundial e após a vitória da Revolução de Outubro na Rússia (a qual assumiu maciças dimensões na Europa após a crise de 1929 e em decorrência dos regimes fascistas), a crítica gramsciana pôde captar as novas formas de organização do capital, do trabalho e do Estado, além das estratégias capitalistas direcionadas ao fortalecimento do projeto hegemônico, cujos fundamentos de sua concepção praxiológica de história emergem de um quadro conformado por um duplo impasse: por um lado, a derrota dos revolucionários no terreno italiano; por outro, o fracasso das expectativas de que a onda revolucionária iniciada no Leste conseguisse se expandir pela Europa Central. Contrariamente ao que fora previsto pela Internacional Comunista, a vitoriosa experiência dos bolcheviques na Rússia não fora possível de ser repetida na Itália e em boa parte da Europa Ocidental e Central, mesmo com a aguda crise econômica e com a aparente situação revolucionária existentes nestas regiões no início dos anos 1920, o que despertou a curiosidade analítica de Gramsci na tentativa de apresentar uma explicação coerente para tal fato.

Neste livro será analisado como a questão da democracia perpassa o esforço de reconstrução do campo teórico do marxismo efetuado por Antonio Gramsci, reconstrução esta desenvolvida como resposta à crise aberta do marxismo após a desestruturação da Segunda Internacional e o fracasso da estratégia da Terceira

Internacional. No cenário de intensas transformações ocorridas na organização social e econômica do capitalismo pós-Primeira Guerra Mundial, a nova síntese teórica de Gramsci buscava dar conta dos inéditos fenômenos que o aprofundamento da democracia introduzira na vida social, onde a conquista do sufrágio universal, a emergência de grandes partidos políticos de massa e a efetiva ação de sindicatos profissionais e de classe cada vez mais potentes e numerosos resultaram, em consonância com outros fatores, em uma intensa *socIALIZAÇÃO DA POLÍTICA*.

No capítulo de abertura, *A questão da luta “democrática” e das bases para o novo poder operário nas reflexões pré-carcerárias*, serão analisados os pressupostos da concepção democrática de sociedade na primeira etapa do itinerário de formação intelectual e atividade política de Gramsci, cujas orientações analíticas se voltaram, prevalentemente, para a compreensão e acompanhamento das transformações políticas, sociais e culturais em curso na Itália, e deixavam mais evidentes seu vínculo com a conjuntura.

Pautado na concepção de *democracia socialista* como uma forma de exercício do poder *pluralista* e aberta à participação de todos os grupos sociais produtores não-capitalistas, Gramsci vai compreender que a luta pela emancipação política do proletariado, devido às condições de subalternidade intelectual às quais as classes trabalhadoras estiveram submetidas, não se colocava apenas no terreno econômico, mas trazia consigo a necessidade de se encaminhar um novo projeto cultural capaz de propiciar o desenvolvimento de uma vivência democrática independente do domínio ideológico da classe burguesa. Ou seja, pode-se dizer que as teses marxianas de que a história, no seu contínuo fazer-se, apesar de ser *essencialmente* imprevisível não é *totalmente* imprevisível, mostram-se explicitamente válidas quando compreendemos as formulações do Gramsci ordinovista de que a dinâmica do processo revolucionário passa não somente pelas contradições objetivas implícitas no modo de produção capitalista, mas também – e principalmente – pela ação dos sujeitos sociais. Era necessário, então, fazer com que os operários tomassem consciência do que era a produção capitalista e da sua função no centro de produção, o que os levaria a compreender sua própria função política e histórica, situando-se do seu estado de assalariado e elemento passivo do processo produtivo. Em outras palavras, a consciência de classe nasceria na concreticidade das relações produtivas e das lutas.

Ao partir da premissa de que a ditadura proletária deveria se encarnar de um tipo de organização que fosse específico da atividade própria dos produtores, Gramsci visava no que ele denominou de “Conselho de Fábrica” a célula primária deste tipo de organização, do qual participariam ativamente todos os que trabalhavam na fábrica, independente da sua filiação aos sindicatos. Como emanção do “trabalhador coletivo”, os “Conselhos de Fábrica” seriam organismos capazes de realizar a unidade da classe trabalhadora, de elevar o operário da condição de assalariado à de produtor, tornando-se assim o instrumento privilegiado na construção do novo Estado operário; o instituto fundamental do novo poder proletário, similar aos sovietes na Rússia, cuja revolução bolchevique Gramsci saudava com entusiasmo e defendia a sua capacidade de provar a possibilidade de construção do socialismo num país economicamente atrasado.

O texto demonstra como, após a derrota do movimento conselhistas, Gramsci se conscientiza de que ainda era muito cedo para decretar o “falecimento” da burguesia como classe social (pois esta demonstrava sua determinação em defender o seu poder) e que a classe operária havia sido derrotada devido ao não amadurecimento na Itália das condições necessárias e suficientes para um movimento orgânico e disciplinado do conjunto da classe operária e camponesa. Percebe a importância de outros sujeitos coletivos e atuantes existentes na sociedade e passa a compreender que este elemento unificador ausente e determinante na derrota do proletariado deveria ser buscado não nos *Conselhos* (os quais, assim como os *sindicatos*, permaneciam estritamente ligados ao terreno econômico da luta de classes) mas, acima deles, no *Partido Político*. O Partido é concebido como uma *forma de organização superior da classe operária*, como momento de síntese política. Uma organização de forças heterogêneas, econômica e socialmente (os pequenos camponeses proprietários de suas terras, os assalariados do campo, os intelectuais proletários etc.) capaz de generalizar a experiência daqueles movimentos e orientá-las politicamente para a luta contra a burguesia pela direção do Estado. Esta preocupação com a temática do partido político se manifesta inicialmente no empenho por uma renovação do Partido Socialista, mas depois orienta-se claramente no sentido da criação de um partido de novo tipo, o Partido Comunista, que seria o partido de governo do proletariado (em sentido revolucionário) e de todas as classes oprimidas (em sentido democrático).

Outra questão importante trabalhada neste primeiro capítulo refere-se à interpretação gramsciana do serviço que o fascismo prestou à classe burguesa ao se propor em aniquilar o mínimo a que se reduzia o regime democrático para os trabalhadores. Para o pensador sardo, a democracia italiana já era um regime sob o qual se ignorava a liberdade econômica e as liberdades políticas substantivas, cuja classe dirigente se resumia a uma minoria que só se mantinha no poder com o auxílio das forças policiais, fazendo com que todo livre desenvolvimento de novas forças fosse impedido energeticamente através da corrupção e da violência. Sem ignorar o fato de que um dos traços característicos dos *Fasci* era o uso aberto da violência, Gramsci faz uma caracterização teórico-política do fascismo como um movimento reacionário que buscava, desde o início, implantar uma ditadura a serviço do grande capital (fundamentalmente da grande burguesia agrária e industrial), mas que tinha a peculiaridade de possuir uma base social de apoio de massas organizada formada essencialmente pela pequena burguesia. Assim, Gramsci, desde o início, percebera e denunciara a envergadura do combate político que se necessitava travar para impedir que um golpe de Estado fascista viesse a pesar sobre o povo italiano, afastando-se de um *purismo ideológico* alimentado no interior do movimento operário que subestimava o perigo de um golpe fascista e acabava por julgar as massas inacessíveis à reação.

Considerando que a alternância recíproca entre fascismo e democracia *não* era um processo que poderia ser tratado independentemente dos fatos econômicos e políticos, mas que, na verdade, ocorria simultaneamente à extensão e aprofundamento da crise geral da economia capitalista e à relação de forças que dela deriva, Gramsci defendia que a aparente estabilidade do regime fascista poderia ser abalada em suas bases pela súbita irrupção de contradições econômicas e políticas que se aprofundavam, e que a saída para esse círculo vicioso seria através da resolução do problema da revolução.

Todavia, embora acreditasse que o fascismo só poderia ser sucedido politicamente pela ditadura do proletariado, compreendia a improbabilidade de que esta passagem de um ao outro fosse imediata, com uma luta vitoriosa da classe operária pelo poder, dado o caráter disperso e desorganizado das massas naquela situação. Conjecturava, então, a possibilidade de que, entre a queda do fascismo e a projetada ditadura do proletariado, ocorreria um retorno ao regime liberal-democrático sob a direção política dos partidos burgueses antifascistas e dos partidos reformistas, o que

foi denominado por Gramsci de “*intermezzo* democrático”. A configuração deste quadro exigia um trabalho de avaliação política que conseguisse estabelecer com exatidão teses sobre a situação italiana e sobre as possíveis fases de seu ulterior desenvolvimento, para que este “*intermezzo* democrático” fosse o mais breve possível, criando imediatamente o maior número de condições favoráveis à ação do PCI.

O primeiro capítulo termina explicitando como Gramsci antecipa alguns temas que serão melhor desenvolvidos no período do cárcere, como, por exemplo, a compreensão de que o ingresso de numa nova fase de desenvolvimento da crise capitalista se apresentava sob distintas formas nos países da periferia capitalista e nos países de capitalismo avançado, o que fazia emergir a necessidade de uma diversa avaliação do grau preciso desta crise e de elaboração de diferentes estratégias e de diretrizes políticas e organizativas que levassem em consideração a diferença estrutural entre essas formações econômico-sociais (formulação embrionária do que Gramsci mais tarde denominará de “Oriente” e “Ocidente”). Outro ponto importante destacado nesse momento é a compreensão gramsciana de que nenhuma ação de massa seria possível sem que a própria massa estivesse convencida das finalidades que queria alcançar e dos métodos a serem aplicados, e que, desta forma, seria importante que uma classe possuísse a capacidade de unir em torno de si outros estratos sociais, se tornando protagonista das suas reivindicações e da solução das mesmas, realizando uma aliança na luta contra o capitalismo. Esta seria a principal pré-condição para a conquista da *hegemonia*, concebida como direção política e intelectual fundada no consenso (acepção esta que Gramsci também amadurecerá nos escritos realizados após a sua prisão).

O segundo capítulo, intitulado *A construção de um novo bloco histórico e a necessidade da efetiva democratização do poder: os apontamentos carcerários*, inicia a abordagem das reflexões gramscianas realizadas arduamente após o seu recolhimento ao cárcere em isolamento absoluto e rigoroso – em decorrência das “medidas excepcionais” adotadas pelo regime fascista –, principalmente no tocante ao debate sobre as possibilidades de efetivação de uma sociedade efetivamente democrática. Após a demonstração da capacidade da classe dominante em arrefecer a crise política mesmo após um período de continuidade e aprofundamento da crise econômica, Gramsci percebeu a urgência de, como dirigente político, orientar o seu trabalho teórico desenvolvido no cárcere na direção tanto da problemática referente aos mecanismos de conformação e

consolidação da dominação, quanto da estratégia a ser seguida pelo movimento revolucionário para poder subvertê-los. Ou seja, concentrou a atenção das suas investigações tanto no questionamento acerca da força e da elasticidade dos mecanismos de dominação e afirmação do poder, quanto na análise das maneiras de se estruturar uma nova estratégia de luta que permitisse a efetiva liberação da sociedade.

A edificação dessa análise se inicia com o esforço de Gramsci em, por um lado, livrar o marxismo das “incrustações” economicistas do materialismo determinista vigentes na época da Segunda Internacional e, por outro, realizar uma crítica ao idealismo italiano, traduzindo a teoria social de Marx como *filosofia da práxis*, a qual se engendra no processo histórico, como expressão necessária e inseparável de uma determinada ação histórica. A *filosofia da práxis*, por expressar os interesses, as reivindicações e a função histórica das classes subalternas, seria a única concepção capaz de conduzir o proletariado rumo à assunção de sua função dirigente, construindo novas relações políticas e estatais como também uma nova cultura (no sentido de efetivar uma reforma intelectual e moral).

O texto demonstra que, através do conceito de “bloco histórico”, Gramsci revela a impossibilidade de estruturar um novo sistema de relações sociais caso não seja alcançada uma inter-relação orgânica entre os momentos estrutural e superestrutural, e para conseguir aferir, em cada caso histórico, as relações entre estrutura e superestruturas, deve-se recorrer à *análise da relação de forças*, onde é possível distinguir diversos momentos (ou graus) fundamentais. A percepção gramsciana das “relações de força” como momento constitutivo do ser social, seu empenho em afirmar o papel criador da práxis humana, levam-no a privilegiar o estudo do fenômeno político em suas várias determinações.

Outro ponto central no capítulo é a indagação de Gramsci sobre como a classe dominante consegue impor o domínio da sua ideologia e difundi-la sobre toda a sociedade. Ao governarem a sociedade dividida, as classes dominantes controlam a produção e distribuição dos bens econômicos, mas também constroem a própria influência ideal, por meio de vários canais através dos quais a sua ideologia chega às classes subalternas. Organizam e distribuem as ideias, plasmando nos indivíduos das classes exploradas a ideologia que serve tanto para justificar a exploração, quanto para prejudicar qualquer ação eficaz contra o sistema que convém aos exploradores.

Considerados estes aspectos, Gramsci rejeita a concepção vulgar do “intelectual”, considerando como intelectuais todo o estrato social que exerce funções organizativas, seja no campo da produção, da cultura e do político-administrativo. A questão dos intelectuais passa a ser compreendida como um dos elementos do bloco histórico, como sua articulação orgânica. A atuação dos intelectuais junto à classe na qual eles se vinculam organicamente é de fundamental importância, pois cabe a eles estancarem, no seio de sua classe, uma tomada de consciência de seus interesses, participarem na formação de uma nova concepção de mundo mais homogênea e autônoma e esclarecem acerca das formas possíveis para a superação das relações antagônicas e das contradições profundas que perpassam a sociedade.

Mas, para Gramsci, apenas de forma grandiosamente lenta e trabalhosa o proletariado pode desenvolver o seu estrato próprio de intelectuais que contribuirão para a sua aspiração à direção da sociedade. E como o proletariado não consegue alcançar, durante o seu processo de formação, a consciência de seus próprios interesses e de sua própria função histórica (pois nela ainda persiste a contradição entre a ação e a concepção do mundo que as guia), será preciso um mediador, um unificador que garanta a unidade entre teoria e ação, um “moderno príncipe” que seja ao mesmo tempo anunciador, organizador e expressão ativa e atuante de uma *reforma intelectual e moral*, capaz de criar condições para a formação de um grau de consciência adequada a permitir uma iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação; capaz de incidir sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais. E esse “moderno príncipe” seria um organismo complexo já conformado pelo desenvolvimento histórico, o partido político, no qual já havia iniciado a concretização de uma *vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação*.

O terceiro capítulo, *A relevância do conceito de hegemonia para uma significação mais realista e concreta de democracia e o advento de uma "sociedade (auto)regulada"*, traz as reflexões gramscianas sobre as formas de estruturação do poder para garantir a *supremacia* de um grupo social, a função educativa e formativa do Estado, e as condições para eliminação da divisão entre governantes e governados. Tentando compreender por que uma classe é subalterna e como ela deve proceder para se tornar dirigente, Gramsci defende que, enquanto a unidade histórica das classes dirigentes – não somente formal nem puramente jurídica e política, mas sim como resultado das relações orgânicas entre sociedade política e sociedade civil – acontece no Estado, por outro lado esta unidade

não acontece para as classes subalternas, pois sua história é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil. Nestes marcos, as classes subalternas não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”, e a exigência de construir um novo tipo de sociedade, uma nova ordem intelectual e moral, nasce concretamente a partir do momento em que um grupo subalterno se torna realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado.

Compreendendo que o crescente protagonismo demonstrado pelos movimentos que despontavam das iniciativas populares no interior da estrutura maciça das democracias modernas favoreciam a expansão da sociedade civil e revolucionavam totalmente a concepção do Estado, Gramsci defende que as novas funções assumidas pelo Estado nos processos de produção e reprodução ampliada no estágio de predomínio do capital monopolista e as novas relações entre economia e política são os pilares para a afirmação de que, neste novo estágio, é a articulação de consenso e coerção que garante a *supremacia* de um grupo sobre toda a sociedade e a verdadeira estruturação do poder. O texto demonstra que o revolucionário italiano se afasta completamente de uma possível concepção estrutural-funcionalista, pois concebe que o Estado integral (em sentido amplo, sociedade civil e sociedade política) é atravessado pela luta de classes, caracterizando-se tanto como instrumento (de uma classe), como também, simultaneamente, lugar (de luta pela hegemonia). Justamente por essa característica é que se torna um dever para um grupo social ser dirigente antes de conquistar o poder governamental.

Explicita-se como, neste ponto, Gramsci recoloca de modo mais concreto o problema da estratégia de transição socialista e a distinção estrutural entre as formações sociais do “Oriente” (onde o predomínio quase absoluto do Estado-coerção e a debilidade da sociedade civil possibilitam a estratégia da guerra de movimento) e do “Ocidente” (onde as “trincheiras” e “casamatas” da sociedade civil impõem que as batalhas sejam inicialmente travadas neste terreno através da “guerra de posição”). A estratégia da “guerra de posição”, nos países de capitalismo avançado, traz embutida uma dinâmica ativa e combativa da *práxis política*, pois deve revelar a capacidade em se construir uma direção político-ideológica e um consenso dos setores majoritários da população, como momento dialético da fundação de um novo Estado.

Finalizando essas reflexões, aborda-se a preocupação básica gramsciana em considerar a existência da divisão entre governantes e governados apenas como um

fato histórico, correspondente a certas condições e não como uma divisão perpétua do gênero humano, pois é necessário criar as condições nas quais seja eliminada a necessidade de existência desta divisão. Gramsci retoma a tarefa de encontrar uma forma de organização da sociedade que, ao superar todo antagonismo de classe, consiga eliminar o aparato de repressão, e supõe que a extinção do Estado só é possível por meio de um embate no âmbito específico da política e das instituições socialistas de maneira que se permita o fim da alienação expressa na existência de um Estado separado da sociedade (seja qual for conteúdo de classe desse Estado). Nestes marcos, a concepção ético-política de Gramsci avalia que é exatamente pela condição de superação – através de uma “reforma intelectual e moral” – do abuso e da violência próprias de uma sociedade fundada no domínio de classe e na polarização de pobreza e riqueza, que se abre um novo ciclo histórico qualitativo concebido como o advento de uma “sociedade [auto]regulada”, a qual torna supérflua a função do Estado, já que foram vencidas as relações opressivas de poder. O comunismo seria a realização desta “imagem” de “Estado sem Estado”, que toma o lugar do Estado como organização da violência de classe, e que durante muito tempo permaneceu no terreno da “pura utopia” já que prescinde das colossais mudanças materiais que lhe confere resistência e que lhe dá base.

No capítulo 4, *A associação entre socialismo e democracia nos marxistas da escola gramsciana: breves notas sobre as lições de Palmiro Togliatti e Pietro Ingrao*, faz-se um conciso resgate das contribuições dos marxistas italianos no debate sobre o nexos profundo entre luta democrática e luta socialista, a partir da concepção de que a experiência vivida nos países de capitalismo maduro demonstrava que o rompimento com os sistemas de alianças dos novos modos de penetração e dominação do capital monopolista só seria possível com a expansão da democracia em todos os níveis, de forma a encaminhar a construção de um novo bloco de poder. Importante destacar que tais contribuições se formatam em um cenário onde o impacto da experiência fascista, da vitória dos nazistas na Alemanha, e dos movimentos ocorridos na França (em 1934) no sentido de uma unidade entre comunistas e socialistas impôs à Internacional Comunista a necessidade de alteração de linha da sua concepção política, o que iniciou o processo (mesmo que insuficiente) de superação da concepção meramente instrumental da democracia política e das alianças.

O texto realiza uma incursão na compreensão de Palmiro Togliatti de que a transição para o socialismo demandava a construção de uma democracia de novo tipo, apoiada na participação ativa das grandes massas e que transcendesse os marcos do liberalismo. Essa “democracia progressiva” se caracterizava pela articulação entre as massas em movimento e a conquista de experiências democráticas, e o caminho para a sua construção (assim como para a construção do socialismo) assumiria formas particulares em cada país, de acordo com a diferença de desenvolvimento do capitalismo, com as tradições e as características nacionais, e também com a posição ocupada por esse país no curso da grande guerra mundial.

Tratar-se-á, também, dos debates efetuados por Pietro Ingrao na direção da necessidade de se construir uma democracia aberta ao socialismo, que tornasse possível alcançar uma transformação socialista que não fosse baseada no momento da coerção, mas sim no momento da hegemonia, no consenso. Na concepção de “democracia de massas” de Ingrao, privilegia-se a projeção permanente do movimento popular no Estado como via para a sua transformação, pois a adoção de alguns valores democráticos na luta pelo socialismo, na gestão do poder e na própria concepção da sociedade socialista seria um elemento essencial para romper o tecido da dominação burguesa, golpear os modos pelos quais os grupos monopolistas alcançam a hegemonia de todo um arco de forças sociais, e construir um novo bloco de poder.

O capítulo resgatará alguns apontamentos sobre a controversa revitalização teórico-política do pensamento social revolucionário formatada nas estratégias eurocomunistas de enfrentamento às complexas mudanças da sociedade capitalista pós-Segunda Guerra e suas novas demandas sociais. Finaliza o debate reforçando a crítica à emergência das teses *defensistas* que, em nome de uma pretensa “crise do marxismo”, sustentam um caráter fetichizado da democracia - concebida, fundamentalmente, como um espaço emancipatório e um poder exclusivo das classes trabalhadoras - e se configuram como velhas reedições de uma ingênua e cega crença na democracia tomada como valor abstrato, reduzindo a luta anticapitalista ao combate pela democracia política. Neste cenário, torna-se fundamental sustentar a reivindicação democrática nos marcos dos autores clássicos do pensamento marxista (não somente em Gramsci, mas como também em Marx, Engels e Lênin), concebida como a materialização, no campo da política, da reivindicação de ruptura com as condições de

alienação, da criação de condições que possibilitem a emergência de legítimas personalidades e da efetivação da verdadeira liberdade.

* * *

Este livro foi construído a partir de uma revisão do último capítulo da dissertação de mestrado intitulada “A questão da democracia no quadro da teoria política. A peleja entre os simulacros liberais e a perspectiva emancipatória da tradição marxista”, defendida no ano de 2008 como resultado das pesquisas realizadas ao longo da minha inserção no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS – UERJ). Uma versão reduzida e revista dos seis primeiros capítulos desta dissertação foi apresentada no livro recentemente publicado “*Democracia e teoria política: do poder do demos grego à revolução proletária*” (Barboza, 2024). A dissertação foi submetida à apreciação e avaliada por uma banca composta pelos seguintes professores: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire (UERJ - orientadora), Profa. Dra. Marilda Vilella Iamamoto (UERJ) e Prof. Dr. José Henrique Organista (UFF). Reafirmo aqui o meu imenso agradecimento pela leitura cuidadosa, pelas imensuráveis sugestões e pelo valioso debate acadêmico que me foi proporcionado no momento da defesa, sinalizando que a versão aqui apresentada incorpora muitas das importantes observações que foram salientadas por estes qualificados interlocutores, porém, as eventuais falhas deste estudo só podem ser creditadas à minha responsabilidade.

Agradeço imensamente à Profa. Dra. Silene de Moraes Freire, orientadora da dissertação que gerou esta publicação, por ter sido a primeira a me apresentar o pensamento de Antonio Gramsci no início da minha trajetória acadêmica, quando fui bolsista do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC / CCS/ UERJ) e que teve um papel fundamental para que eu me aprofundasse nos estudos deste importante marxista italiano. São anos importantes de compartilhamento de sua experiência e de contribuições intelectuais, além de uma duradoura amizade.

Gratidão aos meus poucos e bons amigos e amigas que de diferentes maneiras contribuíram para essa caminhada; ao corpo docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e de outras unidades e instituições de ensino que ajudaram a construir cada degrau da minha formação; ao conjunto de militantes de diversos movimentos sociais do Brasil e da América Latina que, através da participação nos cursos de formação política da Escola Nacional Florestan

Fernandes, contribuíram imensamente para fermentar os debates que impulsionaram a minha contínua necessidade de aprofundamento teórico para a investigação da realidade.

Agradeço à Jacqueline Botelho e à família Botelho Lima pelo apoio fraterno e pela generosidade durante o período de construção do material que deu origem a este livro. Meu reconhecimento também ao apoio afetivo dos meus familiares que compreenderam e suportaram a minha ausência e desatenção no período em que mergulhei na tarefa desta pesquisa, e que souberam que, mesmo parecendo distante, eu sempre estive ali.

Minha sincera homenagem e gratidão eterna à Leila, José Luiz e Diego; mãe, pai e irmão, que são os responsáveis por moldarem esse mosaico de emoções, sentimentos e aprendizados que hoje sou, e por terem sido as peças mais importantes para que eu acreditasse na linha tênue da fronteira entre sonho e realidade.

Minha gratidão especial à Maya e Luna, minhas pequenas poesias, por mostrarem que a vida ainda vale a pena ser vivida. Orgulho de ter vocês como minhas filhas, minhas estrelas, meus amores.

Douglas Ribeiro Barboza

Niterói, agosto de 2024.

1.

A QUESTÃO DA LUTA “DEMOCRÁTICA” E DAS BASES PARA O NOVO PODER OPERÁRIO NAS REFLEXÕES PRÉ-CARCERÁRIAS.

“Quem tem consciência para ter coragem
Quem tem a força de saber que existe
E no centro da própria engrenagem
Inventa a contra-mola que resiste
Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepado
Entre os dentes segura a primavera”

João Apolinário

Quando o exército italiano inicia as operações de guerra, em 24 de abril de 1915, as opiniões quanto à oportunidade e utilidade prática da entrada da Itália no conflito bélico se dividiam em ásperos e passionais debates envolvendo as posições favoráveis dos *intervencionistas* e as declarações contrárias à beligerância expostas pelos *socialistas* (com diferenciação de motivos), pelos *católicos* e pelo *Partido Liberal*. O heterogêneo conjunto dos *Intervencionistas* apelavam para o lado emocional do jovem nacionalismo italiano, na defesa de que a entrada na Primeira Guerra era a única solução para a libertação das regiões do Nordeste ainda sob o domínio austríaco e, conseqüentemente, para a recomposição do território pátrio. Os *Liberais* argumentavam que o Estado italiano não estava preparado para arcar com os gastos sequer de um conflito de curta duração, quanto mais para uma guerra que, nas suas previsões, seria longa e dispendiosa. Contrários também eram os *Socialistas*, que consideravam a entrega da nação ao massacre e às privações da guerra uma tarefa inútil à população, que seria muito mais beneficiada se esses recursos fossem investidos nas infraestruturas básicas (além das motivações ideológicas que encaravam a guerra como um subproduto da competição econômica capitalista). A posição dos *Católicos* adotava um caráter maior de neutralidade, pois ao mesmo tempo que a sua ligação com o mundo camponês trazia um caldo cultural tradicionalmente avesso às guerras e às subversões da ordem estabelecida, percebiam também que a vitória e o fortalecimento da Áustria significariam uma barreira para Europa se defender da ameaça turca e ortodoxa do “Oriente”.

A Itália não estava entre os protagonistas da guerra e da competição imperialista e só depois de oscilar entre os dois alinhamentos opostos é que resolveu intervir ao lado da Entente – a qual, apesar de ter ao seu lado a Rússia czarista e poder contar com a aliança da autocracia celeste do Japão, se apresentava como protagonista de uma espécie de cruzada e de guerra santa pela defesa e difusão da democracia e pelo triunfo definitivo da paz. No Partido Socialista (e nas suas proximidades dos círculos culturais e políticos), se desenvolveu um significativo debate que se entrelaçava com o que já vinha sendo desenvolvido há algum tempo, internacionalmente, no tocante a reforma ou revolução, onde a tentação bélica ou intervencionista era um fato do qual o reformismo não estava imune.

Entre os dirigentes socialistas italianos, predominava uma concepção positivista-evolucionista do marxismo, mantendo-se a ideia de que o socialismo chegaria, inevitavelmente, pelas contradições do capitalismo, pelo progresso das forças produtivas que acabariam implodindo o sistema econômico, e que os operários deveriam estar organizados para ascender ao poder quando este “grande dia” chegasse. Acreditava-se que a função dos socialistas era interpretar a história, não construí-la, a ponto de alguns autores chegarem a mencionar Marx como Darwin do pensamento social¹, numa aceitação da inevitabilidade da revolução socialista que acabava por determinar a forma imobilista e fatalista (por vezes até conivente) a qual o Partido Socialista Italiano (PSI) se portava à época: sempre paciente na esperança da chegada do momento triunfal.

Antonio Gramsci já se encontrava filiado ao partido socialista, e se distinguiu de todos aqueles destinados a se tornar dirigentes de primeiro plano do movimento operário por não ter carregado as influências dos debates teóricos e políticos próprios da Segunda Internacional. Longe de ser dogmático em relação ao marxismo, Gramsci não aceitava como correta essa interpretação predominante entre os socialistas, pois a considerava fundamentalmente contrastante e em desacordo com aquilo que ele visava como a essência do marxismo: a dialética; a filosofia da práxis libertadora; a compreensão do homem inserido, participante e condutor da história. Não havia dúvidas para este provinciano vindo da Sardenha de que o capitalismo era prenhe de

¹ A esse respeito, cf. Coutinho (1999).

contradições e que, cedo ou tarde, passaria por transformações; o que para ele não era evidente é que essas transformações levariam necessariamente ao socialismo.

A empatia de Gramsci em relação às classes e aos povos que (sobre)viviam em condições de subalternidade não somente se via ligada à sua modesta origem social que lhe imputou a dolorosa experiência das privações cotidianas (sem contar o sofrimento pela sua deficiência física adquirida quando criança), como também se expandia para a percepção e identificação – desde seus escritos juvenis – com aqueles “infelizes povos” colonizados pela “nova cruzada” da “velha Europa”, que os rotulava e os tratava como “bárbaros” e “não-civilizados”, falseando suas reais intenções de “conquistar para destruir” através das hipócritas e fingidas argumentações da necessidade de “conquistar para civilizar” (Gramsci, 2004a, p. 43-44). Em sua atividade socialista desenvolvida até a última quadra dos anos 1917, a luta para a preparação das condições subjetivas da práxis revolucionária, o trabalho cultural e de educação, tomou um lugar de extrema relevância.

[...] só pouco a pouco, de estrato em estrato, a humanidade adquire consciência de seu próprio valor e conquista o direito de viver independentemente dos esquemas e dos direitos de minorias que se afirmaram historicamente num momento anterior. E essa consciência se forma não sob a pressão brutal das necessidades fisiológicas, mas através da reflexão inteligente (primeiro de alguns e depois de toda uma classe) sobre as razões de certos fatos e sobre os meios para convertê-los, de ocasião de vassalagem, em bandeira de rebelião e de reconstrução social. O que significa que toda a revolução foi precedida por um intenso e continuado trabalho de crítica, de penetração cultural, de impregnação de ideias em agregados de homens que eram inicialmente refratários e que só pensavam em resolver por si mesmos, dia a dia, hora a hora, seus próprios problemas econômicos e políticos, sem vínculos de solidariedade com os que se encontravam na mesma situação (Gramsci, 2004b, p. 58-59).

Entretanto, pode-se perceber não somente nesta passagem, como em outras importantes redigidas neste mesmo período, que, apesar de mostrar uma justa preocupação com os elementos culturais constituintes da luta pelo socialismo (na qual a criação de uma nova cultura é essencial para que o socialismo possa realizar suas potencialidades, tendo em vista que o mesmo não se esgota nas transformações econômicas e políticas) e de revelar uma ruptura objetiva com o adiamento de qualquer medida concreta para depois da revolução (pois compreendia que as pregações verbais não eram suficientes, já que era preciso construir as bases do socialismo antes mesmo

da tomada do poder), Gramsci revela as debilidades de sua concepção socialista da época, pois concebe os fundamentos da educação e da práxis socialista de modo idealista, moralista. Com a revolução russa de 1917, abre-se um primeiro passo no processo de evolução desta concepção socialista gramsciana, que atingirá o seu mais alto grau nos escritos redigidos durante o seu período de cárcere. De acordo com as análises de Coutinho (1999):

A formação juvenil de Gramsci teve o mérito de livrá-lo dos impasses positivistas e fatalistas que paralisavam o PSI de seu tempo; de prepará-lo para uma concepção mais rica e articulada do socialismo (concebido também como criação de uma nova cultura e de um homem novo); de evitar sua passagem pela ideologia mecanicista da Segunda Internacional; e de tornar mais fácil sua compreensão da dimensão universal de Lênin e da Revolução Soviética. Mas teve também – e daí seu caráter contraditório – aspectos negativos, alguns dos quais, certamente minimizados ou parcialmente corrigidos, continuaram a se manifestar até nos escritos do cárcere. [...] sobretudo, ao fato de que o caráter marcadamente idealista dessa formação afastou Gramsci de uma análise mais detalhada das transformações econômicas por que passava seu tempo: seu marxismo juvenil revela-se impermeável à compreensão profunda da importância do momento econômico, e, de modo mais geral, do momento da causalidade, do determinismo, para uma análise efetivamente dialética do ser social. A intransigência moral, por outro lado, leva-o a perder de vista, nessa fase de sua evolução, as necessárias mediações exigidas pela ação política [...]. Se nos lembrarmos de sua concepção madura sobre a “guerra de posições”, sobre a necessidade de uma longa luta para conquistar as trincheiras da sociedade civil, veremos quanto o Gramsci dos *Cadernos* está distante do Gramsci de 1916. (Coutinho, 1999, p. 21-22).

Os eventos de fevereiro de 1917 foram absorvidos com entusiasmo nas primeiras reflexões gramscianas, pois este, na ausência de informações adequadas e confiáveis acerca do que se passava no “oriente” europeu (devido ao conteúdo frequentemente hostil aos bolcheviques que era impresso pelos jornais da burguesia italiana) transferiu o seu próprio ideário de revolução para aqueles acontecimentos russos. Cerca de sete anos antes do levante revolucionário, Gramsci já demonstrava acreditar que a grande lição deixada pela Revolução Francesa consistia na demonstração de que “os privilégios e as diferenças sociais, sendo produtos da sociedade e não da natureza, podem ser superados” pois, apesar desta revolução ter abatido muitos privilégios e erguido muitos oprimidos, “não fez mais do que substituir a dominação de uma classe pela de outra” e, por isso, seria necessário à humanidade

“um outro banho de sangue para cancelar muitas dessas injustiças” (Gramsci, 2004a, p. 46).

Nas suas análises de abril de 1917, retoma a consideração da Revolução Francesa como “um regime autoritário que substitui outro regime autoritário”, e que, como todas as revoluções burguesas, possui um duplo caráter de violência: “destrói a velha ordem, impõe a nova”; isto é, a burguesia precisou do jacobinismo para impor “sua força e suas ideais não apenas à casta anteriormente dominante, mas também ao povo que ela agora se empenha a dominar”. Entretanto, para Gramsci, não se deve prender-se apenas à “superfície dos fatos”, na qual todos os atos de violência e destruição parecem iguais, pois assim corre-se o risco de cometer o equívoco de traçar um paralelo entre a Revolução Francesa e a Revolução Russa insistindo apenas no fenômeno do poder – assim como faziam os jornais burgueses². Para avaliar a *qualidade* dos processos históricos, é indispensável a compreensão da interioridade dos fatos e dos sujeitos sociais, e essa compreensão é o que lhe dá o subsídio para afirmar que a Revolução Russa “é mais do que um fato, é um ato proletário; e que [...] deve desembocar naturalmente num regime socialista” (Gramsci, 2004c, p. 101). Para chegar à conclusão de que a Revolução Russa – “a luz [que] vem do Oriente e se irradia sobre o velho mundo ocidental” – era uma “revolução proletária”, Gramsci se vale dos seguintes elementos:

A Revolução Russa ignorou o jacobinismo. A revolução teve de abater a autocracia, não teve de conquistar a maioria com a violência. [...] A Revolução Russa destruiu o autoritarismo e o substituiu pelo sufrágio universal, estendendo-o também às mulheres. Substituiu o autoritarismo pela liberdade, substituiu a constituição pela livre voz da consciência universal. [...] A revolução não só substituiu poder por poder, mas também costumes por costumes: criou uma nova atmosfera moral, instaurou não só a liberdade física, mas também aquela do espírito. [...] É o advento da nova ordem, que coincide com tudo o que nossos mestres nos haviam ensinado (Gramsci, 2004c, p. 103-104).

Gramsci não desconsiderava a dificuldade das tarefas do proletariado nesta revolução, e evitava o erro de se iludir sobre uma definitiva conquista do poder pelos socialistas em curto prazo, tendo em vista não somente a impossibilidade de um novo regime se instaurar em poucas semanas em um país enorme como a Rússia, como

² “Os jornais burgueses [...] contaram-nos como ocorreu que o poder da autocracia tenha sido substituído por um outro poder ainda não bem definido e que eles esperam que seja o poder burguês” (Gramsci, 2004c, p. 100).

também a certeza de que as forças reacionárias também se organizariam e certamente fariam tentativas “para impedir que a maré proletária” as fizesse submergir (Gramsci, 2004d, p. 118). Mas também estava cômico de que a Revolução Russa não seria detida, pois jamais se conseguiria cancelar as experiências pelas quais passou o povo russo: “A Rússia é socialista. O fenômeno socialista tomou conta das massas - e essas, ainda que possam ser reprimidas momentaneamente pela onda reacionária, retomarão sua marcha para o futuro” (Gramsci, 2004e, p. 113).

O contato com notícias um pouco mais precisas acerca da tomada do *Palácio de Inverno* pelos bolcheviques e da formação do primeiro Governo revolucionário constituído pelo “soviete dos comissários do povo” foi saudado por Gramsci em 24 de novembro de 1917, no seu artigo *A revolução contra O Capital*, no qual destaca ser pouco importante saber mais do que se sabe acerca dos acontecimentos naquele país do oriente, já que admite, polemicamente, que “A revolução dos bolcheviques se baseia mais em ideologias do que em fatos” (Gramsci, 2004f, p. 126).

[...] [a revolução dos bolcheviques] é a revolução contra *O Capital* de Karl Marx. *O Capital* de Marx era, na Rússia, o livro dos burgueses, mais do que dos proletários. Era a demonstração crítica da fatal necessidade de que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse sequer pensar em sua desforra, em suas reivindicações de classe, em sua revolução. Os fatos superaram as ideologias. Os fatos fizeram explodir os esquemas críticos dentro dos quais a história da Rússia deveria se desenvolver segundo os cânones do materialismo histórico. Os bolcheviques renegam Karl Marx: afirmam – e com o testemunho da ação explicitada, das conquistas realizadas – que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como poderia se pensar e se pensou (Gramsci, 2004f, p. 126).

Contrariamente à *aparência* de uma crítica dirigida totalmente à Marx, Gramsci na verdade parecia atacar as posições da corrente denominada ironicamente por Lênin como “marxistas legais”, isto é, alguns pensadores que, numa leitura *economicista*, usavam *O Capital* para afirmar que a Rússia deveria passar necessariamente por uma etapa de desenvolvimento e consolidação do capitalismo. Esse materialismo histórico enrijecido, esquematizado e dogmatizado era um materialismo histórico tal como interpretado, naquela época, pela Segunda Internacional. A *essência* da crítica gramsciana consistia na consideração de que, na prática, a Revolução Russa havia “mandado pelos ares” os esquemas evolucionistas da Segunda Internacional e posto

em crise uma interpretação positivista do marxismo, pois os bolcheviques não eram apenas “marxistas” no sentido de “construir a partir da obra do Mestre uma doutrina rígida, feita de afirmações dogmáticas e indiscutíveis”; eram os verdadeiros marxistas porque souberam renegar algumas afirmações de *O Capital* sem renegar seu pensamento imanente, vivificador, o pensamento que “não morre nunca” (Gramsci, 2004f, p. 126-127). Ao tentar fazer uma análise para além das considerações de uma contaminação “idealista” e “voluntarista” do jovem Gramsci, Staccone (1991, p. 25) argumenta que o fundamento da interpretação deve ser procurado precisamente noutra direção: “[...] no conceito gramsciano de *humanismo absoluto da história*, que corresponde à ideia marxiana de que tanto o homem faz a história como a história faz o homem”.

Sempre o *homem-indivíduo* é para Gramsci também um *homem-massa* enquanto participa inconscientemente de uma cultura e de determinadas relações sociais; e a passagem catártica do individualismo para a consciência pessoal e de grupo leva conscientemente à realização histórica de uma vontade “coletiva” capaz de fazer e refazer o mundo. [...] Nesta compreensão, a vontade torna-se um elemento constitutivo e gratificante do homem e dos grupos sociais: torna-se uma das alavancas para remover o velho e construir o novo (Staccone, 1991, p. 25, grifos do autor).

Mas, apesar destas ressalvas de Staccone, não se pode desconsiderar os traços marcadamente idealistas e voluntaristas presentes em algumas formulações gramscianas nessa primeira etapa de seu itinerário intelectual³, principalmente no tocante à concepção de “vontade”, a qual ele radicalmente contrapunha (e priorizava unilateralmente) às “determinações objetivas”, como se pode perceber em seu texto de 1918 sobre a revolução bolchevique⁴:

[o pensamento marxista] [...] põe sempre como máximo fator da história não os fatos econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam um dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à sua vontade, até que essa vontade se torne o motor da economia, a plasmadora da realidade objetiva, a qual vive, e se move, e adquire o caráter da matéria

³ Não podemos negar a evidência do elemento idealista das primeiras formulações gramscianas, pois até mesmo o próprio Gramsci admitiu, posteriormente nos *Cadernos*, que, naquela época, ele era tendencialmente croceano.

⁴ Concepção esta que, nas suas reflexões da maturidade apresentadas nos *Cadernos*, assume uma posição bem mais mediatizada, como poderemos perceber mais adiante.

telúrica em ebulição, que pode ser dirigida para onde a vontade quiser, do modo como a vontade quiser” (Gramsci, 2004f, p. 127).

De acordo com Coutinho (1999, p. 245), ao defender a revolução bolchevique contra o suposto “positivismo” de Marx (ou das leituras marxistas), pode-se dizer – ainda que forçosamente – que Gramsci estava, nesse momento de sua evolução, muito próximo do tão criticado voluntarismo subjetivista presente na reflexão de Rousseau, pois “a ‘vontade coletiva ou social’ ainda lhe parece capaz de ser o ‘motor da economia’ e de ‘plasmear a realidade objetiva’”.

Gramsci (2004f, p. 127-128) chega a afirmar que o marxismo era “[...] a continuação do pensamento idealista italiano e alemão”, e que Marx “[...] se havia contaminado de incrustações positivistas e naturalistas” – argumentações essas, na minha opinião, ausentes de uma base coerente, tendo em vista que o marxismo não se configura apenas como a continuação do idealismo, mas sim como uma superação dialética do mesmo. Entretanto, é preferível analisá-las em relação à percepção de Gramsci acerca da particularidade da situação russa. O pensador sardo defendia a tese de que, em condições *normais*, era necessário “[...] um longo processo de infiltrações capilares, de uma longa série de experiências de classe” para se conseguir formar uma vontade coletiva popular no porte daquela criada na Rússia:

Os homens [...] precisam se organizar, primeiro exteriormente, em corporações, em ligas, depois interiormente, no pensamento, nas vontades, numa incessante continuidade e multiplicidade de estímulos externos. É por isso que, *normalmente*, os cânones da crítica histórica do marxismo captam a realidade, articulam-na e a tornam evidente e diferenciada. *Normalmente*, é através da luta de classe cada vez mais intensa que as duas classes do mundo capitalista criam a história (Gramsci, 2004f, p. 127).

Entretanto, para Gramsci, Marx não teria como prever que a guerra europeia poderia ter a duração e os efeitos que teve, e que, na Rússia, essa guerra servira para “despertar as vontades”:

Através dos sofrimentos acumulados ao longo de três anos, tais vontades se puseram em uníssono muito rapidamente. A carestia era um ameaça constante, a fome, a morte pela fome podia atingir a todos, dizimar de um só golpe dezenas de milhões de homens. As vontades se puseram em uníssono, primeiro mecanicamente, e, depois da primeira revolução [de fevereiro de 1917], ativa e espiritualmente (Gramsci, 2004f, p. 128).

Todavia, essa evidente posição subjetivista e voluntarista faz com que Gramsci compreenda o destaque que a revolução russa dava ao momento subjetivo, ao momento da iniciativa política. A substância de sua crítica consiste no seu entendimento de que a Revolução de Outubro se configurara como uma crítica viva de uma falsa interpretação do marxismo e que, após essa revolução, era preciso liberar-se de uma concepção do marxismo como determinismo econômico vulgar e reexaminar a função do sujeito revolucionário – posição esta que se mostrou de forte relevância para as orientações gramscianas na crise italiana do pós-guerra. Sob a influência exercida pela Revolução Russa e pelo contato (mesmo que precário nos seus primeiros momentos) com os textos de Lênin e de outros bolcheviques, Gramsci passa a “[...] se aproximar mais intensamente da realidade concreta, a analisar mais de perto as mediações do real, a conceber as tarefas intermediárias que são necessárias à realização do objetivo final” (Coutinho, 1999, p. 22).

1.1 A importância do “autogoverno das massas operárias” para a construção da democracia socialista: a experiência italiana.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a situação social italiana se tornou potencialmente explosiva diante dos estragos deixados pelo conflito bélico e da perceptível desvantagem (real ou fictícia) sofrida após a Conferência de Paz entre os países vencedores, ocorrida em 1919 em Versalhes (onde os interesses reais e nacionalistas italianos foram levemente desconsiderados ante a prevalência dos pequenos interesses ingleses e franceses). A pequena e média burguesias urbanas e os médios empresários da agroindústria se viram arruinados pela economia de guerra e, conseqüentemente, amplia-se em grandes proporções o número de desempregados, o que criou um objetivo quadro de revolta ao aventurismo político exercido pelo Governo italiano da época. Ademais, o cenário de complexidade e conflitividade da situação se completa com a configuração de um alto nível de conscientização e organização sindical e política, tanto dos trabalhadores no campo como dos operários urbanos.

As orientações analíticas de Gramsci nesta fase se voltam, prevalentemente, para a compreensão e acompanhamento das transformações políticas, sociais e culturais em curso na Itália. Ele percebe que o saldo da primeira grande guerra havia

sido um agigantamento de todos os problemas e “carecimentos materiais e espirituais”, cuja maior visibilidade da realidade produziu o estremecimento e a revolta das consciências e alterou rapidamente “o ambiente econômico e espiritual” da sociedade italiana.

Uma gigantesca mão-de-obra foi improvisada; a violência imanente às relações entre assalariados e empresários revelou-se de modo evidente e identificável até mesmo pelas mentes mais obtusas. E revelou-se de modo não menos espetacular que esta violência tem como instrumento o Estado burguês, em todos os seus poderes e ordenamentos: desde o governo que têm como apêndices os comitês de mobilização, as delegacias de polícia, os carabinieri, os carcereiros, até o ordenamento judiciário que se presta às violações constitucionais promovidas pelos ministros democráticos, até o Parlamento eletivo que, com sua imensa covardia, permite que sejam violadas as liberdades mais elementares. (Gramsci, 2004g, p. 215).

Em decorrência da elevação extrema da violência de classe, o crescimento industrial adquiriu dimensões milagrosas. Ao fazer avançar o processo capitalista de produção (ampliando rápida e enormemente a produção industrial bélica e forçando os ritmos de trabalho e concentração dos trabalhadores em grandes fábricas), a guerra desfez o atraso tecnológico italiano, mas também revelou de forma mais lúcida as relações de violência entre assalariados e patrões. Uma terrível lição prática de socialismo revolucionário foi fornecida aos explorados de forma inevitável para a burguesia: o surgimento de uma nova consciência de classe – não só na fábrica, mas também nas trincheiras – que, apesar de ainda elementar e primária, estava aberta para ser orientada e disciplinada pelo movimento proletário, que deveria ajudar essa massa a se tornar consciente de seus próprios carecimentos materiais e espirituais.

Em outras palavras, abre-se o caminho para o embate revolucionário, num cenário onde os proprietários e os proletários são postos, frente a frente, como inimigos de classe. Neste quadro, era preciso dotar aos trabalhadores de uma importante compreensão da realidade: a configuração da classe burguesa como “inimiga” não se realiza apenas no terreno econômico, mas também no terreno político, pois o desvelamento dos sujeitos históricos propiciado pela guerra permitiu também uma maior transparência da natureza da relação entre a classe burguesa e o Estado. O Estado é “a organização econômico-política da classe burguesa”, ou seja, “é a classe burguesa em sua concreta força real” (Gramsci, 2004h, p. 167).

A classe burguesa não é uma unidade fora do Estado. Em função do princípio e da ação da livre concorrência, surgem e se constituem continuamente novos grupos de produtores capitalistas, que complementam incessantemente a capacidade econômica do regime. Todos os grupos gostariam de escapar da dilaceradora luta da concorrência e impor seu monopólio. O Estado regula juridicamente os dissídios internos de classe, os atritos de interesses conflitantes, unifica os vários segmentos e dá a imagem plástica da classe em sua totalidade. O governo, o poder, é o ponto onde se afirma a concorrência dos vários segmentos. O governo é o prêmio conquistado pelo partido, pelo segmento burguês mais forte, que, por causa dessa força, obtém o direito de regulamentar o poder do Estado, de direcioná-lo para determinados fins, de plasmá-lo predominantemente de acordo com seus programas econômicos e políticos (Gramsci, 2004h, p. 168).

Cabe destacar que Gramsci *não* considera a *concretude* apenas como uma limitação empírica no tempo e no espaço. *Concretude* é sinônimo de *organicidade*, e “a organicidade dos problemas sociais se encontra na política, que é o ato criador do espírito prático” (Gramsci, 2004i, p. 221). Num quadro onde a classe operária italiana se encontra numa clara posição de rebelião contra o poder capitalista e onde os governos italianos não mais conseguem governar, uma concepção geral da essência e dos limites do Estado torna-se questão ineliminável para que os problemas possam atingir a sua concretude. Isto posto, Gramsci passa não somente a perceber a necessidade de uma força política capaz de colher as possibilidades que a situação objetiva oferecia, como também a apontar a imprescindível tarefa de “analisar concretamente a realidade nacional de seu país para nela descobrir os elementos capazes de viabilizar a criação de um Estado proletário, de tipo soviético” (Coutinho, 1999, p. 23).

A guerra havia enlouquecido os homens e ocasionado uma catástrofe social onde tudo se dissolveu e toda a hierarquia social foi irremediavelmente abalada: não somente destruiu e esterilizou as fontes da riqueza, como revelou “a impossibilidade orgânica de que o regime individualista de livre concorrência seja capaz de restaurar as ruínas e criar novas possibilidades de vida”, anunciando, assim, o perigo de que metade da humanidade seja condenada a “morrer de esgotamento” (Gramsci, 2004i, p. 224). Neste quadro, Gramsci afirma que o “problema concreto” se traduz em “ajudar a classe trabalhadora a assumir o poder político”, em “estudar e pesquisar os meios adequados para que a transferência de poder ocorra com o menor derramamento de

sangue possível, para que o novo Estado comunista se difunda amplamente depois de um breve período de terror revolucionário” (Gramsci, 2004i, p. 224). Entretanto, dadas as condições de subalternidade intelectual às quais as classes trabalhadoras estiveram submetidas, a compreensão gramsciana de que a luta pela emancipação política do proletariado não se colocava apenas no terreno econômico trazia consigo a necessidade de se encaminhar um novo projeto cultural capaz de propiciar o desenvolvimento de uma vontade social, de uma vivência democrática independente do domínio ideológico da classe burguesa.

É justamente essa fundamental preocupação que permeia a investida de Gramsci no ano de 1919, quando lança em Turim o jornal *L'Ordine Nuovo*⁵, um semanário que visava criar espaços para debater com maior liberdade a questão do socialismo na Itália, e que, em pouco tempo, tornou-se um forte instrumento de criação e difusão da cultura socialista, além de uma possibilidade concreta de educação e preparação ideológica das massas para a práxis revolucionária. Desde 1918, Gramsci já expressa a percepção do valor das conquistas parciais, ao afirmar que, com o fim da Primeira Guerra, “a luta política volta a se processar num ambiente de relativa liberdade”, o que é uma “condição indispensável para que os cidadãos possam conhecer a verdade, possam se reunir, discutir os problemas e os programas econômicos e políticos”, além de terem a oportunidade de se associar após a identificação de sua vontade e de sua consciência “com uma vontade e uma consciência social organizada em partido” (Gramsci, 2004g, p. 213). Assim, cabe ao proletariado organizado o dever ainda maior de “[...] se educar, de fazer brotar de sua associação o prestígio necessário para assumir a gestão social”; de se empenhar na intensificação da cultura, da educação, da ampla organização do saber e da experiência, como uma forma de independência das massas em face do “despotismo dos intelectuais de profissão” e contra “as competências por direito divino”; empenho este que não pode ser adiado para um posterior momento em que as massas já estejam politicamente livres, pois o socialismo não significa apenas organização política e econômica, “mas também e sobretudo de saber e vontade, obtida através da atividade cultural” (Gramsci, 2004j, p. 212-213).

⁵ Juntamente com seus velhos amigos de Universidade, Angelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini.

Entretanto, Gramsci também percebe que “[...] uma coisa é a doutrina comunista, o partido político que a defende, a classe operária que a encarna conscientemente”; outra coisa é o imenso povo “desagregado, desorganizado, lançado por uma guerra longa e desastrosa num negro abismo de miséria, de barbárie, de anarquia, de dissolução” (Gramsci, 2004a, p. 240). Enquanto as revoluções do passado apenas visavam corrigir a forma de propriedade privada e nacional dos meios de produção e de troca; a revolução proletária objetiva eliminar essas formas de propriedade e as classes, o que a torna “a maior das revoluções” e, não por menos, lhe traz obstáculos e dificuldades imensamente superiores aos enfrentados pelas suas antecessoras. Enquanto as revoluções do passado envolviam apenas uma parte limitada dos grupos humanos, a revolução proletária envolve todos os homens, obrigando-os “[...] a se mover, a intervir na luta, a tomar explicitamente partido” (Gramsci, 2004k, p. 239). É exatamente neste ponto que Gramsci considera a grandeza política dos bolcheviques:

[...] em ter despertado o gigante caído, em ter dado novamente (ou em ter dado pela primeira vez) uma forma concreta e dinâmica a essa desagregação, a este caos; em ter sabido juntar a doutrina comunista com a consciência coletiva do povo russo, em ter lançado os sólidos fundamentos sobre os quais a sociedade comunista iniciou o seu processo de desenvolvimento histórico. Numa palavra: em ter traduzido historicamente, na realidade experimental, a fórmula marxista da ditadura do proletariado (Gramsci, 2004k, p. 241).

Desta forma, a questão culturalista inicial logo sofre uma alteração diante da necessidade de “fazer política” que se colocava premente a alguns fundadores de *L'Ordine Nuovo*. Enquanto Angelo Tasca via no semanário, em essência, um jornal de divulgação cultural, um órgão que se movia no âmbito do partido e que não estabelecia uma relação profunda e real com o movimento; Gramsci e Togliatti acreditavam na necessidade de partir do movimento real, de dedicar todas as energias para “descobrir” a tradição soviética na classe operária italiana, considerando que, no quadro da revolução mundial que se tornava iminente, “fazer política” significava elaborar a teoria e a prática da revolução soviética (ou dos conselhos) na Itália, significava construir os pressupostos da revolução socialista em seu próprio país como uma forma concreta de revelar na prática a adesão essencial à Internacional Comunista e aos

ensinamentos de Lênin e os bolcheviques (Coutinho, 1999, p. 28). Nas análises de Luciano Gruppi,

[...] para Gramsci, [o *L'Ordine Nuovo*] [...] deve clarificar teórica e culturalmente a experiência da luta dos operários. Deve-se fazer com que os operários tomem consciência do que é produção capitalista, do que é o ciclo produtivo, de qual é a função do operário no centro de produção. Essa consciência leva o operário a situar-se além do seu estado de assalariado, de elemento passivo do processo produtivo; leva-o a compreender sua própria função política e histórica. Nasce assim, na concreticidade da luta, na concreticidade das relações produtivas, a consciência de classe. Uma visão teórica e uma nova cultura que se formam, não remoendo o saber tradicional, mas graças ao contato do marxismo com as experiências vivas da luta operária (Gruppi, 1980, p. 52).

Os novos rumos traçados por Gramsci são tomados pelo semanário a partir do seu sétimo número, com a publicação – em 21 de junho de 1919 – do artigo *Democracia operária*, o qual se autodefine como um escrito que visa ser “um estímulo ao pensamento e à ação”, um convite aos mais conscientes operários para que reflitam e colaborem (cada um na sua esfera da própria competência e da própria ação) para a solução do problema, “fazendo convergir a atenção dos companheiros e das associações para os termos nos quais ele se apresenta”, no intuito de desencadear um processo de esclarecimento, persuasão e educação recíproca entre os trabalhadores que levará à ação concreta de construção de uma “nova sociedade” (Gramsci, 2004l, p. 245). Gramsci faz do seu esforço o esforço de todo *L'Ordine Nuovo*: era preciso abandonar a concepção doutrinária e “estudar o que ocorre entre as massas operárias”, partir do movimento real. Era necessário arrancar, de uma realidade efetiva e de um movimento já existente, um novo instrumento de unidade da classe operária, capaz de guiar o movimento de massa a um novo nível de consciência. Esta tarefa não era de todo impossível, pois Gramsci concebia que o modelo de Estado pelo qual se deveria lutar se configurava a partir da fábrica, da experiência concreta.

O Estado socialista já existe potencialmente nas instituições de vida social características da classe trabalhadora explorada. Articular entre si estas instituições, coordená-las e subordiná-las segundo uma hierarquia de competências e de poderes, centralizá-las fortemente significa criar desde já uma verdadeira democracia operária, em eficiente e ativa contraposição ao Estado burguês, preparada desde já para substituir o Estado burguês em todas as funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional (Gramsci, 2004l, p. 246).

Gramsci considera que o associativismo poderia e deveria ser assumido como o fato essencial da revolução proletária, revolução esta cujo fundamento filosófico e prático deve ser buscado numa das teses centrais do marxismo: *a concentração capitalista, determinada pelo modo de produção, gera uma correspondente concentração de massas humanas trabalhadoras*. No Estado burguês-liberal, que pressupõe o sistema capitalista, não somente as empresas são colocadas para atuar no plano da livre concorrência, como também o trabalhador – considerado como “indivíduo-cidadão” – concorre com outros trabalhadores numa aparente condição de igualdade num sistema de competição individual. Entretanto, neste sistema de produção, as condições de partida da luta não são iguais para todos, pois a existência da propriedade privada dos meios de produção põe uma minoria social em condições de privilégio, além de deixar o trabalhador continuamente exposto a riscos mortais: “sua própria vida elementar, sua cultura e o futuro da sua família estão expostos às bruscas oscilações do mercado de trabalho” (Gramsci, 2004m, p. 257). Esta realidade faz com que o trabalhador procure se livrar dessa esfera da concorrência e do individualismo, e sua psicologia e modo de vida passam a ser alterados por um princípio que se torna essencial para a classe operária: o princípio associativo e solidarista. “Surgem instituições e organismos nos quais este princípio se encarna; com base neles, inicia-se o processo de desenvolvimento histórico que leva ao comunismo dos meios de produção e de troca” (Gramsci, 2004m, p. 257).

Mas, as instituições do movimento socialista e proletário realizadas até então (os *partidos socialistas* e os *sindicatos*) não se desenvolveram de modo autônomo, não obedeceram “a leis próprias imanentes à vida e à experiência histórica da classe trabalhadora explorada”, mas sim como resultado da configuração geral da sociedade humana dominada pelas leis soberanas do capitalismo, pelas leis da história ditadas pela classe proprietária organizada no Estado⁶. Tornaram-se incapazes de enfrentar e derrotar a classe possuidora e foram absorvidos por ela, acomodando-se com a situação através da aceitação da realidade histórica produzida pela iniciativa capitalista.

⁶ Gramsci argumenta que, nos organismos do Estado “[...] se concentra a potência da classe proprietária; é no Estado que a classe proprietária se disciplina e se constrói como unidade, acima dos dissídios e dos conflitos gerados pela concorrência, com o objetivo de manter intocada a condição de privilégio na fase suprema da própria concorrência, ou seja, na fase da luta de classe pelo poder, pelo predomínio na direção e no disciplinamento da sociedade” (Gramsci, 2004m, p. 258).

Incidiram no erro de psicologia dos economistas liberais: o de crer na perpetuidade das instituições do Estado democrático, em sua essencial perfeição. Segundo eles, a forma das instituições democráticas pode ser corrigida, retocada neste ou naquele ponto, mas deve ser fundamentalmente respeitada (Gramsci, 2004m, p. 261).

Não se podia negar que, em decorrência da produção industrial, a sociedade assumira uma configuração geral na qual todo homem só poderia realizar uma participação ativa na vida e modificar o ambiente na medida em que atuasse como “indivíduo-cidadão”, como membro do “Estado democrático-parlamentar”. Neste quadro, os camponeses e operários percebiam que, durante todo o período em que a classe proprietária e o Estado democrático-parlamentar ditassem as leis da história, qualquer tentativa de escapar de tais leis seria inútil e ridícula. Mas a situação estratégica da luta de classes se invertera com a guerra, pois os capitalistas perderam a predominância, sua liberdade passou a ser limitada e seu poder anulado. O máximo desenvolvimento atingido pela concentração capitalista realizou o monopólio mundial da produção e das trocas, mas também acarretou num aumento da concentração das massas trabalhadoras que forneceu um poder extraordinário à classe proprietária revolucionária, cujo impulso e entusiasmo nunca foram tão férvidos na Europa Ocidental (Gramsci, 2004m, p. 259 e 262).

Tal pujança de vida revolucionária, correspondente à crise do capitalismo (na sua fase de expansão monopolista e imperialista) não era possível de ser absorvida e expressada pelas instituições tradicionais do movimento, “a não ser através de um trabalho de anos e dezenas de anos”, pois estas não se identificavam imediatamente com o Estado proletário, e sua própria forma era “inadequada ao disciplinamento das forças inseridas no processo histórico consciente” (Gramsci, 2004m, p. 246 e 262). Entretanto, por nascerem como resultantes da livre concorrência, elas continuariam a subsistir independentemente do Estado, “até a supressão de todo resíduo da concorrência, até a supressão das classes e dos partidos, até a fusão das ditaduras proletárias nacionais na Internacional comunista” (Gramsci, 2004m, p. 246 e 262)⁷.

⁷ De acordo com as formulações gramscianas deste período, elas continuariam a subsistir “[...] como instituição de propulsão (o Partido) ou de controle e realização parcial (os sindicatos). O Partido deve continuar a ser o órgão da educação comunista, o cadinho da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz ao objetivo as forças organizadas e disciplinadas da classe operária e camponesa. Precisamente para desempenhar de modo rigoroso este seu papel, o Partido não pode abrir suas portas à invasão de novos aderentes, não habituados ao exercício da responsabilidade e da disciplina” (Gramsci, 2004m, p. 246).

Gramsci estava convencido (após as experiências revolucionárias da Rússia, da Hungria e da Alemanha) de que o Estado socialista não poderia se encarnar nas instituições do Estado capitalista, mas sim deveria ser “uma criação fundamentalmente nova quando comparada a tais instituições e, até mesmo, à história do proletariado” (Gramsci, 2004m, p. 261).

As instituições do Estado capitalista são organizadas em função da livre concorrência: não basta mudar o pessoal para que sua atividade seja orientada em outra direção. O Estado socialista ainda não é o comunismo, ou seja, a instauração de uma prática e um modo de vida solidarista, mas é o Estado de transição que tem como objetivo suprimir a concorrência mediante a supressão da propriedade privada, das classes, das economias nacionais. Esta tarefa não pode ser realizada pela democracia parlamentar. A fórmula “conquista do Estado” deve ser entendida no seguinte sentido: criação de um novo tipo de Estado, gerado pela experiência associativa da classe proletária, um Estado que deve substituir o estado democrático-parlamentar (Gramsci, 2004m, p. 261-262).

Gramsci compreende que a vida social da classe trabalhadora é rica em instituições e articula-se em múltiplas atividades, mas que estas instituições existem como uma massa informe, cuja potencialidade é desconhecida ou subestimada pela classe trabalhadora. Assim, era preciso “[...] dar uma forma e uma disciplina permanentes a essas energias desordenadas e caóticas”, absorvê-las, articulá-las e potenciá-las com o conhecimento crítico e a organização do partido; fazer da classe proletária e semiproletária “[...] uma sociedade organizada que se eduque, que obtenha experiência, que adquira uma consciência responsável dos deveres que incumbem às classes que chegam ao poder de Estado” (Gramsci, 2004l, p. 246).

Em outras palavras, era necessário que, ao lado das instituições tradicionais do movimento, surgissem e se desenvolvessem atividades e instituições de novo tipo, de tipo estatal, que substituiriam precisamente as instituições privadas e públicas do Estado democrático-parlamentar, e que seriam organizadas de modo global, vinculadas num sistema amplo e agilmente articulado, que pudesse absorver e disciplinar toda a classe trabalhadora⁸. Dever-se-ia, assim, atuar diretamente na oficina com suas

⁸ “[Devem existir e se desenvolver] Instituições que substituam a pessoa do capitalista nas funções administrativas e no poder industrial, realizando a autonomia do proletariado na fábrica; instituições capazes de assumir o poder de direção de todas as funções inerentes ao complexo sistema de relações e de troca que ligam as seções de uma fábrica entre si, constituindo a unidade econômica elementar, e que ligam as várias atividades da indústria agrícola. Tais instituições, através de planos horizontais e verticais, devem constituir o harmonioso edifício da economia nacional e internacional, liberado da gravosa e parasitária tirania dos proprietários privados” (Gramsci, 2004m, p. 262-263). Num artigo publicado no mês seguinte, encontra-se a seguinte afirmação: “É preciso conciliar as

comissões internas, nos círculos socialistas e nas comunidades camponesas, pois estes eram os centros de vida proletária existentes naquele quadro italiano.

Desta forma, ao partir da premissa de que era necessário analisar o que ocorria entre as massas operárias, de que era preciso “estudar a organização da fábrica como instrumento de produção”, isto é, “consagrar toda a atenção aos sistemas capitalistas de produção e de organização”, fazendo com que “as atenções da classe operária e do Partido convirjam para tal tema”, Gramsci e seus companheiros de *L'Ordine Nuovo* se questionam:

Existe na Itália, como instituição da classe operária, algo que possa ser comparado ao soviete, que a ele se assemelhe por sua natureza?” Algo que nos autorize a afirmar que o soviete é uma forma universal, que não é uma instituição [...] apenas russa, mas que é a forma na qual, qualquer que seja o lugar onde existam proletários em luta para conquistar a autonomia industrial, a classe operária manifesta esta vontade de emancipação? O soviete é a forma de autogoverno operário das massas operárias. Existe na Itália, em Turim, um germe, uma veleidade, um vislumbre de governo dos sovietes? (Gramsci, 2004o, p. 401-402).

A resposta é positiva. Acreditava-se que a *comissão interna* era esse germe de governo operário similar aos sovietes, era o correspondente ao princípio afirmado nas revoluções da Rússia e da Hungria de que a luta de classe – naquele período da história da indústria capitalista – realiza-se em um novo tipo de organização proletária, baseada na fábrica, na unidade de produção, e não na categoria profissional, nos sindicatos de categoria nascidos da divisão do trabalho (Gramsci, 2004n, p. 272). Era preciso, então, fazer um estudo acerca dessa instituição operária; estudar, também, a fábrica capitalista não como organização material, mas sim como “forma necessária da classe operária, como organismo político, como ‘território nacional’ do auto governo operário” (Gramsci, 2004o, p. 402).

Os principais fundadores de *L'Ordine Nuovo* sustentavam que, ao desenvolver-se, articular-se e enriquecer-se de novas funções hierarquicamente ordenadas, as comissões internas “constituíram o fundamento do Estado socialista, o instrumento da ditadura proletária no campo da produção industrial”, pois nelas “a economia e a

exigências do momento atual com as exigências do futuro, o problema do ‘feijão com arroz’ com o problema da Revolução, na convicção de que um está no outro, que no mais está o mesmo, que as instituições tradicionais se reforçam nas novas instituições, mas que somente nestas últimas é que está contida a mola do desenvolvimento da luta de classe, que deve atingir sua fase máxima na ditadura proletária, que deve suprimir tal luta, abolindo a propriedade privada e eliminando do campo industrial a pessoa do capitalista” (Gramsci, 2004n, p. 274).

política confluem, o exercício da soberania se identifica com o ato da produção”; ou seja, nela “realizam-se embrionariamente todos os princípios que irão informar a Constituição do Estado dos Conselhos; nela se realiza a democracia operária” (Gramsci, 2004n, p. 272).

As comissões internas são órgãos de democracia operária que é necessário libertar das limitações impostas pelos empresários e nos quais é preciso infundir vida e energia novas. Hoje, as comissões internas limitam o poder do capitalista na fábrica e desempenham funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e de administração” (Gramsci, 2004n, p. 247).

Para Gramsci e seus amigos, trata-se de, primeiramente, fazer da Comissão Interna um organismo representativo de *todos* os trabalhadores da fábrica – operários, empregados, engenheiros e técnicos – onde todos (e não somente aqueles que estão inscritos no sindicato) devem poder votar e ser votados. Não se trata de inventar, mas sim de dilatar o que já existe; “trata-se de dilatar a comissão interna e de reunir em torno dela um conselho operário, formado por operários eleitos nas fábricas, nos seus vários setores” (Gruppi, 1980, p. 52). Depois de cumpridas as alterações no regime de funcionamento destas instituições, os *Conselhos de Fábrica* surgiriam da ampliação funcional e da superação dialética das “comissões internas”: seriam uma instituição pública nova e complexa não mais concebida como “instrumentos de defesa dos direitos imediatos do trabalhador, mas como o meio de *eleva o operário de sua condição de assalariado à condição de produtor*” (Coutinho, 1999, p. 31, grifos do autor).

Ao partir da premissa de que a ditadura proletária não poderia se encarnar num tipo de organização de “assalariados escravos do capital”, mas sim de um tipo de organização que fosse específico da atividade própria dos produtores, os principais fundadores de *L’Ordine Nuovo* visam no Conselho de Fábrica a célula primária deste tipo de organização, pois “[...] realiza a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma coesão e uma forma que são da mesma natureza que a coesão e a forma que a massa assume na organização geral da sociedade” (Gramsci, 2004p, p. 288).

O conselho de Fábrica é o modelo do Estado proletário. Todos os problemas inerentes à organização do Estado proletário são inerentes à organização do conselho. Num e noutro, desaparece conceito de cidadão substituído pelo conceito de companheiro: a colaboração para produzir bem e de modo útil desenvolve a

solidariedade, multiplica os vínculos de afeto e de fraternidade. Cada um é indispensável, cada um está em seu lugar, todos têm uma função e um posto. Até mesmo o mais ignorante e atrasado dos operários, até mesmo o mais vaidoso e “bem educado” dos engenheiros terminam por se convencer desta verdade nas experiências da organização fabril: todos terminam por adquirir uma consciência comunista, por compreender o grande processo representado pela economia comunista quando comparada à economia capitalista. O conselho é o mais idôneo órgão de educação recíproca e de desenvolvimento do novo espírito social que o proletariado foi capaz de gerar a partir da experiência viva e fecunda da comunidade de trabalho (Gramsci, 2004p, p. 288-289)⁹.

Conforme ressalta Staccone (1991), o surgimento dos Conselhos de Fábrica, no âmbito da teorização gramsciana, também “possibilita a criação de relações democráticas não-liberais”.

A passagem da função reivindicativa intrassistêmica para o exercício do poder político comporta uma dupla metamorfose das *Comissões Internas*: a nível econômico, devem transformar-se em associações de produtores; a nível político, em *organismos de exercício democrático do poder*, inicialmente, em oposição ao governo burguês, e paulatinamente, através da potenciação e aceleração do processo revolucionário, deverão assumir todo o poder político instaurando a *ditadura do proletariado* (Staccone, 1991, p. 33, grifos do autor).

Desta forma, ao sustentar que o processo real da revolução proletária não poderia ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias que nasceram e se desenvolveram no terreno da democracia burguesa (o partido político e o sindicato)¹⁰, Gramsci defende a tese de que o ponto de partida do processo revolucionário “[...] se realiza no terreno da produção, na fábrica, onde as relações são entre opressor e oprimido, explorador e explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia” (Gramsci, 2004q, p. 362). Assim, uma nova forma de convivência social, um novo e qualitativamente diferente exercício de democracia só poderia surgir a partir da fábrica e expandir-se através do fortalecimento das instituições do tipo proletário. Gramsci tinha consciência das condições de organização proletária daquela época, e sabia que caso ocorresse naquele

⁹ “A organização por fábrica estrutura a classe (toda a classe) numa unidade homogênea e coesa, que adere plasticamente ao processo industrial de produção e o domina, para dele se apropriar definitivamente. Na organização por fábrica, portanto, encarna-se a ditadura proletária, o Estado comunista que destrói a dominação de classe nas superestruturas políticas e em suas engrenagens gerais” (Gramsci, 2004p, p. 291).

¹⁰ Como afirmação e desenvolvimento da liberdade política e da “democracia em geral”, onde subsistem relações entre cidadão e cidadão.

momento um movimento de massas de caráter revolucionário seus resultados certamente seriam “[...] uma mera correção formal do Estado democrático, ou seja, desembocariam num aumento do poder da Câmara dos Deputados (através de uma assembleia constituinte) e na chegada ao poder de embrulhões socialistas anticomunistas” (Gramsci, 2004m, p. 263).

Por isso, o revolucionário italiano sustentava que a construção da *democracia operária* não passaria pelo Parlamento e pela representação parlamentar, mas sim pela eleição dos representantes de oficina e dos *Comitês de Bairro* (a “emanação de *toda a classe trabalhadora* que habita o bairro”). Estes, por sua vez, se ampliariam em *Comissariados urbanos*, controlados e disciplinados pelo Partido Socialista e pelas federações de categoria, até formar uma grande *rede* nacional de representações de organizações, cada vez mais ampliada, integradas por comunistas conscientes (consciência adquirida através do longo trabalho preparatório de organização e de propaganda) da missão revolucionária que a instituição deverá desempenhar¹¹.

Um tal sistema de democracia operária (complementada por organizações equivalentes de camponeses) daria uma forma e uma disciplina permanente às massas, seria uma magnífica escola de experimentação política e administrativa, englobaria as massas até o último homem, habituando-se à tenacidade e à perseverança, habituando-se a considerar-se como um exército em operação, que necessita de uma firme coesão se não quer ser destruído e escravizado (Gramsci, 2004l, p. 248).

As páginas de *L'Ordine Nuovo* demonstravam que o desejo pelo *fim* deveria inculcar o desejo pelos *meios*. Era preciso fazer com que a “ditadura do proletariado” deixasse de ser apenas uma fórmula, “uma ocasião para dar vazão à fraseologia revolucionária”. Era preciso compreender que a ditadura do proletariado “[...] é a instauração de um novo Estado, tipicamente proletário, no qual confluem as experiências institucionais da classe oprimida, no qual a vida social da classe operária e camponesa se torna sistema difundido e fortemente organizado” (Gramsci, 2004l, p. 249). Esse Estado proletário não se improvisa, sua criação não é um ato taumatúrgico; sua criação é um fazer-se, um processo de desenvolvimento; ou seja, a fundação do

¹¹ “[...] os órgãos centrais que surgirão para cada grupo de seções, para cada grupo de fábricas, para cada cidade, para cada região, até chegar a um supremo Conselho Operário Nacional, prosseguirão, ampliarão e intensificarão a obra de controle, de preparação e de organização de toda a classe, com objetivos de conquista e de governo” (Gramsci, 2004r, p. 280).

Estado proletário nasce do conflito e da luta, como destruição e refundação do que já existe. Não se deve dissimular que as forças do Estado democrático e da classe capitalista ainda são imensas, e que a ditadura do proletariado ainda é “um Estado nacional e um Estado de classe”, pois mesmo tendo sido modificados os termos da concorrência e da luta de classes, a concorrência e as classes subsistem. Não por menos, a ditadura do proletariado deve resolver os mesmos problemas de defesa externa e interna que são enfrentados pelo Estado burguês, pois as reais condições objetivas nas quais ela será exercida serão “de uma tremenda desordem e de uma espantosa indisciplina”, e, por isso, será preciso muito trabalho e luta, no próprio campo proletário, para vencer as resistências “[...] que se tornarão cada vez mais fortes e implacáveis à medida que as novas instituições forem se afirmando e se desenvolvendo” (Gramsci, 2004s, p. 254 e 274).

O proletariado é pouco experiente na arte de governar e de dirigir; a burguesia irá opor uma formidável resistência, aberta ou sub-reptícia, violenta ou passiva, ao Estado socialista. Somente um proletariado educado politicamente, que não se entregue ao desespero e ao desalento diante dos reveses possíveis e inevitáveis, que permaneça fiel e leal ao seu Estado apesar dos erros que indivíduos possam cometer e dos retrocessos que as condições reais de produção possam impor, somente um proletariado assim poderá exercer a ditadura, liquidar a herança maléfica do capitalismo e da guerra e realizar a Internacional Comunista (Gramsci, 2004s, p. 255).

O Estado socialista, pela sua própria natureza, exige uma lealdade e uma disciplina diversas e opostas àquelas exigidas pelo Estado burguês. Um exemplo desse aspecto pode ser tomado no artigo intitulado (e direcionado) *Aos comissários de seção das fábricas Fiat do centro e de Brevetti*, assinado e publicado no *L'Ordine Nuovo* do dia 13 de setembro de 1919, onde se esclarece que a necessária disciplina solicitada à massa camponesa deverá ser “[...] bem diversa daquela que o patrão impunha e exigia, apoiado no direito de propriedade que lhe concede uma posição de privilégio”, ela deverá ser apoiada no “[...] direito do trabalho, daquele trabalho que – depois de ter sido por séculos um instrumento nas mãos de seus exploradores – quer hoje redimir-se, quer dirigir-se a si mesmo” (Gramsci, 2004t, p. 279).

Assim, no processo de dissolução do Estado burguês, a sociedade humana sofre um brusco processo de decomposição e, mesmo vencido na luta de classes, o capitalismo deixará “um resíduo impuro de fermentações estatais”, onde indivíduos e

grupos desejarão “isentar-se das tarefas e da disciplina indispensáveis ao sucesso da revolução”. A grandiosidade da revolução acarreta, então, na necessidade imediata de autoformação e de formação de um sentimento de responsabilidade “rigoroso e implacável como a espada de um justiceiro”, sob o qual a massa operária deve preparar-se efetivamente para a conquista do completo domínio de si mesma (Gramsci, 2004s, p. 256).

Ao contrário do Estado burguês, que é tão mais forte no interior e no exterior quanto menos os cidadãos controlam e acompanham a atividade dos poderes, o Estado socialista exige a participação ativa e permanente dos companheiros na vida de suas instituições. Ademais, é preciso lembrar que o Estado é o instrumento para mudanças radicais e não se muda de Estado com a simplicidade com que se muda de governo (Gramsci, 2004s, p. 255-256).

Estas condições tornam necessária, na opinião de Gramsci e seus companheiros, a organização de “[...] um solidíssimo Estado socialista, que freie o mais rapidamente possível a dissolução e a indisciplina, que volte a dar uma forma concreta ao corpo social, que defenda a revolução contra as agressões externas e as rebeliões internas”. Ou seja, para garantia da sobrevivência e desenvolvimento da ditadura proletária, esta deve assumir um acentuado caráter militar, pois mesmo que o período de duração do Estado proletário venha ser curtíssimo, é indispensável “[...] trabalhar para que ele tenha condições de existência adequadas ao desenvolvimento de sua tarefa, ou seja, a supressão da propriedade privada e de classes” (Gramsci, 2004s, p. 254-255).

Torna-se um dever, naquela conjuntura, refazer a educação do proletariado: habituar o proletariado à ideia de que, para alcançar a supressão do Estado na Internacional, é necessário “[...] um tipo de Estado capaz de obter tal objetivo; de que, para suprimir o militarismo, pode ser necessário um novo tipo de exército. Isso significa educar o proletariado para o exercício da ditadura, do autogoverno” (Gramsci, 2004s, p. 255). Porém, é muito importante destacarmos que, para os principais fundadores de *L'Ordine Nuovo*, o desenvolvimento da atividade cultural, da educação das massas, deveria ter também (e fundamentalmente, apesar de parecer contraditório) a função de prevenir a necessidade de imposição dessa força armada:

[...] trabalhe para evitar que o Estado socialista se veja diante da cruel necessidade de impor com a força armada a disciplina e a

fidelidade, de suprimir uma parte para salvar o corpo social da desagregação e da depravação. Trabalhem no sentido de desenvolver a nossa atividade cultural, a fim de demonstrar que a existência do Estado socialista é um elo essencial da cadeia de esforços que o proletariado deve realizar em favor de sua emancipação, de sua liberdade (Gramsci, 2004s, p. 256).

Dessa forma, a fundação do Estado proletário só será possível se a classe trabalhadora for capaz tanto de reconstruir a si mesma, quanto de dotar de significado e força política as instituições específicas da atividade própria dos produtores. Para a classe trabalhadora, a urgência da educação política se configura num duplo caráter: a) a necessidade de evitar com que a burguesia não seja capaz de criar sérias dificuldades para o Estado socialista faz com que a classe trabalhadora deva ser vigilante e capaz de discernir e agir, o que revela o caráter *prático* de sua educação política; b) por outro lado, o maior grau de disciplina e lealdade que uma classe dirigente deve assumir na fundação e manutenção do Estado socialista imputa a essa classe trabalhadora uma participação mais ativa e permanente dos mesmos no cotidiano de suas instituições, o que define o caráter *ético* de sua educação política.

Neste quadro, percebe-se que as instituições nascentes da atividade própria dos produtores (especialmente os *Conselhos*) tanto assumem o papel de organização econômica e política dos *produtores*, quanto se configuram como o *fundamento* do novo Estado, o que nos faz concluir que, para que o Estado proletário se realize como um Estado em que os *produtores* controlem também a “organização da ordem” não só econômica, mas também social e política, este Estado deverá, necessariamente, superar a típica divisão entre economia e política existente no Estado burguês.

Essa formulação gramsciana de que a dinâmica do processo revolucionário passa não somente pelas contradições objetivas implícitas no modo de produção capitalista, mas também – e principalmente – pela ação dos sujeitos sociais, traz em si a plena absorção, pelo Gramsci ordinovista, das teses marxianas de que a história, no seu contínuo fazer-se, apesar de ser *essencialmente* imprevisível não é *totalmente* imprevisível; isto é, a história é, ao mesmo tempo, liberdade e necessidade. Para corroborar a tese de que as instituições – em cujo desenvolvimento e atividade a história se encarna – surgiram e se conservaram pelo fato de possuírem uma tarefa e uma missão a realizar, Gramsci desenvolve o seguinte argumento nas páginas de *L'Ordine Nuovo*:

Surgiram e se desenvolveram determinadas condições objetivas de produção dos bens materiais e de consciência espiritual dos homens. Se estas condições objetivas – que, por sua natureza mecânica, são mensuráveis de modo quase matemático – se modificam, modifica-se também a soma das relações que regulam e informam a sociedade humana, altera-se o grau de consciência dos homens; a configuração social se transforma, as instituições tradicionais se debilitam, deixam de cumprir suas funções, tornando-se gravosas e destrutivas (Gramsci, 2004m, p. 260).

Posteriormente, para afirmar que “a revolução proletária não é [...] um ato arbitrário de um sistema de organizações que se dizem revolucionárias”, mas sim “um longuíssimo processo histórico que tem lugar quando surgem e se desenvolvem dadas forças produtivas [...] num determinado ambiente histórico”, Gramsci utiliza a seguinte formulação:

Numa determinada fase deste processo, as novas forças produtivas não podem mais se desenvolver e organizar de modo autônomo nos quadros oficiais em que se processa a convivência humana. É nesta determinada fase que tem lugar o ato revolucionário, que consiste num esforço orientado no sentido de quebrar violentamente estes quadros, de destruir todo o aparelho de poder econômico e político em cujo interior as forças produtivas revolucionárias estavam contidas de modo opressivo; que consiste também no esforço orientado no sentido de quebrar a máquina do Estado burguês e de continuar um tipo de Estado em cujos quadros as forças produtivas liberadas encontrem a forma adequada ao seu desenvolvimento e expansão ulteriores, em cuja organização encontrem as garantias e as armas necessárias e suficientes para suprimir seus adversários (Gramsci, 2004q, p. 361-362).

Podemos perceber, ao associar as duas passagens supracitadas, que ao parafrasear as afirmações de Marx redigidas em seu “Prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*”, de 1859¹², Gramsci tenta demonstrar que a ação dos comunistas

¹² A passagem escrita por Marx é a seguinte: “[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou

marxistas deve ser uma expectativa crítica e não uma entrega ao curso dos eventos determinados pela concorrência burguesa. A organização da atividade de um Estado, tendo como base a capacidade de antecipar o futuro próximo através da apropriação do maior número possível de termos concretos necessários para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento, é o que torna possível distinguirmos um “gênio político” (e, neste caso, Marx se mostrou à Gramsci como o maior gênio político contemporâneo). Desta forma, Gramsci revela os dois aspectos em que o Estado é distinguido pelos “comunistas críticos”: “[...] é o aparelho do poder político, mas é também um aparelho de produção e de troca” (Gramsci, 2004r, p. 284).

Como princípio industrial de organização da economia de um país, o Estado deve ser conservado e desenvolvido: todos os instrumentos de produção e de troca que o capitalismo irá legar ao proletariado devem ser conservados e desenvolvidos para que se conserve e se amplie o bem-estar comum. Se a concentração é exigida pela necessidade da produção industrial, ela deve ser mantida e desenvolvida, até tornar-se mundial [...]. Portanto, os socialistas são “estatistas” somente na medida em que o processo de desenvolvimento da produção industrial criou aparelhos econômicos que coincidem com o aparelho do poder político e formam sua íntima estrutura. [...] Como princípio de poder político, o Estado se dissolverá tão mais rapidamente quanto mais os trabalhadores forem capazes de se organizar socialmente de modo sólido e disciplinado [...]. O Estado continuará a ser aparelho de poder político enquanto existirem as classes, ou seja, enquanto os trabalhadores armados não tiverem conseguido – através do Estado político (ou ditadura) aparelhado pelos capitalistas como escudo do organismo econômico – dominar e possuir efetivamente o aparelho nacional de produção, fazendo dele a condição permanente de sua liberdade (Gramsci, 2004r, p. 284-285)¹³.

filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo” (Marx, 1961, p. 301-302).

¹³ É interessante neste ponto destacarmos a relação que Gramsci faz entre o Estado e a ampliação da liberdade. O marxista italiano afirma que “A lei essencial do homem é o ritmo da liberdade” e que “a história do gênero humano é um processo ininterrupto e indefinido de libertação”; entretanto, ressalva que “a liberdade não é algo fixo, imutável no tempo e no espaço”. Sendo assim, “Na convivência humana, enquanto relação entre indivíduos, a liberdade é um equilíbrio de forças e se concretiza numa organização, numa ordem. Em regime de propriedade privada, a liberdade política (e, em regime de propriedade privada, a liberdade pode ser apenas política, já que se trata de relação entre indivíduos, entre cidadãos, e não entre comunidades de produtores, entre associações, como será o caso em regime comunista) é condicionada pela posse de bens materiais ou por se estar a serviço de quem possui bens materiais. Portanto, não se pode negar que o regime burguês seja um regime de liberdade (toda a história é uma sucessão de regimes de liberdade); mas se trata aqui de liberdade formal para todos e liberdade efetiva para os possuidores dos meios de produção e de troca. Quando o Estado era ‘posse’ individual, somente o tirano e seus sicofantas eram livres; quando o Estado se tornou posse dos proprietários capitalistas e agrários, tornaram-se livres os proprietários capitalistas e agrários. Quando o Estado for ‘possuído’ pelos trabalhadores, os trabalhadores serão livres” (Gramsci, 2004r, p. 282-283).

Gramsci estava convencido de que a luta de classes havia assumido um caráter nitidamente revolucionário em todos os países da Europa, e que a concepção difundida pela III Internacional de que a luta de classe deveria estar dirigida para a instauração da ditadura proletária triunfava contra a ideologia democrática, propagando-se irresistivelmente entre as massas. Entretanto, este convencimento não o impedia de rechaçar as posições expressas pela corrente do PSI liderada por Amadeo Bordiga¹⁴, as quais pregavam a não-participação nas disputas eleitorais. O marxista sardo considerava que estas posições confundiam o fato incerto da participação nas eleições com a “fé” parlamentarista, pois interpretavam equivocadamente o Programa retirado do Primeiro Congresso da Internacional Comunista, realizado em Moscou em março de 1919.

Gramsci esclarece que as críticas do Programa referiam-se aos países em que já existia um sistema soviético, onde já havia a presença de organizações como os “soviets” e que, apesar disso, as autointituladas tendências revolucionárias não compreendiam “o verdadeiro caráter da ditadura proletária” e acreditavam na possível existência simultânea do soviete e do parlamento (da ditadura proletária e da ditadura burguesa): os socialdemocratas, por um lado, advogavam a Constituinte contra essas organizações (convidando os proletários a apoiar o parlamento como o único órgão capaz de realizar o socialismo), e, por outro, os centristas (Kautskianos etc.) tentavam fazer com que o parlamento “legalizasse” estas organizações com o intuito de se construir um sistema estatal com duas câmaras, uma política (representada pelo parlamento) e outra econômica (representada pelo congresso dos soviets). (Gramsci, 2004u, p. 274-275). No caso da Itália, não somente se percebia a inexistência de um sistema soviético, como sequer havia se iniciado o processo para sua formação orgânica, e por isso,

Abster-se nas eleições parlamentares não tem um significado sovieta, não tem o valor de “escolha”. Enquanto não for possível escolher, não podemos nos abster de participar nas eleições parlamentares, nas quais as forças políticas se dividem e medem forças. Enquanto não existirem os soviets, a palavra de ordem “todo o poder aos soviets” é vazia e pode ser perigosa para o êxito

¹⁴ Quando ainda era membro do Partido Socialista Italiano, Amadeo Bordiga liderou a corrente “maximalista abstencionista”, que pregava a não-participação do Partido nas disputas eleitorais. Depois da Revolução Russa, criou uma fração comunista no interior do PSI. Foi um dos fundadores do Partido Comunista da Itália e tornou-se seu principal dirigente entre 1921 e 1924, orientando o Partido para posições sectárias e “esquerdistas”, nas quais se opôs abertamente às propostas do IV Congresso da Internacional Comunista referentes à “Frente Única” e ao “governo operário e camponês”.

da revolução, já que pode desacreditar o próprio movimento soviético (Gramsci, 2004u, p. 275).

As primeiras eleições do pós-guerra realizadas na Itália, em novembro de 1919, tiveram como resultado um grande sucesso eleitoral do Partido Socialista e do Partido Popular (católico), que levou ao parlamento 156 deputados socialistas e 100 deputados católicos, numa bancada de 593 eleitos. Isso significava o fim do domínio dos partidos liberais (que representavam as elites econômicas) e a irrupção das massas populares no cenário político, o que foi avaliado por Gramsci como uma abertura de novas perspectivas para o processo revolucionário. No artigo *Os revolucionários e as eleições*, argumenta que, apesar de considerarem o Parlamento dos deputados eleitos por sufrágio universal (dos exploradores e dos explorados) uma “máscara da ditadura burguesa”, os operários e camponeses, os “revolucionários conscientes”, lutavam para mandar muitos deputados socialistas ao Parlamento não por galgarem a maioria das cadeiras ou uma legislatura caracterizada pela promulgação de alguns poucos decretos e leis que visassem “[...] quebrar as arestas, tornando mais fácil e mais cômoda a convivência das duas classes, a dos exploradores e a dos explorados”. Pelo contrário, o esforço eleitoral do proletariado objetivava conseguir pôr no Parlamento um bom, numeroso e aguerrido núcleo de militantes do Partido Socialista que fosse capaz de impossibilitar a constituição de um governo estável e forte por qualquer líder da burguesia, e conseqüentemente, capaz de obrigar a burguesia “[...] a se pôr fora do equívoco democrático e da legalidade, criando assim uma sublevação dos estratos mais profundos e amplos da classe trabalhadora contra a oligarquia dos exploradores” (Gramsci, 2004v, p. 304).

A revolução comunista não pode ser realizada por meio de um golpe de mão. Mesmo que uma minoria revolucionária conseguisse, pela violência, assenhorear-se do poder, essa minoria seria derrubada, no dia seguinte, pela retaliação das forças mercenárias do capitalismo, já que a maioria não organizada permitiria que fosse massacrada a nata da potência revolucionária, que fossem desencadeadas todas as paixões perversas e a barbárie suscitadas pela corrupção e pelo ouro capitalista. Portanto, é necessário que a vanguarda proletária organize material e espiritualmente essa maioria [...]; é necessário que a vanguarda revolucionária crie, com seus meios e seus sistemas, as condições materiais e espirituais nas quais a classe proprietária não seja mais capaz de governar pacificamente as grandes massas de homens, mas, ao contrário, seja obrigada, pela intransigência dos deputados socialistas controlados e disciplinados pelo Partido, a aterrorizar as grandes massas, a

golpear de modo cego e a fazer com que elas se revoltam. Uma meta desse tipo só pode ser buscada hoje através da ação parlamentar, *entendida como ação que visa imobilizar o Parlamento, a arrancar a máscara democrática da face equívoca da ditadura burguesa*, mostrando-a em todo seu horror e feiura repugnantes (Gramsci, 2004v, p. 304-305, grifo nosso).

É mister ressaltar como a formulação gramsciana defende que as dificuldades e a complexidade da conquista do poder social pelas massas devem estimular à ação mais preparada e aguerrida e não à ilusão e ao ceticismo. A aceitação da luta eleitoral pela vanguarda revolucionária foi posta pela necessidade de se criar uma unidade e uma forma primordial nas grandes massas populares italianas que ainda viviam informes e pulverizadas, a necessidade de se “dar um sentido e um vislumbre de consciência política aos seus instintos e às suas paixões”, vinculando-as à ação do Partido Socialista. Mas isso não significava iludir as multidões na crença de uma possibilidade de superação daquele estágio de crise através da ação parlamentar, da ação reformista. A separação entre as classes deveria ser reforçada; era necessário revelar-se a absoluta incapacidade da burguesia de satisfazer as necessidades das multidões; e, principalmente, era necessário que as multidões se convencessem, por meio da experiência, de que poderiam escolher ou a morte pela fome, ou se lançar a um esforço heroico e sobre-humano “[...] dos operários e camponeses italianos para criar uma ordem proletária, para suprimir a classe proprietária e eliminar qualquer motivo de desperdício, de improdutividade, de indisciplina, de desordem” (Gramsci, 2004u, p. 306)¹⁵. Na opinião de Staccone (1991), Gramsci considera, na sua tentativa de fazer uma articulação teórica entre os *Conselhos* e o *Partido Socialista*, que a presença maciça de parlamentares socialistas representa o fim da era da “livre exploração” dos trabalhadores e dos camponeses, pois

[...] os deputados de massas – tanto os socialistas como os católicos, juntos ou separadamente – podem “sabotar” o funcionamento do Parlamento. As massas proletárias, através de seus representantes, têm pela primeira vez o comando de uma grande força política. Mas esta conquista revolucionária exige uma progressão na via da revolução para não correr o risco de esvaziar-se e deixar tudo como está. E o progresso no caminho revolucionário passa,

¹⁵ “Somente por causa destes motivos revolucionários é que a vanguarda consciente do proletariado aceitou o combate eleitoral, instalando-se solidamente na feira parlamentar. Não por uma ilusão democrática, não por um amolecimento reformista, mas para criar as condições de trunfo do proletariado, para garantir o êxito do esforço dirigido no sentido de instaurar a ditadura proletária encarnada no sistema dos conselhos, fora do e contra o Parlamento” (Gramsci, 2004u, p. 306).

necessariamente, pela “expropriação dos expropriadores” e pela “fundação de um Estado comunista no interesse imediato das duas camadas mais numerosas dos produtos italianos”: os operários das fábricas e os camponeses. [...] Com as eleições, as massas fizeram o que podiam fazer dentro de um sistema democrático parlamentar: sufragar o *Partido Socialista*. Mas Gramsci lê no voto dos eleitores a vontade de entregar o Governo ao *Partido Socialista*, para que este guie o movimento revolucionário até a destruição do sistema parlamentar e a criação de uma nova forma de representação e de exercício do poder político centrado (Staccone, 1991, p. 43).

O projeto de Gramsci, enraizado no pressuposto de sua concepção democrática da sociedade – “uma forma de *democracia de base*, talvez, ou *direta*; ambas de difícil realização dentro das numericamente grandes sociedades modernas” –, concebia que o progresso do movimento revolucionário se realizaria através do trabalho em conjunto do Partido com os Conselhos, e não através de sua concorrência ou exclusão recíproca¹⁶. Para além das questões referentes à modalidade de realização prática, “[...] deve-se destacar a concepção gramsciana da *democracia socialista* como uma forma de exercício do poder *pluralista*, e aberta à participação de todos os grupos sociais produtores não-capitalistas” (Staccone, 1991, p. 44, grifo do autor). Nesta concepção, a dominação proletária é vista como algo a ser exercido por uma pluralidade de organizações, pois “[...] é no conselho que se encarna a forma atual da luta de classe orientada para o poder. [Desenhando-se] assim a rede de instituições na qual o processo revolucionário se desenvolve: o conselho, o sindicato, o Partido Socialista [...]”, o que é decorrente de uma correta percepção gramsciana de que “[...] a instauração do poder proletário como uma ditadura do sistema de seções do Partido Socialista” não passa de um “mito revolucionário” (Gramsci, 2004w, p. 312, 307-308).

Coutinho (1999) concorda que esse é um dos pontos positivos das formulações gramscianas durante o período de 1919-1920 que pode e deve ser integrado em suas concepções da maturidade. Mas não podemos deixar de considerar algumas limitações da experiência de Gramsci neste período (limitações estas que não ocultam seus pontos positivos), principalmente no tocante ao privilegiamento dos *Conselhos de Fábrica* em

¹⁶ O conselho como “formação histórica da sociedade, criado pela necessidade de dominar o aparelho de produção, formação nascida da autoconsciência conquistada pelos produtores”; o sindicato e o partido como “associações voluntárias, instrumentos de propulsão de processo revolucionário, ‘agentes’ e ‘gerentes’ da revolução”, onde o sindicato assume a função de coordenar as forças produtivas e imprimir ao aparelho industrial a forma comunista; e o Partido Socialista se configura “como modelo vivo e dinâmico de uma convivência social que faz a disciplina juntar-se à liberdade, devolvendo ao espírito humano toda a energia e entusiasmo de que é capaz” (Gramsci, 2004w, p. 312).

relação ao *Partido Socialista* e aos sindicatos na fundação do novo Estado em gestação. Conforme assinala o autor, Gramsci incide, de certo modo, num erro corporativista ao conceber a fábrica como “território nacional”, pois não consegue perceber que “[...] a dominação e a direção políticas da classe operária – condições para a criação de um Estado socialista – não se limitam ao controle imediato da *produção* material, mas implica também uma ação hegemônica sobre o conjunto das *relações sociais*”, ou seja, o “território” da classe operária ultrapassa os limites da fábrica, “[...] abarca a totalidade das instituições sociais, políticas e culturais que asseguram a *reprodução* da vida social como um todo (e, inclusive, a reprodução da produção econômica)” (Coutinho, 1999, p. 33).

De certo modo, o jovem Gramsci parece supor que o controle das forças produtivas dispensa (ou determina automaticamente) a direção e a dominação sobre as relações sociais de produção e reprodução. Essa lacuna essencial da concepção ordínovista – como Gramsci reconheceria anos mais tarde [numa carta a Togliatti de 18 de maio de 1923] – leva-o também a subestimar o papel do partido político, do partido que organiza a vontade coletiva da classe operária, enquanto instrumento privilegiado da síntese política que possibilita a conquista da hegemonia naquele território mais amplo, que transcende a fábrica e é formado pelo que Gramsci chamaria mais tarde de “sociedade civil”. E mesmo o papel dos sindicatos aparece excessivamente restringido: os sindicatos não se limitam – como então supunha Gramsci – a negociar melhores condições de venda para a força-de-trabalho, mas podem exercer um papel ativo na organização e unificação da classe operária, sendo um canal importante para sua interferência na direção da vida nacional como um todo (Coutinho, 1999, p. 34).

A experiência das derrotas da “greve dos ponteiros do relógio” (em abril de 1920), e do movimento de ocupação das fábricas (em setembro do mesmo ano), revelaram os limites do movimento dos *Conselhos de Fábrica* e a fraqueza de uma estratégia centrada nestes, pois devido à ausência de um elemento unificador, o movimento não conseguiu incidir sobre a situação italiana em seu conjunto, haja vista que os *Conselhos* possuíam uma considerável força em Turim, mas quase não tinham consistência e presença no resto do território nacional¹⁷. Gramsci apontava como condições determinantes desta derrota, tanto “o estado geral da sociedade italiana e as condições de existência de cada região e de cada província” (as condições mediatas de

¹⁷ Sobre o fracasso da experiência dos *Conselhos*, cf. Staccone (1991, p. 57-58), Coutinho (1999, p. 36-37)

primeiro grau), como também a estreita mentalidade dos responsáveis do movimento operário italiano e a ausência de uma “coesão revolucionária” deste conjunto do proletariado (as condições mediatas de segundo grau). Em suma, a classe operária havia sido derrotada porque ainda não tinha amadurecido na Itália “as condições necessárias e suficientes para um movimento orgânico e disciplinado do conjunto da classe operária e camponesa” (Gramsci, 2004x, p. 346). Gramsci se conscientizava que ainda era muito cedo para decretar o “falecimento” da burguesia como classe social (pois esta demonstrava sua determinação em defender o seu poder), e de que era preciso tomar conhecimento da importância de outros sujeitos coletivos e atuantes existentes na sociedade. Passou a compreender que este elemento unificador ausente e determinante na derrota do proletariado deveria ser buscado não nos *Conselhos* mas, acima deles, no *Partido*, como momento de síntese política e como força capaz de generalizar a experiência daqueles movimentos.

1.2 O Partido Comunista como o partido de governo do proletariado (em sentido revolucionário) e de todas as classes oprimidas (em sentido democrático).

A história italiana durante o período de 1919-1920 caracterizou-se por um quadro de incontroláveis conflitos econômicos e políticos que ameaçavam a governabilidade do país e de um profundo processo de dilaceração do tecido social e cultural, o que ficou conhecido como o “biênio vermelho” (*Il biennio rosso*). Gramsci considerava que aquela fase da luta de classe precederia “ou a conquista do poder político pelo proletariado revolucionário – com a passagem para novos modos de produção e distribuição que permitam uma retomada da produtividade – ou uma tremenda reação por parte da classe proprietária e da casta governamental” (Gramsci, 2004y, p. 354). Com a Greve Geral – em março/abril de 1920 – foi possível acreditar na possibilidade, após demonstrações de debilidade interna do aparelho estatal burguês, de uma insurreição geral do proletariado italiano objetivando a formação de um governo revolucionário. Mas a evolução do movimento havia demonstrado que inexistiam na Itália as energias revolucionárias “[...] capazes de centralizar um movimento amplo e profundo, de dar substância política a uma irresistível e poderosa sublevação da classe operária, de criar um Estado e de lhe imprimir um dinamismo revolucionário” (Gramsci, 2004x, p. 349). O Partido Socialista revelava-se cada vez

mais incapaz de compreender a fase de desenvolvimento atravessado pela história nacional e internacional e de exercer o fundamental papel de *direção revolucionária* necessário para o sucesso da organização do Estado operário e da construção da sociedade comunista.

O Partido Socialista permaneceu um mero partido parlamentar, que se mantém imóvel no interior dos estreitos limites da democracia burguesa, que se preocupa apenas com superficiais afirmações políticas de casta governamental; não adquiriu uma figura autônoma como partido característico do proletariado revolucionário e somente do proletariado revolucionário (Gramsci, 2004y, p. 355-356).

Gramsci afirma que um partido político da classe operária só se justifica na medida em que contrapõe um real poder revolucionário ao poder legal do Estado burguês e limita a liberdade de iniciativa e de manobra deste Estado, através da vigorosa concentração e coordenação da ação proletária. Este Partido deve encarnar “a vigilante consciência revolucionária de toda classe explorada”, fazer com que suas diretrizes se tornem as diretrizes de toda a massa, conquistando a sua confiança permanente, de modo a se tornar o “guia e a cabeça pensante desta massa” (Gramsci, 2004y, p. 355). Para alcançar essa meta, é necessário que o Partido:

[...] viva sempre imerso na realidade efetiva da luta de classe travada pelo proletariado industrial e agrícola; que saiba compreender as diversas fases e os diversos episódios desta luta, suas múltiplas manifestações, a fim de extrair a unidade na multiplicidade, de ser capaz de dar uma direção real ao conjunto dos movimentos e de infundir a convicção das massas de que há uma ordem imanente na atual espantosa desordem, uma ordem que, organizando-se, regenerará a sociedade dos homens e tornará o instrumento de trabalho adequado à satisfação da vida elementar e do progresso civil (Gramsci, 2004y, p. 355).

Durante este período, Gramsci ainda mantém a crença na possibilidade de criar um organismo político revolucionário através da renovação do velho Partido Socialista. Era preciso que os organismos centrais do Partido iniciassem e desenvolvessem até o fim uma enérgica ação capaz de homogeneizar e tornar coesa a unidade revolucionária do Partido, capaz de fornecer-lhe a fisionomia específica e

diferenciada de Partido Comunista aderente à III Internacional¹⁸. Gramsci parecia perceber que os *Conselhos de Fábrica* na Itália, assim como os *soviets* na Rússia, eram organizações que não possuíam a força suficiente para constituir-se em Estado operário e, dessa forma, sua conclusão indicava a consideração de que o fundamento e a força de coesão desse Estado deveria ser transferido para um *Partido Comunista* fortemente disciplinado, que através de seus núcleos de fábrica, de sindicato, de cooperativa, coordenasse e concentrasse em seu comitê executivo central toda a ação revolucionária do proletariado. A própria Revolução Russa era a prova de existência desse Partido Comunista como organização mediadora de uma nova sociedade, uma forma “superior” e “mais completa” de organização, e que cuja existência seria “condição fundamental e indispensável” para tentar qualquer experimento soviético na Itália (Gramsci, 2004y, p. 360).

A classe operária é, na Rússia, uma pequena minoria da população, mas ela era e é a única classe social historicamente preparada para assumir e conservar o poder, a única classe capaz, através de seu partido político, o Partido Comunista, de construir um Estado. A classe operária russa era e é historicamente forte e madura, não porque seus componentes formem numericamente a maioria da população e, sim, porque, através de seu partido político, demonstra-se capaz de construir um Estado, ou seja, porque consegue convencer a maioria da população (constituída pelos informes estratos das classes médias, pelas classes intelectuais, pelas classes camponesas) de que seus interesses imediatos e futuros coincidem com os interesses da própria maioria (Gramsci, 2004z, p. 398).

Após a derrota do movimento da ocupação das fábricas, em setembro de 1920, e a partir de uma maior pressão exercida pelos operários no sentido de acelerar a cisão do Partido Socialista, Gramsci e seus companheiros de *L'Ordine Nuovo* passaram a se

¹⁸ Gramsci assim deduzia a obra de renovação e de organização considerada indispensável para se efetuar no conjunto do Partido: “O Partido deve adquirir uma sua figura precisa e diferenciada: de partido parlamentar pequeno-burguês, deve se tornar o partido do proletariado revolucionário, que luta pelo advento da sociedade comunista através do Estado operário, um partido homogêneo, coeso, com uma doutrina própria, com uma tática, com uma disciplina rígida e implacável. Os que não são comunistas revolucionários devem ser eliminados do Partido; e a direção [...] deve dirigir toda a sua energia para colocar as forças operárias em pé de guerra. [...] A direção, mantendo-se sempre em contato com as seções, deve se tornar o centro motor da ação proletária em todas as suas manifestações. As seções, por sua vez, devem promover em todas as fábricas, nos sindicatos, nas cooperativas, nos quartéis a constituição de grupos comunistas que difundam incessantemente, no seio das massas, as concepções e a tática do Partido, que organizem a criação de conselhos de fábrica para o exercício do controle sobre a produção industrial e agrícola. Devem fazer a propaganda necessária para conquistar, de modo orgânico, os sindicatos, as Câmaras do Trabalho e a Confederação Geral do Trabalho, tornando-os assim elementos de confiança aos quais a massa delegará a função de formarem os soviets políticos e de exercerem a ditadura proletária” (Gramsci, 2004y, p. 359)

ocupar mais intensamente com a necessidade e a tarefa de se constituir “grupos comunistas” nas fábricas, uma fração comunista em nível nacional capaz de servir de base para a fundação de um novo partido. Gramsci declara que o Partido Socialista não havia escapado do processo – característico daquele período – de decomposição de todas as formas associativas, tornando-se revolucionário apenas nas afirmações gerais contidas no seu programa e presenciando a conquista cada vez mais proeminente do equívoco centrista e oportunista em uma parte de sua direção, o que trazia para Gramsci a conclusão de que a crença na possibilidade de salvação da velha estrutura do partido de sua íntima dissolução havia sido um “colossal erro histórico” (Gramsci, 2004aa, p. 424).

Ao considerar que o movimento operário passava por uma fase na qual tendia a promover uma “revolução na organização das coisas materiais e das forças físicas”, Gramsci afirma que os traços característicos dessa revolução proletária não poderiam ser buscados nos sentimentos e nas paixões difundidas na massa e que constituíam a base de sua vontade, mas sim (e somente) no partido da classe operária (o Partido Comunista), “que existe e se desenvolve na medida em que é a organização disciplinada da vontade de fundar um Estado, da vontade de dar uma organização proletária ao ordenamento das forças existentes e de lançar as bases da liberdade popular” (Gramsci, 2004aa, p. 418). Desta forma,

O problema imediato deste período [...] é precisamente o de organizar e centralizar estas forças comunistas já existentes e atuantes [...]. Os comunistas sinceros e desinteressados, com base nas teses aprovadas pelo II Congresso da III Internacional, na disciplina leal à suprema autoridade do movimento operário mundial, devem desenvolver o trabalho necessário para que, no mais breve tempo possível seja constituída a fração comunista do Partido Socialista Italiano, a qual, para conservar a honra do proletariado italiano, deve tornar-se no Congresso de Florença [transferido para Livorno], de nome e de fato, Partido Comunista Italiano, seção da III Internacional Comunista (Gramsci, 2004aa, p. 426-427).

De acordo com os estudos de Staccone (1991), Gramsci chegou ao Congresso Socialista de Livorno, realizado entre os dias 15 e 21 de janeiro de 1921, com uma compreensão amadurecida acerca das questões italianas: “problemáticas ligadas à formação do Estado nacional único, conflitos de classes e regionais, partidos políticos e organizações sindicais, relação do Estado e do proletariado italiano com a política e

as organizações internacionais etc.” (Staccone, 1991, p. 64). Participa da fundação do *Partido Comunista da Itália*, no dia 21 de janeiro de 1921, seguindo (não sem reservas) o grupo liderado por Amadeo Bordiga – que se tornou o primeiro secretário-geral –, e mantendo uma posição crítica (e mais lúcida) dos desacertos políticos da esquerda italiana que lhe custou um distanciamento e um isolamento progressivo no interior do novo Partido¹⁹.

Coutinho (1999) complementa ressaltando que Amadeo Bordiga radicaliza o imobilismo resultante da tradição economicista-fatalista da Segunda Internacional e dos maximalistas italianos, ao acrescentar-lhe um elemento que reforça o espírito de passividade: a defesa do abstencionismo eleitoral.

Bordiga supunha que a tarefa dos comunistas era criar um partido de “Puros”, de intransigentes, de “poucos, mas bons”. E, para isso, não bastava expulsar os reformistas e concentrar todos os esforços na construção da organização partidária (impedindo sua “contaminação” pelos movimentos de massa); era preciso, ainda, impedir que esse destacamento de “puros” fosse arrastado à ilusões parlamentaristas, “democratistas”, que só serviam para fortalecer os reformistas (Coutinho, 1999 p. 44).

Gramsci percebera que a *divisão* na organização da classe operária italiana exprimia um aspecto da dissolução geral da sociedade italiana e configurava-se como o maior trunfo da reação, e que desta traumática ruptura surgia um *Partido Comunista* claramente orientado para o *sectarismo* teórico e a organização partidária fechada e elitista. Ao invés de ampliar os espaços de luta e a conquista de novos consensos, este partido “encolhia e estreitava os movimentos e a criatividade revolucionária ao conceber-se como ‘uma patrulha de pauta do movimento revolucionário’ na espera de uma situação propícia para a vitória da classe operária” (Staccone, 1991, p. 65).

O marxista sardo sustentava a relação entre *Conselhos de Fábrica* e *Partido Político* articulando-a com sua (nova) perspectiva teórica, na qual considerava que as respectivas competências deveriam ser colocadas em níveis e instâncias diferentes, de forma a eliminar qualquer conflito de hierarquia. Isto é, enquanto os *Conselhos* (assim como os *sindicatos*) permaneciam estritamente ligados ao terreno econômico da luta de classes, o *Partido Político* surge como uma *forma de organização superior da classe operária*,

¹⁹ Sobre o debate ocorrido durante o XVII Congresso do Partido Socialista Italiano que ocasionou o processo de fundação do Partido Comunista da Itália, cf. Coutinho (1999, p. 43-50).

como uma organização de forças heterogêneas, econômica e socialmente (os pequenos camponeses proprietários de suas terras, os assalariados do campo, os intelectuais proletários etc.) capaz de orientá-las politicamente para a luta contra a burguesia pela direção do Estado²⁰.

Ao considerar que a possibilidade de uma solução da “crise italiana” poderia se estender por longos tempos, e, conseqüentemente, apontava-se para “a necessidade da organização de todas as forças revolucionárias, originárias nos vários estratos sociais da população, num único partido, homogêneo e coeso” (Staccone, 1991, p. 67), Gramsci advoga que o Partido Comunista, mesmo sendo “essencialmente o partido do proletariado revolucionário, isto é, dos operários ligados à indústria urbana”, não poderá atingir o seu objetivo “sem o apoio e o consenso de outras camadas, ou seja, dos camponeses e do proletariado industrial” (Gramsci, 2004bb, p. 55).

Assim, apesar de manter relações estreitas com a fração abstencionista liderada por Bordiga, Gramsci reafirma sua posição (já manifestada desde 1919) de que o Partido Comunista não pode ser constituído apenas com base no abstencionismo eleitoral, não pode se eximir da participação nas eleições para as instituições representativas da democracia burguesa, pois a ele cabe a tarefa de “organizar politicamente todas as classes oprimidas em torno do proletariado comunista” e, para que seja possível colocar em prática essa tarefa de organização, é necessário que o Partido comunista se torne “[...] o partido de governo destas classes em sentido democrático, já que somente do proletariado comunista é que pode ser partido em sentido revolucionário” (Gramsci, 2004cc, p. 380).

Na medida em que se torna o partido da confiança “democrática” de todas as classes oprimidas, na medida em que se mantém em contato permanente com todos os estratos do povo trabalhador, o Partido Comunista leva todos os estratos populares a reconhecer no proletariado comunista a classe dirigente que deve substituir a classe capitalista no poder de Estado. Ele cria as condições que tornam possível à revolução proletária identificar-se com a revolta popular contra o Estado burguês, que permitem que esta revolta se converta no ato de libertação das forças produtivas reais que se acumularam no seio da sociedade capitalista (Gramsci, 2004cc, p. 380-381).

²⁰ “O Partido é a forma organizativa superior; o sindicato e o conselho de fábrica são formas organizativas intermediárias, nas quais os proletários mais conscientes são enquadrados em função da luta cotidiana contra o capital e onde este enquadramento se dá com base numa plataforma de caráter sindical” (Gramsci, 2004bb, p. 55).

Longe de se iludir sobre as eleições e seus resultados, o Partido Comunista deve considerá-las apenas como “[...] uma das muitas formas de organização política próprias da sociedade moderna”, e a sua participação na concorrência eleitoral, no alinhamento das forças sociais que será determinado pelos programas eleitorais, objetiva testar a sua força e sua capacidade de conquistar consensos além da classe operária. Ou seja, objetiva identificar suas próprias fileiras e contar seus efetivos, constituindo, assim, “[...] uma fase necessária do processo histórico que deve levar à ditadura do proletariado, à fundação do Estado operário” (Gramsci, 2004bb, p. 55)²¹. As eleições são úteis para que o Partido Comunista obtenha respostas positivas, concretas, historicamente comprovadas e documentadas acerca dos seguintes questionamentos que lhe acometem:

Quais são as forças reais da classe operária? Quantos são, na Itália, os proletários que adquiriram uma exata consciência da missão histórica própria de sua classe? Quantos seguem o Partido Comunista na sociedade italiana? Na confusão, no caos atual, já existem as grandes linhas da nova configuração histórica? Neste processo contínuo de desintegração e reintegração, de decomposição e recomposição das forças sociais, das classes e dos estratos da população italiana, já terá se constituído um núcleo primordial, compacto e sólido, permanentemente fiel às ideias e aos programas da Internacional Comunista e da revolução mundial, em torno do qual possa ter lugar a nova e definitiva organização política, governamental, da classe operária? (Gramsci, 2004bb, p. 54).

Cabe aqui fazer uma importante consideração. *Em momento algum Gramsci cai na ilusão (adotada até mesmo por alguns que se autointitulavam marxistas) de acreditar que a emancipação da classe proletária se realizaria por meio do exercício soberano do direito ao voto, nem mesmo se prende à necessidade de um permanente respeito aos limites da legalidade.* Pelo contrário, rechaça veementemente estas ideias, e preocupa-se em demonstrar que “a legalidade [cujo conceito assume um caráter bastante elástico] é determinada pelos interesses de classe que detém o poder em cada sociedade concreta” (Gramsci, 2004dd, p. 83).

Na sociedade capitalista, são os interesses da classe burguesa que representam a legalidade, e esta se apresenta numa dupla face: uma interna (substancial) e outra

²¹ “O Partido Comunista [...] já demonstrou que quer abandonar os sistemas demagógicos através dos quais o Partido Socialista arrebanhava seus seguidores no passado. Porém, quanto mais a população italiana naufragou no caos e na desorientação, quanto mais trabalharam e continuam a trabalhar os agentes dissolutores do anterior alinhamento das forças revolucionárias, tanto mais se torna evidente a necessidade de criar um novo alinhamento de fiéis e de leais militantes da revolução mundial e do comunismo” (Gramsci, 2004bb, p. 55).

externa (formal). No *plano da substância*, uma ação se torna imediatamente ilegal quando busca atingir de algum modo a propriedade privada e os lucros que dela derivam. Já no *plano formal*, a legalidade se apresenta de modo diverso pois, com a conquista do poder político, a burguesia concedeu igual direito de voto ao patrão e seus assalariados, e a legalidade passou a assumir aparentemente “o aspecto de um conjunto de normas livremente reconhecidas por todos os segmentos de um agregado social” (Gramsci, 2004dd, p. 83). A ideologia liberal-democrática ganha vida a partir do momento em que se passa a confundir a *substância* com a *forma*; e no Estado burguês – o Estado liberal por excelência, onde todos podem “expressar livremente” seu pensamento através das eleições –, a legalidade acaba por ser reduzida ao “exercício do voto”. Isto é, aos olhos dos ideólogos da democracia liberal, a conquista do sufrágio pelas massas populares apareceu como “a conquista decisiva para o progresso social da humanidade”, sob a qual a dupla face (formal e substancial) da legalidade foi permanentemente desconsiderada.

Confundindo estas duas faces, os ideólogos da democracia liberal enganaram por alguns anos as grandes massas populares, levando-as a acreditar que o sufrágio as libertaria de todas as suas cadeias [...]. Mas a realidade destruiu todas essas ilusões. A realidade mostrou, de modo mais evidente possível, que a legalidade é uma só e existe somente enquanto se concilia com os interesses da classe dominante, ou seja, na sociedade capitalista, com os interesses da classe patronal (Gramsci, 2004dd, p. 84).

Gramsci não deixa de desvelar como a particular experiência adquirida nos últimos tempos traz em si importantes ensinamentos para essas suas formulações. Ao defender a tese de que as massas populares “só existem politicamente quando organizadas nos partidos políticos”, o marxista sardo explica que as forças econômicas determinantes exercem uma pressão sobre as massas populares, da qual deriva as suas alterações de opinião que passam a ser interpretadas pelos partidos políticos. Num primeiro momento, esses partidos se cindem em tendências, para posteriormente se dividirem numa multiplicidade de novos partidos orgânicos, conformando um processo de desarticulação e de rearticulação, de fusão entre homogêneos, que faz emergir um íntimo e profundo processo de decomposição da sociedade democrática “[...] que conduz ao alinhamento definitivo das classes em luta pela conservação ou conquista do poder de Estado e do poder sobre o aparelho de produção” (Gramsci, 2004ee, p. 87).

Para melhor desenvolvermos esse raciocínio, poderíamos compreender que Gramsci considera os partidos políticos como “o reflexo e a nomenclatura das classes sociais”; ou seja, seu surgimento, desenvolvimento, decomposição e renovação ocorrem na medida em que os diversos estratos das classes sociais em luta “sofrem deslocamentos de real alcance histórico, experimentam mudanças radicais em suas condições de existência e de desenvolvimento” e “adquirem uma maior e mais clara consciência de si e de seus próprios interesses vitais” (Gramsci, 2004aa, p. 421). Por sua vez, a classe operária – ligada às vicissitudes da grande indústria moderna, com suas imensas fábricas e cidades, “formigueiros de multidões diversificadas e caóticas” – nasceu e se organizou no terreno da democracia burguesa, nos quadros do regime constitucional e parlamentar, e a tomada de consciência de sua própria unidade e de sua própria destinação de classe se efetuou apenas de forma lenta e sob as mais amargas desilusões. Por esse motivo, durante as várias fases de seu desenvolvimento, a classe operária delegou a defesa de seus interesses aos mais diversos partidos políticos, e experimentou o desprazer de ser enganada ao oferecer o seu apoio tanto para os partidos liberais, quanto para os partidos democratas pequeno-burgueses (Gramsci, 2004bb, p. 53).

Entretanto, a realidade veio a confirmar a ideia marxista de que o capitalismo cria forças que depois não consegue dominar, pois em decorrência da guerra imperialista que “modificou profundamente a estrutura do aparelho nacional e internacional de produção e de troca”, assistiu-se, por um lado, a conformação de um brusco processo de desagregação dos partidos políticos tradicionais (nascidos no terreno da democracia parlamentar) e, por outro, o surgimento de novas organizações políticas; um processo geral que, para Gramsci, “[...] obedece a uma lógica implacável, que tem como base a desagregação das velhas classes e das velhas camadas e as vertiginosas mudanças de condição de inteiros estratos da população em todo o território do Estado e, com frequência, em todo o território onde o capital domina” (Gramsci, 2004aa, p. 421).

Se no desenrolar de todas essas experiências, a classe operária alcança a sua maturidade política; com a criação do Partido Comunista essa maturidade se afirma. Organizada no Partido, a classe operária entra na luta político-partidária, participa das eleições como forma *tática* para se tornar maioria dentro dos moldes da democracia burguesa. Mas não abandona a sua *estratégia* fundada na percepção de que não deve

mais colaborar com as demais classes para desenvolver ou transformar o Estado parlamentar burocrático, mas sim trabalhar positivamente em função de seu próprio desenvolvimento autônomo de classe: a classe operária, organizada no Partido Comunista, “[...] apresenta sua candidatura à classe dirigente e afirma que só pode exercer esta função histórica num ambiente institucional diverso daquele atual, ou seja, num novo sistema estatal e não mais nos quadros do Estado parlamentar burocrático” (Gramsci, 2004bb, p. 54). Mas, Gramsci também está ciente que, num determinado momento da história, a burguesia é obrigada a repudiar o que ela mesmo criou e, na sua visão, esse momento fazia-se claro naquela Itália dos anos 1921²².

1.3 Os dois lados da mesma moeda: fascismo e democracia como formas diversas da ação promovida pela classe burguesa contra o proletariado.

É difícil contestar que, após a Primeira Guerra Mundial, a ascensão da direita radical foi essencialmente uma resposta à realidade “perigosa” da revolução social e do poder operário (no plano geral) e à Revolução de Outubro e ao leninismo (em particular). Não obstante, Hobsbawm (2008) nos esclarece que é preciso considerar duas restrições importantes a essa afirmação: primeiramente, não se pode subestimar que, para uma importante camada de soldados e jovens nacionalistas (oriundos, em sua maioria, da classe média e média baixa), o impacto do término da Primeira Grande Guerra trouxe o ressentimento de que a sua oportunidade de heroísmo havia sido perdida. Se a guerra se mostrou como uma máquina que brutalizou o mundo, esses homens tiveram nela a oportunidade de se satisfazerem através da possibilidade de liberação da sua brutalidade escondida e, não por um mero acaso, os denominados “soldados da linha de frente” (*frontsoldat*) acabaram desempenhando um papel de grande importância na mitologia dos movimentos da direita radical e proporcionando um substancial corpo dos primeiros esquadrões de ultranacionalistas violentos – os

²² “A classe operária, valendo-se do seu direito de voto, havia conseguido conquistar um número relativamente alto de governos municipais e provinciais. Suas organizações alcançaram um poderoso crescimento numérico e conseguiram impor contratos vantajosos para os operários. Mas, no dia em que o sufrágio e o direito de organização se tornaram meios de uma ofensiva contra a classe patronal, esta última renunciou a qualquer legalidade formal e passou a obedecer apenas à sua verdadeira lei, ou seja, à lei do seu interesse e da sua conservação. Uma a uma, as prefeituras foram sendo arrancadas pela violência das mãos da classe operária; as organizações foram dissolvidas com o uso da força armada; a classe operária e camponesa foi expulsa das posições conquistadas, a partir das quais ameaçava para além da conta a existência da propriedade privada. Surgiu assim o fascismo, que se afirmou e impôs fazendo da ilegalidade a única coisa legal” (Gramsci, 2004dd, p. 84-85).

squadristi italianos e *freikorps* alemães. A constatação de que 57% dos primeiros fascistas italianos eram ex-soldados nos mostra o quanto esses “Rambos” da época se tornaram os recrutas naturais da direita radical (Hobsbawm, 2008, p. 128)²³. Em segundo lugar, deve-se considerar que a reação direitista foi uma resposta não ao bolchevismo como tal, “mas a todos os movimentos que ameaçavam a ordem existente ou podiam ser culpados pelo seu colapso, especialmente a classe operária organizada”. Para a maioria dos políticos, Lênin era mais o símbolo dessa ameaça do que a realidade concreta, pois esta era representada “pelo surto de poder, confiança e radicalismo dos operários, que davam aos velhos partidos socialistas uma nova força política e, de fato, transformaram-na em esteios indispensáveis dos Estados liberais” (Hobsbawm, 2008, p. 128)²⁴. Se a transformação de líderes sindicais e oradores da oposição em ministros do governo já era uma espinha na garganta dos conservadores – pois aqueles eram, por definição, pertencentes à “esquerda” e, num quadro de revolta social, não demarcavam uma linha clara de separação com os bolcheviques –, mais aterrorizante lhes era a implícita ameaça na ascensão da força dos trabalhadores (Hobsbawm, 2008, p. 128-129)²⁵.

Contudo, cabe lembrar que a existência de movimentos extremistas da ultradireita já se dava antes mesmo de 1914 e, apesar destes possuírem alguma influência no interior da direita política e em alguns círculos intelectuais, em lugar algum conseguiram alcançar o domínio ou o controle, o que traz a certeza de que ainda existe uma outra razão para que se possa explicar como a reação direitista conseguiu alcançar vitórias cruciais na forma do fascismo após o término da Primeira Guerra Mundial. Na opinião de Hobsbawm, o que deu essa oportunidade foi:

[...] o colapso dos velhos regimes, e com eles das velhas classes dominantes e seu maquinário de poder, influência e hegemonia [...]. As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada era um

²³ O forte compromisso da esquerda, começando com os liberais progressistas, com movimentos antiguerra e antimilitaristas, e a imensa repulsa popular contra a matança em massa da Primeira Guerra Mundial levaram muitos a subestimar o surgimento de uma minoria relativamente pequena, mas ainda assim numerosa, para a qual a experiência de combate, mesmo nas condições de 1914-8, era fundamental e inspiradora; para a qual o uniforme e a disciplina, o sacrifício – o próprio ou o dos outros – e o sangue, as armas e o poder eram o que fazia a vida masculina digna de viver (Hobsbawm, 2008, p. 128).

²⁴ “Não por acaso, no imediato pós-guerra, a exigência principal dos agitadores socialistas desde 1889 foi concedida quase em toda parte na Europa: o dia de trabalho de oito horas” (Hobsbawm, 2008, p. 128).

²⁵ “O homem que Mussolini assassinou após sua ‘Marcha sobre Roma’ não era um líder do Partido Comunista, mais um socialista, Matteotti. A direita tradicional talvez visse a Rússia atea como a encarnação de tudo que era mal no mundo, mas o levante dos generais em 1936 não foi dirigido contra os comunistas como tais, mesmo porque eles eram a menor parte da Frente Popular [...]. Foi dirigido contra uma onda popular que, até a Guerra Civil, tinha favorecido os socialistas e anarquistas. Uma racionalização *ex post facto* é que faz de Lênin e Stalin uma desculpa para o fascismo” (Hobsbawm, 2008, p. 129).

Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20. Essas eram as condições sob as quais as velhas elites governantes desamparadas sentiam-se tentadas a recorrer aos ultrarradicais, como fizeram os liberais italianos aos fascistas de Mussolini em 1920-2, e os alemães aos nacional-socialistas de Hitler em 1932-3. Essas, pelo mesmo princípio, foram as condições que transformaram movimentos da direita radical em poderosas forças organizadas e às vezes uniformizadas e paramilitares (*squadristi*; as tropas de assalto), ou, como na Alemanha durante a Grande Depressão, em maciços exércitos eleitorais (Hobsbawm, 2008, p. 129-130).

Os *Fasci di combattimento* foram a primeira forma organizativa do movimento fascista, nascidos na Itália logo após a Primeira Guerra, quando, em 23 de março de 1919, Benito Mussolini²⁶ reuniu nacionalistas e ex-combatentes para a formação de grupos armados que promoviam violentos ataques contra os organismos operários e socialistas, sobretudo nas zonas rurais. Apesar de Mussolini proclamar a iniciativa como um impulso à criação de um “novo movimento”, um “antipartido dos realizadores”²⁷ – o que imprimiu um forte papel “ideológico” no início do movimento – esses grupos armados se tornaram a base do Partido Nacional Fascista que seria fundado no mesmo ano (1919).

Gramsci esforçou-se em demonstrar como o fascismo se associava com a profunda decomposição da sociedade italiana – que, por sua vez, vinha acompanhada por uma profunda decomposição do Estado. O Estado italiano, ainda frágil e inseguro nas suas articulações, só conseguia desbastar lentamente e com muita dificuldade o caráter “semibárbaro” e “extremamente violento” assumido pela luta de classe na Itália²⁸ e, após a sua decomposição, passaram a pulular todas as pestilências desse

²⁶ Benito Mussolini iniciou sua atividade política como membro do PSI em Forlì, na Romanha. Foi preso em 14 de outubro de 1911, quando promoveu uma greve geral – em dura oposição aos projetos de colonização da Líbia – que mobilizou toda a Romanha e se alastrou posteriormente pela Itália central e setentrional. Ao ser libertado em 12 de março de 1912, tornou-se um dos principais líderes da corrente intransigente revolucionária do Partido e, em 1º de dezembro do mesmo ano, foi nomeado editor do *Avanti!* (o órgão central do PSI), após obter a expulsão dos reformistas mais moderados, função esta que exerceu entre 1912 e 1915. De uma posição inicial contrária à Primeira Guerra Mundial, passou a defender de forma ferrenha a intervenção da Itália no conflito, o que causou a sua expulsão do PSI em 1915.

²⁷ Tais declarações se encontram nas edições de 17/11/1918 e 09/03/1919 do seu jornal *Il popolo d'Italia*, fundado em 1915 após a expulsão de Mussolini do PSI, e que depois se tornou o principal órgão do movimento fascista.

²⁸ Cabe ressaltar que Gramsci, em 1921, insistia em atribuir o caráter extremamente violento da luta de classes na Itália à condição de “imaturidade humana” de alguns estratos da população e argumentava que, para se explicar o fascismo, era preciso recordar o “baixo nível de civilização” vivido pela nação italiana durante os sessenta anos de

cenário. Assim, ao apresentar-se como antipartido, o fascismo prometia a impunidade e abria as portas para todos os candidatos, o que permitiu que “[...] uma multidão informe cobrisse com um verniz de idealismo político vago e nebuloso o transbordamento selvagem das paixões, dos ódios, dos desejos” (Gramsci, 2004ff, p. 57).

O fascismo tornou-se assim uma expressão de nossos costumes, identificando-se com a psicologia bárbara e antissocial de alguns estratos do povo italiano, ainda não modificados por uma nova tradição, pela escola, pela convivência em um Estado bem organizado e bem administrado. Para compreender todo o significado destas afirmações, basta recordar que a Itália tinha o primado em homicídios e linchamentos; que a Itália é o país onde as mães educam os filhos com golpes de tamanco na cabeça, o país onde as jovens gerações são menos respeitadas e protegidas; que, em algumas regiões italianas, parecia natural, até poucos anos atrás, pôr uma focinheira nos vindimeiros para que não comessem as uvas; que, em algumas regiões, os proprietários trancavam à chave os seus trabalhadores nos estábulos, quando estes voltavam do trabalho, a fim de impedi-los de reunir-se e de frequentar as escolas noturnas (Gramsci, 2004ff, p. 57).

Coutinho (1999), citando as palavras de Alfonso Leonetti (companheiro de Gramsci em *L'Ordine Nuovo*), tende a concordar com a afirmação de que Gramsci tenha sido o primeiro (e o único de seu tempo) teórico marxista a tentar definir o fascismo sob as considerações de sua natureza de classe e suas características particulares. De fato, já em 1921, Gramsci insiste na novidade essencial da reação fascista ao caracterizá-la como um movimento reacionário *com base de massas*, ou seja, um movimento “[...] apoiado na luta da pequena-burguesia para reconquistar o lugar político e econômico que vinha perdendo em função das transformações monopolistas que o capitalismo italiano experimentara sobretudo durante os anos de guerra” (Coutinho, 1999, p. 50).

No artigo “O povo dos macacos”, Gramsci explica que, na última década do século XIX, inicia-se o processo de desagregação da pequena burguesia, pois esta começa a perder toda a sua importância devido ao desenvolvimento da grande indústria e do capital financeiro, e passa a ser afastada progressivamente de qualquer função vital do terreno da produção. Torna-se, assim, uma classe puramente política e

administração unitária: “A crueldade e a falta de solidariedade são duas características peculiares do povo italiano, que passa do sentimentalismo infantil à ferocidade mais brutal e sanguinária, da ira passional à mais fria contemplação da dor alheia” (Gramsci, 2004ff, p. 57).

incrustada no instituto parlamentar, ou melhor, especializada no “cretinismo parlamentar”, corrompendo o Parlamento “até a medula”, deixando-o completamente à mercê do poder executivo e cada vez mais desprestigiado junto às massas populares. As greves e manifestações de 1914, que ficaram conhecidas como a “semana vermelha”²⁹, foi a demonstração inaugural da percepção das massas populares de que o único meio que lhes restava para controlar e se opor aos arbítrios do poder administrativo era a “ação direta”, a “pressão feita por fora”, objetivando exercer realmente a soberania popular tendo em vista que esta não se expressava na Câmara dos Deputados. Com a completa decadência do Parlamento durante a guerra, a pequena burguesia – desprovida de qualquer esperança em reconquistar uma função produtiva, e que antes se pusera a serviço do poder governamental por meio da corrupção parlamentar – altera a sua “forma de prestação de serviços” e se torna antiparlamentarista, cultivando a ilusão de que poderia assumir a direção da classe operária e camponesa e substituir a ideia socialista imanente às massas por uma “estranha e bizarra mistura ideológica de imperialismo nacionalista, de ‘verdadeiro revolucionarismo’, de ‘sindicalismo nacional’” (Gramsci, 2004gg, p. 32).

Mas suas atividades políticas foram frustradas e, como o poder de Estado oficial estava enfraquecido e esgotado pela guerra, essa pequena burguesia passou a se organizar e se agrupar em torno de senhores mais ricos e mais seguros (ou seja, os proprietários industriais e agrícolas) que, para se defender contra os assaltos da classe revolucionária dos operários e camponeses pobres, passaram a financiar e manter uma organização privada a qual – para camuflar sua real natureza – transvestiu-se de atitudes políticas “revolucionárias” e desagregou “a mais poderosa defesa da propriedade, ou seja, o Estado” (Gramsci, 2004gg, p. 33).

Esta atividade da pequena burguesia, convertida oficialmente em “fascismo”, tem consequências para a organização do Estado. *Depois de ter corrompido e arruinado a instituição parlamentar, a pequena burguesia corrompe e arruína também as demais instituições, os sustentáculos fundamentais do Estado: o exército, a polícia, a magistratura.* [...] A pequena burguesia, mesmo nesta sua última encarnação política que é o “fascismo”, revelou definitivamente sua verdadeira natureza de serva do capitalismo e da propriedade agrária, de agente da contrarrevolução. Mas revelou também que é fundamentalmente

²⁹ A “semana vermelha” foi um movimento iniciado no dia 08 de junho de 1914, em Romanha, e que se alastrou até as cidades do norte da Itália, em resposta ao ataque realizado no dia anterior pela polícia de Ancona contra manifestantes antimilitaristas liderados pelo anarquista Enrico Malatesta. Esta ação policial havia deixado como saldo três manifestantes mortos e cinco feridos, o que ocasionou a onda de protestos e greves.

incapaz de desempenhar qualquer tarefa histórica [...]. A pequena burguesia [...] substitui, em escala cada vez maior, a “autoridade” da lei pela violência privada; exerce (e não pode agir de outro modo) essa violência de modo caótico, brutal, e faz com que se ergam contra o Estado, contra o capitalismo, segmentos cada [vez] mais amplos da população (Gramsci, 2004gg, p. 33-34, grifos do autor).

Empenhado em captar as circunstâncias elementares e específicas que determinavam a posição política do fascismo, Gramsci desvela no seu artigo “socialistas e fascistas”, escrito em 11 de junho de 1921, que os fascistas só puderam realizar suas atividades porque eram tolerados (e até mesmo apoiados) pelos aparelhos legais do Estado, em particular os organismos da segurança pública (delegados de polícia, guarda-régias, carabineiros) e da magistratura, que se tornaram seus “cúmplices morais e materiais” devido à consciência de que a manutenção de sua impunidade e o êxito de suas carreiras ligavam-se estreitamente aos destinos da organização fascista (Gramsci, 2004hh, p. 66).

Entretanto, percebia também que essa nova reação assumia táticas de acesso ao poder bastante diferenciadas daquelas utilizadas pela velha reação conservadora pois, apesar de contarem com apoio dos organismos do Estado para utilizarem toda a força que eles dispunham para se conservarem impunes e para alcançarem a finalidade máxima de todo o movimento (isto é, a posse do governo político), os fascistas atuavam a partir “de baixo”, de movimentos situados à margem das instituições estatais, o que trazia a necessidade de analisá-los em sua realidade objetiva, excluindo qualquer esquema preestabelecido e qualquer plano político abstrato. Ou seja, era preciso encarar o fascismo “[...] como uma proliferação espontânea de energias reacionárias que se agregam, se desagregam e se reagrupam, seguindo os líderes oficiais somente quando as palavras de ordem deles correspondem à íntima natureza do movimento” (Gramsci, 2004ii, p. 74).

É neste sentido que, após o pronunciamento radicalmente nacionalista realizado por Benito Mussolini durante o seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados, em 21 de junho de 1921, Gramsci afirma que era preciso dar a essas ideologias patrióticas e nacionalistas mussolinianas um valor puramente marginal, independentemente dos discursos proferidos pelo chefe dos fascistas, pois este não passava de um “encenador de golpes de mão”, um “novo reacionário”, que ao evocar o subversivismo blanquista nas suas concepções acerca dos conflitos políticos, tomou

o blanquismo apenas como algo formal, ou seja, “reduzira-o à materialidade da minoria dominadora e ao uso das armas no ataque violento”, enquanto fez desaparecer o “enquadramento da ação da minoria do movimento de massa, bem como o processo que faz da revolta o meio para uma transformação das relações sociais” (Gramsci, 2004jj, p. 69)³⁰.

Ao examinar o processo de desenvolvimento do movimento fascista, Gramsci pôde indicar a existência de duas orientações no seu interior que eram decorrentes da própria gênese do movimento: uma voltada para a fiel permanência aos métodos de ação violenta do terrorismo, e outra que concebia a possibilidade de uma ação parlamentar. Por um lado, os *Fasci di combattimento* obtiveram apoio dos capitalistas e das autoridades devido ao seu caráter de oposição aberta ao movimento socialista (parcialmente proveniente da herança das lutas entre o Partido Socialista e as associações que advogavam a intervenção da Itália na guerra); por outro, a afirmação dos *Fasci di combattimento* em consonância com a necessidade de criação, por parte dos grandes latifundiários, de uma tropa de choque contra os movimentos camponeses, permitiu que essa tropa assumisse a mesma etiqueta dos *Fasci*, conferindo-lhes, posteriormente, “a mesma característica de guarda branca do capitalismo contra os órgãos de classe do proletariado” (Gramsci, 2004kk, p. 80).

Mas, apesar das controvérsias se manifestarem com evidência nos períodos de crise do movimento fascista, isso não significou uma divisão definitiva do mesmo, mas sim derivou na capacidade de uma hábil e pragmática combinação tática entre o “legalismo” e o “subversivismo”, sob a qual o fervor da ofensiva armada e as contingentes razões que unificavam as fileiras antiproletárias impediam o agravamento do dissídio entre as duas orientações, as quais se configuravam da seguinte forma:

[...] por um lado, os núcleos urbanos, pequeno-burgueses, constituídos predominantemente por parlamentares e colaboracionistas, e, por outro, os núcleos rurais, formados por grandes e médios proprietários agrícolas e pelos colonos, interessados na luta contra os camponeses pobres e suas organizações. Esses núcleos rurais são decididamente antissindicalistas, reacionários; confiam mais na ação armada direta do que na

³⁰ Gramsci, em 22 de junho de 1921, usou o termo “subversivismo reacionário” para desfazer o mito mussoliniano do líder que “revoluciona as situações reais e cria a história”. Nas palavras do autor: “O blanquismo, em sua materialidade, pode ser hoje subversivo, amanhã reacionário. Mas é sempre revolucionário e reconstrutor apenas aparentemente, já que está condenado a não ter continuidade e desenvolvimento, a não saber articular entre si os vários golpes de mão na linha de um processo histórico” (Gramsci, 2004jj, p. 69).

autoridade do Estado e na eficácia do Parlamento (Gramsci, 2004kk, p. 80-81).

Enquanto se acreditava que o fascismo era uma experiência limitada aos países industrialmente subdesenvolvidos, uma expressão de uma economia agrária, Gramsci indicava a capacidade de expansão do fascismo até o plano internacional, tornando-o uma ameaça, um cataclismo possível à escala de “todos os países da Europa Ocidental” caso as condições econômicas gerais se mantivessem como se apresentavam naquele momento³¹. À escala internacional, o fascismo representava a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através da força militar, e a Espanha configurava-se como um exemplo deste processo. De acordo com as formulações gramscianas, a fase pela qual a Itália atravessava naquele momento, “do armamento das classes médias e da introdução, na luta de classes, dos métodos militares do assalto e dos golpes de surpresa”, já havia sido experimentado pela Espanha entre os anos de 1918-1919, quando os *fasci* antibolcheviques (os *somaten*)³² ampliaram as suas bases e seguiram a mesma tática dos fascistas italianos:

[...] agressão aos líderes sindicais, violenta oposição às greves, terrorismo contra as massas, oposição à toda forma de organização, ajuda à polícia regular nas repressões e nas prisões, ajuda aos fura-greves nas agitações grevistas e nos locautes. Há três anos a Espanha se debate nesta crise: a liberdade pública é suspensa a cada quinze dias, a liberdade pessoal tornou-se um mito, os sindicatos operários funcionam em grande parte clandestinamente, a massa operária faminta e exasperada, a grande massa popular está reduzida a condições de selvageria e de barbárie indescritíveis. E a crise se acentua. Chegou-se agora ao atentado individual (Gramsci, 2004ll, p. 47-48).

³¹ "As forças produtivas foram arruinadas e dilapidadas na guerra imperialista. Vinte milhões de homens foram mortos na flor da idade e da energia; outros vinte milhões tornaram-se inválidos. Os milhares e milhares de laços que uniam os diversos mercados mundiais foram violentamente rompidos. As relações entre cidade e campo, entre metrópoles e colônias, foram subvertidas. As correntes de emigração, que restabeleciam periodicamente os desequilíbrios entre o excesso de produção e as potencialidades dos meios produtivos em cada nação, foram profundamente abaladas e já não funcionam normalmente. Criou-se uma unidade e simultaneidade de crises nacionais, que fazem com que a crise geral seja extremamente aguda e incontornável. Mas existe, em todos os países, um estrato da população – a pequena e a média-burguesia – que considera ser possível resolver estes gigantescos problemas com metralhadoras e pistolas; e é este estrato que alimenta o fascismo, que fornece seus efetivos" (Gramsci, 2004ll, p. 46-47).

³² Os *somaten* eram, originariamente, uma milícia municipal surgida na Espanha no século XI e que, num primeiro momento, chegaram a desempenhar uma função democrática e até mesmo revolucionária, sobretudo durante a guerra contra Napoleão. Entretanto, no período em que Gramsci redige o seu artigo, *somaten* havia se tornado a designação para grupos espanhóis que se assemelhavam às tropas de assalto do Partido Fascista na Itália (que, neste caso, assumiram o nome *Fasci* – literalmente, “feixos” – palavra herdada de um dos símbolos militares da antiga República Romana).

Era preciso aprender o que a experiência histórica não cansava de ensinar. E se a direção do PCI insistia em subestimar o perigo de um golpe fascista, alimentando um *purismo ideológico* no movimento operário que acabava por julgar as massas inacessíveis à reação, Gramsci não somente analisava a base social do fascismo como também mostrava a envergadura do combate político que se necessitava travar para impedir que um golpe de Estado fascista – a “tirania do Estado-Maior, dos latifundiários e dos banqueiros” – viesse a pesar sobre o povo italiano (Gramsci, 2004hh, p. 66). Em outras palavras, Gramsci percebera e denunciara que o golpe de Estado fascista era um espectro ameaçador que, desde o início, pesava sobre a legislatura italiana. E se, já em 1919, quando apontava para esta ameaça e possibilidade, Gramsci viu a demagogia maximalista e o trabalhismo cego cultivarem o temor de que o seu pressentimento político pudesse se tornar um apelo à insurreição contra o golpe de Estado, foram nas páginas redigidas para o *L'Ordine Nuovo* até os anos de 1921 que o marxista sardo manifestou a sua incessante luta em demonstrar que o perigo era absoluto e que era necessário organizar um contra-ataque perante a ofensiva fascista. Isto é, era necessário “lançar a palavra de ordem da insurreição, conduzir o povo em armas até a liberdade, garantida pelo Estado operário” (Gramsci, 2004hh, p. 67)³³.

Os socialistas italianos não pensavam acerca dos meios que era preciso pôr em prática para que se pudesse passar a esta ofensiva, pois ainda permaneciam com uma certa “confiança ingênua” nas possibilidades da democracia parlamentar. De fato, ainda existia um Parlamento; ainda existia um governo que era escolhido e controlado por este Parlamento; e as garantias institucionais ainda não tinham sido abolidas por nenhuma lei excepcional. Mas se ainda não se configurava o golpe de Estado em sua plena execução, não se poderia negar que uma plena atmosfera de um golpe de Estado já era vivida pela Itália, afinal de contas, “como se poderia explicar o significado da situação de inteiras províncias e regiões onde é o fascismo que governa e não mais a autoridade oficial?”. A pena de morte não terá sido restaurada, “[...] retomado o uso do porrete? Pode-se negar que tais formas de punição sejam hoje administradas por organismos extralegais?” (Gramsci, 2004mm, p. 77).

³³ “É preciso fazer compreender o que não foi compreendido em setembro de 1920: quando o povo trabalhador sai da legalidade e não encontra a virtude de sacrifício e a capacidade política necessárias para levar até o fim sua ação, é punido com fuzilamento em massa, com a fome, com o frio, com a desnutrição que mata lentamente dia após dia” (Gramsci, 2004ii, p. 75).

Não era impossível prever que esta situação de existência de um duplo aparelho punitivo e repressivo na Itália – o fascismo e o Estado burguês – teria vida curta, pois a classe dominante buscaria, em certo momento, amalgamar também oficialmente estes dois aparelhos, através de um golpe de força dirigido contra os organismos centrais de governo, de forma que viesse a quebrar as resistências opostas pela tradição do funcionamento estatal.

Teremos então o “golpe de Estado” segundo o esquema construído pelas ideologias democráticas do Estado parlamentar: haverá resistências por parte do povo, tentativas de insurreição local, resistências por parte da burocracia, que justificadamente teme ser sacrificada em benefício das exigências econômicas de uma turba de desempregados em busca de cargos e salários. A parte mais reacionária e inescrupulosa da classe dirigente imporá sua ditadura sangrenta, dissolverá as organizações operárias, entregará todos os poderes à casta militar (Gramsci, 2004mm, p. 78).

Assassinatos, espancamentos, incêndios, fuzilamentos em massa, ocupação das sedes operárias, dissolução de organizações, impossibilidade de reunir-se, aumento da massa de exilados e famintos. Essa situação crescente de violência fascista não poderia ser evitada por meio de acordos vergonhosos entre primitivos da política, e a crença nesta possibilidade de acordo deveria ser destruída mediante a percepção da impossibilidade de se pactuar com o inimigo de classe. Não por menos, Gramsci rechaça a atitude dos socialistas quando, durante todo o mês de julho de 1921, estes participaram da negociação de uma tentativa de “compromisso entre socialistas e fascistas”, um “pacto de negociação” que estipulava, entre outras coisas, a imediata cessação de “ameaças, vias de fato, represálias, punições, vinganças, pressões e violências pessoais” entre os militantes fascistas e socialistas, bem como o respeito recíproco entre esses Partidos³⁴. O Partido Socialista havia renunciado definitivamente aos métodos de classe, remetendo-se à autoridade do Estado e fazendo-se dela defensor. Caíam na infantilidade de acreditar que poderiam gerar uma crise do fascismo, que dividiria os fascistas em *pacifistas* e *não-pacifistas*. Mas não existe paz entre o carrasco e sua vítima, entre o povo e seus assassinos. Era preciso estabelecer uma

³⁴ O “pacto de pacificação” – do qual o Partido Comunista recusou-se a participar das negociações e, conseqüentemente, a assiná-lo – foi finalmente redigido por uma comissão paritária composta por dois deputados de cada partido (fascista e socialista) e foi assinado em 3 de agosto ante os olhos do presidente da Câmara dos Deputados.

linha de ação aderente à realidade dos fatos, cujas experiências alemã e húngara traziam importantes ensinamentos:

[...] os reacionários, para derrotar os comunistas, primeiro acariciam os socialistas, assumem compromissos com eles, fazem acordos de pacificação; depois, uma vez derrotados os comunistas, os compromissos e acordos são ignorados e também os socialistas experimentam a força e o fuzilamento (Gramsci, 2004mm, p. 79).

É neste sentido que Gramsci tende a considerar que a tática fascista, na medida em que correspondia a um plano político previamente definido, “propunha-se impor aos líderes socialistas a volta à legalidade constitucional e induzi-los à colaboração” (Gramsci, 2004nn, p. 72). A violência organizada fora dos quadros legais do Estado era “característica comum a todos os regimes aparentemente ‘democráticos’ que se formaram no pós-guerra”, e a crise de violência do fascismo representava uma fase dos períodos de ajustamento necessários para que se pudesse alcançar o objetivo final das forças reacionárias: a construção de um “Estado socialdemocrata italiano” a ser realizado pela coalizão de todos os elementos da reação antiproletária – os socialistas, os fascistas e os populares³⁵.

O Partido Popular e o Partido socialista – “os dois partidos ‘socialdemocratas’ típicos”, nas palavras do próprio Gramsci – seriam instrumentos para realização de uma obra em comum, qual seja, “[...] a tentativa de fazer com que estratos profundos das massas trabalhadoras da cidade e do campo adiram ao Estado italiano, libertando-o assim da crise em que está envolvido”; em outras palavras, esses dois partidos estariam realizando a preparação da base “do futuro Estado socialdemocrata italiano” (Gramsci, 2004oo, p. 112). Nesta linha de raciocínio, Gramsci conclui que o ponto central a ser esclarecido para as massas de operários e camponeses italianos era o seguinte:

[...] qualquer apoio que derem aos demagogos dos partidos socialdemocratas – socialista e popular – é uma contribuição para a reconstrução do organismo que há décadas as priva da liberdade, do bem-estar, obrigando-as à escravidão, ao sofrimento e à morte. A luta contra a socialdemocracia, contra o Partido Socialista traidor,

³⁵ Os “populares” – antepassados da atual Democracia Cristã, que dominaram a vida política italiana desde o segundo pós-guerra até o início dos anos 1990 – tiveram o seu Partido criado em janeiro de 1919, após o Vaticano ter suspenso a proibição que impedia os católicos de participarem da vida política da Itália unificada, e obtiveram uma grande votação na primeira eleição que disputaram, em novembro do mesmo ano.

identifica-se com a luta pela libertação do proletariado italiano de qualquer tipo de escravidão (Gramsci, 2004oo, p. 114).

Essa concepção de que o fascismo seria apenas um instrumento (consciente ou inconscientemente) de preparação de uma iminente fase socialdemocrata na Itália decorre, conforme nos esclarece Coutinho (1999, p. 51), de uma ausência nas reflexões gramscianas de uma avaliação da possibilidade de um *regime* fascista, isto é, de uma concepção do fascismo não apenas como “[...] um *movimento* reacionário de novo tipo, capaz de fornecer base de massa aos setores economicamente dominantes, mas também um eventual *regime* reacionário do tipo novo”. Um regime que divergia radicalmente das velhas ditaduras conservadoras de tipo semiparlamentar ou militar, pois se configurava como “[...] uma ditadura do capital financeiro, que se apoia sobre uma ampla rede de organizações de massa, sobre o consenso organizado da maioria da população”³⁶. Esta posição, presente nos seus escritos referentes ao período de 1921-1922, demonstra que Gramsci não discorda – pelo menos publicamente – das teses centrais defendidas pela direção bordiguiana do PCI, as quais concebiam que a Itália se dirigia para uma fase “socialdemocrata” – opondo-se abertamente às palavras de ordem da “frente única” e do “governo operário e camponês”, propostas por Lênin no IV Congresso da Internacional Comunista –, condenando explicitamente qualquer entendimento político com o Partido Socialista³⁷; ou seja, Gramsci concordava que a tática de “frente única”, embora pudesse ser aplicada no terreno sindical, não poderia sê-lo nas alianças políticas.

Mas, essa concordância (ou o silêncio tático) com as posições de Bordiga não tardou em fenecer. Se, por um lado, a sua permanência em Moscou durante os anos de 1922 e 1923 – pois havia sido indicado para representar o Partido junto ao Comitê Executivo da Internacional Comunista – contribuiu para uma virada decisiva nas

³⁶ Esta ausência é compreensível, conforme complementa Coutinho (1999, p. 51), ao se levar em conta “[...] que o fascismo ainda não chegara ao poder, e muito menos ao poder absoluto, o que só ocorrerá em 1926”.

³⁷ Esta posição do PCI se expressa claramente nas chamadas *Teses de Roma*, uma resolução política aprovada por grande maioria durante o II Congresso do PCI, realizado entre 20 e 24 de março de 1922. “Segundo as *Teses*, a Itália se dirigia para uma ‘fase socialdemocrata’; o Partido devia esperar que essa fase se realizasse plenamente, não por se tratar de um passo à frente, de um ‘objetivo intermediário’ ou de um meio para barrar a ameaça fascista cada vez mais real, e sim porque ela significaria a completa desmoralização e desagregação do Partido Socialista e, desse modo, a ocasião para que a maioria do proletariado (que ainda seguia o PSI) se pusesse sob a direção do PCI, abrindo o caminho para o ‘grande dia’, para a insurreição proletária. [...] a socialdemocracia, o PSI, torna-se o inimigo principal a combater e a desmoralizar. O PCI deve se conservar puro, sem se contaminar com alianças ou com vínculos mais intensos com o movimento de massas. A necessidade de uma organização *autônoma* do proletariado revolucionário – que é o motivo inspirador da política de cisões defendidas então por Lênin e pela IC – transforma-se, em Bordiga, na defesa do isolamento e do sectarismo, que se expressam na obsessão da ‘organização’ considerada de modo fetichista com um fim em si mesma” (Coutinho, 1999, p. 47).

concepções políticas gramscianas, na qual finalmente passa a aderir às propostas leninistas da “frente única” entre os partidos operários e do “governo operário e camponês”; por outro, a chegada dos fascistas ao governo – em 28 de outubro de 1922³⁸ – influenciou para um enriquecimento da definição de Gramsci acerca do fascismo, na qual já se percebe alguns elementos de teorização do mesmo como um *regime*.

Numa carta enviada de Moscou a Palmiro Togliatti, em agosto de 1923, Gramsci (2004pp, p. 137 e 138) declara que os movimentos emergidos nos últimos trinta anos na Itália se caracterizaram como “um aparelho para selecionar novos elementos dirigentes do Estado burguês” e que o fascismo apresentava-se como o “último e mais decisivo destes movimentos, que busca absorver todo o novo estrato social que se formou, dissolvendo os vínculos entre os líderes e a massa”. Entretanto, ressalta que o fascismo tenderia a se tornar “um movimento integral, de uma nova classe, que jamais foi independente no Estado italiano: a burguesia agrária, aliada aos grandes proprietários contra os camponeses e os operários”.

Posteriormente, por ocasião da morte de Lênin, Gramsci redige um artigo – publicado em março de 1924, em *L’Ordine Nuovo*³⁹ – afirmando que Mussolini não pôde se tornar líder do proletariado, mas se tornou um “ditador da burguesia”, que conquistou o governo e o manteve por meio da mais violenta e arbitrária repressão. Enquanto Lênin conseguiu reorganizar e reconstruir uma sociedade em decomposição, realizando esse feito “[...] desde a fábrica até o governo, sob a direção e o controle do proletariado, ou seja, com os meios de uma classe recém-chegada ao governo e à história”, Mussolini não precisou organizar uma classe, mas somente o pessoal de uma administração, desmontando algumas engrenagens do Estado não por necessidade,

³⁸ Após a “marcha sobre Roma”, que fez convergir para a capital milhares de fascistas de toda a Itália, o presidente do Conselho é pressionado, com o assentimento da monarquia, a ceder o Poder ao Partido Nacional Fascista, nomeando Mussolini para a chefia do gabinete. Abre-se, de fato, um período de ilegalidade para o PCI. “Em 1923, 5000 comunistas foram presos, assim como os secretários das federações e sindicatos, presidentes das câmaras e conselheiros, e todo o dinheiro das cooperativas e casas do povo – já destruídas – foi apreendido. Foram dispensados 3000 empregados dos Caminhos de Ferro, por suposição de serem simpatizantes da esquerda, a festa do 1º. de maio foi abolida: a imprensa subordina-se e acomoda-se a partir daí, *fascisticamente*, à linguagem fascista, que se transforma no horrível advérbio que serve de palavra-chave para significar o acordo político” (Macciocchi, 1977, p. 36). Nas palavras do próprio Gramsci, “a marcha sobre Roma foi a expressão coreográfica de um processo molecular através do qual as forças efetivas do Estado burguês (exército, magistratura, polícia, jornais, Vaticano, maçonaria, Corte etc.) passaram para o lado do fascismo” (Gramsci, 2004qq, p. 273).

³⁹ Nesta primeira ocasião, o artigo “Líder” foi publicado sem assinatura, mas em novembro do mesmo ano o artigo foi republicado em *L’Unità* sob o título “Lênin, líder revolucionário”, já com a assinatura de Antonio Gramsci.

mas para conferir e aprender como eram feitas e como deveria usá-las (Gramsci, 2004rr, p. 240).

Em setembro do mesmo ano, afirma que o fato característico do fascismo – e de cunho inédito na história – “[...] é ter conseguido constituir uma organização de massa da pequena burguesia”, ou seja, sua originalidade consiste “[...] em ter encontrado a forma adequada de organização para uma classe social que sempre foi incapaz de se unificar e de ter uma ideologia unitária: esta forma de organização é a do exército em ação”⁴⁰. Através do seu método repressivo de governo, o fascismo dificultou extremamente – ou, pode-se até dizer que impediu quase completamente – as manifestações políticas da crise geral do capitalismo, iniciada tanto na Itália quanto no resto do mundo em decorrência da Primeira Grande Guerra. Porém não significou a sua interrupção, nem mesmo sequer uma retomada e um desenvolvimento da economia nacional. Em resumo, “[...] a crise geral do sistema capitalista não foi freada pelo *regime* fascista” (Gramsci, 2004qq, p. 262 e 265, grifo nosso).

No regime fascista, as possibilidades de existência do povo italiano diminuíram. Verificou-se uma redução do aparelho produtivo, precisamente no mesmo momento em que aumentava a pressão demográfica em função das dificuldades da emigração transoceânica. O aparelho industrial reduzido só pôde se salvar do completo esfacelamento por causa de uma queda de vida da classe operária, provocada pela diminuição dos salários, pelo aumento da jornada de trabalho, pela elevação do custo de vida. Isso provocou uma emigração de operários qualificados, ou seja, um empobrecimento das forças produtivas humanas, que eram uma das maiores riquezas nacionais (Gramsci, 2004qq, p. 265).

Considerados todos estes aspectos, pode-se compreender como Gramsci – baseando-se nas *Teses do V Congresso da Internacional* referentes à “divisão do trabalho entre fascismo e democracia” – interpretou a questão referente ao serviço que o fascismo prestou à classe burguesa e à “democracia”. A democracia italiana, antes mesmo da guerra, já era um regime de forte singularidade: a liberdade econômica era ignorada; não se tomava conhecimento das liberdades políticas substantivas; todo livre desenvolvimento de novas forças (estivessem ou não previamente inseridas no quadro do Estado) era vigorosamente impedido através da corrupção e da violência; e, além

⁴⁰ “[...] o fascismo lutou contra o proletariado e chegou ao poder explorando e organizando a inconsciência e o espírito de rebanho da pequena burguesia embriagada de ódio contra a classe operária, que conseguia - graças à força de sua organização - atenuar os efeitos da crise capitalista que a atingiam [...]” (Gramsci, 2004qq, p. 262-263).

disso, a classe dirigente era restrita “a uma minoria incapaz de se manter sem a ajuda ativa do policial e do carabineiro” (Gramsci, 2004ss, p. 278).

Conforme já ressaltava em 1918, o exército era profissional, não era “a nação em armas” (o que só se modificou após a Primeira Guerra); e o sufrágio permaneceu restrito até 1913, quando foi adotada uma nova lei eleitoral que assegurava o sufrágio universal masculino aos maiores de 21 anos, o que não era o suficiente para permitir que a nação expressasse sua vontade. A roupagem de um ordenamento democrático era a aparência puramente superficial sob a qual o Estado italiano conservou “[...] a substância e a estrutura de um Estado despótico [...] [;] um regime burocrático, napoleônico, que serve para oprimir e nivelar todas as energias e todos os movimentos espontâneos” (Gramsci, 2004tt, p. 169-170). O Estado italiano continuava a viver nos limites fixados pelo “Estatuto albertino”⁴¹ – cujo qual servira apenas para ligar fortemente os destinos da Coroa àqueles da propriedade privada – e se, nos Estados capitalistas ditos “liberal-democratas” o poder judiciário era a máxima instituição de garantia das liberdades populares, no Estado italiano a justiça (assim como o Parlamento e as forças armadas) não era apenas um poder, mas sim uma ordem, um instrumento do poder executivo, submetido, através do governo, à vontade da Coroa e da classe proprietária.

Neste cenário, Gramsci (2004uu, p. 104), chega a afirmar que, dado o fato de que jamais existiu na Itália a justiça como um poder independente (nem mesmo do ponto de vista da democracia formal), mas apenas “uma ordem judiciária submetida ao poder governamental”, podia-se dizer que, neste país, “[...] jamais existiu democracia [...], tampouco um regime parlamentar”. Por ser profundamente complicado, o mecanismo do Estado burguês facilitava aos “sincofantas do capitalismo enganar as massas populares, exaltando como muito democrática a organização da justiça, a qual, ao contrário, nada tem de democrática: trata-se de uma instituição puramente terrorista”. Além disso, se, tal como na Itália, a força armada dependia do governo – o qual podia dissolver a Câmara com as “baionetas” assim que

⁴¹ Em 1848, o rei Carlos Alberto, de Piemonte-Sardenha, promulgou as regras constitucionais do seu reino, as quais dividiram o poder entre o monarca e o parlamento e asseguraram alguns direitos civis de matriz liberal, e ficaram conhecidas como o “Estatuto albertino”. Quando ocorreu a unificação italiana como Estado, em 1861, sob a égide da casa real piemontesa, esse Estatuto passou a ser a Constituição do Reino da Itália, sendo revogada somente em 1848, após a queda do fascismo, quando a então convocada Assembleia Constituinte promulgou uma Constituição republicana.

o desejasse –, tampouco se podia dizer que existia uma democracia, mas sim uma ditadura, isto é, “a reação permanente”.

O que significa, do ponto de vista constitucional, que vigora num Estado a ditadura de uma classe e não um regime democrático? Significa o seguinte: que os poderes públicos – governamental, legislativo e judiciário – não são divididos e independentes uns dos outros, mas estão reunidos num só poder, o poder governamental. Quando, em regime burguês, ocorre a reunião dos poderes públicos no poder governamental, temos a ditadura burguesa, ou seja, uma ordem política reacionária; quando o mesmo ocorre em regime proletário, temos a ditadura do proletariado, ou seja, uma ordem política revolucionária (Gramsci, 2004uu, p. 103-104)⁴².

Para os camponeses e operários, esta democracia servia-lhes apenas devido a possibilidade “[...] de criar uma rede de organizações de base e de desenvolvê-la, de modo capilar, até abranger a maioria dos elementos decisivos da classe trabalhadora” (Gramsci, 2004ss, p. 279). Mas esta limitação do regime democrático já era suficiente para trazer implicitamente a sua sentença de morte, que se revelou de forma mais explícita com a potencialização da crise do pós-guerra. Se no seu início, o capitalismo italiano – e seus quadros políticos – ainda conseguia formar um bloco com os setores reformistas operários; conseguia, durante algum tempo, uma aliança com a “aristocracia operária” e com o sistema de cooperativas dos trabalhadores do Norte; conseguia integrar no seu projeto os deputados socialistas ao mesmo tempo em que massacrava os camponeses do Sul; com o aparecimento simultâneo na cena política das massas operárias e camponesas essa situação não conseguiria perdurar.

A existência e o desenvolvimento de uma organização classista dos trabalhadores criam “[...] uma situação de fato que não pode ser cancelada nem com a violência de Estado, que todo regime democrático se concede, nem com a corrupção política dos líderes” (Gramsci, 2004ss, p. 279). Assiste-se na Itália, a partir de então, a impossibilidade para a burguesia italiana de continuar a se manter nos quadros de um regime democrático:

[...] a burguesia democrática se sentiu impotente para resolver o problema de como não perder o poder. Ainda que independentemente da vontade dos líderes e apesar da ausência de

⁴² Neste ponto cabe complementar com a posterior concepção de Gramsci acerca da divisão de poderes: “[...] se examinarmos a questão não do ponto de vista formal, mas de um ponto de vista realista, veremos que a divisão dos poderes – e, portanto, a condição elementar para a liberdade popular – só existe na medida em que o povo, com suas insurreições, conseguiu arrancar do governo o controle e o comando da força armada, transferindo-os para uma nova instituição, ou seja, para o Parlamento, através do poder judiciário” (Gramsci, 2004uu, p. 104, grifos nossos).

uma direção consciente, o movimento operário não tinha como não avançar e obter progressos decisivos. [...] [todas as suas manobras] não foram mais suficientes para conter um movimento que ganhava impulso sob a pressão de milhões de homens organizados, ainda que de modo ilógico e primitivo, de milhões de homens que se moviam sob o estímulo das necessidades elementares ampliadas e insatisfeitas (Gramsci, 2004ss, p. 279).

Tentando manter a sua coerência, os democratas buscaram resolver a questão de como fazer com que as massas “aderissem ao Estado”. Mas esta tarefa é irrealizável enquanto o Estado não surja – através de um processo orgânico de criação – das próprias massas, e que a elas esteja vinculado. As grandes massas populares já participavam da luta econômica e da luta política, o que trazia, para o capitalismo, a necessidade cada vez mais imperiosa de “arrancar o pão da boca dos trabalhadores” (Gramsci, 2004vv, p. 429). O Estado burguês deveria se tornar cada vez mais reacionário, e não deveria mais existir espaço para uma democracia, ainda que de fachada, pois esta não podia expressar partidos políticos; ou seja, não mais conseguia organizar interesses permanentes e difusos, mas apenas expressava “complôs, conjuras e golpes de mão” (Gramsci, 2004vv, p. 429). O proletariado e os camponeses eram as forças sociais que ainda conseguiam organizar-se em partido homogêneo e coeso (seu Partido é o Partido Comunista), e o futuro a elas estava destinado. O Estado burguês precisava cada vez mais intervir de modo violento e direto na luta de classes, de modo que pudesse reprimir as tentativas que o proletariado empreendia no caminho da sua emancipação. Em outras palavras, a democracia deveria se afastar e abrir terreno para uma força diversa; e o fascismo via assim chegar a sua hora.

O “fascismo” é a fase preparatória da restauração do Estado, ou seja, de uma intensificação da reação capitalista, de um aguçamento da luta capitalista contra as exigências mais vitais da classe proletária. O fascismo é a ilegalidade da violência capitalista, enquanto a restauração do Estado é a legalização desta violência: é uma conhecida lei histórica a de que o costume precede a lei. O fascismo italiano incendiou o *Avanti!* De Milão e de Roma, o *Proletariado* de Pola e o *Lavoratore* de Trieste, sem que nenhum fascista tenha sido punido: o Estado restaurado não mais incendiará jornais, mas os suprimirá “legalmente”. O fascismo assaltou Câmaras do Trabalho e prefeituras socialistas: o Estado restaurado dissolverá “legalmente” as Câmaras de Trabalho e prefeituras que pretendam continuar socialistas. O fascismo assassina os militantes da classe operária; o Estado restaurado os mandará “legalmente” para a prisão e, restaurada também a pena de morte, os fará assassinar por

um novo funcionário governamental: o carrasco (Gramsci, 2004uu, p. 429).

No documento elaborado juntamente com Palmiro Togliatti, e apresentado como o informe da maioria do Comitê Central ao III Congresso do PCI (realizado em Lyon, na França, em janeiro de 1926), Gramsci ressalta que o fascismo – nas suas origens, organização e trajetória – é favorecido por todos os velhos grupos dirigentes, mais particularmente pelos latifundiários que se sentem mais ameaçados pela pressão das plebes rurais. Isso se dá pelo fato de que o fascismo se inscreve, no quadro da política tradicional das classes dirigentes italianas e na luta capitalista contra a classe operária, como um movimento de reação armada cujo objetivo é a imobilização da classe trabalhadora através da sua desagregação e desmobilização. Mas, socialmente, o fascismo encontra apoio na pequena burguesia urbana e numa nova burguesia agrária despontada com a transformação da propriedade rural ocorrida em certas regiões da Itália, o que proporciona ao fascismo – conjuntamente com o fato deste ter encontrado uma unidade ideológica e organizativa nas formações militares que exaltam a tradição guerreira (o *arditismo*⁴³) – a possibilidade de conceber e pôr em prática um plano de conquista do Estado, de forma antagônica às velhas camadas dirigentes (Gramsci, 2004ww, p. 331-332). Por terem originariamente uma mentalidade em comum de “capitalismo nascente”, essas novas camadas que se agrupam em torno do fascismo conseguem efetivar uma luta contra os políticos do passado justificando-a como uma “construção ideológica contraposta às teorias tradicionais do Estado e de suas relações com os cidadãos”; ou seja, essencialmente,

[...] o fascismo modifica o programa de conservação e de reação que sempre dominou a política italiana tão somente por adotar um modo diverso de conceber o processo de unificação das forças reacionárias. Os fascistas substituem a tática dos acordos e dos compromissos pelo objetivo de realizar uma estreita unidade de todas as forças da burguesia num só organismo político, sob o controle de uma única central, que deveria dirigir ao mesmo tempo o partido, o governo e o Estado. Este objetivo corresponde à vontade de resistir até o fim contra qualquer ataque revolucionário, o que permite ao fascismo recolher as adesões da parte mais

⁴³ Esse termo se refere aos grupos de assalto, formados basicamente por voluntários, que tiveram um papel de destaque durante a Primeira Guerra Mundial, e que após o término do conflito bélico formaram uma Associação de *arditi* (que significa, literalmente, “os que têm ousadia, audácia, coragem”), composta por ex-combatentes que alimentavam uma ideologia fortemente nacionalista e que, posteriormente, em sua grande parte, passaram a integrar as tropas de choque do fascismo (*Fasci di combattimento*) utilizadas nas guerrilhas contra os trabalhadores.

decididamente reacionária da burguesia e dos latifundiários (Gramsci, 2004ww, p. 332).

As reações provocadas pelo método fascista de defesa da ordem, da propriedade e do Estado – através do qual “desagrega a unidade social e suas superestruturas políticas” numa escala maior do que a exercida pelo sistema tradicional dos compromissos e da política de esquerda – devem ser examinadas, de acordo com Gramsci (2004ww, p. 333), em relação à sua aplicação nos planos econômico e político. No plano político, a unidade orgânica da burguesia no fascismo não se realiza imediatamente após a conquista do poder e, por isso, o fascismo se vê obrigado a travar uma intensa luta, por um lado, contra a sobrevivência de centros de oposição burguesas ao regime; e, por outro (e de forma mais radical) contra a maçonaria, considerada como “centro de organização de todas as forças de sustentação do Estado”. Queira-se ou não, essa luta é o “indício de uma fissura no bloco das forças conservadoras e antiproletárias” que, em certas circunstâncias, pode favorecer “o desenvolvimento e a afirmação do proletariado como terceiro e decisivo fator de uma situação política”. No terreno econômico, o fascismo derruba a esperança da pequena burguesia em se tornar dominante, pois “[...] age como instrumento de uma oligarquia industrial e agrária para concentrar nas mãos do capitalismo o controle de todas as riquezas do país” (Gramsci, 2004ww, p. 333), e emprega uma série de medidas para favorecer tanto uma nova concentração industrial (abolição do imposto sobre as heranças, política financeira e fiscal, aumento do protecionismo), quanto os latifundiários (impostos, taxas sobre sementes).

A política econômica do fascismo é complementada por medidas visando reforçar a circulação da moeda, melhorar o orçamento do Estado, sanar as dívidas de guerra e favorecer a intervenção do capital anglo-americano na Itália (Gramsci, 2004ww). Toda essa ação política e econômica e toda a propaganda ideológica são coroadas pela tendência do fascismo ao “imperialismo”, através da qual se exprime a necessidade das classes dirigentes industriais-agrícolas de encontrar fora do terreno nacional os meios para resolver a crise da sociedade italiana.

Consequentemente, a política do fascismo engendra uma série de reações profundas nos seios das massas, cujo fenômeno mais grave se mostra com o afastamento cada vez mais acentuado entre as populações agrárias do Sul e das Ilhas e o sistema de forças que sustenta o Estado. Com relação ao proletariado, o processo de

desagregação de suas forças encontra um limite “na resistência ativa da vanguarda revolucionária e numa resistência passiva da grande massa” (Gramsci, 2004ww, p. 336), fundamentalmente agarrada às suas posições de classe, e pronta a se pôr em movimento tão logo a pressão física do fascismo se abrande e os estímulos do interesse de classe se torne mais forte. Perante o perigo representado pelas mudanças e pela aparição de novos alinhamentos das forças – quadro este provocado por sua própria política –, o fascismo reage, e faz com que toda a sociedade se curve sob o jugo de uma força militar e de um sistema de repressão que “mantém toda a população aprisionada ao fato mecânico da produção, sem possibilidade de ter uma vida própria, de manifestar sua própria vontade e de organizar-se para a defesa de seus próprios interesses” (Gramsci, 2004ww, p. 336). Este sistema tem a garantia de sua consolidação e permanência através da chamada legislação fascista:

A nova lei político-eleitoral, as modificações do ordenamento administrativo [...] etc., têm como objetivo garantir o fim da participação das massas na vida política e administrativa do país. O controle sobre as associações impede qualquer forma permanente e “legal” de organização das massas. A nova política sindical retira da Confederação do Trabalho e dos sindicatos de classe a possibilidade de firmar acordos, excluindo-os assim do contato com as armas que se haviam organizado em seu seio. A imprensa proletária é suprimida. O partido de classe do proletariado é reduzido a uma situação de completa ilegalidade. As violências físicas e as perseguições policiais são empregadas sistematicamente, sobretudo no campo, com o objetivo de incutir o terror e de manter uma situação de estado de sítio (Gramsci, 2004ww, p. 335-336).

Uma luta política através da qual a classe operária fosse privada dos “direitos” assegurados pela letra da Constituição não exercia um maior peso do que as eficientes ações operadas pelo fascismo na periferia; isto é, “[...] na base do edifício organizativo da classe trabalhadora, nas províncias, nos centros rurais, nas oficinas e nas fábricas”. Assim como assinala num artigo publicado em 01 de novembro de 1924, a força e a capacidade de luta dos trabalhadores derivam, em grande parte, da existência de uma ligação organizativa entre estes trabalhadores e a sua gradual extensão a ponto de abarcar as grandes massas em movimento. Em outras palavras, derivam “[...] da capacidade de reunir-se, de discutir, de dar às reuniões e às discussões uma regularidade, de utilizá-las para escolher os próprios líderes, para criar base de uma formação orgânica elementar, de uma liga, de uma cooperativa, de uma seção de partido”; e, mais além, “[...] da possibilidade de dar a estas formações orgânicas uma

funcionalidade contínua, de fazê-las tornar-se a trama de um movimento organizado” (Gramsci, 2004ss, p. 280).

Não por menos, o fascismo prestou o seu serviço à classe burguesa e à “democracia” ao se propor em aniquilar esse mínimo a que se reduzia o regime democrático para os trabalhadores, ou seja, em destruir, de modo sistemático, a possibilidade concreta de se criar pela base essas ligações. Para se pôr em movimento, o fascismo não realizou “uma tática de manobras contra um grande movimento de rua”; pelo contrário, somente desencadeou uma ação contra a organização operária quando esta entrou num período de passividade, golpeando-a, então, não pelo que ela “fazia”, mas pelo que ela “era”, ou seja, “[...] uma fonte de ligações capazes de dar às massas uma forma e uma fisionomia” (Gramsci, 2004ss, p. 280).

A demissão dos operários subversivos, a marginalização e o assassinato dos líderes operários e camponeses, a proibição das reuniões e da permanência fora de casa depois do horário de trabalho, a impossibilidade assim instituída de qualquer atividade “social” dos trabalhadores, ao que se somou a destruição das sedes das Câmaras do Trabalho e de todos os outros centros de unidade orgânica da classe operária e camponesa, bem como o terror difuso na massa [...]. Depois de três anos de uma ação desse tipo, a classe operária perdeu qualquer forma ou organicidade, sendo reduzida a uma massa amorfa, pulverizada, dispersa. Sem nenhuma transformação substancial da Constituição, as condições políticas do país se alteraram profundamente, já que foi negada qualquer eficiência à força dos operários e dos camponeses (Gramsci, 2004ss, p. 281).

A situação política torna-se, assim, novamente “democrática”, pois as grandes massas trabalhadoras se encontram “desorganizadas, dispersas, pulverizadas no povo indiferenciado” e, conseqüentemente, incapazes de “[...] inserir sua força no conflito burguês, com a profundidade necessária para transformá-la numa crise geral da sociedade, [o que seria o] prelúdio da revolução”; ou seja, a classe burguesa somente concede a liberdade de organização aos trabalhadores quando tem a segurança de que estes últimos estão reduzidos a uma situação tal que essa liberdade só lhes servirá para que retomem “um trabalho elementar de organização” – que, presumidamente, só trará maiores conseqüências políticas a longo prazo (Gramsci, 2004qq, p. 274; Gramsci, 2004ss 281 e 282). Resumindo, quando a “democracia” não mais podia resistir à pressão da classe trabalhadora (mesmo num quadro de liberdades apenas formais), organizou-se o fascismo para que se pudesse desagregar a classe operária. Efetuada tal

tarefa, o fascismo reabre as portas para a existência da “democracia”, sob a qual os grupos burgueses autointitulados “liberais” podem – sem se recluir com fatais repercussões para a unidade social do Estado – separar sua responsabilidade daquela do fascismo (o qual eles armaram, favoreceram e incitaram à luta contra os operários) e restaurar o “império da lei”, isto é, a restituição da liberdade da classe trabalhadora para reconstruir sua organização e mantê-la em funcionamento até o ponto em que não ameace superar os limites da sociedade burguesa⁴⁴ (Gramsci, 2004ss, p. 281-283).

Essa alternância entre fascismo e democracia deveria, na intenção dos burgueses, eliminar para sempre qualquer possibilidade de desforra operária; entretanto, não se pode eliminar um problema substancial concernente ao regime do qual a burguesia precisou se servir para quebrar as forças do movimento operário: uma vez invocado e desencadeado, o fascismo deixou de ser um simples “instrumento” reacionário nas mãos da burguesia (como ela sempre quis que o fosse), e se revelou “pior do que o diabo, já que não se deixa mais dominar e avança por conta própria”, isto é, demonstrou a sua tendência em “prosseguir na série de abusos, violências e crimes segundo uma sua racionalidade interna, que termina por não levar mais em conta os interesses da conservação do atual regime” (GRAMSCI, 2004xx, p. 288). Essa complexa atividade de reação e repressão do fascismo resulta num “desequilíbrio entre a relação real das forças sociais e a relação das forças organizadas”, razão pela qual o aparente retorno à normalidade e à estabilidade tem como correspondente um aguçamento de contradições que, a qualquer momento, podem irromper por outros caminhos:

A tendência do fascismo [...] quebra a alternância normal entre períodos de reação e períodos de “democracia”: se tal tendência, à primeira vista, pode parecer favorável à conservação de uma linha reacionária e a uma mais rigorosa defesa do regime capitalista, ela pode levar efetivamente ao contrário disso. Com efeito, existem elementos que influenciam a atual situação de modo francamente contrário a qualquer plano de conservação do regime burguês e da

⁴⁴ Neste sentido, Gramsci afirma que a história italiana dos últimos anos é uma inequívoca demonstração da tese defendida pela Internacional Comunista de que entre o fascismo e a democracia existe uma “perfeita divisão do trabalho”. Por isso, critica as ilusões dos reformistas e maximalistas de que os operários camponeses e italianos só podem esperar que a burguesia lhes restitua “[...] a liberdade de reconstruir os sindicatos, as ligas, as seções de partido, as Câmaras do Trabalho, depois as federações, as cooperativas, os órgãos para alocação de emprego, para controle de mão de obra, os conselhos para limitar na fábrica a liberdade do patrão etc. etc.”. É preciso perceber que essa liberdade tem um limite: “[...] quando a pressão das massas despertadas pelas organizações e aquela das próprias organizações no sentido de superar os limites da sociedade burguesa for bastante forte, a ‘democracia’ não poderá nem resistir a esta pressão nem tolerá-la. Então, mais uma vez, para superar a ameaça, a ‘democracia’ armará um exército de camisas negras” (Gramsci, 2004ss, p. 283).

ordem capitalista. Há a crise econômica, o mal-estar das grandes massas, a exasperação provocada pela repressão fascista e policial. Há uma situação na qual torna-se cada vez mais possível que, enquanto os centros políticos da burguesia não conseguirem concluir suas manobras de salvamento, ocorra uma intervenção no campo de luta das forças da classe trabalhadora. O dilema “fascismo ou democracia” pode assim converter-se num outro: “fascismo ou insurreição proletária” (Gramsci, 2004xx, p. 289).

O que isto significa? Gramsci tenta demonstrar que o único caminho para se quebrar este círculo vicioso no qual a burguesia pretende aprisionar a classe operária é através da resolução do problema da revolução. Há um poderoso estímulo objetivo para que as massas retornem ao terreno da luta de classes: a alternância recíproca entre fascismo e democracia *não* é um processo “[...] que possa ser tratado independentemente dos fatos econômicos e políticos, mas ocorre simultaneamente à extensão e aprofundamento da crise geral da economia capitalista e à relação de forças que dela deriva” (Gramsci, 2004ss, p. 284).

Um exemplo concreto de que a aparente estabilidade do regime fascista pode ser abalada em suas bases pela súbita irrupção de contradições econômicas e políticas que se aprofundaram (sem que tal aprofundamento se tornasse perceptível) foi, de acordo com Gramsci, a crise gerada após o assassinato (evidentemente cometido pelos fascistas) do deputado socialista Giacomo Matteotti, em junho de 1924⁴⁵. Para o pensador italiano, esse crime abre na Itália uma grave crise política, e o regime fascista entra em agonia, sustentando-se nas chamadas “forças auxiliares” do mesmo modo “como a corda sustenta o enforcado” (Gramsci, 2004qq, p. 266). O fascismo, segundo ele, passa a atravessar um período de intensa – e aparentemente fatal – crise de

⁴⁵ Após as eleições de 6 de abril de 1924 (nas quais Gramsci foi eleito deputado pelo distrito do Vêneto), as oposições promoveram agitações nos jornais e no Parlamento, com o objetivo de discutir e de negar legitimidade ao governo fascista, o que significou uma ação poderosa no sentido de dissolver todos os organismos do Estado controlados e dominados pelo fascismo, uma repercussão no próprio seio do Partido Nacional Fascista, e provocou fissuras na maioria parlamentar. Disso resultou a intensa campanha fascista de ameaças contra as oposições, personalizada no assassinato do parlamentar socialista Giacomo Matteotti, em 10 de junho do mesmo ano, após este ter pronunciado na Câmara um duro discurso contra o governo fascista. Após o crime, os partidos de oposição ao fascismo se retiraram do parlamento e passaram a se reunir à parte, formando o que passou a ser denominado como *Aventino* (o termo é referente ao nome de uma colina em Roma, para qual os plebeus se retiraram em massa, por volta de 494 a.C., no intuito de pressionar os nobres patrícios a lhes conceder alguns direitos como a criação de assembleias populares dirigidas por um tribuno da plebe). Desde o começo, os comunistas propuseram que o *Aventino* se convertesse num Antiparlamento (o que geraria uma dualidade de poderes), que apelasse às massas e convocasse uma greve geral política, mas os partidos denominados como “oposição constitucional” não concordaram com essa proposta e optaram por uma política de pressão sobre o rei para que este promovesse a substituição de Mussolini no governo. Gramsci, nas semanas seguintes ao assassinato, trava uma batalha contra a passividade e o legalismo do *Avantino* e em favor da unidade de todas as forças operárias. Em 3 de janeiro de 1925, o grupo parlamentar comunista decide se retirar do *Avantino* e a continuar sua luta contra o fascismo novamente no Parlamento. Sobre a discussão de Gramsci acerca desse período italiano, cf. o artigo “A crise Italiana” (Gramsci, 2004qq).

hegemonia, de legitimidade; um golpe de extremada potência a ponto de que uma intervenção imediata de uma força revolucionária poderia ter selado a sorte do fascismo. Entretanto, esta intervenção não foi possível, “[...] porque, em sua maioria, as massas não podiam se mover, ou estavam orientadas para soluções intermediárias, sob a influência dos democratas e dos socialdemocratas” (Gramsci, 2004ss, p. 289).

As oposições permaneceram como o fulcro do movimento popular antifascista; elas representam politicamente a onda de democracia que caracteriza a atual fase da crise social italiana. No início, até mesmo a opinião da grande maioria do proletariado dirigiu-se para as oposições. Era nosso dever, dos comunistas, tentar impedir que um tal estado de coisas se consolidasse permanentemente. [...] Se tivessem desejado cumprir com seus deveres, tais como estes eram indicados pelas massas em movimento, as oposições deveriam ter dado uma forma política definida ao estado de coisas objetivamente existente, mas estas se recusaram a fazê-lo. Teria sido necessário lançar um apelo ao proletariado, *que era a única classe capaz de dar substância a um regime democrático*, teria sido necessário aprofundar o movimento espontâneo de greves que vinha se esboçando. As oposições tiveram medo de serem atropeladas por uma possível insurreição operária: por isso, na campanha que tinha em vista manter viva a agitação no país, não quiseram sair do terreno puramente parlamentar, no que diz respeito às questões políticas, e do terreno judiciário, no que se refere ao assassinato de Matteotti (Gramsci, 2004qq, p. 268, grifo nosso).

A configuração deste quadro exigia um trabalho de avaliação política, ou seja, era preciso estabelecer com exatidão teses sobre a situação italiana e sobre as possíveis fases de seu ulterior desenvolvimento, dentro das quais Gramsci debate a questão da possibilidade de se supor uma passagem imediata do fascismo para a ditadura do proletariado.

1.4 O "Intermezzo democrático" e a configuração da questão da hegemonia como o problema central da estratégia gramsciana de transição para o socialismo.

Alguns meses antes do assassinato do parlamentar, o comunista sardo já indicava, numa carta endereçada à Togliatti e a outros dirigentes⁴⁶ – o equívoco do Partido Comunista em não se levar em conta (assim como o fizera nos episódios de

⁴⁶ Essa carta fora escrita no dia 09 de fevereiro de 1924, em Viena, onde Gramsci se encontrava devido a impossibilidade de retornar à Itália em decorrência de um mandado de prisão decretado contra ele pelo governo fascista. A esse respeito, ver Gramsci (2004yy, p. 172-188).

1921-1922) a emergente oposição da burguesia industrial contra o fascismo e a possibilidade de um governo socialdemocrata, o que os mantinha numa crença de que a retomada proletária poderia e deveria ocorrer somente em benefício do Partido. Gramsci já sustentava que o Partido Comunista, nessa retomada proletária, permaneceria minoritário, pois a maioria da classe operária tenderia a seguir os reformistas, além do fato de que os burgueses democratas liberais também teriam muito a mostrar ainda. Mesmo sem desacreditar que a situação se configurava como ativamente revolucionária e que o Partido Comunista conseguiria alcançar a maioria dentro de um certo lapso de tempo, destacava que, independentemente da curta duração desse período, este seria “indubitavelmente denso de *fases intermediárias*”, cuja exatidão na previsão era necessária para que tornasse possível efetuar manobras que não os deixassem cair “em erros que prolongariam as hesitações do proletariado” (Gramsci, 2004yy p. 187).

A crise gerada pelo assassinato de Matteotti mostrava a concretude desta ideia e evidenciava a possibilidade de que, entre a queda do fascismo e a projetada ditadura do proletariado, ocorreria um retorno ao regime liberal-democrático sob a direção política dos partidos burgueses antifascistas e dos partidos reformistas, o que foi denominado por Gramsci de “*intermezzo* democrático”. Já em 1926, quando a crise Matteotti já havia sido contornada e controlada por Mussolini⁴⁷, Gramsci mostrava que não abandonaria esta ideia, retomando-a de forma mais madura nas suas notas preliminares redigidas para o informe apresentado ao Comitê Central do PCI, em 11 de agosto:

[...] embora seja verdade que o fascismo só possa ser sucedido politicamente pela ditadura do proletariado, já que nenhum partido ou coalizão intermediária é capaz de dar nem mesmo uma satisfação mínima às exigências econômicas da classe trabalhadora, que irromperiam violentamente na arena política no momento da

⁴⁷ Após a prisão de um dos assassinos de Matteotti, alguns funcionários ligados diretamente à Mussolini e que foram por ele demitidos (pois era preciso indicar um bode expiatório) redigiram documentos nos quais se revelava a existência de uma polícia paralela secreta – responsável pela maioria das agressões não só contra os dirigentes da oposição, mas até mesmo contra os fascistas dissidentes – e indicava-se a inteira responsabilidade do líder dos fascistas e do seu círculo no assassinato do parlamentar socialista, além de um rico detalhamento da permanente e minuciosa intervenção de Mussolini na organização do terror. Entretanto, as oposições demoraram mais de seis meses para tornarem públicos tais documentos, o que facilitou a Mussolini retomar o controle da situação, o que foi consolidado em seu célebre discurso de 3 de janeiro de 1925, no qual nega qualquer cumplicidade no assassinato de Matteotti e lança o seu desafio à Câmara: “Se o fascismo é uma associação criminosa, sou o chefe desta associação. [...] Declaro que assumo sozinho a responsabilidade política, moral e histórica de tudo o que aconteceu. Se algumas frases mais ou menos estropiadas bastam para fazer enforcar um homem, que me tragam a estaca e a corda”. Para os adversários que pretendiam especular sobre o cadáver de Matteotti, Mussolini avisa: “Eles terão chumbo”.

ruptura das relações existentes, não é – e nem mesmo provável – que a passagem do fascismo à ditadura do proletariado seja imediata. É preciso levar em conta o fato de que as forças armadas existentes, dada sua composição, não podem ser conquistadas imediatamente – e elas seriam o elemento determinante da situação. Podem se formular hipóteses, às quais atribuir, em cada oportunidade, um maior ou menor caráter de probabilidade. É possível que, do governo atual, se passe a um governo de coalizão [...]. Uma súbita e fulminante crise econômica, não improvável numa situação como a italiana, poderia levar ao poder a coalizão democrático-republicana, já que esta se apresentaria aos oficiais do Exército e a uma parte da própria Milícia, bem como aos funcionários do Estado em geral (elemento que deve ser levado em conta em situações como a italiana), como capaz de frear a revolução (Gramsci, 2004zz, p. 376).

Dever-se-ia não ignorar os ensinamentos trazidos pela crise Matteotti: após três anos de terror e opressão, as massas tinham se tornado prudentes e não desejavam dar “um passo maior do que as pernas”⁴⁸. Independentemente do desenvolvimento da crise, e apesar da certeza de que esta prudência tenderia a desaparecer num período não muito longo, era impossível conjecturar – dado o caráter disperso e desorganizado das massas naquela situação “democrática” – que ocorreria uma luta vitoriosa da classe operária pelo poder. Apenas se poderia prever que a classe operária obtería uma melhora na posição política, ou seja, entrar-se-ia numa fase de “agitação, de propaganda, de organização”. Enquanto existisse essa prudência, ela só poderia ser superada se, “em cada ocasião concreta, em cada momento, mesmo avançando”, o Partido Comunista não perdesse o contato com o conjunto da classe trabalhadora. (Gramsci, 2004qq, p. 275).

Neste sentido, era preciso lutar contra toda tendência de direita que tentasse criar um compromisso com as oposições no objetivo de impedir os desenvolvimentos revolucionários da tática do PCI e o trabalho de preparação para a fase subsequente. Precisar-se-ia, também, tentar restringir ao mínimo a influência e a organização dos partidos que poderiam vir a constituir a coalizão de esquerda, pois na medida em que os elementos mais ativos e enérgicos da população estivessem, no momento da crise, no campo do PCI, tornar-se-ia cada vez mais provável uma queda revolucionária do fascismo. Além disso, era um dever do PCI manter, de qualquer forma, o objetivo de fazer com que o “*intermezzo* democrático” fosse o mais breve possível, criando

⁴⁸ Segundo Gramsci, “Essa prudência se chama reformismo, maximalismo, ‘bloco de oposições’” (Gramsci, 2004qq, p. 275).

imediatamente o maior número de condições favoráveis à sua ação (Gramsci, 2004qq, 2004zz).

Gramsci deixa claro que, naturalmente, isto não excluía (muito pelo contrário) o fato de que sangrentas lutas ocorreriam e que, conseqüentemente, o Partido deveria estar preparado a ponto de enfrentá-las. Entretanto, essas lutas deveriam ser vistas “[...] no quadro da fase de transição, como elementos de propaganda e de agitação para a conquista da maioria” (Gramsci, 2004qq, p. 275)⁴⁹. Ou seja, o problema da revolução só poderia ser resolvido através da reorganização das grandes massas operárias não mediante concessões de burgueses, mas sim durante o próprio desenvolvimento da crise política burguesa, e “por iniciativa de uma minoria revolucionária e em torno dela” (Gramsci, 2004ss, p. 283). Essa tarefa terá tanto um caráter “organizativo”, no sentido estrito da palavra, quanto um caráter político; isto é, “organização e política se convertem uma na outra”, pois a “reorganização” da classe operária, neste caso, significava “praticamente ‘criar’ e fazer intervir no cenário político uma força nova, uma força que agora não é levada em consideração, como se não existisse” (Gramsci, 2004ss, p. 283).

Dessa forma, era preciso buscar – com base numa homogeneidade ideológica e numa unidade ferreamente realizada – novos caminhos para o desenvolvimento da organização inicial do Partido, para alcançar um plano superior de atividade que permitisse ao PCI se expandir, ampliar sua esfera de influência, e se adequar à nova situação que se delineava favorável a uma retomada do movimento revolucionário. Era preciso levar em conta os ensinamentos de Lênin e o seu método dialético que considera todas as mediações e “astúcias” do real, utilizando-o como uma forma de contrapor o fatalismo impotente que se escondia por trás da fraseologia ultrasquerdista contida no maximalismo bordiguiano, que concebia a doutrina de Marx de forma fatalista e mecânica, pronunciando grandes frases revolucionárias enquanto permanece “incapaz de dar um passo à frente no caminho da revolução” (Gramsci, 2004aaa, p. 313).

O companheiro Lênin nos ensinou que, para vencer nosso inimigo de classe – que é poderoso, que tem muitos meios e reservas à sua disposição –, temos não só de aproveitar todas as fissuras

⁴⁹ “Se existem em nosso Partido grupos e tendências que, por amor à fantasia, querem forçar a situação, será preciso lutar contra eles em nome do conjunto do Partido, *dos interesses vitais e permanentes da revolução proletária italiana*” (Gramsci, 2004qq, p. 275, grifo nosso).

apresentadas pelo seu bloco, mas também de utilizar todo aliado possível, ainda que incerto, oscilante e provisório. Ensinou-nos que, na guerra dos exércitos, não se pode atingir o objetivo estratégico, que é a destruição do inimigo e a ocupação de seu território, sem ter antes atingido uma série de objetivos táticos, visando a desagregar o inimigo antes de enfrentá-lo em campo aberto. Todo o período pré-revolucionário se apresenta como uma atividade predominantemente tática, voltada para a aquisição pelo proletariado de novos aliados, para a desagregação do aparelho organizativo de ataque e de defesa do inimigo, para o conhecimento e esgotamento de suas reservas (Gramsci, 2004aaa, p. 312)⁵⁰.

Se a organização não é um fim em si mesmo, mas sim a expressão da linha política que se adota; e se a linha política a ser adotada configurava-se na necessidade de romper o isolamento – ou seja, conquistar na luta cotidiana a hegemonia da classe operária e assegurar as alianças necessárias para fazer com que a luta pudesse avançar –; então o instrumento organizativo adequado para essa linha política deveria ser um partido de massas. Assim, Gramsci advoga, sobretudo durante os anos 1924-1926, que o único caminho para que o Partido Comunista pudesse sair do imobilismo fatalista e “fazer política” de modo efetivo era através da sua transformação em um partido das mais amplas massas italianas, organicamente ligado aos movimentos populares, que realizasse “a hegemonia do proletariado no amplo quadro da aliança entre a classe operária e a massa dos camponeses” – ideia esta que contrastava com a concepção bordighiana de um partido exclusivamente de quadros, um partido de “poucos, mas bons” (Coutinho, 1999, p. 58).

O PCI deveria estudar concretamente a fórmula do “governo operário e camponês” como uma palavra de ordem intermediária, que fosse capaz de desbloquear positivamente uma situação de impasse e de alterar a correlação de forças em favor do proletariado, e que contivesse “[...] todos os motivos da luta geral contra o fascismo no plano nacional, conduzida através da aliança entre os operários e camponeses, sobretudo as massas camponesas da Itália meridional” (Gramsci, 2004bbb, p. 257). Todavia, Gramsci já avaliava que, no tocante à diretriz fornecida pelo *Comintern* sobre a questão da *frente única* e do *governo operário e camponês*, a debilidade do movimento se

⁵⁰ Carlos Nelson Coutinho ressalta que, graças à mediação de Lênin, Gramsci já demonstrava, nesse momento, não somente a capacidade “[...] de converter sua velha e enraizada recusa da visão fatalista e mecanicista do marxismo num método dialético positivo, concreto, voltado para a análise materialista da realidade”; mas também a assimilação de algumas intuições – sob a influência lenineana, mas, de certo modo, indo além dela – que, posteriormente, nos *Cadernos do Cárcere*, “[...] irão levá-lo a considerar a ‘guerra de posição’ como o método próprio para a conquista da hegemonia e do poder nas sociedades ocidentais mais complexas” (Coutinho, 1999, p. 57).

mostrava no fato de que os diferentes partidos comunistas não conseguiram, em país algum, empreender uma campanha sistemática e conseqüente sobre esta palavra de ordem, ou seja, não conseguiram aplicá-la concretamente nas condições específicas dos seus diversos países⁵¹. Em termos metodológicos (inerentes à atitude política necessária), era preciso eliminar a marca necessariamente abstrata desta palavra de ordem de caráter geral e dotá-la de uma *concreticidade nacional*:

O problema urgente, a palavra de ordem necessária hoje, é a do governo operário e camponês. Trata-se de popularizá-la, de adequá-la às condições concretas italianas, de demonstrar como ela decorre de cada episódio de nossa vida nacional, como resume e contém em si todas as reivindicações da multiplicidade de partidos e de tendências em que o fascismo desagregou a vontade política da classe operária, mas sobretudo das massas camponesas. Isso não significa, naturalmente, que devemos negligenciar as questões mais especificamente operárias e industriais. Muito pelo contrário. A experiência, também na Itália, demonstrou toda a importância que, no atual período, foi assumida pelas organizações de fábrica, desde a célula do Partido até a comissão interna, até a representação da massa em seu conjunto (Gramsci, 2004ddd, p. 248).

Nas análises de Gramsci (2004ss, p. 285), “para encontrar na história italiana uma analogia com os ‘conselhos operários e camponeses’, é preciso remontar aos conselhos de fábrica de 1919 e 1920 e ao movimento que deles emergiu [os comitês operários e camponeses]”; isto é, “o esforço de levar o movimento de desforra das grandes massas a expressar-se de modo orgânico e a encontrar em si mesmo os germes da nova ordem de coisas que queremos criar” passa pela compreensão da continuidade, dos pontos de convergência e contraste entre os conselhos de fábrica e os comitês operários e camponeses; pela descoberta de que a função revolucionária outrora desempenhada pelos primeiros poderá ser realizada atualmente pelos segundos. Caracterizados como “órgãos de unidade da classe trabalhadora em sua mobilização tanto para lutas de caráter imediato tanto para ações políticas de maior alcance”, os comitês operários e camponeses formariam a base de uma Assembleia Constituinte Republicana, e a palavra de ordem da criação dos mesmos seria não somente “[...] uma palavra de ordem de realização imediata em todos aqueles casos nos quais o Partido

⁵¹ Citando o exemplo da Alemanha, Gramsci declara que “Às propostas de frente única apresentadas aos dirigentes dos partidos oportunistas, não se seguiu toda aquela ação sistemática que deveria ter sido efetuada entre as grandes massas, uma ação cotidiana, voltada para cada ocasião concreta. [...] tais palavras de ordem jamais foram articuladas com as situações que se sucediam rapidamente” (Gramsci, 2004ccc, p. 214).

conseguir, com sua atividade, mobilizar um segmento da classe trabalhadora bastante amplo (mais do que uma só fábrica, mas do que uma só categoria em uma localidade)”, mas também, simultaneamente, seria “[...] uma solução política e uma palavra de agitação adequada a todo um período da vida e da ação do Partido” (Gramsci, 2004ww, p. 363).

Percebe-se, aqui, o caráter instrumental e tendencialmente agitatório que Gramsci imprime, nessa época, às palavras de ordem intermediárias como a do “governo operário e camponês”. Na concepção do marxista sardo, a fórmula política do governo operário e camponês é:

[...] uma fórmula de agitação, mas que não corresponde a uma fase real do desenvolvimento histórico [...]. Com efeito, a realização de tal fórmula só pode ser concebida pelo Partido [comunista] como início de uma luta revolucionária direta, ou seja, da guerra civil travada pelo proletariado, em aliança com os camponeses, para a conquista do poder. O Partido [comunista] poderia ser levado a graves desvios de sua tarefa de guia da revolução se interpretasse o “governo operário e camponês” como algo correspondente a uma fase real de desenvolvimento da luta pelo poder, ou seja, se considerasse que esta palavra de ordem indica a possibilidade de que o problema do Estado possa ser resolvido, no interesse da classe operária, de outro modo que não através da ditadura do proletariado (Gramsci, 2004ww, p. 367)⁵².

Na medida em que se propõe criar uma *frente única* organizada da classe trabalhadora, a fórmula política do “governo operário e camponês” deveria sintetizar e fazer convergir não somente todas as agitações específicas realizadas pelo PCI contra os partidos que se diziam democráticos – mas que, na verdade, configuravam-se como um dos mais fortes sustentáculos da abalada ordem capitalista, pois, apesar de conectarem-se a importantes e decisivos estratos da população trabalhadora, não sabiam travar uma luta consequente pela democracia, com todos os meios exigidos para tal. Deveria sintetizar e fazer convergir também as atividades que o Partido Comunista punha em prática, em todos os terrenos, com o intuito de organizar, mobilizar e unificar as forças da classe trabalhadora em contraposição efetiva às forças “[...] de todos os grupos de origem e natureza burguesa, a fim de poder se tornar o

⁵² Na opinião de Carlos Nelson Coutinho (1999, p. 60), essa concepção gramsciana da época “[...] se liga mais à orientação esquerdista que Zinoviev imprimirá à Internacional depois do V Congresso (1924) do que à inspiração originária de Lênin”.

elemento determinante e preponderante da situação política” (Gramsci, 2004ww, p. 363).

Na diretriz posta pelos Congressos Mundiais da III Internacional, a tática da frente única – na condição de ação política (manobra) – estava estreitamente relacionada ao problema da direção das massas pelo Partido Comunista e ao problema da conquista da maioria, e se tornava aplicável a todos os casos em que, devido a adesão das massas aos grupos combatidos pelos PC’s, a luta frontal contra estes grupos não se configurava como suficiente para assegurar “resultados rápidos e profundos” (Gramsci, 2004ww, p. 363). Nas palavras do revolucionário sardo, “O êxito desta tática depende do grau em que for precedida ou sucedida por uma efetiva obra de unificação e de mobilização de massas, obtida pelo partido com uma ação a partir de baixo”, e que, no caso da Itália, esta tática “[...] deve continuar a ser adotada pelo Partido, na medida em que ele ainda está longe de ter conquistado uma influência decisiva na maioria da classe operária e da população trabalhadora” (Gramsci, 2004ww, p. 363-364).

Dessa forma, ao atentar-se para o fato de que o problema fundamental posto a todos os países capitalistas era “[...] o da passagem da tática da frente única, entendida em sentido geral, para uma tática determinada, que formule os problemas concretos da vida nacional e opere com base nas forças populares tais como estas foram historicamente constituídas” (Gramsci, 2004zz, p. 380-381), o nosso revolucionário italiano passa a trabalhar a ideia da necessidade de elaboração de estratégias que levassem em consideração uma diferença estrutural entre as formações econômico-sociais dos Estados capitalistas que se situam no centro do sistema burguês e os Estados que representam a periferia do mundo capitalista.

Em outros termos, estava claro para Gramsci – como se pode perceber em seus escritos de 1926 – que o ingresso de numa nova fase de desenvolvimento da crise capitalista se apresentava sob distintas formas nos países da periferia capitalista e nos países de capitalismo avançado, e que a diversa avaliação do grau preciso desta crise deveria refletir imediatamente em diretrizes políticas e organizativas realmente diferentes, baseadas em dados concretos relativos à eficiência real tanto das forças revolucionárias quanto das forças burguesas:

[...] nos países de capitalismo avançado, a classe dominante possui reservas políticas e organizativas que não possuía, por exemplo, na

Rússia. Isso significa que *nem mesmo as crises econômicas gravíssimas têm repercussões imediatas no plano político. A política está sempre em atraso, e em grande atraso, com relação à economia.* O aparelho estatal é muito mais resistente do que frequentemente se crê e, nos momentos de crise, consegue organizar forças fiéis ao regime, em número maior do que se poderia supor em face da profundidade da crise. Isso se refere, especialmente, aos Estados capitalistas mais importantes. Nos Estados periféricos, tais como a Itália, a Polônia, a Espanha e Portugal, as forças estatais são menos eficientes. Mas, nestes países, verifica-se um fenômeno que deve ser fortemente levado em conta [...]: nestes países, entre o proletariado e o capitalismo, estende-se um amplo estrato de classes intermediárias, que desejam – e, em certo sentido, conseguem – realizar uma política própria, com ideologias que frequentemente influenciam amplos estratos do proletariado, mas que têm um particular poder de sugestão sobre as massas camponesas (Gramsci, 2004zz, p. 378-379, grifo nosso)⁵³.

Pode-se associar esta reflexão gramsciana com as suas considerações – expostas na *Carta a Togliatti, Scoccimarro e outros*, de 09 de fevereiro de 1924 – acerca da necessidade de dar ao PCI uma orientação diversa da que o mesmo adotava até então. Enquanto o dirigente Amadeo Bordiga considerava que a tática da Internacional era extremamente voluntarista e teatral – pois a atividade revolucionária das massas russas não era determinada pela situação histórica – e que, por ser originária nos marcos de uma civilização capitalista atrasada e primitiva, esta tática era inadequada e inútil para os países mais desenvolvidos da Europa Central e Ocidental – tendo em vista que nestes países existia a determinação ausente na Rússia e, por isso, o mecanismo histórico funcionaria segundo todos os preceitos marxistas –; Gramsci demonstrava não estar convencido da historicidade desta concepção e afirmava que a situação se colocava de forma bastante diversa:

Em primeiro lugar, porque a concepção política dos comunistas russos formou-se num terreno internacional e não no nacional; e, em segundo, porque na Europa Central e Ocidental o desenvolvimento do capitalismo determinou não apenas a formação de amplos estratos proletários, mas também – e por isso mesmo – criou um estrato superior, a aristocracia operária, com seus anexos de burocracia sindical e de grupos socialdemocratas. A determinação, que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complica-se na Europa Central e

⁵³ Gramsci conclui tal reflexão com a afirmação de que, nos países periféricos, põe-se o problema da fase por ele denominada de “intermediária entre a preparação política e a preparação técnica da revolução” – fase intermediária esta na qual “uma determinada forma de organização técnica pode acelerar a passagem para a fase resolutive da conquista do poder” –; enquanto que, nos demais países, o problema ainda era o da “preparação política” (ou, da “organização política das classes proletárias”). (Gramsci, 2004zz, p. 381 e 378). Estas formulações indicam a alusão de Gramsci à diferenciação entre formações sociais “orientais” (países capitalistas periféricos) e “ocidentais” (países capitalistas avançados), as quais serão melhor explicitadas posteriormente nos *Cadernos*.

Ocidental em função de todas estas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e, portanto, requer do partido revolucionário toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo alcance do que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917 (Gramsci, 2004yy, p. 183-184).

Percebe-se como o problema da hegemonia, da capacidade necessária ao poder proletário de não limitar a ação à simples coerção, mas na conquista do consenso, passa a se tornar o problema central da estratégia gramsciana de transição para o socialismo. Um exemplo da importância desse núcleo categorial pode ser encontrado nas correspondências trocadas por Gramsci e Togliatti, em 1926, relacionadas à carta redigida pelo primeiro (em nome da Executiva do Comitê Central do PCI) que deveria ser endereçada ao Comitê Central do Partido Comunista soviético. Esta carta tinha o intuito de “chamar a atenção dos companheiros mais responsáveis do PC da URSS” para que as divergências surgidas no interior do Partido – entre, por um lado, a maioria agrupada em torno de Stalin e de Bukhárin, e, por outro, a minoria oposicionista liderada por Trotsky e por Zinoviev – não fossem levadas até o ponto de ruptura, tendo em vista que a unidade do partido era “[...] condição existencial não só em nossos países, no que se refere à direção ideológica e política da Internacional, mas também na Rússia, no que diz respeito à hegemonia do proletariado, ou seja, ao conteúdo social do Estado” (Gramsci, 2004eee, p. 398 e 400).

Na concepção de que a oposição entre esses dois grupos no tocante à continuidade ou não da Nova Política Econômica (que havia sido proposta diretamente por Lênin) era, na verdade, uma discussão sobre o princípio e a prática da hegemonia do proletariado, Gramsci compreendia que a estratégia da NEP – ao restabelecer relações mercantis no campo e em algumas atividades urbanas e ao garantir aos camponeses que a coletivização agrícola só ocorreria por adesão voluntária – era a única forma de se construir o socialismo com base no consenso (através da batalha cultural e dos estímulos econômicos) e na obtenção da confiança desses camponeses, os quais constituíam a maioria da população soviética. Em outras palavras, seria a única estratégia capaz de “[...] assegurar a *direção* política da classe operária e, por conseguinte, sua dominação *com hegemonia*.” (Coutinho, 1999, p. 71, grifos do autor).

Dessa forma, a posição adotada pela minoria oposicionista – em defesa do abandono da NEP e da sua substituição por uma política de industrialização acelerada e de uma coletivização rápida, efetuada mediante a expropriação dos camponeses – abalava e colocava em perigo “[...] as relações fundamentais da aliança entre operários e camponeses [...], ou seja, os pilares do Estado operário e da revolução” (Gramsci, 2004fff, p. 390), já que essa ideologia e essa prática do bloco das oposições fazem renascer “[...] todos os velhos preconceitos do corporativismo de classe e do sindicalismo, que pesam sobre a tradição do proletariado ocidental e atrasam o seu desenvolvimento ideológico e político” (Gramsci, 2004eee, p. 401)⁵⁴.

[...] jamais ocorreu na história que uma classe dominante, em seu conjunto, se visse em condições de vida inferiores a determinados elementos e estratos da classe dominada e submetida. Essa inaudita contradição foi reservada pela história ao proletariado; residem em tal contradição os maiores perigos para a ditadura do proletariado, sobretudo nos países onde o capitalismo não alcançou um grande desenvolvimento e não conseguiu unificar as forças produtivas. É desta contradição – que, de resto, apresenta-se já sob alguns aspectos nos países capitalistas onde o proletariado alcançou objetivamente uma função social elevada – que nascem o reformismo e o sindicalismo, que nascem o espírito corporativo e as estratificações da aristocracia operária. *Mas o proletariado não pode se tornar classe dominante se não superar esta contradição, sacrificando seus interesses corporativos; não pode manter sua hegemonia e sua ditadura se, mesmo quando se torna dominante, não sacrificar tais interesses imediatos em nome dos interesses gerais e permanentes da classe* (Gramsci, 2004fff, p. 390-391, grifo nosso).

⁵⁴ Apesar de Gramsci se alinhar com as posições da maioria e se dirigir à oposição como a maior responsável pela situação de cisão, declara abertamente que gostaria de estar seguro (e realmente não estava) “[...] de que a maioria do Comitê Central do PC da URSS não pretende vencer de modo esmagador esta luta e está disposto a evitar medidas excessivas” (Gramsci, 2004fff, p. 392). Preocupado, no tocante ao modo de considerar as questões russas, em se manter na linha leninista – a qual consiste em “[...] lutar pela unidade do Partido, e não apenas por uma unidade de fachada, mas por uma íntima unidade, que consiste em não existir no Partido duas linhas políticas divergentes em todas as questões” – Gramsci ressaltava que o seu objetivo era “[...] contribuir para a manutenção e criação de um plano unitário, no qual as diversas tendências e personalidades possam se reaproximar e se fundir também ideologicamente” (Gramsci, 2004eee, p. 400). Nas complementações do próprio autor: “Somente uma firme unidade e uma firme disciplina no partido que governa o Estado operário podem assegurar a hegemonia proletária em regime de Nova Política Econômica, ou seja, em pleno desenvolvimento da contradição mencionada. Mas a unidade e a disciplina, neste caso, não podem ser mecânicas e coercitivas. Devem ser leis e obtidas pela convicção; não devem ser as de um destacamento inimigo aprisionado ou cercado, que pensa sempre em fugir ou em atacar de surpresa” (Gramsci, 2004eee, p. 392). Este temor de Gramsci foi confirmado após o “esmagamento” da oposição pela maioria (“*stravittoria*” em italiano) consumado após a XV Conferência do PCR realizada entre 26 de novembro e 3 de dezembro de 1926, quando Trotsky e Kamenev foram excluídos do Birô Político e Zinoviev foi afastado de suas funções como dirigente da Internacional, medidas estas que se tornaram regras no período das disputas entre os bolcheviques durante os anos do terror stalinista. Sobre os motivos do apoio de Gramsci à maioria do Partido Comunista Russo, cf. Coutinho (1999, p. 60-73).

Uma coisa estava bem clara para Gramsci nas suas formulações de 1926: após nove anos da revolução russa de outubro de 1917, o que poderia revolucionar as massas ocidentais não era mais “[...] *o fato da tomada do poder* pelos bolcheviques [...], já que ele é dado como algo consumado e já produziu os seus efeitos”. O que era ativo – ideológica e politicamente – naquele momento era “[...] a convicção (se existe) de que o proletariado, uma vez tomado o poder, *pode construir o socialismo*” (Gramsci, 2004eee p. 402, grifo do autor)⁵⁵. Se a questão da hegemonia/direção consensual não poderia ser subestimada pela classe operária dos países como a Rússia – onde o quadro de uma sociedade de menor complexidade política não eximia essa classe da necessidade de manter ou lutar pela sua condição de *dirigente* –, tampouco deveria ser abandonada pela classe operária dos países ocidentais mais desenvolvidos – nos quais “o reformismo, com sua tendência ao corporativismo de classe [...], é muito mais enraizado” (Gramsci, 2004eee, p. 402).

Entretanto, por estar convencido que a questão da hegemonia se coloca de uma nova maneira no “Ocidente”, Gramsci se utiliza do exemplo da Itália para ressaltar que, apesar da igualdade do cenário em que a maioria da população trabalhadora é constituída pelas massas rurais, todos os outros problemas inerentes à hegemonia do proletariado se apresentariam, para os italianos,

[...] sob uma forma mais complexa e aguda do que na própria Rússia, já que a densidade da população rural na Itália é muito maior; já que nossos camponeses têm uma riquíssima tradição organizativa e sempre conseguiram fazer com que seu peso específico de massa se fizesse sentir de modo sensível na vida política nacional; já que entre nós o aparelho organizativo eclesiástico tem dois mil anos de tradição e se especializou na propaganda e na organização dos camponeses de um modo que não tem igual em outros países. Se é verdade que a indústria é mais desenvolvida entre nós e o proletariado tem uma importante base material, é também verdade que esta indústria não dispõe de matérias-primas no país e, portanto, está mais exposta a crises. Por isso, *o proletariado só poderá desempenhar sua função dirigente se tiver um grande espírito de sacrifício e souber se libertar completamente de todo o resíduo de corporativismo reformista ou sindicalista* (Gramsci, 2004fff, p.389-390, grifo nosso).

⁵⁵ O pensador italiano complementa afirmando que esta convicção, a qual se liga a autoridade do Partido, “[...] não pode ser inculcada nas grandes massas através de métodos de pedagogia escolástica, mas apenas de pedagogia revolucionária, ou seja, apenas pelo *fato político* de que todo o Partido russo está convencido disso e luta de modo unitário” (Gramsci, 2004eee p. 402).

De acordo com as afirmações de Luciano Gruppi (1980, p. 58), assim emerge o tema da hegemonia como a capacidade de compreender os problemas reais – historicamente especificados – sem se limitar à expectativa passiva das consequências decorrentes das leis gerais que governam o capitalismo; como a capacidade “[...] de indicar as forças sociais que podem e devem ser envolvidas no processo revolucionário; de fixar os termos concretos nos quais deve se processar a intervenção do partido”. Quando, em seu último escrito pré-carcerário (de novembro de 1926), Gramsci (2004ggg, p. 408-409) explicita que a *hegemonia do proletariado* é “[...] a base social da ditadura proletária e do Estado operário”, e complementa com a afirmação de que “[...] o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora”, ele tenta demonstrar que, nas reais relações de classe existentes na Itália, a mobilização dessa maioria não se refere apenas aos assalariados e trabalhadores agrícolas, mas sim à obtenção do consenso “das amplas massas camponesas”, o que denota a compreensão de que a questão camponesa italiana não é “a questão camponesa e agrária em geral”, mas sim uma questão historicamente determinada, que, em consequência do específico desenvolvimento da história italiana, “[...] assumiu duas formas típicas e peculiares, ou seja, a questão meridional e a questão vaticana”. Sendo assim,

[...] conquistar a maioria das massas camponesas significa, para o proletariado italiano, assumir como próprias estas duas questões do ponto de vista social, compreender as exigências de classe que elas representam, incorporar tais exigências em seu programa revolucionário de transição, pôr tais exigências entre suas próprias reivindicações de luta (Gramsci, 2004ggg, p. 409).

A “questão meridional” se expressa, sobretudo, na não integração do mundo camponês sulista aos processos de modernização econômica e política; nas relações hegemônicas que a burguesia industrial do Norte – ao formar com os latifundiários meridionais um bloco político dominante – passa a exercer sobre o conjunto da população meridional. Já nos seus escritos anteriores, Gramsci ressaltava que a emancipação dos trabalhadores italianos só poderia ocorrer, através da aliança entre os operários industriais do Norte e os camponeses pobres do Sul, aliança esta cujo objetivo seria afastar a burguesia do poder do Estado, ou melhor, destruir o Estado burguês e fundar o *Estado dos operários e dos camponeses*, construindo, assim, um novo

aparelho de produção industrial “[...] que esteja a serviço das necessidades da agricultura, da industrialização da atrasada agricultura italiana e, portanto, da elevação do nível do bem-estar nacional em proveito das classes trabalhadoras” (Gramsci, 2004gg, p. 36).

Desde as origens do Estado unitário, o objetivo das classes dirigentes italianas foi o de manter subjugadas as grandes massas da população trabalhadora, impedindo que as mesmas se tornassem – através de sua organização em torno do proletariado industrial e agrícola – “[...] uma força revolucionária capaz de pôr em prática uma completa transformação social e política e de fazer surgir um Estado proletário” (Gramsci, 2004ww, p. 326). A democracia italiana – tal como se criou desde 1870 – tinha como característica o fato de que nenhuma das duas classes proprietárias (os capitalistas e os latifundiários) exercia a sua predominância, o que resultou numa democracia carente de uma sólida estrutura de classes. Se nos demais países, a organização do Estado moderno, liberal e parlamentar teve como terreno a luta entre essas duas classes, na Itália essa luta ocorreu de forma equívoca, manifestando-se como a subordinação (de natureza burocrática e plutocrática) “[...] das regiões centrais e meridionais do país, habitadas pelas classes rurais, às regiões setentrionais, nas quais, ao contrário, havia se desenvolvido o capital industrial e financeiro” (Gramsci, 2004hhh, p. 106).

Por não controlar naturalmente toda a economia, a classe industrial também não conseguia organizar por si só toda a sociedade e o Estado, o que tornou necessário o compromisso com as classes sobre as quais a indústria exercia uma hegemonia limitada (particularmente os latifundiários e a pequena burguesia) para que se pudesse fortalecer e defender o Estado nacional construído na Itália (Gramsci, 2004ww).

A aliança entre industriais e latifundiários se estabeleceu através de uma série de medidas de caráter político e econômico⁵⁶ que atenderam as necessidades de organização de uma ditadura burguesa (uma ditadura industrial-agrária), a qual pôs em seus termos reais o problema da revolução que determinou a subsequente história da

⁵⁶ “[...] a ditadura burguesa se instaura no terreno político, mediante uma restrição ao direito de voto, que reduz o corpo eleitoral a pouco mais de um milhão de votantes, num total de 30 milhões de habitantes. No terreno econômico, a introdução do protecionismo industrial-agrário corresponde ao propósito do capitalismo de obter o controle de toda a riqueza nacional” (Gramsci, 2004ww, p. 328).

Itália⁵⁷. Com a consolidação da burguesia italiana após a derrotada das primeiras tentativas insurrecionais dos operários e dos camponeses contra o Estado, as classes dirigentes puderam adotar “os métodos de uma democracia aparente” como forma de obstruir os progressos do movimento operário, assim como puseram em prática o plano de corrupção e desagregação interna deste movimento, abrindo para os líderes oportunistas a possibilidade de colaboração de uma “aristocracia operária” com o governo, no intuito de tornar o movimento operário cúmplice da ditadura reacionária a ser exercida – através de uma tentativa de solução “reformista” do problema do Estado (governo de esquerda) – e de impedi-lo de se converter no centro da insurreição popular contra este Estado (Gramsci, 2004ww). Conforme explicita o marxista italiano:

A necessidade de manter um regime democrático, que era ao mesmo tempo o domínio de minorias burguesas e se efetivava como predomínio de uma restrita parte da nação sobre a maior parte do território, fez com que os representantes do industrialismo e da plutocracia do Norte buscassem incessantemente ampliar seus próprios quadros de classe dominante, incorporando a eles as massas operárias e anulando a luta de classes em sua própria zona. Até 1900, os capitalistas do Norte buscaram, através de uma aliança com os latifundiários do Sul, sufocar ao mesmo tempo a luta de classes do proletariado industrial e as violentas explosões das classes pobres do campesinato sulista. Mas tornou-se evidente que, a longo prazo, esta aliança subverteria a situação, entregando o poder de Estado aos latifundiários e fazendo com que o Norte perdesse as posições de privilégio que conquistara com a unidade nacional. [...] [com o triunfo definitivo do capitalismo, este] tentou substituir a aliança nacional das classes proprietárias por um sistema de aliança com o proletariado urbano, com base na qual pudesse se desenvolver, como nos demais países capitalistas, uma verdadeira democracia parlamentar (Gramsci, 2004hhh, p.107-108).

Se nos reportarmos ao seu último manuscrito pré-carcerário de 1926, pode-se assim complementar o real quadro tratado por Gramsci:

Depois da sangrenta década de 1890-1900, a burguesia teve de renunciar a uma ditadura demasiadamente exclusivista, violenta e direta: insurgiram-se contra ela, *simultaneamente*, ainda que não de modo coordenado, os camponeses do Sul e os operários do Norte. No novo século, a classe dominante inaugurou uma nova política, de alianças de classe, de blocos políticos de classe, ou seja, de

⁵⁷ “Surge no Norte um proletariado industrial e agrícola, enquanto no Sul a população rural – submetida a um sistema de exploração ‘colonial’ – continua mantida em estado de sujeição, mediante uma repressão política cada vez mais forte” (Gramsci, 2004ww, p. 328).

democracia burguesa. Tinha de escolher: ou uma democracia rural, isto é, uma aliança com os camponeses meridionais, uma política de liberdade alfandegária, de sufrágio universal, com protecionismo alfandegário, com conservação do centralismo estatal (expressão do domínio burguês sobre os camponeses, especialmente no Sul e nas Ilhas), com uma política reformista em face dos salários e das liberdades sindicais. Escolheu, não por acaso, esta segunda solução (Gramsci, 2004ggg, p. 417, grifo do autor).

Dessa forma, a “questão meridional” é apontada, na redação de seu último documento antes da sua prisão pela ditadura fascista (em 1926), como um dos problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário, o qual deveria assumir esta orientação de forma que ela pudesse ter eficiência política, de forma que ela se tornasse uma questão nacional; tendo em vista que “nenhuma ação de massa é possível sem que a própria massa esteja convencida das finalidades que quer alcançar e dos métodos a serem aplicados” (Gramsci, 2004ggg, p. 415).

A aliança operário-camponesa não era somente uma condição de vitória da revolução proletária, mas também uma maneira de quebrar a influência dos reformistas sobre a classe operária, pois esta, ao fazer sua a “questão meridional”, subtrai-se da esfera da hegemonia burguesa e passa a se tornar uma classe nacional, ou seja, “uma classe capaz de exercer sua própria hegemonia sobre a maioria dos trabalhadores (os camponeses)” (Coutinho, 1999, p. 68). Retomando as análises de Luciano Gruppi (1980, p. 59) já anteriormente comentadas, estas formulações gramscianas indicam a *hegemonia* como a capacidade de uma classe em determinar os traços específicos de uma condição histórica, “[...] de tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo”. Mas, para ser capaz de governar como classe, para conseguir “conquistar a confiança e o consenso dos camponeses e de alguns segmentos semiproletários das cidades” (Gramsci, 2004ggg, p. 415), o proletariado necessita superar alguns preconceitos e egoísmos, ou melhor, necessita se eximir de uma mentalidade corporativa que nele subsiste mesmo quando os particularismos da profissão já se fizeram desaparecer em seu seio. Nas palavras do revolucionário sardo:

O metalúrgico, o marceneiro, o operário da construção civil etc., devem não só pensar como proletários e não mais como metalúrgico, marceneiro, operário da construção civil, etc., mas devem dar ainda um passo à frente: devem pensar como operários

membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, *de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se for ajudada e seguida pela grande maioria desses estratos sociais. Se não conseguir isso, o proletariado não se torna classe dirigente*; e tais estratos, que representam na Itália a maioria da população, ao continuarem sob a direção burguesa, darão ao Estado a possibilidade de resistir à ofensiva proletária e de derrotá-la (Gramsci, 2004ggg, p. 416, grifo nosso).

Era preciso modificar a orientação política e a ideologia geral do próprio proletariado, na condição deste como “elemento nacional que vive no conjunto da vida estatal e sofre inconscientemente a influência da escola, do jornal, da tradição burguesa” (Gramsci, 2004ggg, p. 409). Mais além, para que o proletariado possa se tornar classe dirigente, é preciso que ele também traga respostas às questões ideológicas vividas por seus aliados potenciais, tendo em vista que um novo bloco histórico “não é cimentado apenas pela convergência de interesses econômicos ou mesmo políticos, mas também por afinidades de natureza cultural” (Coutinho, 1999, p. 73).

Neste ponto, apesar de Carlos Nelson Coutinho ressaltar que Gramsci percebe e acrescenta este traço novo da questão da hegemonia nas suas notas sobre *A questão meridional*⁵⁸, acredito que essa percepção e apontamento já se encontram em seu escrito impresso e divulgado em abril-maio de 1925, quando Gramsci resalta – numa época de retomada do movimento revolucionário, em que uma grande massa de novos membros adere ao Partido após um período de ilegalidade imposto pelo regime fascista – a necessidade do Partido Comunista se preocupar com o fortalecimento ideológico e político de seus atuais quadros e de seus atuais membros, de forma a “[...] torná-los capazes de assimilar e enquadrar massas ainda mais amplas, sem que isso provoque excessivos abalos na organização e sem que se modifique a face do Partido” (Gramsci, 2004iii, p. 292)⁵⁹. Gramsci coloca que esse problema tem uma base que é superior a

⁵⁸ Nas palavras de Coutinho (1999, p. 73-74), “[...] quando ele [Gramsci] diz que a questão camponesa na Itália ‘assumiu duas formas típicas e peculiares, a questão meridional e a *questão vaticana*’, está colocando uma dimensão nova no problema da hegemonia. [...] se os camponeses italianos encontram uma explicação para o mundo na religião católica, se vivem o catolicismo como problema cotidiano, então é preciso que a capacidade de direção se manifeste também na luta para compreender as raízes profundas dessa escolha cultural, para encontrar nela os elementos capazes de serem orientados no sentido dos objetivos centrais da transformação social e cultural proposta pela classe que se candidata à hegemonia. A batalha das ideias – o diálogo e o confronto cultural – assume uma importância decisiva na luta pela hegemonia”, ou seja, ao considerar que a maioria dos camponeses italianos está sob a influência da Igreja Católica, Gramsci sublinha que não se pode realizar a aliança entre a classe operária e os camponeses sem se prescindir desse elemento.

⁵⁹ “Os novos membros que o Partido recruta em tais condições [...] não podem ser educados em nossos métodos pela atividade ampla, pelas amplas discussões, pelo controle recíproco, que são próprios dos períodos de democracia e de legalidade. Delineia-se assim um perigo muito grave: a massa do Partido – habituando-se, na ilegalidade, a não

toda contingência imediata, qual seja, o fato de que “a luta econômica não pode ser desligada da luta política e nenhuma das duas pode ser desligada da luta ideológica” (Gramsci, 2004iii, p. 293).

Sabemos que a luta do proletariado contra o capitalismo se desenvolve em três frentes: a econômica, a política e a ideológica. A luta econômica tem três fases: de resistência contra o capitalismo, ou seja, a fase sindical elementar; de ofensiva contra o capitalismo pelo controle operário da produção; de luta pela eliminação do capitalismo através da socialização. Também a luta política tem três fases principais: luta para limitar o poder da burguesia no Estado parlamentar, ou seja, para manter ou criar uma situação democrática de equilíbrio entre as classes, que permita ao proletariado organizar-se e desenvolver-se; luta pela conquista do poder e pela criação do Estado operário, ou seja, uma ação política complexa através da qual o proletariado mobiliza em torno de si todas as forças sociais anticapitalistas (em primeiro lugar, a classe camponesa) e as conduz à vitória; a fase da ditadura do proletariado organizado em classe dominante a fim de eliminar todos os obstáculos técnicos e sociais que se opõe à realização do comunismo (Gramsci, 2004iii, p. 292, p. 292-293).

Gramsci (2004iii, p. 293) desenvolve o problema nestes termos para demonstrar que, se na sua primeira fase – de resistência ao capitalismo (a que ele denomina de fase sindical elementar) – a luta econômica é espontânea, isto é, “[...] nasce inelutavelmente da própria situação em que se encontra o proletariado no regime burguês”, deve-se deixar bem claro que essa fase da luta não é “em si mesma” revolucionária, isto é, não acarreta necessariamente na derrubada do capitalismo⁶⁰, pois

pensar em nada mais do que nos expedientes necessários para escapar dos ataques de surpresa do inimigo, a considerar como possíveis e organizáveis imediatamente apenas as ações de pequenos grupos, e vendo como os dominantes aparentemente venceram e conservam o poder graças à ação de minorias armadas e enquadradas militarmente – afasta-se imperceptivelmente da concepção marxista da atividade revolucionária do proletariado; e, enquanto parece se radicalizar, na medida em que são enunciados propósitos extremistas e frases sangrentas, torna-se na realidade incapaz de vencer o inimigo. A história da classe operária, particularmente na época que atravessamos, mostra como este perigo não é imaginário. A retomada dos partidos revolucionários, após um período de ilegalidade, caracteriza-se frequentemente por um irrefreável impulso à ação pela ação, por uma ausência de qualquer avaliação das reais relações das forças sociais, do estado de espírito das grandes massas operárias e camponesas, das condições do armamento etc. Ocorreu assim, com muita frequência, que o partido revolucionário se tenha deixado massacrar pela reação ainda não desagregada, cujas reservas não haviam sido bem avaliadas; e isto em meio à indiferença e à passividade das grandes massas, as quais, depois de todo o período reacionário, tornam-se muito prudentes e se amedrontam facilmente, sempre que há a ameaça de um retorno à situação da qual acabaram de emergir” (Gramsci, 2004iii, p. 291).

⁶⁰ Gramsci (2004iii, p. 293) complementa com o argumento de que sua tese pode ser confirmada pelo fato de que “[...] os reformistas e até mesmo os fascistas admitem a luta sindical elementar, ou, mais precisamente, afirmam que o proletariado como classe não deve promover outra luta além da luta sindical. Os reformistas se diferenciam dos fascistas apenas na medida em que afirmam que, se não o proletariado como classe, pelo menos os proletários como indivíduos, como cidadãos, devem lutar também pela “democracia em geral”, isto é, pela democracia burguesa, ou, em outras palavras, devem lutar apenas para manter ou criar as condições políticas da pura luta de resistência sindical”.

para que ela se torne um fator revolucionário, “[...] é preciso que o proletariado a faça acompanhar pela luta política, ou seja, que o proletariado tenha consciência de que luta pelo socialismo”.

O elemento “espontaneidade” não é suficiente para a luta revolucionária: ele jamais leva a classe operária a superar os limites da democracia burguesa existente. É necessário o elemento “consciência”, o elemento ideológico”, ou seja, a compreensão das condições em que se luta, das relações sociais em que o operário vive, das tendências fundamentais que operam no sistema dessas relações, do processo de desenvolvimento que a sociedade sofre pela existência em seu seio de antagonismos inelimináveis etc. (Gramsci, 2004iii, p. 293-294, grifos nossos)⁶¹.

Não se pode deixar de destacar que Gramsci (2004iii, p. 294) tinha a perfeita noção de que seria utópico exigir que cada operário possuísse “[...] uma completa consciência de toda a complexa função que sua classe está destinada a desempenhar no processo de desenvolvimento da humanidade”, já que a modificação completa da consciência de “toda” a classe operária só é possível após a conquista do Estado, ou seja, ela “[...] só se modificará quando o modo de viver da própria classe também se modificar [...], quando o proletariado se transformar em classe dominante, quando tiver à sua disposição o aparelho de produção e de troca e o poder estatal”. Entretanto, Gramsci enfatizava que essa completa consciência deveria ser exigida aos membros do Partido, e que, para tal, estes deveriam assimilar o marxismo (na sua forma leninista), tendo em vista que a atividade teórica (a luta na frente ideológica) sempre foi negligenciada no movimento operário italiano⁶². Se o marxismo havia tido muito sucesso na Itália, este sucesso não se configurou como um “fenômeno revolucionário”, pois não beneficiou o proletariado em criar novos meios de luta:

⁶¹ Assimilando tais formulações com as análises gramscianas de 1926, compreende-se a sua indicação de que era preciso inverter a velha visão do problema meridional, a velha ideologia – “[...] que foi difundida capilarmente pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte” – de que o Sul era um obstáculo a impedir o desenvolvimento democrático da Itália, já que o atraso desta região era uma consequência da natureza, isto é, um “destino natural” que fez dos sulistas “seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos [...], poltrões, incapazes, criminosos [...]” (Gramsci, 2004ggg, p. 409). Ao contrário, dever-se-ia compreender que esse atraso era consequência do sistema capitalista (ou de qualquer outra causa histórica), e que nesses camponeses do Sul estava presente um imenso potencial e uma imensa reserva revolucionária, motivo pelo qual a divisão entre esses camponeses e a classe operária do Norte se configurava como uma base de apoio para o bloco de poder dominante.

⁶² “Na Itália, o marxismo (com exceção de Antonio Labriola) foi estudado mais pelos intelectuais burgueses, para desnaturá-lo e pô-lo a serviço da política burguesa, do que pelos revolucionários [...]. Jamais as direções do PSI imaginaram que, para lutar contra a ideologia burguesa, ou seja, para libertar as massas da influência do capitalismo, fosse necessário, antes de mais nada, difundir no próprio Partido a doutrina marxista e defendê-la contra todas as deformações” (Gramsci, 2004iii, p. 294-295).

O marxismo – ou seja, na verdade, algumas afirmações de Marx destacadas do contexto de seus escritos – serviu à burguesia italiana para demonstrar que o seu desenvolvimento exigia que a democracia fosse deixada de lado, que as leis fossem ignoradas, que a liberdade e a justiça se tornassem objetos de mofa. Ou seja: foi chamada de “marxismo”, pelos filósofos da burguesia italiana, a constatação feita por Marx dos sistemas empregados pela burguesia (sem necessidade de recorrer a justificações... marxistas!) em sua luta contra os trabalhadores. E os reformistas, para corrigir esta interpretação fraudulenta, tornaram-se democratas, tornaram-se os adoradores de todos os santos dessacralizados do capitalismo. Os teóricos da burguesia italiana tiveram a habilidade de criar o conceito de “nação proletária”, isto é, de afirmar que toda a Itália era uma entidade ‘proletária’ e que a concepção de Marx devia se aplicar à luta da Itália contra os demais Estados capitalistas e não à luta do proletariado italiano contra o capitalismo italiano (Gramsci, 2004iii, p. 295).

Percebe-se, assim, que é a partir de uma luta contra o determinismo mecânico, através da explicitação de uma concepção de sociedade como um todo unitário e orgânico, que se torna possível a Gramsci trabalhar o conceito de hegemonia. Gramsci acreditava que o economicismo era o fundamento teórico das concepções reducionistas sobre a revolução que ainda predominavam no movimento revolucionário, concepções estas que estabeleciam um automatismo direto entre as mudanças a serem feitas na base econômica e a transformação do mundo cultural e espiritual dos indivíduos.

É importante destacar que Gramsci (Gramsci, 2002b, p. 46-55) concebe o “economicismo” como uma derivação direta do liberalismo – pois o economicismo, mesmo em suas origens, manteve “bem poucas relações com a filosofia da práxis, relações, de qualquer modo, apenas extrínsecas e puramente verbais” (Gramsci, 2002b, p. 46). Ressalta que o *livre-cambismo* (isto é, liberismo⁶³) e o *sindicalismo teórico* são duas tendências desse economicismo, cujos significados são bastante diversos: O *livre-cambismo* é “próprio de um grupo social dominante e dirigente [burguesia]”; o *sindicalismo teórico*, “de um grupo ainda subalterno [proletariado], que não adquiriu ainda consciência de sua força e de suas possibilidades e modos de desenvolvimento e, por

⁶³ É importante destacar, também, que existe uma sensível distinção terminológica nas ciências sociais da Itália entre “liberismo” (a defesa da liberdade econômica ou de mercado) e “liberalismo” (a afirmação dos valores do liberalismo político) a qual Gramsci parece registrar em alguns momentos dos *Cadernos*, como por exemplo na análise dos diferentes “graus de liberdades” existentes na filosofia de Benedetto Croce (o qual foi um dos principais responsáveis pelo fortalecimento dessa distinção terminológica): “Pode-se dizer que, para Croce, existem três graus de liberdade: o *liberismo econômico* e o *liberismo político*, que não são nem a ciência econômica nem a ciência política (se bem que, com relação ao liberalismo político, Croce seja menos explícito), mas precisamente ‘ideologias políticas’ imediatas; a religião da liberdade; o idealismo” (Gramsci, 2002a, p. 389, grifo do autor).

isso, não sabe sair da fase do primitivismo” (Gramsci, 2002b, p. 47). Dessa forma, Gramsci destaca o quanto o sindicalismo teórico derivou das doutrinas econômicas do livre-câmbio, isto é, em última análise, do liberalismo.

[Enquanto o liberalismo] é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico de um próprio Estado [mas não a estrutura do Estado], [...] diverso é o caso do sindicalismo teórico, na medida em que se refere a um grupo subalterno, o qual, por meio desta teoria, é impedido de se tornar dominante, de se desenvolver para além da fase econômico-corporativa a fim de alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e de tornar-se dominante no Estado (Gramsci, 2002b, p. 47).

Nestes marcos, emerge a especial ênfase dada por Gramsci à sua crítica ao economicismo, e o seu referente destaque ao significado do momento ético-político, através da afirmação de que o desenvolvimento da filosofia marxista exige a reivindicação da hegemonia como essencial em sua concepção de Estado e a necessária valorização de uma frente cultural ao lado daqueles objetivos meramente econômicos e políticos.

Em outras palavras, o domínio que uma classe ou grupo exerce sobre o conjunto social não se dá apenas pelo fato de que essa classe ou grupo é capaz de *impor* esse domínio, mas também devido a sua capacidade de fazer com que os demais grupos sociais aceitem essa dominação como legítima; o que demonstra, na conceituação gramsciana de hegemonia, o destaque à capacidade da classe dominante de obter e sustentar seu poder sobre a sociedade através não somente do controle mantido sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, também, através de sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade.

Contudo, não se podia eliminar o conturbado cenário que se desenvolvia neste período de maturação conceitual gramsciana. A atividade dos partidos antifascistas já vinha sendo há muito sufocada, com a constante perseguição e vigilância dos deputados comunistas efetuada desde o final de 1924. Conforme nos esclarece Simionatto (2004), o fascismo, já em 1926, efetivamente passava a se conformar como um regime totalitário, sob o qual Mussolini valia-se do auxílio dos bancos, da indústria e da agricultura para garantir os privilégios econômicos do bloco industrial-agrário (que alcançara um elevado grau de unificação econômica e política) além de protegê-los

contra o proletariado da cidade e do campo. Em detrimento de amplos setores do setor agrícola (especialmente os camponeses), o fascismo solidificou progressivamente as posições da indústria da Itália, enquanto reforçou as relações capitalistas no campo sem sequer indicar qualquer possibilidade de solução das problemáticas questões da terra. A corrupção e a indiferença com os graves problemas que solapavam o povo italiano eram camuflados pela grande investida ideológica do fascismo não somente na área da política como também nas artes, na literatura, na vida de todos os grupos e classes sociais.

Guiado por um pragmatismo radical e apresentando uma proposta modernizadora, o fascismo defendia uma política favorável à crescente concentração de capital, mostrando-se conservador na sua face social e política, antioperário, antidemocrático e corporativista. A pátria apresentava-se como o valor máximo e supremo; o mito da nação tornara-se característica essencial do fascismo, independentemente dos países onde ele se manifestava (Simionatto, 2004, p. 30-31).

Neste quadro, o processo de maturação – conferido nos escritos gramscianos de outubro de 1926 – daqueles conceitos básicos que já vinham tomando corpo (a partir da assimilação de muitos elementos da reflexão lenineana) desde 1921⁶⁴ é bruscamente interrompido quando, em novembro de 1926, Gramsci é preso juntamente com outros deputados comunistas – apesar da proteção conferida pelas imunidades parlamentares – e recolhido ao cárcere em isolamento absoluto e rigoroso, em decorrência das “medidas excepcionais” adotadas pelo regime fascista depois de um obscuro atentado contra Mussolini ocorrido dias antes em Bolonha⁶⁵.

Não obstante da sua retirada de circulação no campo da atividade política, a condenação de Gramsci não conseguiu realizar o desejo do promotor fascista em “evitar com que aquele cérebro continuasse funcionando”, pois, superando as duras condições do cárcere, o marxista sardo obstinou-se na batalha antifascista e pró-liberdade do povo italiano, deixando, ao fenecer, uma obra de grande importância

⁶⁴ Movimento este que se processou de forma mais intensa durante os anos de 1924 -1926.

⁶⁵ Nas palavras de Coutinho (1999, p. 77), Gramsci não conseguiu escapar a tempo do “golpe no interior do golpe” desfechado por Mussolini, no qual “[...] suprimiu, em final de 1926, as últimas e precaríssimas liberdades democráticas que ainda vigoravam na Itália durante a primeira fase de seu governo. O processo de crescente fascistização do Estado chegava a seu desfecho: instalava-se agora um *sistema totalitário* (Gramsci), no qual o Parlamento foi suprimido, todos os partidos não fascistas dissolvidos, toda a população enquadrada numa rede capilar de organizações fascistas de massa (sindicatos, associações juvenis, femininas, infantis, recreativas etc.)”.

formada pelas notas redigidas na prisão, de 1929 a 1935⁶⁶ (totalizando um conjunto de quase 2500 páginas), que ficou posteriormente conhecida como os *Cadernos do cárcere*, nas quais não somente melhor desenvolveu aqueles conceitos básicos já construídos e amadurecidos, como também enriqueceu com novos conceitos as suas reflexões acerca dos complexos acontecimentos referentes à época em que exerceu suas atividades políticas.

⁶⁶ Aprisionado durante os anos de 1926 e 1937, Gramsci passou a escrever somente depois de mais de dois anos da sua detenção – em fevereiro de 1929, quando, depois do processo, conseguiu a autorização para dispor em sua cela do material necessário para escrever –, e antes que as suas doenças se agravassem a ponto de colocá-lo na impossibilidade de trabalhar – a partir de abril de 1935 e ao longo de seus últimos dois anos de vida. Apesar de sublinhar o caráter provisório dessas notas e apontamentos, não destinados à publicação, já que serviriam como base da pesquisa que o mesmo se propunha a realizar, pensando numa obra que fosse destinada a durar *für ewig*, Gramsci não poderia supor que fossem justamente aquelas notas que acabariam destinadas a durar “para sempre”, já que sua obra não pôde ser completada em decorrência de seu falecimento (ou do “indireto assassinato” pelos fascistas) em 27 de abril de 1937, no mesmo mês em que havia readquirido a plena liberdade, após dois anos de liberdade condicional.

2.

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO BLOCO HISTÓRICO E A NECESSIDADE DA EFETIVA DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER: OS APONTAMENTOS CARCERÁRIOS.

“Mas quantos amigos presos!
quantos em cárceres escuros
onde a tarde fede a urina e terror.
Há muitas famílias sem rumo esta tarde
nos subúrbios de ferro e gás
onde brinca irremida a infância da classe operária.

Estou aqui. O espelho
não guardará a marca deste rosto,
se simplesmente saio do lugar
ou se morro
se me matam.

Estou aqui e não estarei, um dia,
em parte alguma.
Que importa, pois?
A luta comum me acende o sangue
e me bate no peito
como o coice de uma lembrança”

Ferreira Gullar

Conforme já pudemos observar, o princípio de uma profunda crise na ordem liberal da sociedade europeia teve como marco a eclosão da Primeira Grande Guerra, em 1914, crise esta que alcançou as suas raias com a vitória da revolução bolchevique de 1917 e com a situação de ingovernabilidade e de revolução social iniciada nos países da Europa Oriental e Central após a derrota das potências centrais em 1918. Todavia, a aparente iminência de êxito da revolução comunista em países como Itália, Alemanha, Áustria e Hungria logo se desfez já nos anos 1922, com a derrocada do processo revolucionário nesses países e a dizimação dos Partidos Comunistas.

Aqueles que acreditavam que a economia mundial continuaria crescendo e avançando como havia feito por mais de um século – excetuando-se as súbitas e breves catástrofes das depressões cíclicas – foram surpreendidos pela extraordinária universalidade e profundidade da crise que começou com a quebra da Bolsa de Nova York em outubro de 1929; uma crise econômica mundial de profundidade sem precedentes que “deitou ao solo” até mesmo as economias capitalistas mais fortes e pareceu reverter a criação de uma economia mundial única (feito bastante notável do

capitalismo liberal do século XIX). Nas palavras de Hobsbawm (2008, p. 96), a Grande Depressão de 1929-1933 equivaleu a algo muito próximo do colapso da economia mundial, “[...] que agora parecia apanhada num círculo vicioso, onde cada queda dos indicadores econômicos (fora o desemprego, que subia a alturas sempre mais astronômicas) reforçava o declínio em todos os outros”⁶⁷.

Os resultados da crise se mostraram na pobreza generalizada de massa, na drástica desvalorização, na aniquilação de capitais e de mercadorias e num mercado mundial quase inteiramente desintegrado. Para aqueles homens e mulheres que, por definição, não possuíam o controle ou o acesso aos meios de produção (isto é, aqueles contratados por salários), “a consequência básica da Depressão foi o desemprego em escala inimaginável e sem precedentes, e por mais tempo do que qualquer um já experimentou” (Hobsbawm, 2008, p. 97)⁶⁸. Numa época de abrupta queda do comércio mundial (cerca de 60% entre os anos de 1929-1932), e de ausência de qualquer solução dentro do esquema da velha economia liberal, os Estados passam a erguer enormes barreiras de proteção aos seus mercados e moedas nacionais contra os furacões econômicos mundiais, mesmo com a consciência de que essa medida desmantelava o desejado sistema mundial de comércio multilateral, num processo em que os Estados buscaram salvar alguns setores, primeiramente, por meio de uma corrida à desvalorização à custa dos outros países, e, em seguida, através de uma política de autarquia ou da busca de uma participação no mercado mundial mediante uma política expansionista e agressiva (Altwater, 1989, p. 80).

A Grande Depressão destruiu, assim (e por meio século), o liberalismo econômico, com o colapso definitivo da paridade com o ouro (restabelecida com dificuldade depois da Primeira Guerra Mundial), e com a necessidade dos governos ocidentais em priorizar, em suas políticas de Estado, as considerações sociais em detrimento às econômicas. De forma mais sintética, os Estados – num processo destinado a durar muitos anos – passaram a buscar novos projetos políticos

⁶⁷ “A Primeira Guerra Mundial devastou apenas parte do Velho Mundo, sobretudo na Europa. [...] [mas], foi seguida por um tipo de colapso verdadeiro mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado. Na verdade, mesmo os orgulhosos EUA, longe de serem um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos – a Grande Depressão do entreguerras. Em suma: entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar, ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la” (Hobsbawm, 2008, p. 91).

⁶⁸ “No pior período da Depressão (1932-1933), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego” (Hobsbawm, 2008, p. 97).

econômicos para dar uma solução à crise, ao passo que as relações de poder se modificaram profundamente.

A suspeição dos governos absolutos e ditatoriais; o compromisso com o constitucionalismo com ou sob governos e assembleias representativas eleitos “livremente”, de forma a garantir o domínio da lei; a aceitação de um conjunto de direitos e liberdades dos cidadãos, como a liberdade de expressão e reunião; estes eram os valores e instituições da civilização liberal que pareciam ter como destino certo o seu progresso ao longo do século. De fato, a erupção do barbarismo em 1914-1918 aparentemente apressou o avanço político das instituições da democracia liberal, sob o qual todos os novos e velhos regimes que emergiam da Primeira Guerra Mundial (excetuando-se a Rússia soviética) eram basicamente regimes parlamentares representativos eleitos. Em outros termos, apesar do fato de que um terço da população mundial ainda vivia sob domínio colonial, restringindo basicamente ao cenário europeu e americano o fenômeno de Estados independentes do período entreguerras, pode-se afirmar que as instituições básicas do governo liberal constitucional, eleições para assembleias representativas e/ou presidentes, eram, mesmo neste cenário restrito, quase universais⁶⁹.

Entretanto, as instituições políticas liberais sofreram uma acelerada e progressivamente catastrófica retirada entre os anos de 1917 e 1942, cuja vulnerabilidade se revelou pelo fato de que, “[...] sua forma de governo, a democracia representativa, em geral não era uma maneira convincente de governar Estados, e as condições da Era da Catástrofe raramente asseguraram as condições que a tornavam viável, quanto mais eficaz” (Hobsbawm, 2008, p. 140)⁷⁰. Com a severidade do impacto da Grande Depressão (o qual deve ser julgado não somente pelos seus efeitos políticos

⁶⁹ De acordo com as investigações de Hobsbawm (2008, p. 114-115), “Os únicos Estados que não tiveram quaisquer eleições no período 1919-47 eram fósseis políticos isolados, a saber, Etiópia, Mongólia, Nepal, Arábia Saudita e Iêmen. Outros cinco Estados que tiveram apenas *uma* eleição nesse período, o que não indica uma forte inclinação para a democracia, eram o Afeganistão, a China do Kuomintang, a Guatemala, o Paraguai e a Tailândia, então ainda conhecida como Sião, mas a própria existência de eleições é indicio de pelo menos alguma penetração de ideias políticas liberais, pelo menos em teoria. Não se está sugerindo, claro, que a simples existência, ou frequência de eleições prove mais que isso. Nem o Irã, que teve seis eleições depois de 1930, nem o Iraque, que teve três, podiam, mesmo então, ser considerados bastiões da democracia.

⁷⁰ A “Era da Catástrofe” é uma denominação criada por Hobsbawm (2008, p. 139) para designar o período que se estendeu de 1914 até a Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, “O sistema democrático não funciona se não há um consenso básico entre a maioria dos cidadãos sobre a aceitabilidade de seu Estado e sistema social, ou pelo menos uma disposição de negociar acordos consensuais. Isso, por sua vez, é muito facilitado pela prosperidade. Na maior parte da Europa, essas condições simplesmente não se encontravam presentes entre 1918 e a Segunda Guerra Mundial. O cataclismo social parecia iminente ou já tinha acontecido”. Para melhores descrições sobre as condições que, na visão do historiador, determinavam a viabilidade da democracia representativa nas instituições políticas liberais, cf. Hobsbawm (2008, p. 140-143).

de curto prazo, como também pela destruição de toda a esperança de restauração da economia e da sociedade do século XIX) e com a condenação à morte do velho liberalismo, tornava-se impossível e impensável, no abismo dos anos de 1929-1933, um retorno ao quadro do ano de 1913. Este quadro tornou possível a emersão, na competição pela hegemonia intelectual-política, de três opções: a *primeira* era o comunismo marxista, já que as previsões do próprio Marx pareciam concretizar-se tendo em vista que, enquanto o capitalismo liberal ocidental estagnava com a Grande Depressão, a União Soviética parecia estar imune aos seus efeitos e entrava numa industrialização ultrarrápida e maciça sob seus novos Planos Quinquenais⁷¹ – o que chamava a atenção de observadores políticos e socioeconômicos os quais, no afã de desvendarem a profundidade do sistema econômico do capitalismo ocidental, acabavam relegando a segundo plano a implacabilidade e brutalidade da coletivização e repressão em massa de Stalin, e o visível primitivismo da economia soviética. A *segunda* era “um capitalismo privado de sua crença na otimização de livres mercados, e reformado por uma espécie de casamento não oficial ou ligação permanente com a moderada socialdemocracia de movimentos trabalhistas não comunistas” (Hobsbawm, 2008, p. 111). A *terceira* era o fascismo, o qual a Depressão “[...] transformou num movimento mundial, e, mais objetivamente, num perigo mundial” (Hobsbawm, 2008, p. 112).

Mesmo sob a falência generalizada do Estado e o enfraquecimento econômico na Europa daquele período, o sistema capitalista recebe “uma nova máscara de oxigênio” ao encontrar no fascismo uma nova ordem política e ideológica que não somente conseguiu manter-se no poder, como também despertou o entusiasmo de amplos setores populares.

Na sequência da crise de 1929, naquelas sociedades onde as ideias democráticas tinham raízes mais fundas e/ou o movimento operário e sindical não registrou derrotas, a nova forma de intervenção do Estado na economia não violentou a democracia política, tal como existia - é o que se consta na experiência da Europa Nórdica, da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos. Nos países onde tais tradições eram débeis (Itália) e/ou onde o movimento operário foi mais golpeado (Alemanha), a intervenção do Estado deu-se conforme a natureza antidemocrática do capital,

⁷¹ “De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. E mais, não havia desemprego” (Hobsbawm, 2008, p.100).

levada ao extremo pelos monopólios: com a supressão de todos os direitos e garantias ao trabalho e aos trabalhadores, instaurando-se o regime político mais adequado ao livre desenvolvimento dos monopólios – o *fascismo* (Netto; Braz, 2007, p. 193-194, grifo dos autores)⁷².

Ou seja, se, por um lado, a segunda opção (de uma teoria alternativa à economia de livre mercado do liberalismo clássico, com a direção e administração macroeconômicas da economia com base na renda nacional) não era, a curto prazo, um programa ou alternativa política consciente – já que se configurava apenas (e na melhor das hipóteses) como uma experimentação estimulada pelo desejo de que o término da Depressão selasse um período que jamais deveria se repetir – e que somente se apresentou com bastante efetividade após a Segunda Guerra Mundial⁷³; por outro, os espetaculares reveses da esquerda revolucionária acabaram por reforçar (pelo menos durante o pior período da Depressão) o fortalecimento da direita radical, tendo em vista que esta Depressão, ao invés de iniciar uma nova fase de revoluções sociais (como conjecturava a Internacional Comunista), acabou reduzindo o movimento comunista fora da URSS a um estado de debilidade sem precedentes.

A Rússia soviética (a partir de 1922 URSS) estava isolada, e não podia e nem queria, após a ascensão de Stalin, ampliar o comunismo. A revolução social sob a liderança leninista (ou qualquer outra) deixou de espalhar-se depois que a onda inicial do pós-guerra refluuiu. Os movimentos socialdemocratas (marxistas) tornaram-se mais forças mantenedoras do Estado que forças subversivas, e não se questionava seu compromisso com a democracia. Nos movimentos trabalhistas da maioria dos países os

⁷² Conforme complementam os autores, “A modalidade fascista de intervir na economia para garantir as *condições gerais* da produção e da acumulação capitalistas é conhecida: o terrorismo de Estado imobiliza e/ou destrói as organizações dos trabalhadores, regula a massa salarial conforme o interesse dos monopólios, favorece descaradamente o grande capital, militariza a vida social e investe forte na indústria bélica; no limite, de que é caso exemplar a Alemanha hitlerista [...], avança para a ocupação de territórios, assalta suas riquezas e forças produtivas e brinda o grande capital com força de trabalho escravo (não se esqueça que, nos campos de trabalho forçado da Alemanha nazista, os prisioneiros serviam aos grandes monopólios alemães, que não foram penalizados após a capitulação)” (Netto; Braz, 2007, p. 194).

⁷³ Seguindo as análises de Netto e Braz (2007, p. 194-195), “Nos países onde o fascismo não se apresentou como a solução possível para o monopólio, nos anos trinta [do século XX] ensaiaram-se encaminhamentos que foram desenvolvidos no pós-[19]45 – compreende-se que tais ensaios não fossem aprofundados naquela década, uma vez que a agressão fascista os tenha interrompido (pense-se nas experiências avançadas da França da ‘frente popular’ de 1936/1939 ou, com menos vigor, as do *New Deal* de Roosevelt [...]). Tais ensaios consistiam numa ativa intervenção do Estado seja no nível dos investimentos, estimulando-os diretamente (inclusive com o Estado operando como empresário capitalista em setores-chave da economia), seja no tocante à reprodução da força de trabalho, desonerando o capital de parte de suas despesas (através de programas sociais tocados por agências estatais). No imediato pós-guerra, tais ensaios seriam implementados, já agora com o apoio de inovações teóricas e com o objetivo de regular os ciclos econômicos”. O principal responsável por essa inovação dos suportes teóricos foi J. M. Keynes, que com a publicação de sua obra *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*, em 1936, defendeu os interesses econômicos da burguesia inglesa (da qual o intelectual era expressão de sua vanguarda), e teve suas teorias como legitimadoras, durante décadas, do intervencionismo estatal.

comunistas eram minorias, e onde eram fortes, na maior parte dos casos foram, ou tinham sido, ou iriam ser suprimidos. O medo da revolução social, e do papel dos comunistas nela, era bastante real, como provou a segunda onda de revolução durante e após a Segunda Guerra Mundial, mas nos vinte anos de enfraquecimento do liberalismo nem um único regime que pudesse ser chamado de liberal-democrático foi derrubado pela esquerda. O perigo vinha exclusivamente da direita. E essa direita representava não apenas uma ameaça ao governo constitucional e representativo, mas uma ameaça ideológica à civilização liberal como tal, e um movimento potencialmente mundial, para o qual o rótulo “fascismo” é ao mesmo tempo insuficiente, mas não inteiramente irrelevante (Hobsbawm, 2008, p. 116)⁷⁴.

Esta debilidade do movimento comunista pode ser explicada pela perda da sua capacidade de compreensão e reconhecimento dos grandes recursos da burguesia em se criar condições de utilizar a dinâmica do processo de desenvolvimento capitalista para a reprodução de seu domínio mesmo nas condições do “capitalismo monopolista”. Se Marx, em *O Capital*, já havia demonstrado como se reproduz, no processo capitalista de produção e acumulação, o domínio do capital sobre o trabalho⁷⁵, era preciso agora dotar de verdadeira eficácia política um fato emergido nas novas condições do capitalismo avançado: não era mais apenas através da atividade econômica dos trabalhadores, tomados em seu conjunto, no processo de produção do valor e da mais-valia, que se realizava o processo de reprodução do domínio; este processo – com o ingresso das massas no Estado, por meio de suas organizações – passou a produzir complexas mediações políticas (parlamentos, partidos, associações intermediárias etc.) as quais, em última instância, ajudavam a garantir a hegemonia da burguesia. Assim como a não percepção e aprofundamento analítico da totalidade das transformações ocorridas no mundo do capitalismo desenvolvido influenciaram na debilidade do movimento, poder-se-ia também explicar essa catastrófica situação dos movimentos comunistas devido, em certa medida, aos absurdos da política suicida do *Comintern* durante o chamado “Terceiro Período” (1927-1934), quando tal movimento atravessava a sua fase mais débil na Europa. Seguiu-se uma atitude política de isolamento sectário e de obrigatoriedade em considerar a socialdemocracia como o

⁷⁴ No complemento de sua afirmação, Hobsbawm explica que o rótulo “fascismo” era insuficiente “[...] porque de modo algum todas as forças que derrubavam os regimes liberais eram fascistas”, e não inteiramente irrelevante porque “[...] o fascismo, primeiro em sua forma original italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças antiliberais, apoiou-se e deu à direita internacional um senso de confiança histórica: na década de 1930, parecia a onda do futuro” (Hobsbawm, 2008, p. 116).

⁷⁵ A esse respeito, ver “*Transformação da Mais-valia em capital*”, cap. XXII do Livro I, Tomo 2 (MARX, 1996a, p. 213-243)

principal inimigo e sua ala esquerda como o segmento mais perigoso (o trabalhismo de massa organizado dos partidos socialdemocratas e trabalhistas, descritos como *social-fascistas*), além da enorme subestimação do perigo do nacional-socialismo na Alemanha, numa falta de realismo face à ascensão e ao triunfo de Hitler que “atingiu seu clímax nos dezoito meses após a subida do nazismo ao poder” (Hobsbawm, 1982, p. 44). De forma simples, essa linha política, que só foi alterada a partir de julho de 1934, não somente impossibilitou qualquer aliança e qualquer ataque de amplo alcance contra o processo burguês de reestruturação, como também potenciou a incapacidade de antecipar teoricamente estes processos e de enfrentá-los.

Assim, os elementos característicos da projeção política dos partidos comunistas europeus eram o economicismo e uma visão catastrofista das possibilidades do sistema capitalista. Sustentava-se a crença de que, na era de crise global e de devastação da Europa do pós-guerra, o capitalismo chegava ao momento de sua derradeira agonia: a insolubilidade da crise econômica acarretaria numa incapacidade do capitalismo em continuar a governar através da democracia parlamentar e sob liberdades liberais (o que havia proporcionado, de forma incidental, a base de poder aos movimentos trabalhistas moderados e reformistas) e obrigaria a burguesia a apelar para a força e a coerção, conduzindo assim a uma crise política do sistema e a seu colapso definitivo e inevitável.

Entretanto, esse vínculo automático entre crise econômica, crise política e catástrofe final não se realizou pois, apesar da continuidade e aprofundamento da crise econômica, a classe dominante havia conseguido deixar para trás a crise política, o que trazia a urgência tanto de um questionamento acerca da força e da elasticidade dos mecanismos de dominação e afirmação do poder, quanto da análise das maneiras de se estruturar uma nova estratégia de luta que permitisse a efetiva liberação da sociedade. E foi nesta direção que Gramsci, como dirigente político, teve de orientar o seu trabalho teórico desenvolvido no cárcere, isto é, concentrando a atenção das suas investigações tanto à problemática referente aos mecanismos de conformação e consolidação da dominação, quanto à estratégia a ser seguida pelo movimento revolucionário para poder subvertê-los.

2.1 A afirmação do vínculo orgânico e unidade dialética entre estrutura e superestrutura: a teoria social de Marx recuperada e traduzida como *filosofia da práxis*.

É importante destacar, primeiramente, que a interpretação economicista do *marxismo* alterou radicalmente a autêntica interpretação do *próprio Marx* sobre a essência do Estado e de sua relação com a sociedade. Ao desatender-se da capacidade da crítica *marxiana* em identificar as continuidades entre as “esferas” econômica e política (pois cada uma delas é tratada por Marx como um conjunto de relações sociais e não como uma rede de forças incorpóreas), esta interpretação acabou se aproximando das posições fetichizadas típicas da ideologia liberal e do positivismo e se rendendo ao mecanismo mais eficiente de defesa do capital. Ou seja, ao fazer-se o uso rígido e abusivo da metáfora arquitetônica da “base” econômica e da “superestrutura” legal, política e ideológica, ignorava-se o importante fato de que a crítica *marxiana* do Estado significa, antes de tudo, a compreensão de que este Estado não é uma coisa em si mesma, mas sim que está situado dentro da totalidade do sistema de produção e reprodução das relações sociais historicamente determinadas no qual ele existe. Assim, o *marxismo* economicista ocultou um dos propósitos da crítica *marxiana* da economia política (revelar a face política da economia que havia sido obscurecida pelos economistas políticos clássicos) e desaguou numa visão dicotômica da sociedade na qual o econômico e o político são considerados como dois âmbitos qualitativamente diferentes e separados, onde o Estado é percebido apenas como um epifenômeno, determinado diretamente pelas relações capitalistas de produção, surgido após o estabelecimento das mesmas com o intuito de mantê-las e garanti-las.

Essa compreensão teve imediata expressão prática na separação das lutas políticas e econômicas que caracterizaram os movimentos operários modernos, nos quais a interpretação reducionista acerca da relação base-superestrutura acarretou na compreensão de que as profundas transformações sociais que deveriam ser produzidas com a revolução comunista caracterizavam-se como um subproduto das mudanças a serem empreendidas na base econômica, donde posteriormente sobreviriam, de forma mais ou menos automática, as mudanças na superestrutura. Assim, a visão economicista, mecanicista e estreitamente estatista dos processos de transição para uma sociedade anticapitalista acabou sendo a principal característica do modelo de construção do socialismo implantado na URSS a partir do fim da década de 1920 e

copiado por alguns países europeus, nos quais, conforme destaca Acanda (2006, p. 185-186):

A subversão das relações de produção foi entendida como a simples “expropriação dos expropriadores”, ou seja, como a eliminação da propriedade privada capitalista mediante um ato de violência exercido pelo novo Estado, por meio da formulação e aplicação de instrumentos jurídicos criados para tal. A estatização da propriedade foi identificada com sua socialização, e toda a complexidade e a profundidade do que Marx havia entendido como *superação* do antigo modo de produção por um novo limitou-se a isso.

É através do repúdio e do distanciamento de Gramsci tanto às leituras do marxismo vigentes na época da Segunda Internacional, quanto (e, sobretudo) às interpretações do chamado “marxismo soviético” que se pode compreender o objetivo do comunista sardo em recuperar a teoria social de Marx e traduzi-la como *filosofia da práxis*⁷⁶. Seguindo a linha expressa por Marx nas *Teses sobre Feuerbach*⁷⁷, Gramsci sublinha a unidade de teoria e prática, de sujeito e objeto, imprimindo ao marxismo a característica de uma filosofia que se engendra no processo histórico, como “expressão necessária e inseparável de uma determinada ação histórica” (Gramsci, 2002a, p. 120), e que, no plano teórico, não se confunde e não se reduz a nenhuma outra filosofia: “[...] ela não é original apenas enquanto supera as filosofias precedentes, mas sobretudo enquanto abre um caminho inteiramente novo, isto é, renova de cima a baixo o modo de conceber a própria filosofia” (Gramsci, 2002a, p. 154).

Esse esforço se apresenta não somente através de sua tentativa em livrar o marxismo das “incrustações” economicistas do materialismo determinista⁷⁸, mas

⁷⁶ O termo *filosofia da práxis* é frequentemente usado por Gramsci como forma de indicar o marxismo, não apenas por razões de prudência conspirativa (já que passou a ser utilizado, por problemas de censura carcerária, em substituição ao termo materialismo histórico, mais comprometedor, que Gramsci usava nas suas primeiras notas), mas também porque, conforme destaca Gruppi (1980, p. 72), Gramsci “[...] concebe o marxismo como uma concepção que funda a práxis revolucionária transformadora e confirma na práxis a validade de suas próprias colocações”; ou, nas palavras de Simionatto (2004, p. 78) porque o revolucionário italiano se utiliza da noção de “filosofia do ato impuro real”, atividade histórica e concreta (como forma de contestação à noção de Giovanni Gentile de filosofia do “ato puro”), sob a qual Gramsci compreende o marxismo como “[...] uma filosofia integral e original, que marca o início de uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais, absorvendo apenas seus elementos essenciais. O marxismo significa, assim, um salto qualitativo em relação às outras concepções filosóficas. E, justamente por superá-las, a filosofia da práxis reveste-se de originalidade, apresentando-se como uma nova maneira de pensar o real”. A esse respeito, pode-se consultar, também, as análises realizadas por Semeraro (2001a, p. 101-148).

⁷⁷ “Os filósofos se limitaram a *interpretar* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 1977, p. 14, grifo do autor)

⁷⁸ Do qual Bukharin era representante, e por isso, configurou-se como um dos principais alvos polêmicos de Gramsci nos *Cadernos*, onde toda uma série de notas foi dedicada ao livro do marxista soviético (*A teoria do*

também na sua crítica ao idealismo italiano, na qual realiza um “acerto de contas” com a filosofia de Benedetto Croce e sua leitura distorcida e parcial de Marx⁷⁹.

Croce considerava que o marxismo “destacava” a estrutura das superestruturas e se configurava apenas como uma nova metafísica, que substituía o velho deus por um novo deus, a economia, que tudo explica e tudo resolve (atribuindo ao marxismo uma concepção que na verdade era justamente à daquele marxismo vulgar e deturpado). Gramsci ressalta a inverdade dessa concepção ao afirmar que, longe de “destacar” a estrutura das superestruturas, o marxismo (ou a *filosofia da práxis*) “concebe o desenvolvimento das massas como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco”, sob o qual a estrutura não é concebida como algo imóvel e absoluto e tampouco pode ser comparável – nem mesmo por metáfora – a um “deus oculto”, mas sim ela é concebida de uma maneira ultrarrealista, como a própria realidade em movimento, cuja “consistência” objetivamente verificável faz com que a história seja considerada “científica” (Gramsci, 2002a, p. 369-370).

Para o marxista sardo, "se os homens adquirem consciência de sua posição social e de seus objetivos no terreno das superestruturas, isso significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexó dialético e vital", e a expressão dessa unidade dialética, dessa inter-relação orgânica entre os momentos estrutural e superestrutural, foi enfatizada por Gramsci através do conceito de "bloco histórico"⁸⁰, o qual revela a impossibilidade de estruturar um novo sistema de relações sociais caso essa organicidade não seja alcançada. Ou seja, a hegemonia da classe dominante só é alcançada quando se consegue estabelecer a necessária imbricação e pressuposição

materialismo histórico. Manual popular de sociologia marxista) que, na opinião de Gramsci, está permeada por uma concepção mecanicista e economicista do marxismo, vulgarizando-o e reduzindo-o a uma sociologia, o que acaba convertendo-se num obstáculo (do qual é preciso libertar-se) teórico e político à construção da hegemonia do proletariado.

⁷⁹ Luciano Gruppi (1980, p. 93-94) ressalta que, “quando Gramsci concentra sua atenção em Croce, não pretende apenas reexaminar criticamente a sua formação pessoal croceana e com ela acertar contas, liquidando-as, mas tem em vista algo mais: realizar uma grande operação política, mais exatamente de política cultural; quer realizar aquela operação de crítica cultural que, no momento em questão, aparecia indispensável no sentido precisamente de pôr as condições da futura hegemonia da classe operária, a qual deveria necessariamente passar por uma crítica e por uma liquidação da hegemonia cultural croceana”.

⁸⁰ Portelli (1990) realiza uma relevante exposição sobre as determinações do conceito de "bloco histórico", argumentando que Gramsci utiliza essa expressão também para designar uma aliança de classes sob a hegemonia de uma classe fundamental no modo de produção. Todavia, compartilho com as posições de Gruppi (1980) e Acanda (2006) de que o conceito de bloco histórico não deve ser confundido com o bloco de aliança de classes ou bloco de poder, tendo em vista que esses últimos são fundamentos e condições do bloco histórico, porém o bloco histórico é algo muito mais amplo, que pode compreender vários e diferentes blocos políticos, mas necessariamente implica a manutenção ou a transformação da estrutura e das superestruturas.

entre os processos de produção material da vida e os processos sociais de produção espiritual.

A estrutura e as superestruturas formam um "bloco histórico", isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção. Disto decorre: só um sistema totalitário de ideologias reflete racionalmente a contradição da estrutura e representa a existência das condições objetivas para a subversão da práxis. [...] O raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real) (Gramsci, 2002a, p. 250-251).

Quando um grupo social novo passa a disputar abertamente a hegemonia das classes dirigentes, deve, previamente, fazer o reconhecimento objetivo das forças ativas em campo e, neste sentido, o problema das relações entre estrutura e superestrutura deve ser resolvido e posto com exatidão para que se possa “[...] chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas” (Gramsci, 2002b, p. 36). A afirmação do vínculo orgânico e unidade dialética entre estrutura e superestrutura tem como objetivo prático evitar-se o erro que se incorre frequentemente nas análises histórico-políticas: não saber encontrar, no estudo das estruturas, a justa relação entre o que são *movimentos orgânicos* – fenômenos relativamente permanentes, que abrem caminho à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, “[...] para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente” – e o que são *movimentos de conjuntura* – fenômenos ocasionais, imediatos, quase acidentais, que certamente dependem de movimentos orgânicos, mas seu significado não possui um alcance histórico amplo, pois “[...] dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder” (Gramsci, 2002b, p. 36-37)⁸¹.

⁸¹ “Quando se estuda um período histórico, revela-se a grande importância dessa distinção. Tem lugar uma crise que, às vezes, prolonga-se por dezenas de anos. Esta duração excepcional significa que se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las. Estes esforços incessantes e perseverantes (já que nenhuma forma social jamais confessará que foi superada) formam o terreno do ‘ocasional’, no qual se organizam as forças antagonistas que tendem a demonstrar (demonstração que, em última análise, só tem êxito e é ‘verdadeira’ se se torna nova realidade, se as forças antagonistas triunfam, mas que imediatamente se explicita numa série de polémicas ideológicas, religiosas, filosóficas, políticas, jurídicas etc., cujo caráter concreto pode ser avaliado pela medida em que se tornam convincentes e deslocam o alinhamento preexistente das forças sociais) que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente (devam, já que a não-realização do dever histórico aumenta a desordem necessária e prepara catástrofes mais graves)” (Gramsci, 2002b, p. 37). Sobre a relação entre o desencadeamento de uma *crise orgânica*, o desenvolvimento de um novo sistema hegemônico e a criação de um novo bloco histórico, cf. Portelli (1990, p. 103-121).

Da indistinção desses “movimentos” e fatos deriva tanto o excesso de “economicismo” (ou de doutrinário pedante), no qual *superestimam-se as causas mecânicas*, expondo-se como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediadamente; quanto o excesso de “ideologismo”, no qual *exalta-se o elemento voluntarista e individual*, afirmando-se que as causas imediatas são as únicas causas eficientes (Gramsci, 2002b, p. 37)⁸².

A crítica ao excesso de “ideologismo” pode ser percebida quando Gramsci ressalta a necessidade de se estudar e meditar “com máxima atenção” o pensamento historiográfico de Benedetto Croce. Gramsci afirma que a concepção croceana não deve ser julgada “[...] como futilidade a ser pura e simplesmente rechaçada” pois, apesar de se apresentar como superação destrutiva da filosofia da práxis (o marxismo), ela representa, essencialmente, “[...] uma reação ao “economicismo” e ao mecanicismo fatalista” (Gramsci, 2002a, p. 305). Entretanto, a negação do momento estrutural realizada por Croce gera uma concepção da história limitada ao momento ético-político da superestrutura e, mais além, a própria história limita-se a uma história das ideias, excluindo-se a política. Isto é, ao considerar os fatos sociais como imprevisíveis, Croce determina que o irracional não pode deixar de dominar e que toda organização dos homens (particularmente os partidos políticos) é anti-histórica, restando apenas resolver os problemas práticos singulares colocados pelo desenvolvimento histórico de forma isolada, “caso a caso”, e com critérios imediatos, tornando assim o “oportunismo como a única linha política possível” (Gramsci, 2002b, p. 15)⁸³.

⁸² “A distinção entre 'movimentos' e fatos orgânicos e movimentos e fatos de 'conjuntura' ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação, não só àquelas em que se verifica um processo regressivo ou de crise aguda, mas àquelas em que se verifica um processo progressista ou de prosperidade e àquelas em que se verifica uma estagnação das forças produtivas” (Gramsci, 2002b, p. 37-38).

⁸³ É neste sentido que Gramsci faz a crítica ao livro de Benedetto Croce sobre a história da Europa (*Storia d'Europa nel secolo decimonono*) e aos ensaios do mesmo sobre a história da Itália, levantando, diante desses escritos, os seguintes questionamentos: “[...] é possível escrever (conceber) uma história da Europa no século XIX sem tratar organicamente da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? E é possível fazer uma história da Itália na época moderna sem tratar das lutas do *Risorgimento*? [...] é por acaso ou por uma razão tendenciosa que Croce inicia as suas narrações a partir de 1815 e de 1871, ou seja, prescindindo do momento da luta, do momento no qual se elaboram, se unificam e se alinham as forças em contraste, do momento no qual um sistema ético-político se dissolve e um outro se elabora a ferro e fogo, no qual um sistema de relações sociais se desagrega e decai e um outro sistema surge e se afirma, e, ao contrário, assumindo placidamente como história o momento da expansão cultural ou ético-política? Pode-se dizer, portanto, que o livro sobre a história da Europa não é mais do que um fragmento da história, o aspecto ‘passivo’ da grande revolução que se iniciou na França em 1789, espalhou-se pelo resto da Europa com os exércitos republicanos e napoleônicos, sacudindo poderosamente os velhos regimes e determinando não a sua derrocada imediata, como na França, mas com a corrosão ‘reformista’ que durou até 1870” (Gramsci, 2002a, p. 298). Gramsci complementa esta passagem sugerindo que, no tocante a sua tendenciosidade, a elaboração croceana tinha uma referência “atual e imediata”, tinha como objetivo criar um movimento ideológico correspondente ao do liberalismo moderado e conservador daquela época da qual Croce discorria. Mas, nas condições de seu tempo, o movimento que correspondia a esse liberalismo moderado e conservador era exatamente o movimento fascista (o que se poderia acreditar considerando que o fascismo, nos primeiros anos de seu desenvolvimento, afirmou-se

Com relação ao excesso de economicismo, Gramsci (2002b, p. 50-51) destaca alguns pontos característicos: primeiramente, ao invés de considerar, na busca das conexões históricas, as formações de classe econômica e todas as relações a elas inerentes, o economicismo “[...] assume o interesse mesquinho e usurário, sobretudo quando coincide com formas delituosas contempladas nos códigos criminais”, isto é, “[...] não se distingue o que é ‘relativamente permanente’ e o que é flutuação ocasional, e se entende por fato econômico o interesse pessoal e de pequeno grupo, num sentido imediato [...]”. Em segundo lugar, nele permeia uma doutrina segundo a qual “[...] o desenvolvimento econômico é reduzido à sucessão de modificações técnicas nos instrumentos de trabalho”. Outra característica do economicismo é o fato de nele se encontrar, também, a defesa da doutrina de que o desenvolvimento econômico e histórico decorre imediatamente de um processo de “[...] mudanças num determinado elemento importante da produção, da descoberta de uma nova matéria-prima, de um novo combustível etc., que trazem consigo a aplicação de novos métodos na construção e no funcionamento das máquinas”.

Isto posto, o aspecto essencial do erro economicista consiste em compreender de forma mecânica as relações entre estrutura e superestrutura, considerando a última como puro reflexo da primeira, com base numa férrea convicção de que “[...] existem leis objetivas para o desenvolvimento histórico, do mesmo caráter das leis naturais”, convicção esta acrescida da persuasão de um “finalismo fatalista similar ao fatalismo religioso”, o qual acredita ser inútil (e até mesmo prejudicial) qualquer iniciativa voluntária tendente a predispor as condições favoráveis segundo um plano, já que estas condições favoráveis “terão fatalmente de surgir e irão determinar, de modo bastante misterioso, acontecimentos palingenéticos” (Gramsci, 2002b, p. 69). Ao conceber que a intervenção da vontade somente é útil para a destruição, mas não para a reconstrução, esta perspectiva faz seguir, à suas convicções fatalistas, uma tendência a uma “posterior” confiança cega e desprovida de critérios na virtude reguladora das armas, considerando, assim, a destruição de forma mecânica e não como “destruição-

ligado à tradição da velha direita ou direita histórica). Assim, "poderia ser uma das tantas manifestações paradoxais da história [...] o fato de que Croce, movido por determinadas preocupações, tenha contribuído para o fortalecimento do fascismo, fornecendo-lhe indiretamente uma justificação mental, após ter contribuído para depurá-lo de algumas características secundárias, de natureza superficialmente romântica, mas nem por isso menos irritante para a compostura clássica de Goethe" (Gramsci, 2002a, p. 298-299).

reconstrução” (onde a reconstrução já existe em ato no próprio momento da destruição)⁸⁴.

Em tais modos de pensar, não se leva em conta o fator “tempo” e, em última análise, não se leva em conta a própria “economia”, no sentido de que não se compreende como os fatos ideológicos de massa estão sempre atrasados em relação aos fenômenos econômicos de massa e como, portanto, em determinados momentos, o impulso automático devido ao fator econômico tem seu ritmo diminuído, é travado ou até mesmo destruído momentaneamente por elementos ideológicos tradicionais; e que, por isso, deve haver luta consciente e previamente projetada para fazer com que sejam “compreendidas” as exigências da posição econômica de massa, que podem estar em contradição com as diretrizes dos líderes tradicionais (Gramsci, 2002b, p. 69-70)⁸⁵.

De acordo com Gramsci (2002b, p. 37-38), dificilmente se estabelece de forma correta o nexos dialético entre essas duas ordens de movimento (orgânicos e conjunturais). E se no terreno da historiografia esse erro já demonstra a sua gravidade, esta gravidade se potencializa mais ainda quando é referida à arte política, “quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura”: facilita-se o desencadeamento de desejos e paixões baixas e imediatas, as quais substituem a análise objetiva e imparcial, num movimento que se verifica “não como ‘meio’ consciente para estimular à ação, mas como autoengano”, onde indivíduos e grupos se lançam em “perigosas aventuras”, que frequentemente se voltam para eles mesmos. Para se evitar o equívoco no nexos dialético entre o que é “orgânico” e o que é “conjuntural” – e, conseqüentemente, o excesso de “ideologismo” ou

⁸⁴ Com relação ao conceito “destruição-reconstrução”, é preciso destacar como Gramsci, por outro lado, deixa bem claro, em outra passagem dos *Cadernos*, a necessidade de se eliminar a banalidade da afirmação (já muito difundida) segundo a qual “não se pode destruir sem criar”. Nas palavras do autor, “Todo grupo ou grupelho que se acredita portador de novidades históricas (e se trata de velharias encanecidas) se afirma, cheio de dignidade, destruidor-criador. [...] Não é verdade que basta querer para ‘destruir’. Destruir é muito difícil, exatamente tão difícil quanto criar. Porque não se trata de destruir coisas materiais, trata-se de destruir ‘relações’ invisíveis, impalpáveis, ainda que se escondam nas coisas materiais. É destruidor-criador quem destrói o velho para trazer à luz, fazer aflorar o novo que se tornou ‘necessário’ e urge implacavelmente no limiar da história. Por isto, pode-se dizer que se destrói na medida em que se cria. Muitos pretensos destruidores nada são além de ‘promotores de abortos’, passíveis de sanção pelo código penal da história” (Gramsci, 2001a, p. 105).

⁸⁵ Gramsci complementa tal formulação afirmando que, “Uma iniciativa política apropriada é sempre necessária para libertar o impulso econômico dos entraves da política tradicional, ou seja, para modificar a direção política de determinadas forças que devem ser absorvidas a fim de realizar um bloco histórico econômico-político novo, homogêneo, sem contradições internas; e, dado que duas forças ‘semelhantes’ só podem fundir-se num organismo novo através de uma série de compromissos ou pela força das armas, unindo-as num plano de aliança ou subordinando uma à outra pela coerção, a questão é saber se se dispõe desta força e se é ‘produtivo’ empregá-la. Se a união de duas forças é necessária para vencer uma terceira, o recurso às armas e à coerção (desde que se tenha disponibilidade para fazê-lo) é uma pura hipótese metodológica e a única possibilidade concreta é o compromisso, já que a força pode ser empregada contra os inimigos, mas não contra uma parte de si mesmo que se quer assimilar rapidamente e cuja ‘boa vontade’ e entusiasmo é preciso obter” (Gramsci, 2002b, p. 70).

“economicismo” – deve-se recorrer à *análise da relação de forças*, instrumento através do qual se permite, em cada caso histórico, aferir as relações entre estrutura e superestruturas⁸⁶. Neste método de análise, é preciso distinguir diversos momentos (ou graus) fundamentais:

1) o primeiro momento consiste numa *relação de forças sociais*, “estritamente ligada à estrutura, objetiva, independente da vontade dos homens”, cujo reconhecimento da situação objetiva das forças materiais de produção permite estudar se *existem* na sociedade as condições necessárias e suficientes para que a mesma seja transformada, ou seja, “[...] permite verificar o grau de realismo e de viabilidade das diversas ideologias que nasceram em seu próprio terreno, no terreno das contradições que ele gerou durante o seu desenvolvimento” (Gramsci, 2002b, p. 40).

2) O sucessivo momento é a *relação das forças políticas*, isto é, “a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais”; e, por sua vez, tal momento pode ser subdividido em diferenciados graus correspondentes aos diversos momentos da consciência política coletiva (tal como se manifestaram até então na história): a) o “econômico-corporativo”, primeiro e mais elementar grau da consciência política coletiva, no qual “sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo; b) um grau intermediário, no qual “[...] se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico”; c) e o “ético-político”, grau mais elevado da consciência política coletiva, “[...] em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados” (Gramsci, 2002b, p. 41)⁸⁷. Nas análises de Gramsci, este último grau (ético-político),

⁸⁶ Todavia, Gramsci ressalta que “[...] tais análises não podem e não devem ser fins em si mesmas (a não ser que se trate de escrever um capítulo da história do passado), mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Elas mostram quais são os pontos de menor resistência, nos quais a força da vontade pode ser aplicada de modo frutífero, sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será mais bem compreendida pelas multidões etc. O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si” (Gramsci, 2002b, p. 45-46).

⁸⁷ Neste momento, “o Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos

[...] é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em conformação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (Gramsci, 2002b, p. 41).

A síntese desse processo dialético, a passagem do momento meramente *econômico-corporativo* (ou *egoístico-passional*) ao momento ético-político, ou seja, “a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência política coletiva”, é definido por Gramsci como “*catarse*”, que significa “[...] a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’”. Nas palavras do autor, a *catarse* se realiza quando “a estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas” (Gramsci, 2002a, p. 314).

3) O terceiro momento é o da *relação das forças militares*, imediatamente decisivo em cada oportunidade concreta, de maneira que, conforme assinala Gramsci, “o desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo”. Não se configurando como algo indistinto e identificável imediatamente de forma esquemática, nesse momento também se distinguem dois graus: “o militar em sentido estrito, ou técnico-militar, e o grau que pode ser chamado de político-militar” (Gramsci, 2002b, p. 43)⁸⁸.

Cabe destacar as afirmações de Coutinho (1999) de que a percepção gramsciana das “relações de força” como momento constitutivo do ser social, seu empenho em afirmar o papel criador da práxis humana, levam-no a privilegiar o estudo do fenômeno político em suas várias determinações, empregando ao conceito de política duas acepções fundamentais as quais podem ser denominadas de “ampla” e “restrita”: No seu sentido “amplo”, a política é sinônimo de *catarse*, de passagem do

e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses reais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-cooperativo” (Gramsci, 2002b, p. 41-42).

⁸⁸ Sobre a relação entre os graus “técnico-militar” e “político-militar”, cf. Gramsci (2002b, p. 43-44).

momento objetivo ao subjetivo, da particularidade à universalidade, da necessidade à liberdade; ou seja, é uma determinação ineliminável da práxis humana, da própria estrutura ontológica do ser social, identificada com todas as formas de práxis que superam a simples recepção passiva ou a manipulação dos dados imediatos da realidade. Na sua acepção "restrita", a política é algo *historicamente transitório*, que será dialeticamente superado no comunismo, tendo em vista que envolve o conjunto das práticas e das objetivações diretamente ligadas às relações de poder entre governantes e governados, e que recebe uma importante distinção categorial na contraposição gramsciana entre *grande política* (ou alta política) e *pequena política* (a política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). Nas palavras do revolucionário italiano:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a pequena política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política. [...] Ao contrário, é coisa de diletantes pôr as questões de modo tal que cada elemento de pequena política deva necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado (Gramsci, 2002b, p. 21-22).

É também neste quadro (das relações de força) que Gramsci situa metodologicamente a análise das *crises* que atingem o bloco histórico, distinguindo-as, quanto ao seu conteúdo, em “*crises conjunturais*” – que se configuram como um conflito entre os grupos dominantes e seus grupos auxiliares, conflito este em que os *grupos subalternos* ou não são envolvidos, ou, quando são, constituem-se apenas como “massa de manobra” –; e “*crises orgânicas*” – cuja característica essencial é uma ruptura entre dirigentes e dirigidos, nascida, fundamentalmente, quando a classe dominante não tem mais a direção das classes subordinadas, na medida em que se mostra incapaz de resolver os problemas econômicos, sociais, culturais etc. da sociedade, abrindo, assim, espaço para o acirramento do conflito entre as “classes fundamentais”. Embora esse processo (da crise orgânica) seja diferente em cada país, o conteúdo é o mesmo:

O conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas

(sobretudo de camponesas e de pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: [mas, na realidade] isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (Gramsci, 2002b, p. 60)⁸⁹.

Convicto de que as crises econômicas imediatas não produzem, por si mesmas, eventos fundamentais, mas sim “[...] podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal” (Gramsci, 2002b, p. 44), Gramsci não se convence da “estranha” atitude do economicismo em relação às expressões de vontade, de ação, e de iniciativa política e intelectual, “[...] como se estas não fossem uma emanção orgânica de necessidades econômicas, ou melhor, a única expressão eficiente da economia [...]” (Gramsci, 2002b, p. 48), e deixa bem claro que esta pretensão “[...] de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infraestrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo”, ou combatida, praticamente, “[...] com o testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas” (Gramsci, 2002a, p. 238).

Assim, se Gramsci, em vários momentos dos *Cadernos*, atribui ao “*Prefácio*” à *crítica da economia política* (de 1859) um significado metodológico decisivo para o entendimento da mudança histórica – pois somente no terreno das análises da importância e das consequências deste escrito de Marx é que se torna possível “eliminar qualquer mecanicismo e qualquer traço de superstição ‘milagrosa’” (Gramsci, 2002a, p. 140) –, afirma também que é através da análise de obras como *18 Brumário*, *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* e *A guerra civil na França* que se permite melhor fixar a metodologia histórica marxista, “complementando, iluminando e interpretando as afirmações teóricas esparsas em todas as obras” (Gramsci, 2002a, p. 238).

⁸⁹ Gruppi (1980) argumenta que, se por um lado, Marx apresentava a crise revolucionária como sendo essencialmente uma crise da estrutura como contradição entre relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas; por outro, Gramsci (tentando combater as visões vulgarmente deterministas do marxismo) conserva firmemente o ensinamento de Marx para dirigir a sua atenção para um outro momento da crise revolucionária da sociedade, isto é, apresenta a crise revolucionária sobretudo no nível da superestrutura; é lida no nível da hegemonia e é concebida como crise de hegemonia, crise essa que, todavia, envolve toda a sociedade, todo o bloco histórico (o qual é formado pela estrutura e superestrutura). Assim, Gruppi afirma que “[...] a crise revolucionária é vista por Gramsci na totalidade do processo social. Marx fizera sua anatomia, indicando suas bases fundamentais. Era esse o primeiro passo indispensável para fundamentar a explicação dos movimentos sociais e revolucionários de modo científico, crítico, não idealista e não subjetivista. Mas, determinada a anatomia, é necessário partir dela para ver a totalidade da sociedade. Chega-se, então, à noção de hegemonia e de bloco histórico” (Gruppi, 1980, p. 79-80).

Marx afirma, no “prefácio”, que se não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, tampouco podemos julgar, da mesma maneira, as épocas de revolução pela sua consciência; pelo contrário, “[...] é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção” (Marx, 1961, p. 302). Todavia, segundo Gramsci, Marx introduz em suas investigações a precaução de se perceber que a superestrutura, particularmente a política, não é, em cada caso concreto, o simples reflexo da estrutura, mais sim “[...] o reflexo das tendências de desenvolvimento da estrutura, tendências que não se afirma que devam necessariamente se realizar” (Gramsci, 2002a, p. 239). Ao considerar a correta afirmação marxiana de que em hipótese alguma uma formação social desaparece antes “[...] que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém”, e que “[...] jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência” (Marx, 1961, p. 302), pode-se concluir que uma fase estrutural “[...] só pode ser concretamente estudada e analisada depois que ela superou todo o seu processo de desenvolvimento, não durante o próprio processo, a não ser por hipóteses (e declarando-se, explicitamente que se trata de hipóteses)”, o que demonstra a dificuldade de identificar a estrutura de forma estática, “como imagem fotográfica instantânea” (Gramsci, 2002a, p. 239).

Mas se a estrutura não pode ser analisada com precisão no presente, qual seria a solução para compreendermos as “condições materiais objetivas” e o conjunto dessas condições? Gramsci novamente utiliza-se das construções de Marx no “Prefácio”:

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (Marx, 1961, p. 301)

Ou seja, a estrutura é, precisamente, o “passado real”, já que ela é “[...] o testemunho, o ‘documento’ incontroverso daquilo que foi feito e que continua a subsistir como condição do presente e do futuro” (Gramsci, 2002a, p. 422). Considerando que toda fase histórica, de fato, deixa os seus traços nas fases posteriores – traços estes que, de certa forma, tornam-se o seu melhor documento –, Gramsci

elucida que o processo de desenvolvimento histórico “[...] é uma unidade no tempo pelo que o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente o que é ‘essencial’, sem resíduo de um ‘incognoscível’ que seria a verdadeira essência”, pois *tudo o que não foi transmitido dialeticamente no processo histórico*, é, por si mesmo irrelevante, um episódio superficial e não histórico (Gramsci, 2002a, p. 240). Mas, não se pode eliminar o perigo de que, neste processo, ao invés de identificar-se a história real, efetiva, identifica-se “[...] a veleidade de fazer uma nova história que busca no passado a sua justificação tendenciosa, de ‘superestrutura’[...]” (Gramsci, 2002a, p. 422).

Poder-se-á observar que, no exame da “estrutura”, os críticos individuais podem se equivocar, afirmando como vital o que é morto, ou que não é germe de uma nova vida que deve ser desenvolvida, mas o método em si não pode ser refutado peremptoriamente. É admissível, indubitavelmente, que existem possibilidades de erro; mas será erro dos críticos individuais (políticos, estadistas) e não um erro de método. Todo grupo social tem uma “tradição”, um “passado”, e o considera como o único e total passado. O grupo que, compreendendo e justificando todos estes “passados”, souber identificar a linha de desenvolvimento real, por isso contraditória, mas passível de superação na contradição, cometerá “menos erros”, identificará mais elementos “positivos” nos quais apoiar-se para criar uma nova história (Gramsci, 2002a, p. 422)⁹⁰.

É importante perceber como Gramsci se recusa em conceber a economia como algo isolado da totalidade social, do “conjunto das relações sociais”, demonstrando, assim, a sua capacidade de recuperar plenamente a *crítica* da economia política realizada por Marx, crítica esta que, de acordo com Engels, esclareceu em amplo alcance uma confusão presente na cabeça dos economistas burgueses: “A economia não se trata de coisas, mas de *relações* entre pessoas e, em última instância, entre classes; embora estas relações estejam sempre *ligadas a coisas e apareçam como coisas*” (Engels, 1961, p. 311, grifos do autor). Contrapondo as concepções economicistas de

⁹⁰ Pode-se, a partir dessas formulações, associar outros exemplos de “precauções”, ou “cautelas” que Gramsci afirma serem introduzidas por Marx em suas “obras políticas e históricas concretas”: a) da dificuldade de se identificar a estrutura de forma estática, deduz-se que “[...] um determinado ato político pode ter sido um erro de cálculo por parte dos dirigentes das classes dominantes, erro que o desenvolvimento histórico, através das ‘crises’ parlamentares governamentais das classes dirigentes, corrige e supera: o materialismo histórico mecânico não considera a possibilidade de erro, mas interpreta todo ato político como determinado pela estrutura, imediatamente, isto é, como reflexo de uma real e duradoura (no sentido de adquirida) modificação da estrutura. O princípio do ‘erro’ é complexo: pode se tratar de um impulso individual motivado por um cálculo errado, ou também de manifestação das tentativas de determinados grupos ou grupelhos para assumir a hegemonia no interior do agrupamento dirigente, tentativas que podem fracassar”; e b) “não se leva suficientemente em conta que muitos atos políticos são motivados por necessidades internas de caráter organizativo, isto é, ligados à necessidade de dar coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade” (Gramsci, 2002a, p. 239).

Bukharin (1970) – as quais são partilhadas por todo o denominado “marxismo-leninismo” –, Gramsci (2002a, p. 157 e 158) acusa como absolutamente equivocada a substituição (arbitrária) da expressão “forças materiais de produção” e “conjunto das relações sociais” pela expressão “instrumento técnico”, e utilizando-se de análises feitas por Benedetto Croce sobre Achille Loria (Croce, 1927), Gramsci sublinha que no *Capital* e em outras obras marxianas é posta em destaque “[...] a importância das invenções técnicas e se invoca uma história da técnica, mas não existe nenhum escrito no qual o ‘instrumento técnico’ seja transformado na *causa* única e suprema do desenvolvimento econômico”⁹¹.

Conforme destaca Coutinho (1999, p. 95), a estrutura econômica não aparece, para Gramsci, como a simples esfera da produção de objetos materiais, de coisas, mas sim como o modo pelo qual os homens estabelecem seu “metabolismo” com a natureza e produzem e reproduzem não só estes objetos materiais, mas, sobretudo, suas próprias relações sociais globais. Assim, cabe retornarmos à outra passagem do extensamente utilizado “Prefácio” de 1859:

Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo (Marx, 1961, p. 301-302).

Gramsci também se nega a acreditar naqueles que sustentam a tese de que, “[...] com a modificação de uma estrutura, todos os elementos da superestrutura correspondente devam necessariamente desaparecer” (Gramsci, 2002a, p. 391). Era preciso esclarecer que qualquer interpretação rígida do marxismo que insistisse ostensivamente sobre o aspecto econômico na verdade estaria se eximindo da compreensão – exigida pelo próprio Engels (1963a), em uma carta de 1890 – de que os fundadores do socialismo científico se viram forçados a sublinhar este princípio primordial em face à necessidade de combater veementemente os seus adversários, e

⁹¹ “O trecho do [prefácio ao] *Zur Kritik* contém as expressões ‘grau de desenvolvimento das forças materiais de produção’, ‘modo de produção da vida material’, ‘condições econômicas da produção’ e similares, expressões que afirmam certamente ser o desenvolvimento econômico determinado por condições materiais, mas que jamais reduzem estas condições à mera ‘metamorfose do instrumento técnico’” (Gramsci, 2002a, p. 158).

que o não tratamento adequado aos demais fatores que intervêm no jogo das ações e reações (devido à ausência de tempo ou oportunidade) não significava a inexistência da importância desses fatores, já que, tão logo fosse necessário analisar uma época histórica (e, portanto, aplicar esse princípio na prática), a possibilidade desse erro desaparecia (Engels, 1963a, p. 286). Assim, a afirmação de Marx no “Prefácio” – de que os homens adquirem, no terreno das ideologias, a consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico – é consubstanciada (e deve ser analisada de forma diretamente conexa) com a explicitação efetuada por Engels de que a economia é em “última instância” o motor da história, mas não o seu *único* elemento ativo:

[...] Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em *última instância*, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o *único* fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua *forma*, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o momento econômico (Engels, 1963a, p. 284, grifos do autor).

Numa outra carta de 25 de janeiro de 1894, endereçada à Starkenburg, Engels reforça esta afirmação:

O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc., baseia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos eles reagem, também, uns sobre os outros e sobre a infraestrutura econômica. Não se trata de que a situação econômica seja a *causa*, o *único elemento ativo*, e que o resto sejam efeitos puramente passivos. Há todo um jogo de ações e reações à base da necessidade econômica que, em *última instância*, termina sempre por impor-se. [...] Não se pode dizer, pois, que a situação econômica exerce um efeito automático como às vezes se é levado a crer, por uma simples questão de comodidade. Não. São os próprios homens que fazem sua história, mas num determinado ambiente, de que são o produto,

e tendo por base relações efetivas que encontram já em vigor. Entre elas, em última instância, o papel decisivo cabe às relações econômicas; e só elas nos dão o único fio de encadeamento capaz de levar à compreensão dos acontecimentos [o que não significa ser a única causa influente no curso das lutas], por mais que as relações restantes, políticas e ideológicas, possam influir também sobre eles (Engels, 1963b, p. 299, grifos do autor).

Pode-se afirmar que é sob esta combinação entre uma leitura “ampla” do “Prefácio” de 1859 (consubstanciada pelo aporte das formulações expostas nas *Teses sobre Feuerbach*) e as lições tiradas das *correções antideterministas* que o último Engels imprime ao marxismo⁹², que Gramsci chega nos *Cadernos* à sua concepção *positiva* da ideologia⁹³. Conforme já observado, sua leitura antideterminista e antieconomicista de Marx não somente buscava combater as posições de Bukharin e do “marxismo ortodoxo” da Internacional Comunista (uma das causas das fracassadas “viradas” políticas daqueles anos), o qual considerava a ideologia como um sistema de ideias, sentimentos e normas de conduta; mas também refutar as distorcidas formulações efetuadas por Benedetto Croce, nas quais a teoria da ideologia tem uma evidente origem na doutrina marxista – concebendo a ideologia como “construções práticas” e “instrumentos de direção política”⁹⁴ – porém, apenas reproduzindo a parte crítico-destrutiva desta doutrina, pois ao considerar as superestruturas como “meras aparências e ilusões”, Croce acaba se distanciando da filosofia da práxis para se aproximar da interpretação materialista vulgar (Gramsci, 2002a, p. 387).

Negando-se a aceitar uma concepção “negativa” da ideologia, mas tentando não destruir suas pontes com Marx, Gramsci afirma que a ideologia não é uma “aparência” ou “ilusão”, mas sim socialmente verdadeira quando incide sobre a vida

⁹² A assimilação de Gramsci dessas formulações marx-engelsianas podem ser exemplificadas nas suas discussões acerca da oposição entre a filosofia de Croce e o marxismo, principalmente no tocante ao conceito de história ético-política: “O mais importante problema a ser discutido [...] é o seguinte: se a filosofia da práxis exclua a história ético-política, isto é, não reconheça a realidade de um momento de hegemonia, não dê importância à direção cultural e moral e se julgue realmente os fatos da superestrutura como ‘aparências’. Pode-se dizer que não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento de hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à ‘valorização’ do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas. [...] o julgamento contido no termo ‘aparência’ aplicado às superestruturas nada mais é do que o julgamento da ‘historicidade’ das mesmas, expresso em polêmica contra concepções dogmáticas populares e, consequentemente, através de uma linguagem ‘metafórica’ adaptada ao público ao qual se destina. A filosofia da práxis, portanto, criticará como indevida e arbitrária a redução da história à simples história ético-política, mas não excluirá esta última” (Gramsci, 2002a, p. 295).

⁹³ Conforme destaca Simionatto (2004, p. 74), “Em que pesem alguns traços idealistas presentes nas reflexões gramscianas sobre a teoria do conhecimento, podemos destacá-lo como um dos primeiros pensadores a tratar da temática da ideologia de forma mais sistematizada no âmbito do marxismo”.

⁹⁴ Ou, em outros termos, “[...] as ideologias são meras ilusões para os governados, um engano sofrido, enquanto são para os governantes um engano desejado e consciente” (Gramsci, 2002a, p. 387).

na sua concretude; ou seja, a ideologia tem um peso decisivo na organização da vida social e se torna material quando ganha a consciência das massas⁹⁵. Sendo assim, a concepção de ideologia no marxismo representa uma nítida superação que se contrapõe historicamente à concepção da ideologia proveniente do movimento filosófico de matriz sensualista⁹⁶; isto é, o próprio significado que o termo “ideologia” assumiu nos “fundadores da filosofia da práxis” (Marx e Engels) contém implicitamente um “juízo de desvalor” decorrente da refutação e da crítica a esta raiz sensualista (Gramsci, 2002a, p. 207-208)⁹⁷.

Para a filosofia da práxis, as ideologias não são de modo algum arbitrárias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade etc., mas precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da práxis. [...] Para a filosofia da práxis, as superestruturas são uma realidade (ou se tornam tal, quando não são meras elucubrações individuais) objetiva e operante; ela afirma explicitamente que os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade [...] (Gramsci, 2002a, p. 387-388).

⁹⁵ Carlos Nelson Coutinho (1994, p. 107 e 108) defende que ao retomar essa afirmação marxiana, Gramsci insiste na convicção de que as ideologias são realidades sócio-práticas: “Nessa medida, há coisas que, epistemologicamente, ou seja, do estrito ponto de vista da teoria do conhecimento, podem não ser verdadeiras, mas que – do ponto de vista ontológico-social – são fatos reais. Por exemplo: se um número substantivo de membros de uma sociedade acredita em Deus, Deus existe socialmente, independentemente de sua existência ou não no plano da ontologia da natureza. Os valores sociais, as religiões, as ideologias, as concepções do mundo, na medida em que são fenômenos de massa, em que se tornam momentos ideais da ação de sujeitos coletivos, são uma ‘verdade’ socialmente objetiva, dotados da mesma espessura ontológica de fenômenos como o Estado ou a mais-valia (basta pensar, por exemplo, no papel que a religião cristã e suas instituições tinham na Idade Média). [...] o marxismo, por exemplo, independentemente de ser ou não uma verdade científica, tornou-se ideologia quando se converteu em fenômeno social objetivo: não se pode ignorar o papel dos valores forjados pelo marxismo na formação da sociedade contemporânea, qualquer que seja a nossa posição sobre o fato, por exemplo, de existir ou não a mais-valia como fenômeno social objetivo. A posição de Gramsci, nesse sentido, reforça a concepção marxiana da totalidade social como algo formado, organicamente, pela interação de sujeito e objeto, de consciência e práxis, ou – para usarmos termos caros à tradição sociológica – de ação e estrutura”.

⁹⁶ O materialismo francês do século XVIII, de orientação materialista, o qual defende que as ideias derivam das sensações, da “fisiologia”.

⁹⁷ É importante fazer aqui algumas considerações sobre os resquícios de idealismo presentes nas reflexões gramscianas, quando estas adentram no terreno da filosofia, da máxima abstração teórica. Não se pode esquecer que os textos de Gramsci não são escritos definitivos, mas sim apontamentos que, segundo o próprio, deveriam ainda passar pela fase de documentação e ainda de trabalho e elaboração que demandaria grandes bibliotecas (Gramsci, 1966), revisão esta que não pôde ser realizada pelo autor. Se os traços de idealismo aparecem presentes quando Gramsci trabalha com teorizações filosóficas mais gerais, como as questões de teoria do conhecimento (de gnosiologia) e de ontologia da natureza; estas posições idealistas não atingem essencialmente as considerações ontológico-sociais do comunista sardo, ou seja, não se realizam quando ele trabalha na análise de fenômenos históricos, sociais e culturais. A esse respeito, cf. Gruppi (1980, p. 117-143), Coutinho (1999, p. 102-118), Semeraro (2001b).

Gramsci atribui a concepção “negativa” da ideologia somente aos “grupos adversários”, deixando despercebida a análise de que a possível contradição entre a afirmação da ideologia como uma visão distorcida da realidade e a aceção da mesma como o terreno de uma fundamental “tomada de consciência” pode ser aplicada, também, às formulações dos próprios fundadores da filosofia da práxis. Presume-se que essa “desatenção” decorre do fato de que talvez Gramsci não tenha tido a oportunidade de dispor das formulações expostas em *A ideologia alemã* (escrito por Marx e Engels entre 1845/1846, porém somente editado em 1932), as quais expressam o que atualmente considera-se como a origem do marxiano conceito de ideologia na sua aceção *unicamente* “negativa”, isto é, como visão distorcida da realidade: “Se em toda a ideologia os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre do seu processo histórico de vida, do mesmo modo por que a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico” (Marx; Engels, 1977, p. 37).

Se nos reportarmos a um texto escrito por Engels em 1893 (sua carta à Mehring, de 14 de julho), essa possível existência de um duplo aspecto da ideologia se mostra no próprio desenvolvimento de suas formulações: primeiramente, Engels explicita que é a “[...] aparência de uma história independente das constituições políticas, dos sistemas jurídicos e dos conceitos ideológicos, em cada campo específico de investigação, que cega e fascina a maioria dos homens”, deformação esta que foi a pedra de toque de muitos adversários, como Paul Barth, para o qual a ideologia é um processo que se realiza conscientemente, mas levado por uma consciência falsa: “As verdadeiras forças propulsoras que o põem em movimento permanecem ocultas para ele; se não fosse assim, não se trataria de um processo ideológico. Dessa maneira, ele é levado a imaginar forças motrizes falsas ou aparentes” (Engels, 1963c, p. 293). Mas logo em seguida, Engels declara também ter passado pelo erro de, inicialmente, “descuidar-se da forma para cuidar do conteúdo” (insistir em *derivar* dos fatos econômicos básicos as ideias políticas, jurídicas etc., e os atos a elas condicionados), o que explica o modo tolo de ver dos ideólogos:

[...] como negamos aos diferentes domínios ideológicos que desempenham um papel na história um desenvolvimento histórico independente, deduzem que lhes negamos também qualquer *eficácia histórica*. É a partir duma concepção vulgar, não dialética, de causa e efeito, como polos que se opõem de maneira rígida, sem levar em

conta o jogo de ações recíprocas. Esquecem que um elemento histórico, uma vez engendrado por outros elementos, em última instância, econômicos, passa por sua vez a ter ação sobre o meio que o rodeia e sobre suas próprias causas (Engels, 1963c, p. 294).

Gramsci aponta um erro introduzido na consideração sobre o valor das ideologias: costumou-se a denominar como “ideologia” tanto a superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como as elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos desligados das classes sociais fundamentais, uma dupla acepção que acarretou na modificação e desnaturação da análise teórica do conceito de ideologia, deteriorando sua significação autêntica, de forma que o sentido pejorativo do termo acabou tornando-se exclusivo – erro este não casual, tendo em vista que afasta da compreensão dos fenômenos superestruturais⁹⁸. Desta forma, é preciso fazer uma distinção entre *ideologias historicamente orgânicas* – que são “necessárias a uma determinada estrutura” e que possuem maior expressividade no movimento histórico-social, possibilitando, assim, o encaminhamento de processos revolucionários ou conservadores por parte de grupos e classes sociais – ; e *ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”* – referentes a pequenos grupos, de duração breve e com pouca interferência na ação humana (Gramsci, 2002a, p. 237),

Se as ideologias historicamente orgânicas possuem “[...] o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas [...]” (Gramsci, 2002a, p. 98-99), o marxismo, na visão de Gramsci, se situa, então, no quadro destas ideologias orgânicas. Ou seja, a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, tendo em vista que ela “[...] é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir” (Gramsci, 2001b, p. 388).

Nesta mesma linha, o revolucionário italiano aponta a diferença fundamental entre o marxismo e as demais ideologias: essas últimas são “arbitrárias”, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas etc., e estão voltadas para a conciliação de interesses opostos e contraditórios, o que torna a sua “historicidade”

⁹⁸ Nas palavras de Gramsci, pode-se reconstruir facilmente o processo deste erro: “1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é ‘ideológica’, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida etc.; 3) passa-se a afirmar que toda a ideologia é ‘pura’ aparência, inútil; estúpida etc.” (Gramsci, 2002a, p. 237).

breve já que a contradição aflora a cada evento do qual foram instrumento. Por sua vez, o marxismo é uma ideologia historicamente necessária, pois não nega as contradições existentes na história e na sociedade, mas sim revela e analisa tais contradições; não é o instrumento de governo utilizado pelo grupos dominantes para alcançar o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas, mas sim a expressão dessas classes subalternas que pretendem se autoeducar na arte do governo e buscam explicar e justificar historicamente não somente o passado, como também a si mesmas; ou seja, possui uma validade “psicológica”, pois faz parte daquelas ideologias que “[...] ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc.” (Gramsci, 2002a, p. 237 e 388)⁹⁹.

Devido à sua característica de expressar os interesses, as reivindicações e a função histórica das classes subalternas (e, em primeiro lugar, do proletariado), o marxismo é a única concepção capaz de “[...] guiar o proletariado no sentido de assumir uma função dirigente e, portanto, de construir não somente novas relações políticas e estatais, mas também uma nova cultura; no sentido de realizar uma reforma intelectual e moral” (Gruppi, 1980, p. 72)¹⁰⁰. Isto posto, Gramsci explicita que a filosofia da práxis só pode se apresentar, inicialmente,

[...] em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto, antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir *ex novo* uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente) [...]: a filosofia da práxis não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas,

⁹⁹ O autor complementa com a seguinte afirmação: “A crítica das ideologias, na filosofia da práxis, engloba o conjunto das superestruturas e afirma a sua rápida caducidade na medida em que tendem a esconder a realidade, isto é, a luta e a contradição, mesmo quando são ‘formalmente’ dialéticas (como o crocianismo), ou seja, quando desenvolvem uma dialética especulativa e conceitual e não veem a dialética no próprio devir histórico” (Gramsci, 2002a, p. 388). Carlos Nelson Coutinho (1999, p. 104) destaca que, ao considerar o marxismo como uma superestrutura, isto é, uma ideologia, que se distinguiria das “outras ideologias” apenas por seu caráter mais duradouro e menos circunstancial, Gramsci parece não distinguir o que é ciência e ideologia, e, conseqüentemente, parece não prosseguir o autêntico marxismo, cuja particularidade consiste em “[...] ser uma ciência que, *ao mesmo tempo e conscientemente*, serve de base para a construção de uma ideologia, de uma concepção do mundo, de uma práxis política”. Para análises acerca das concepções filosóficas de Gramsci, cf. Coutinho (1999, p. 102-118) e Gruppi (1965).

¹⁰⁰ Na acepção de Gruppi (1980, p. 72), “esse é o significado mais profundo da noção de hegemonia. A hegemonia é tal enquanto se traduz numa reforma intelectual e moral”.

mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos de intelectuais (Gramsci, 2002a, p. 101 e 103).

Cabe aqui fazer uma importante colocação. Ao afirmar – na sua “Introdução” à *Crítica da filosofia do direito de Hegel* – que “a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas” e que “o poder material tem de ser derrubado pelo poder material”, Marx complementou o seu raciocínio sublinhando que, todavia, “[...] a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas” (Marx, 2005a, p. 151). Posteriormente, nas páginas do *Capital*, Marx argumenta que o desvendamento do segredo da expressão do valor, da igualdade e da equivalência de todos os trabalhos (porque e na medida em que são trabalho humano em geral) apenas se realiza a partir do momento em que “[...] o conceito da igualdade humana já possui a consciência de um preconceito popular” (Marx, 1996b, p. 187). Interpretando essas formulações à luz de suas convicções, Gramsci argumenta que, tanto a afirmação de Marx sobre a “solidez das crenças populares” como elemento necessário de uma determinada situação, quanto a concepção marxiana acerca da importante significância da persuasão popular (dado que esta, frequentemente, possui a mesma energia de uma força material ou algo semelhante), são afirmações cujas análises conduzem ao fortalecimento da concepção de “bloco histórico”, no qual “[...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (Gramsci, 2002a, p. 238).

Desta forma, podemos perceber como Gramsci se faz valer da autoridade de Marx para sustentar a tese de que, se a ideologia é uma força material em determinadas situações, deve-se, então, produzir “uma nova filosofia” que se torne ideologia de massa, ou seja, que se torne um *novo senso comum* (um “bom senso”) que supere o *senso comum existente*¹⁰¹.

Referências ao senso comum e à solidez de suas crenças encontram-se frequentemente em Marx. Contudo, trata-se de referências não à

¹⁰¹ Conforme destaca Gruppi (1980, p. 69), “trata-se, portanto, de elaborar uma concepção nova, que passa do senso comum, não para manter-se presa ao senso comum, mas para criticá-lo, depurá-lo, unificá-lo e elevá-lo àquilo que Gramsci chama de *bom senso*, que é para ele a visão crítica do mundo. Deve-se observar que, quando se fala da concepção cultural mais elevada como ‘bom senso’, é que se tem uma visão não aristocrática da cultura. É que se está orientado por uma profunda preocupação com o vínculo entre a cultura e as grandes massas (e o modo de sentir dessas massas). Um interessante estudo acerca das concepções gramscianas de “senso comum” e “bom senso” é realizado por Liguori (2007, p. 99-128).

validade do conteúdo de tais crenças, mas sim à sua solidez formal e, conseqüentemente, à sua imperatividade quando produzem normas de conduta. Aliás, em tais referências, está implícita a afirmação da necessidade de novas crenças populares, isto é, de um novo senso comum e, portanto, de uma nova cultura e de uma nova filosofia, que se enraízem na consciência popular com a mesma solidez e imperatividade das crenças tradicionais (Gramsci, 2002a, p. 118).

Qual o problema que Gramsci tenta colocar com tais formulações? Primeiramente, é preciso compreender que Gramsci parte da afirmação de que todos os homens são “filósofos” (ainda que a seu modo, inconscientemente). E isto se dá não somente pelo fato de que participam do senso comum (que já é uma filosofia, mesmo que incipiente e fragmentária, pois opina sobre o mundo, formula juízos de valor de caráter geral), ou porque aderem a uma religião (ainda que na forma mais simples e popular), mas também porque “[...] até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na ‘linguagem’, está contida uma determinada concepção do mundo” (Gramsci, 2002a, p. 93). Todavia, é necessário definir limites e as características desta “filosofia espontânea”, desta filosofia que está contida e é peculiar a “todo o mundo”, já que em todo homem reside uma consciência imposta pelo ambiente em que ele se insere, e para qual, portanto, concorrem influências diversas e contraditórias.

Conforme nos esclarece Gruppi (1980 p. 67), essas formulações gramscianas demonstram que, na consciência do homem (abandonada à própria espontaneidade, não ainda criticamente consciente de si mesma), estão presentes, simultaneamente, diferentes influências ideológicas, elementos díspares, que se acumularam através de estratificações sociais e culturais diversas; isto é, “a consciência do homem não é mais do que o resultado de uma relação social, e é ela própria uma relação social”, e, portanto, “não temos a alma entendida como essência autônoma, aristotelicamente, mas sim a consciência, como resultado de um processo social”. Nesta direção, Gramsci coloca a seguinte problemática:

É preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente [...], ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação

com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (Gramsci, 2002a, p. 93-94).

É preciso “conhecer-te a ti mesmo”, mas como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, processo este que nos deixa uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Portanto, para elaborar criticamente e conscientemente sua própria concepção do mundo, é preciso “torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído”, criticando toda a filosofia até hoje existente, já que esta deixou estratificações consolidadas na filosofia popular (Gramsci, 2002a, p. 93-94). Com o surgimento da primeira forma de *divisão social do trabalho* e a primeira forma de *propriedade privada*, desapareceu a possibilidade de se desenvolver plenamente um ponto de vista autenticamente universal que fosse *comum a todos os homens*. Em função da divisão da sociedade em classes antagônicas esses impulsos de unificação da consciência humana encontraram resistências que se produziram e se mantêm no terreno ideológico, no qual a ideologia das classes dominantes (que exploram o trabalho alheio) não corresponde aos interesses e à função histórica – ainda inconsciente – das classes subalternas, mas sim corresponde apenas aos próprios interesses e à própria função histórica das classes dominantes, cuja conveniência as fez acreditar que o seu ponto de vista *particular* era a expressão natural, automática, do ponto de vista *universal* conveniente a *todos* os homens, e, assim, no terreno do senso comum, a “pretensa verdade” das ideologias dominantes se impôs às classes subalternas como única, como superstição, e por elas foram incorporadas.

O senso comum é explorado e utilizado pelas classes dominantes para cristalizar a passividade popular, bloquear a autonomia histórica que poderia resultar, para as massas, no seu acesso a uma filosofia superior. O que importa, neste projeto da burguesia, é fazer com que as massas não tenham a possibilidade de assimilar em profundidade uma nova concepção de mundo, embora a ela possam ter acesso apenas para que o senso comum assuma uma coerência formal e não seja desvendada sua incoerência real (Simionatto, 2004, p. 80).

Mas, como a classe dominante consegue impor o domínio da sua ideologia e difundi-la sobre toda a sociedade? A ideologia das classes dominantes chega às classes subalternas por meio de vários canais, “através dos quais a classe dominante constrói

a própria influência ideal, a própria capacidade de plasmar consciências de toda a coletividade, a própria hegemonia” (Gruppi, 1980, p. 68). Ao governarem a sociedade dividida, as classes dominantes não somente detêm a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos (a escola, a religião, a imprensa, a indústria cultural etc.), mas também possuem “o poder econômico que representa uma grande força no seio da sociedade civil” (Simionatto, 2004, p. 80-81). Além de controlarem a produção e distribuição dos bens econômicos, organizam e distribuem as ideias, inculcando nos indivíduos das classes exploradas a ideologia que serve tanto para justificar a exploração, quanto para prejudicar qualquer ação eficaz contra o sistema que convém aos exploradores.

Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, afirmam que as ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, isto é, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante e, portanto, as ideias de sua dominação (Marx; Engels, 1977, p. 72)¹⁰². Todavia, o marxismo ensina que as ideologias devem ser analisadas historicamente como uma superestrutura de determinados tipos de relação de produção e de troca, e as concepções (o momento da vida ideológica e cultural) correspondem à estrutura econômica predominante. Tendo em vista que, na estrutura, vive a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, as ideologias também estão em contradição entre si e apresentam contradições em seu próprio interior, pois se as ideologias são “expressão” da estrutura, “modificam-se com o modificar-se dela” (Gramsci, 2002a, p. 208). Esta visão do nexo relações materiais/elaborações ideológicas e culturais pode ser encontrada também nas propostas de Marx e Engels expressas no *Manifesto do Partido Comunista*:

Será preciso grande perspicácia para compreender que as ideias, as noções e as concepções, numa palavra, que a consciência do homem se modifica com toda a mudança sobrevinda em suas condições de vida, em suas relações sociais, em sua existência social? Que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante (Marx; Engels, 1961, p. 36).

¹⁰² "As ideias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual" (Marx; Engels, 1977, p. 73, grifos dos autores).

Todas as interpretações de uma realidade histórico-social fundamentalmente “monocausal”, que caracterizou grande parte do movimento marxista, baseavam-se na tese de que, na obra dos fundadores da filosofia da práxis (e, especialmente, Marx), a ideologia – produto da consciência – surge e se constrói como um “derivado” puro e simples das relações socioeconômicas. Mas a concepção marxiana da ideologia não se esgota nesses termos, e como vimos através da interpretação de Gramsci, resta um “hiato” entre essa interpretação e o papel implicitamente confiado às “formas ideológicas”, que permitem aos homens conceber e combater o conflito de classe. Se, por meio das classes dominantes, as classes subalternas são dominadas por uma ideologia que as atinge através de diversas formas, essas classes subalternas são impulsionadas – pelas suas necessidades efetivas, suas reivindicações, inclusive relativamente espontâneas – à ações, lutas e movimentos que entram em contradição com a concepção do mundo na qual elas foram influenciadas e educadas. A atenção ao elemento da subjetividade revolucionária, apresentada por Gramsci em sua teoria “positiva” da ideologia como concepção do mundo e lugar de constituição da subjetividade coletiva, já pode ser encontrada nas teses elaboradas por Lênin na sua obra *Que Fazer?*:

[...] o problema coloca-se exclusivamente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há meio-termo (pois a humanidade não elaborou uma “terceira” ideologia; e, além disso, em uma sociedade dilacerada pelos antagonismos de classe não seria possível existir uma ideologia à margem ou acima dessas classes). Por isso, *toda* diminuição da ideologia socialista, *todo* distanciamento dela implica o fortalecimento da ideologia burguesa. [...] pela simples razão de que, cronologicamente, a ideologia burguesa é muito mais antiga que a ideologia socialista, está completamente elaborada e possui meios de difusão *infinitamente* maiores (Lênin, 1978a, p. 31-32 e 33, grifos do autor).

Todavia a complexidade do processo que tem lugar no nível das superestruturas ideológicas recebe sua melhor clarividência interpretativa nas formulações gramscianas do conceito de hegemonia, hegemonia esta não apenas política, mas também como um fato cultural, moral, de concepção de mundo. Se, conforme destaca Gramsci, o processo de formação crítica (de intervenção ativa e consciente no processo da história do mundo) é o resultado de um processo social, de uma formação político-ideológica, e não o resultado de uma reflexão pura e exclusivamente pessoal, a responsável por guiar esse processo de afirmação e difusão

das ideologias é a hegemonia, isto é, a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social heterogêneo, marcado por profundas contradições de classe. Uma determinada classe, dominante no plano econômico, e, por isso, também no político, difunde uma determinada concepção do mundo e consegue manter, através de sua ação política, ideológica e cultural, a articulação de um grupo de forças não homogêneas, de forma a impedir que o contraste existente entre essas forças exploda, “provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder” (Gruppi, 1980, p. 70).

Nas palavras de Gramsci (2002a, p. 99), este é o problema fundamental de toda a ideologia (considerada como o significado mais alto de uma concepção de mundo), isto é, “[...] o problema de conservar unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia”. Desta forma, a conquista da hegemonia deve ser compreendida como um processo; e para que as classes subalternas consigam alcançar a consciência de seus próprios interesses e de sua própria função histórica¹⁰³ – desenvolvendo (através da superação da concepção a elas impostas) uma visão unitária e crítica dos processos sociais na qual se estabeleça a unidade entre a ação e a prática – é necessário o resultado de todo um processo social onde se articulam as influências e a luta de diferentes hegemonias.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual a teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade da teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a

¹⁰³ Gramsci alega que, em seu processo de formação, as classes subalternas não conseguem alcançar a consciência de seus próprios interesses e de sua própria função histórica, pois nela ainda persiste a contradição entre a ação e a concepção do mundo que as guia: “O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção ‘verbal’ não é inconsequente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política” (Gramsci, 2002a, p. 103).

aquisição real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos (Gramsci, 2002a, p. 103-104).

É neste processo de elaboração de uma nova concepção de mundo e de esclarecimento acerca das formas possíveis para a superação das relações antagônicas e das contradições profundas que perpassam a sociedade que Gramsci ressalta a importância da atuação do intelectual junto à classe na qual ele se vincula organicamente. Já que o proletariado não consegue encaminhar o seu próprio projeto de classe – dado que a sua concepção de mundo está, em decorrência da função que exerce no modo de produção, permeado pela ideologia de outras classes sociais –, cabe aos intelectuais estancar, no seio de sua classe, uma tomada de consciência de seus interesses e participar na formação dessa nova concepção de mundo mais homogênea e autônoma.

2.2 O papel dos intelectuais e do "moderno príncipe" na construção de uma sociedade socialista efetivamente democrática.

Desde seus últimos escritos pré-carcerários, e principalmente sobre *A questão meridional*, Gramsci (2004ggg, p. 434 e 424) destaca que os intelectuais, devido a sua própria natureza e sua função histórica, se desenvolvem muito mais lentamente do que qualquer outro grupo social, pois “representam toda a tradição cultural de um povo; querem resumir e sintetizar toda a história deste povo”. Essa avaliação serve, sobretudo, para o que ele designou de “velho tipo de intelectual”, nascido no terreno camponês, ou seja, um elemento treinado pela classe dominante (no seu intuito de organizar o Estado e o comércio) para ser o “organizador de uma sociedade de base predominantemente camponesa e artesã”. Todavia, o estrato dos intelectuais foi radicalmente modificado em todos os países em decorrência do desenvolvimento do capitalismo, sob o qual a indústria introduziu um novo tipo de intelectual: “o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada”.

Nas sociedades em que as forças econômicas se desenvolveram em sentido capitalista, até absorver a maior parte da atividade nacional,

predominou este segundo tipo de intelectual, com todas as suas características de ordem e disciplina intelectual. Ao contrário, nos países em que a agricultura exerce ainda um papel muito importante ou mesmo predominante, continua a prevalecer o velho tipo, que fornece a maior parte dos funcionários estatais; mesmo na esfera local, na vila e na cidadezinha rural, esse tipo exerce a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral. Na Itália meridional, predomina este tipo, com todas as suas características: ele é democrático quando se dirige aos camponeses, mas é reacionário, politiquês, corrupto e desleal quando se relaciona com o grande proprietário e com o governo (Gramsci, 2004ggg, p. 424).

Ao se referir à sociedade meridional na Itália, Gramsci (2004ggg, p. 423) a identifica como “um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais”: a) a grande massa camponesa, que, apesar de estarem em perpétua fermentação, “são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades” devido a sua característica amorfa e desagregada; b) os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os quais “recebem da base camponesa os impulsos para sua atividade política e ideológica”; c) os grandes proprietários agrários e os grandes intelectuais, que nos campos político e ideológico (respectivamente), “centralizam e dominam, em última instância, todo este conjunto de manifestações”.

Posto em funcionamento por um tipo de organização na qual o camponês meridional liga-se ao grande proprietário rural através do intelectual¹⁰⁴, esse monstruoso bloco agrário atua, em seu conjunto, “como intermediário e controlador a serviço do capitalismo setentrional e dos grandes bancos” (Gramsci, 2004ggg, p. 428). Ou seja, ele não é autônomo, mas sim articulado por uma hegemonia nacional mais geral (a do bloco industrial do Norte) que se serve desse bloco agrário como instrumento de conservação do *status quo*. Nesse sentido, pode-se dizer que, “[...] acima do bloco agrário, funciona no Sul um bloco intelectual que [...] serviu praticamente para impedir que as fissuras do bloco agrário se tornassem demasiado perigosas e provocassem uma ruptura” (Gramsci, 2004ggg, p. 430)¹⁰⁵.

¹⁰⁴ “Os movimentos camponeses, na medida em que não se expressam em organizações de massa ainda que só formalmente autônomas e independentes (ou seja, capazes de seleccionar quadros camponeses de origem camponesa e de registrar e acumular as diferenciações e os progressos que se realizam no movimento), terminam por se enquadrar sempre nas instituições normais do aparelho estatal – prefeituras, governos provinciais, Câmara dos Deputados –, através de composições e decomposições de partidos locais, cujos quadros são formados por intelectuais, mas que são controlados pelos grandes proprietários e por seus homens de confiança [...]” (Gramsci, 2004ggg, p. 426).

¹⁰⁵ São nestes marcos de análise que Gramsci aponta o papel de Giustino Fortunato e, principalmente, Benedetto Croce, como os principais moderadores políticos e intelectuais que conseguiram fazer com que a formulação dos problemas meridionais não superasse certos limites e se tornasse revolucionária; em outros termos, foram os

Desta forma, Gramsci conclui que, para destruir o bloco agrário meridional, o proletariado precisava realizar a sua inescapável tarefa de conseguir “[...] organizar em formações autônomas e independentes massas cada vez mais notáveis de camponeses pobres”; tarefa esta cujo êxito seria determinado (ainda que subordinadamente) por sua “[...] capacidade de desagregar o bloco intelectual que é a armadura – flexível, mas extraordinariamente resistente – do bloco agrário” (Gramsci, 2004ggg, p. 435).

Percebe-se, assim, que já nesse momento aparece com muita força (e com uma nova formulação no interior do marxismo) o problema dos intelectuais no tocante ao essencial papel por eles desempenhado na “agregação ou desagregação de uma relação de hegemonia” (Coutinho, 1999, p. 74); ou, conforme explicita Gruppi (1980, p. 62), na apresentação do intelectual “como elaborador da hegemonia, como aquele que garante o consenso às forças dominantes, garante a base de massas – através da persuasão e da educação – à classe dominante”¹⁰⁶. Nas palavras de Gramsci, ao retomar amplamente a questão nos *Cadernos*, para que uma massa humana possa se “distinguir” e se tornar independente “para si”, é imprescindível que ela se organize (em sentido lato); e esta organização não existe sem intelectuais, sem organizadores e dirigentes, isto é, “[...] sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (Gramsci, 2002a, p. 104). Entretanto, quais seriam os limites “máximos” da aceção de “intelectual” e sua distinção dos “não-intelectuais”? ou, em outros termos, existem possibilidades de se descobrir “[...] um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, das atividades dos outros agrupamentos sociais?” (Gramsci, 2001b, p. 18).

principais autores de uma operação de assimilação e de hegemonia, no sentido conservador e reacionário, que impediu que os movimentos camponeses atraíssem para si os intelectuais e transformassem esses intelectuais em seus próprios quadros capazes de emprestar homogeneidade, direção e coerência à ação camponesa: “Homens de imensa cultura e inteligência, originários do terreno tradicional do Sul mas ligados à cultura europeia e consequentemente mundial, eles dispunham de todas as qualificações para dar uma satisfação às necessidades intelectuais dos mais honestos representantes da juventude culta do Sul, para aplacar-lhes as irrequietas veleidades de revolta contra as condições existentes, para dirigi-los no sentido de uma linha média de serenidade clássica no pensamento e na ação. [...] [Com a reforma encarnada na filosofia de Benedetto Croce], modificou-se a orientação e o método de pensamento, foi construída uma nova concepção do mundo que superou o catolicismo e todas as outras religiões mitológicas. Neste sentido, Benedetto Croce cumpriu uma altíssima função ‘nacional’: separou os intelectuais radicais do Sul das massas camponesas, levou-os a participarem da cultura nacional e europeia e, através desta cultura, fez com que fossem absorvidos pela burguesia nacional e, portanto, pelo bloco agrário” (Gramsci, 2004ggg, p. 431).

¹⁰⁶ Cabe ressaltar que a questão dos intelectuais, relacionada à relevante preocupação de Gramsci com a temática da cultura, perpassa o pensamento gramsciano desde seus escritos juvenis, tomando corpo ao longo de sua produção teórica.

É neste sentido que Gramsci se contrapõe a um erro metodológico constante nas concepções aristocráticas e restritas de intelectual, qual seja, buscar essa diferenciação naquilo que é intrínseco às atividades intelectuais e tender a se inclinar para uma definição abstrata de intelectual, o que acarreta na divisão da sociedade em duas grandes categorias de trabalhadores: os trabalhadores manuais e os trabalhadores intelectuais. Não é possível separar o *homo faber* do *homo sapiens*, já que não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual. Isto é, o trabalho humano não pode ser reduzido à pura capacidade técnico-manual, ele nunca é simplesmente uma mecânica e unidirecional repetição de movimentos pois, “[...] em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (Gramsci, 2001b, p. 18). Mais além, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer – ou seja, é um “filósofo”, um artista etc. – ; todo homem participa de uma determinada concepção de mundo no interior de seu ambiente social e de seu grupo, elabora conhecimentos, acumula experiências, tem gostos, pontos de vista próprio, compreensão individual da realidade, possui sensibilidade, em suma, “[...] contribui assim para manter ou modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar” (Gramsci, 2001b, p. 53).

Dessa forma, se a capacidade intelectual não é monopólio de alguns, mas pertencente a toda a coletividade – seja quando se considera o acúmulo de conhecimento ao longo da história, seja quando se busca compreender as interconexões que formam o mundo em que vivemos –, então é impossível falar de não-intelectuais, já que esses não existem. Pode-se apenas falar de intelectuais, e partindo da compreensão de que estes são o quadro da sociedade, e não apenas aquelas camadas sociais às quais a noção tradicional de intelectual se refere. Ou seja, em geral, deve-se entender os intelectuais como “[...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo” – ou, mais exatamente, como o quadro de um aparato hegemônico (Gramsci, 2002c, p. 93).

Desde o momento em que todos são capazes de pensar e agir, de utilizar sua capacidade cerebral (seja em maior ou menor grau), então a distinção (ou melhor, a definição) se faz pelo lugar e pela função que esse intelectual ocupa no conjunto das relações sociais, isto é, se faz apenas com relação à “direção sobre a qual incide o peso

maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular nervoso” (Gramsci, 2001b, p. 52)¹⁰⁷. Da mesma forma, o que caracteriza o trabalhador não é o caráter manual do seu trabalho, mas sim a forma como ele se coloca no modo de produção capitalista. Sendo assim, pode-se considerar que “todos os homens são intelectuais”, embora “nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”¹⁰⁸. (Gramsci, 2001b, p. 18).

Todavia, se apenas *alguns* homens desempenham a função social de intelectuais, cabe a importância de se tratar a problemática de sua origem e de sua diferenciação. Desenvolvendo uma discussão acerca da relação do intelectual com as controvérsias que permeiam a sociedade, isto é, com o jogo das forças sociais¹⁰⁹, Gramsci destaca que a complexidade do tratamento desta questão decorre não somente do critério referente ao lugar e a função que o intelectual exerce na estrutura social, mas também em decorrência das várias formas que o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais assumiu até então: a cada modo de produção, se corresponde uma classe fundamental, e, conseqüentemente, um tipo de intelectual. Se, em seus escritos incompletos sobre *A questão meridional*, Gramsci já pôde assinalar como a camada dos intelectuais foi radicalmente modificada em todos os países em decorrência do desenvolvimento do capitalismo, são nos *Cadernos* que Gramsci reafirma sua posição situada na linha marxiana da relação entre estrutura e superestrutura – demonstrando como as classes sociais nascem e se constituem no terreno da produção econômica e originam grupos de intelectuais que se vinculam desde a economia até outros aspectos da vida social e estatal – e aprofunda as suas formulações acerca das duas mais importantes categorias de intelectuais derivadas desse processo:

- 1) Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de

¹⁰⁷ Relação esta (entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso) que, nas argumentações de Gramsci, não é sempre igual, e, por isso, “[...] existem graus diversos de atividade especificamente intelectual” (Gramsci, 2001b, p. 52).

¹⁰⁸ “[...] assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates” (Gramsci, 2001b, p. 18).

¹⁰⁹ Problemática esta que, segundo Simionatto (2004, p. 52), já aparece nas entrelinhas de Marx e Engels, principalmente nas discussões presentes em *Ideologia alemã* e no próprio *Manifesto do Partido Comunista* relacionadas ao socialismo utópico e o socialismo científico, as quais certamente contemplam “[...] uma discussão sobre os intelectuais, que não se refere apenas ao nível da militância, mas levanta um debate sobre a busca do conhecimento, sobre o desenvolvimento de uma reflexão científica forte e consistente”. Num processo de desenvolvimento e acentuação, esta problemática aparece nos escritos de Kautsky, Lênin e Trotsky, e são tratadas mais a fundo com as formulações gramscianas.

intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. 2) todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até os nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas (Gramsci, 2001b, p. 15-16).

Ou seja, toda a aglutinação em torno de um processo econômico precisa, de fato, dos seus intelectuais para se apresentar também como um projeto específico da sociedade. Rompendo com o lugar comum que compreende os intelectuais de maneira avulsa, como um grupo em si, “autônomo e independente”, Gramsci concebe os intelectuais intimamente entrelaçados nas relações sociais, pertencentes a uma classe, a um grupo social vinculado a um determinado modo de produção. Em outros termos, os intelectuais não são um grupo social autônomo, não constituem uma classe social independente propriamente dita, mas sim grupos vinculados às diferentes classes, isto é, cada grupo social possui sua própria categoria especializada de intelectuais, ou tende a formá-la. E é deste processo que se pode designar a diferenciação entre “intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental e intelectuais como categoria tradicional” (Gramsci, 2001b, p. 23).

Reportando-se ao exemplo dos intelectuais estagnados ao mundo agrário do Sul da Itália (o “clero”, “os funcionários”, “a casa militar”, “os acadêmicos” voltados a manter os camponeses atrelados a um *status quo* que estava sendo superado), os quais se consideravam acima das classes e das vicissitudes do mundo e, conseqüentemente, acabavam se distanciando das dinâmicas socioeconômicas em fermentação do Norte da Itália¹¹⁰, Gramsci qualificou como “intelectuais tradicionais” basicamente aquelas diversas camadas de intelectuais que existiam antes do surgimento da nova classe fundamental, e que sobreviveram ao desaparecimento do modo de produção anterior mantendo-se presos a uma formação socioeconômica superada sem se encontrar atualmente ligados de forma orgânica a nenhuma das classes fundamentais da nova formação. Tendo em vista que, por um lado, esses grupos intelectuais frequentemente

¹¹⁰ “Onde os intelectuais do tipo urbano cresceram junto com a indústria e estavam ligados às suas vicissitudes” (Gramsci, 2001b, p. 22).

perderam a base social à qual estavam organicamente vinculados e, por outro, estavam fortemente organizados, formando uma casta; estas várias categorias de intelectuais tradicionais “sentem com ‘espírito de grupo’ sua ininterrupta continuidade histórica e sua ‘qualificação’”, tendendo, assim, a apresentar a si mesmos como “autônomos e independentes do grupo social dominante”, assumindo uma posição que pode ser definida como expressão da utopia social da filosofia idealista segundo a qual os intelectuais acreditam serem “dotados de características próprias” (Gramsci, 2001b, p. 17)¹¹¹.

O “intelectual orgânico” é aquele que surge em estreita ligação com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, e cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. Ele não se justapõe à classe, mas sim é por ela criado, tendo em vista que essa classe se defronta, no seu processo de desenvolvimento, com realidades que exigem o desempenho de atividades intelectuais. E, na maioria das vezes, os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora neste seu desenvolvimento progressivo tanto compreendem especializações de atividades intelectuais inerentes à origem, função e lugar que ocupam no interior do modo de produção ao qual essa nova classe deu origem, quanto estão conectados às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Como exemplo, Gramsci elucida que “[...] o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. etc.” (Gramsci, 2001b, p. 15). Ademais, esse empresário deve possuir “uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual)” que deve ir além da esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa – pelo menos nas esferas mais próximas da produção econômica:

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados)

¹¹¹ Gramsci não somente se reporta ao exemplo italiano para analisar o histórico problema da formação dos intelectuais, mas faz uma breve referência também a países como a França, Rússia, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, além (em menor escala ainda) da América Latina, Índia, China e Japão, não se eximindo da consideração de que estas observações deveriam ser consideradas “simplesmente como indicações e motivos para ajudar a memória” e que deveriam ser verificadas e aprofundadas posteriormente (Gramsci, 2001b, p. 25-32).

a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa (Gramsci, 2001b, p. 15).

Em outros termos, são orgânicos os intelectuais que, além de serem especialistas na sua profissão que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, são capazes também de ultrapassar esse nível econômico-corporativo e elaborar uma concepção ético-política que os habilitem a exercer funções culturais, educativas e organizativas de forma a conquistar ou assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que eles representam¹¹². Na medida em que os intelectuais estão conectados com as forças no poder ou em luta pelo poder, estes intelectuais não podem ser considerados independentes; todavia, não se pode esquecer que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, “[...] mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (Gramsci, 2001b, p. 20). Desta forma, pode-se afirmar que uma concepção orgânica do intelectual considera este como “expressão de um processo dialético, pelo qual todo grupo social dominante elabora uma categoria de intelectuais própria”, rejeitando, assim, qualquer concepção autônoma que considere os intelectuais como uma “categoria social cristalizada”, ou seja, que conceba a si mesma “como continuação ininterrupta na história e, portanto, independentemente da luta dos grupos” (Gramsci, 2001b, p. 125).

Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude ‘paternalista’ para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Tem uma atitude ‘servil’ para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (Gramsci, 2002c, p. 93).

Considerando que nem todos os homens exercem a função de intelectuais na sociedade (embora todos efetivamente o sejam), e que os intelectuais não constituem

¹¹² “O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e fazendo com que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. [...] No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual” (Gramsci, 2001b, p. 53).

uma classe propriamente dita, Gramsci nos esclarece que, historicamente, formam-se categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formação esta que se dá em conexão com “[...] todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com todos os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante” (Gramsci, 2001a, p. 18-19).

Ou seja, estar vinculado organicamente a uma classe “não significa agir de fora, externamente, de maneira mecânica”, mas sim, “participar efetivamente de um projeto junto às classes fundamentais: burguesia ou proletariado”, o que torna evidente o fato de que a relação de organicidade das diversas categorias de intelectuais se dá em relação a qualquer uma das duas classes antagônicas (Simionatto, 2004, p. 60). Considerando que a organicidade da relação entre os intelectuais e a classe que eles representam não é mecânica – pois “o intelectual desfruta de uma relativa autonomia em relação à estrutura socioeconômica, da qual ele não é o ‘reflexo’ passivo” –, a origem social torna-se secundária quando se considera a massa dos intelectuais, pois o vínculo “orgânico” depende tanto da estreiteza da relação entre o intelectual e a classe que ele representa (Portelli, 1990, p. 88 e 86)¹¹³, bem como do lugar ocupado por ele nas organizações da sociedade econômica, política e civil – de onde se pode concluir que “a origem de classe de um intelectual pode ser diversa e até mesmo antagônica à classe a que este intelectual está organicamente ligado” (Simionatto, 2004, p. 60).

Da mesma forma, o intelectual “tradicional”, para Gramsci, não é apenas conservador e reacionário. Proveniente de épocas pretéritas, o intelectual “tradicional” não está unicamente preso ao passado, mas sim articulado ao presente – pois é, simultaneamente, depositário de uma tradição cultural –; ou seja, “ele analisa o presente à luz de valores que foram desenvolvidos no passado”, o que não o impede de poder se tornar, também, revolucionário, “na medida em que, na passagem de uma formação histórica a outra, passe a defender os interesses da classe subalterna” (Simionatto, 2004, p. 55). É neste sentido que Coutinho (1994) chama a atenção para uma importante questão referente à diferenciação entre intelectual orgânico e intelectual tradicional:

¹¹³ Conforme complementa Hugues Portelli (1990, p. 88), “Essa autonomia é, em primeiro lugar, uma consequência da origem social dos intelectuais. Se uma parte destes, e particularmente os grandes intelectuais, origina-se diretamente da classe que representa, a grande massa provém das classes auxiliares aliadas à classe dirigente” [...] Essa autonomia estrutural soma-se à autonomia dada pela própria função dos intelectuais, agentes da superestrutura: o intelectual não é o agente passivo da classe que representa, como a superestrutura não é o reflexo indispensável para o exercício completa da direção cultural e política: essa função cultural deve ser completa, representar a ‘autoconsciência cultural, a autocrítica da classe dominante’”.

Há uma leitura equivocada, infelizmente muito difundida, que transforma todo “intelectual orgânico” em intelectual proletário revolucionário, ao mesmo tempo em que faz do “intelectual tradicional” sinônimo de intelectual conservador ou descompromissado. Evidentemente, não é esse o sentido da tipologia gramsciana. Para ele, intelectual orgânico é aquele elaborado pela classe em seu desenvolvimento histórico, podendo ser tanto ligado à burguesia quanto às classes trabalhadoras. Um administrador de empresas, por exemplo, mesmo que filiado a um partido de esquerda, é um intelectual orgânico da burguesia, na medida em que essa classe precisa de administradores para desempenhar suas tarefas na ordem social. Já o dirigente de um sindicato de trabalhadores, ainda que tenha uma ideologia burguesa, é um intelectual orgânico da classe operária, tendo em vista que o sindicato é um organismo indispensável para a constituição dessa classe. “Intelectual tradicional”, ao contrário, é aquele ligado a um aparelho de hegemonia que não está necessariamente vinculado a uma classe: são tradicionais, portanto, os intelectuais que atuam em organismos como a Universidade ou as Igrejas, que não são organizações classistas *strictu sensu*, mas que podem comportar em seu interior diferentes propostas de sociedade, diferentes visões de mundo. Então, nessa medida, pode haver intelectuais tradicionais (professores, escritores, sacerdotes etc.) tanto conservadores quanto revolucionários (Coutinho, 1994, p. 115).

Neste quadro, Gramsci analisa que todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio tem como característica mais marcante a “sua luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos” (Gramsci, 2001b, p. 19)¹¹⁴. Assim, na medida em que possuem força econômica, política e cultural, as classes dominantes potencializam a sua capacidade de atrair intelectuais, fortalecendo-se e solidificando-se em sua dominação tanto quanto conseguem assimilar os intelectuais mais importantes das classes subalternas. Contudo, não se deve esquecer que, na realidade concreta, a elaboração das camadas intelectuais não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos, sob o qual se formaram “[...] camadas que, tradicionalmente, ‘produzem’ intelectuais; e elas são as mesmas que, com frequência, especializaram-se na ‘poupança’, isto é, a

¹¹⁴ Um exemplo desta tese de Gramsci pode ser encontrada nas suas análises sobre o desenvolvimento da burguesia italiana e sua relação com o desenvolvimento dos intelectuais: “[...] os núcleos burgueses italianos, de caráter comunal, tiveram condições de elaborar uma categoria própria de intelectuais imediatos (particularmente o clero), as quais, ao contrário, mantiveram e acresceram seu caráter cosmopolita. Já os grupos burgueses não italianos, através do Estado absolutista, alcançaram esta finalidade muito facilmente, pois absorveram os próprios intelectuais italianos. Esta tradição histórica explica, talvez, o caráter monarquista da burguesia italiana moderna e pode contribuir para uma melhor compreensão do *Risorgimento*” (Gramsci, 2001b, p. 112-113).

pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia urbana” (Gramsci, 2001b, p. 20).

Por outro lado, tal situação não se realiza – pelo menos inicialmente – com relação às classes subalternas, o que pode ser exemplificado e percebido através das análises gramscianas sobre a *Questão meridional*: sua afirmação acerca da lentidão do desenvolvimento dos intelectuais – decorrente da necessidade dos mesmos em generalizar e encontrar uma definição total e universal das experiências – traz a reflexão de que seria absurdo conjecturar a possibilidade não somente de uma rápida formação de intelectuais da classe operária, como também de um deslocamento acelerado de grandes estratos de intelectuais em direção à classe operária. Na opinião de Hugues Portelli, isto explica a grande vulnerabilidade dessas classes, já que a “consciência de classe” de seus intelectuais “[...] pode ser menos elevada e os dirigentes das classes dominantes tentarão permanentemente integrar esses intelectuais à classe política, particularmente através do recurso do transformismo” (Portelli, 1990, p. 85). Este processo reclama, conforme complementa Gramsci, a descoberta de mediações, o estabelecimento de um contato e aliança com outras forças sociais que começavam a se dissociar das vigentes interpretações da questão meridional e a compreender a função do proletariado – sem que este vínculo eliminasse a prevalência, no campo cultural, das próprias posições do proletariado¹¹⁵.

Supor exequível que ele [o intelectual] possa, enquanto massa, romper com todo o passado para se pôr completamente no terreno de uma nova ideologia é absurdo. É absurdo para os intelectuais enquanto massa; e talvez seja absurdo também para muitíssimos intelectuais tomados individualmente, apesar de todos os esforços honestos que eles fazem e querem fazer neste sentido. Ora, os intelectuais nos interessam enquanto massa e não só enquanto indivíduos. Decerto, é importante e útil para o proletariado que um ou mais intelectuais adiram individualmente a seu programa e sua doutrina, confundam-se com o proletariado, tornem-se e se sintam partes integrantes dele. O proletariado, como classe, é pobre de elementos organizativos; não tem e não pode formar um estrato próprio de intelectuais a não ser muito lentamente, de modo muito trabalhoso e só depois da conquista do poder estatal. Mas é também importante e útil que, na massa dos intelectuais, ocorra uma fratura de caráter orgânico, historicamente caracterizada; ou seja, que se crie, como formação de massa, uma tendência de esquerda, no

¹¹⁵ Conforme Gramsci complementa nos *Cadernos*: “[...] este processo de criação de intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos; e, neste processo, a ‘fidelidade’ da massa (e a fidelidade e a disciplina são inicialmente a forma que assume a adesão da massa e a sua colaboração no desenvolvimento do fenômeno cultural como um todo) é submetida a duras provas” (Gramsci, 2002a, p. 104).

significado moderno da palavra, isto é, uma tendência orientada para o proletariado revolucionário. A aliança entre proletariado e massas camponesas exige esta formação; e tanto mais a exige a aliança entre o proletariado e as massas camponesas do Sul (Gramsci, 2004ggg, p. 434-435)¹¹⁶.

Cabe aqui identificar o quanto essas formulações se aproximam das teses sustentadas por Lênin, em *Que Fazer?*, de que a classe operária não reúne, em si, as condições para superar a consciência de classe determinada pelas necessidades prementes das lutas econômicas contra o capital, assim como não consegue enfrentar as manobras de desmobilização impostas pelas classes burguesas, as quais se valem tanto dos meios abertamente repressivos, quanto dos meios de natureza manipulatória, para tentar cooptar as lideranças mais combativas do operariado. Para Lênin (1978a, p. 31-32), a teoria revolucionária é elaborada por intelectuais que possuem consciência das contradições da sociedade em que vivem e da função histórica da classe operária, e que, por isso, ela vem *de fora da relação operário-patrão*, de forma que possa alcançar a visão do vínculo entre todas as classes sociais e das classes com o governo, com o Estado. Para o revolucionário russo, era impossível, naquele momento, tratar “[...] de uma ideologia independente, elaborada pelas próprias massas operárias no curso de seu movimento”, mas isso não significava que os operários não participariam dessa formulação, mas sim que participariam como teóricos do socialismo e não na qualidade de operários, ou seja, “não participam senão na medida em que conseguem adquirir os conhecimentos mais ou menos perfeitos de sua época, e fazê-los progredir”. Para isso, é necessário que os operários se esforcem o máximo possível para elevar o nível da consciência dos operários em geral; é preciso que não se limitem (ou, de forma mais exata, *não sejam limitados*) “ao quadro artificialmente restrito da ‘literatura para operários’, mas que saibam assimilar a literatura para todos”, já que “os próprios operários leem e desejariam ler tudo o que se escreve também para os intelectuais”¹¹⁷. Essa aproximação

¹¹⁶ Pode-se considerar também, neste quadro, as análises feitas por Gramsci nos *Cadernos* acerca dos problemas referentes ao “elo histórico intermediário” existente na “sequência das gerações de ideias” dos grupos subalternos: “Na sequência das gerações (e na medida em que cada geração expressa a mentalidade de uma época histórica), pode acontecer que se tenha uma geração adulta de ideias antiquadas e uma nova geração de ideias infantis, ou seja, que falte o elo histórico intermediário, a geração capaz de educar os jovens. Naturalmente, tudo isto é relativo. Este elo intermediário jamais falta inteiramente, mas pode ser muito fraco “quantitativamente” e, portanto, incapaz materialmente de cumprir sua tarefa. Mais ainda: isto pode acontecer com um grupo social e não com outro. Nos grupos subalternos o fenômeno se verifica mais frequentemente e de modo mais grave, em razão da dificuldade, inerente à condição “subalterna”, de uma continuidade orgânica das camadas intelectuais dirigentes [...]” (Gramsci, 2001a, p. 140).

¹¹⁷ Lênin complementa com a tão importante quanto atual afirmação de que “[...] somente alguns intelectuais (deploráveis) pensam que é suficiente falar ‘aos operários’ da vida da fábrica e repisar aquilo que eles já sabem há muito tempo” (Lênin, 1978a, p. 32).

de Gramsci se afirma mais potencialmente quando o marxista sardo complementa, nos *Cadernos*, a sua já comentada tese de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que se torna crítica ao superar – mesmo que dentro de limites ainda restritos – o senso comum:

O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa; o estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados. No processo, porém, repetem-se continuamente momentos nos quais entre a massa e os intelectuais (ou alguns deles, ou um grupo deles) se produz uma separação, uma perda de contato, e, portanto, a impressão de “acessório”, de complementar, de subordinado. A insistência sobre o elemento “prático” da ligação teoria-prática – após se ter cindido, separado e não apenas distinguido os dois elementos (o que é uma operação meramente mecânica e convencional) – significa que está atravessando uma fase histórica relativamente primitiva, uma fase ainda econômico-corporativa, na qual se transforma quantitativamente o quadro geral da “estrutura” e a qualidade-superestrutura adequada está em vias de surgir, mas não está ainda organicamente formada (Gramsci, 2002a, p. 104-105).

Ou seja, conforme percebemos nas análises de Gramsci, apenas de forma grandiosamente lenta e trabalhosa o proletariado pode desenvolver o seu estrato próprio de intelectuais que contribuirão para a construção de sua hegemonia, podendo, assim, aspirar à direção da sociedade. Mas a hegemonia, cuja conquista deve ser compreendida como um processo, é a superação da contradição entre a prática e a teoria. E como o proletariado não consegue alcançar, durante o seu processo de formação, a consciência de seus próprios interesses e de sua própria função histórica (pois nela ainda persiste a contradição entre a ação e a concepção do mundo que as guia), essa compreensão crítica de si mesmo só será obtida como resultado de todo um processo social onde se articulam as influências e a luta de diferentes hegemonias, o que faz urgir a necessidade de um mediador, um unificador, já que essa unidade entre teoria e ação não se coloca de forma automática.

Era necessário, assim, um “moderno príncipe” (uma alusão ao “*Príncipe*” de *Maquiavel*), que fosse ao mesmo tempo anunciador, organizador e expressão ativa e atuante de uma *reforma intelectual e moral*, capaz de criar condições para “[...] o

desenvolvimento da *vontade coletiva nacional-popular* no sentido da realização de uma forma superior e total da civilização moderna”; ou, em outros termos, para a formação de um grau de consciência capaz de permitir uma iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação, capaz de incidir sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais (Gramsci, 2002b, p. 18, grifo nosso). E esse “moderno príncipe” não poderia ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, mas sim apenas um organismo; “[...] um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma *vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação*”. Já conformado pelo desenvolvimento histórico, esse organismo é o partido político, “[...] a primeira célula na qual sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (Gramsci, 2002b, p.16).

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções do mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção opera-se simultaneamente nos campos prático e teórico, com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias [ou seja, unitárias, que têm dimensão universal], isto é, o crisol da unificação de teoria e prática entendida como processo histórico real [...]. (Gramsci, 2002a, p. 105).

Percebe-se nitidamente o momento de continuidade entre as formulações gramscianas sobre o “moderno príncipe” e a teoria do partido em Lênin. Em Lênin havia uma clara distinção das modalidades de organização e dos objetivos entre partido e organizações operárias (equivalentes ao que denominamos como sindicatos), pois, se por um lado, as organizações operárias estão vinculadas a um nível mais imediato da luta de classes – evidenciado nas lutas econômicas entre patrões e operários, as quais, resultantes de uma práxis particularista e repetitiva, apenas confluíam para uma consciência limitada (ou, nos termos gramscianos, o momento econômico-corporativo) – ; por outro lado o partido, como *organização revolucionária*, está voltado para a luta política mais ampla, de caráter universal, cujo papel se caracteriza nas simultâneas tarefas de promover as “revelações políticas” que explicitem *a todo tempo* o

caráter de classe das diversas lutas sociais¹¹⁸. Da mesma forma, Gramsci indica que a explicitação e o conflito entre interesses corporativos leva, em última instância, à reprodução da formação econômico-social existente; e que a superação dessas divisões corporativas, a conexão desses interesses sociais diversos à interesses sociais universais que transcendam os particularismos¹¹⁹ (ou seja, a passagem para o que Lênin denominou como “consciência que vem de fora”¹²⁰ – ou o *momento ético-político*, para Gramsci) só poderá ser realizada pelo partido, através do qual o proletariado consegue atribuir elementos totalizantes às diversas lutas particulares, e elaborar, de modo homogêneo e sistemático, uma *vontade coletiva nacional-popular*.

Um comerciante não ingressa num partido político para comerciar, nem um intelectual para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra, ainda que alguns aspectos destas exigências de comerciante, do industrial, do camponês possam ser satisfeitos no partido político. [...] Para estas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês encontra seu quadro mais adequado. No partido político, os elementos de um grupo social econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional (Gramsci, 2001b, p. 25).

Ressurge assim a concepção lenineana de que o partido é “[...] o momento da consciência, da síntese crítica, a força organizadora capaz de tornar coesas as massas” (Gruppi, 1980, p. 75). Mas Gramsci qualifica tal teoria ao destacar que esse partido jamais se completa, ou seja, ele nunca está formado de maneira a possuir uma missão precisa e permanente, isto porque cada desenvolvimento cria novos encargos e tarefas, e, para certos partidos, “[...] é verdadeiro o paradoxo de que só se completam e se formam quando já não existam mais, isto é, quando sua existência se tornou historicamente inútil”. Dessa forma, como cada partido é apenas uma nomenclatura de classe – não como uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagindo energeticamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las –, é evidente que, “[...] para o partido que se propõe anular a divisão em classes, sua

¹¹⁸ A esse respeito ver Barboza (2024), capítulo 4.

¹¹⁹ Particularismos estes que são inerentes às variadas demandas coletivas de toda e qualquer sociedade complexa e desenvolvida.

¹²⁰ Conforme nos lembra Carlos Nelson Coutinho (1999), não é uma consciência que venha de fora da ampla práxis totalizante que envolve o conjunto da sociedade, mas sim que vem de fora da práxis econômica.

perfeição e seu acabamento consistem em não existir mais, porque já não existem classes e, portanto, suas expressões” (Gramsci, 2002b, p. 316).

Todavia, é preciso analisar o momento particular desse processo de desenvolvimento, qual seja, o momento em que o partido se torna historicamente “necessário”, “[...] quando as condições de seu ‘trunfo’, de seu inevitável tornar-se Estado estão pelo menos em via de formação e deixam de prever normalmente seus novos desenvolvimentos” (Gramsci, 2002b, p. 316). Nesse momento, é necessária a confluência de três grupos de elementos fundamentais para que torne possível a existência de um partido:

1) Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito altamente criativo e altamente organizativo. [...] Não se nega que cada um desses elementos possa se transformar numa das forças de coesão, mas falamos deles exatamente no momento em que não o são nem estão em condições de sê-lo, e, se o são, apenas o são num círculo restrito, politicamente ineficiente e inconsequente. 2) O elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou pouco mais; este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e também (ou melhor, talvez por isso mesmo) inventiva, se se entende inventiva numa certa direção, segundo certas linhas de força, certas perspectivas, certas premissas. [...] 3) Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só “físico”, mas moral e intelectual (Gramsci, 2002b, p. 316-317).

A existência, ainda que em estado disperso e errante, do segundo elemento (cujo nascimento está ligado à existência das condições materiais objetivas), garante a formação dos outros dois elementos (isto é, “o primeiro que necessariamente forma o terceiro como sua continuação e seu meio de expressão”) e evita a destruição do partido por “meios normais” (Gramsci, 2002b, p. 317).

Pode-se crer que Gramsci desenvolve esta teoria da estrutura interna do Partido tendo como experiência a situação do PCI durante os anos de repressão fascista, tal como expressou nas suas notas preliminares redigidas, antes de sua prisão, para o informe apresentado ao Comitê Central do Partido, em 11 de agosto de 1926. Nesta oportunidade, Gramsci ressalta que, nas condições de opressão e de controle representadas pela política fascista, os resultados da tática do partido não poderiam ser mensuráveis estatisticamente na escala das grandes massas; e que, com o término desse

período repressivo e a possibilidade de reagrupamento do exército de filiados, a transformação do PCI num grande partido de massas só seria possível caso se tivesse conseguido manter um estrato dotado de coesão orgânica e de unidade política¹²¹.

Voltando à analogia feita nos *Cadernos*, é mais fácil formar um exército do que formar capitães, tendo em vista que “[...] um exército já existente é destruído se faltam os capitães, ao passo que a existência de um grupo de capitães, harmonizados, de acordo entre si, com objetivos comuns, não demora a formar um exército até mesmo onde ele não existe” (Gramsci, 2002b, p. 316). Ou seja, por si só, os “capitães” não formam o partido, mas, para essa formação, os capitães têm uma utilidade maior do que os “estratos inferiores”, já que estes últimos (“essenciais”, porém não “suficientes” para a existência do partido) só se constituem como uma força “na medida em que existe quem os centraliza, organiza e disciplina”; isto é, na ausência dessa força de coesão, “eles se dispersariam e se anulariam numa poeira impotente” (Gramsci, 2002b, p. 316)¹²². Mais além, em virtude do número restrito deste segundo elemento (os “capitães”, o núcleo dirigente), sua destruição é mais fácil do que a dos demais, o que exige que o mesmo deixe como herança, caso seja destruído, um fermento a partir do qual poderá voltar a se formar – fermento este que, indubitavelmente, subsiste e se forma de melhor maneira no primeiro e no terceiro elementos, que, “evidentemente, são os mais homogêneos em relação ao segundo” (Gramsci, 2002b, p. 317-318).

Ao considerarmos estes aspectos, podemos argumentar que o privilégio orgânico concedido por Gramsci ao núcleo dirigente se explica pelo fato de que, assim como Lênin (mas com uma ênfase qualificada), o comunista sardo compreende o partido de vanguarda da classe operária não como uma agregação amorfa de interesses corporativos, mas como um todo coeso e estruturado – condição esta indispensável para que o partido operário possa se tornar organizador e expressão de uma vontade

¹²¹ Neste documento, Gramsci analisa: “Em todo partido, mas sobretudo nos partidos democráticos e social-democráticos, nos quais o aparelho organizativo é bastante fraco, existem três estratos: a) o estrato superior, muito restrito, que é habitualmente constituído por parlamentares e por intelectuais estreitamente ligados, com frequência, à classe dominante; b) o estrato inferior, constituído por operários, camponeses e pequenos burgueses urbanos, como massa partidária e como população influenciada pelo partido; c) um estrato intermediário que, na atual situação, tem uma importância ainda maior do que aquela de que desfrutava em períodos normais, na medida em que, frequentemente, constituiu o único estrato ativo e politicamente vivo de tais partidos (Gramsci, 2004zz, p. 369).

¹²² É importante ressaltar, assim como adverte Coutinho (1999, p. 177), que essa diferença entre os três elementos fundamentais para a existência do partido não é concebida por Gramsci ao modo da “teoria das elites” de Mosca e Pareto, ou seja, como uma divisão “eterna” entre indivíduos superiores e inferiores; mas sim em polémica a tais teorias, já que Gramsci “não só prevê uma grande mobilidade interna no partido”, mas, a longo prazo, “crê que seja tarefa do partido eliminar a própria diferença entre governantes e governados, no processo de dissolução do Estado nas organizações da “sociedade civil”.

coletiva. Ademais, Gramsci coloca que, para conquistar a democracia no Estado, quase sempre é necessário um partido fortemente centralizado, cuja centralização deve considerar o fato de que, nos partidos populares, “[...] a educação e o ‘aprendizado’ político se verificam em grande parte através da participação ativa dos seguidores na vida intelectual – discussões – e organizativa dos partidos” (Gramsci, 2002b, p. 157).

A “organicidade” só pode ser a do centralismo democrático, que é um “centralismo” em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é “orgânico” porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia; e, ao mesmo tempo, leva em conta o que é relativamente estável e permanente ou que, pelo menos, move-se numa direção fácil de prever etc. Este elemento de estabilidade no Estado encarna-se no desenvolvimento orgânico do núcleo central do grupo dirigente, tal como ocorre em escala mais restrita na vida dos partidos. [...] Nos partidos que representam grupos socialmente subalternos, o elemento de estabilidade é necessário para assegurar a hegemonia não a grupos privilegiados, mas aos elementos progressistas, organicamente progressistas em relação a outras forças afins e aliadas, mas heterogêneas e oscilantes (Gramsci, 2002b, p. 91).

Gramsci não desconsidera os riscos de que um partido centralizado perca o caráter democrático do seu centralismo e assuma, contrariamente, os traços de um “centralismo burocrático”. Em virtude da complexidade progressiva da atividade política, “[...] os líderes dos partidos se tornam cada vez mais profissionais e devem ter noções cada vez mais amplas, um tato, uma prática burocrática e, frequentemente, uma esperteza cada vez mais ampla”, o que acaba por afastar, cada vez mais, os dirigentes em relação às massas, “[...] dando margem à flagrante contradição que se manifesta nos partidos avançados entre as declarações e as intenções democráticas e a realidade oligárquica” (Gramsci, 2002b, p. 166). Mas as questões relacionadas com democracia e oligarquia têm um significado preciso, que é dado pela diferença de classe entre líderes e seguidores: quando numa organização existe divisão de classe (como nos sindicatos e nos partidos socialdemocratas italianos), a questão torna-se política, ou seja, “[...] adquire um valor real e não mais apenas de esquematismo sociológico”; por outro lado, quando na organização não existe diferença de classe, “[...] a questão torna-

se puramente técnica [...] de divisão do trabalho e de educação” (Gramsci, 2002b, p. 166-167).

Pode-se melhor compreender essa discussão gramsciana ao associá-la com as suas formulações acerca da dialética “espontaneidade/direção consciente”. Convicto de que a ação política tende, precisamente, a fazer com que as multidões saiam da passividade, Gramsci ressalta que um elemento que conduz, na arte política, ao abalo dos velhos esquemas naturalistas e sua “espontaneidade” (a utilização de lei estatística como lei essencial, operando de modo fatalista) é a substituição, na função dirigente, dos indivíduos singulares, dos chefes individuais (ou carismáticos), por organismos coletivos (os partidos):

Com o crescimento dos partidos de massa e com a sua adesão orgânica à vida mais íntima (econômico-produtiva) da própria massa, o processo de standardização dos sentimentos populares, que era mecânico e casual (isto é, produzido pela existência ambiente de condições e pressões similares), torna-se consciente e crítico. O conhecimento e o julgamento da importância de tais sentimentos jamais ocorrem, por parte dos chefes, através de intuições baseadas na identificação de leis estatísticas, isto é, por via racional e intelectual, frequentemente ilusórias – que o chefe traduz em ideias-forças, em palavras-forças –, mas ocorre, por parte do organismo coletivo, através da “coparticipação ativa e consciente”, da “copassionalidade”, da experiência dos detalhes imediatos [...]. Assim, forma-se uma estreita ligação entre massa, partido e grupo dirigente; e todo o conjunto, bem articulado, pode se movimentar como um “homem-coletivo” (Gramsci, 2002a, p. 148).

Ou seja, no mundo contemporâneo, a standardização do modo de pensar e de atuar assume dimensões nacionais ou até mesmo continentais, e se, no passado, esse “homem-coletivo” existia sob a forma de direção carismática, ou melhor, “obtinha-se uma vontade coletiva sob o impulso e a sugestão imediata de um ‘herói’, de um homem representativo”, uma vontade coletiva devida a fatores extrínsecos, compondo-se e decompondo-se continuamente; no mundo contemporâneo, contrariamente, o homem-coletivo “forma-se essencialmente de baixo para cima, à base da posição ocupada pela coletividade no mundo da produção” (grandes fábricas, taylorização, racionalização etc.) (Gramsci, 2002b, p. 260)¹²³. Este quadro deixa em

¹²³ Segundo Gramsci, isso não significa que, também no mundo contemporâneo, o homem-representativo não tenha uma função na formação do homem-coletivo, mas sim que essa função é muito inferior à do passado, “[...] tanto que ele pode desaparecer sem que o cimento coletivo se desfça e a construção desabe” (Gramsci, 2002b, p. 260). Cabe destacar, também, como Gramsci ressalta a necessidade de se compreender “[...] como cada indivíduo singular conseguirá incorporar-se no homem-coletivo e como ocorrerá a pressão educativa sobre cada um obter

voga como o “momento cultural” é importante também na atividade prática (coletiva), pois tendo em vista que a cultura, em seus vários níveis, “[...] unifica uma maior ou menor quantidade de indivíduos em estratos numerosos, mais ou menos em contato expressivo, que se entendem entre si em diversos graus etc.” (Gramsci, 2002a, p. 398); todo ato histórico, então, não pode deixar de ser realizado pelo homem-coletivo, isto é,

[...] pressupõe a conquista de uma unidade “cultural-social” pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção de mundo (geral e particular, transitoriamente operante – por meio da emoção – ou permanente, de modo que a base intelectual esteja tão enraizada, assimilada e vivida que possa se transformar em paixão). (Gramsci, 2002a, p. 399).

Entretanto, cabe lembrar que “a história das classes subalternas” tem o elemento da *espontaneidade* como característica, ou melhor, a *espontaneidade* se mostra presente nos elementos mais marginais e periféricos destas classes, que não alcançaram a consciência de classe “para si”, e que, por isto, não percebem a importância da sua história e muito menos o valor em se deixar traços documentados dessa história (Gramsci, 2002b, p. 194); o que faz emergir a necessidade de saber se as vontades coletivas deverão ou não estar em oposição a esses sentimentos “espontâneos” das massas¹²⁴. Neste sentido, se por um lado Gramsci critica o fetichismo da espontaneidade e afirma a necessidade de uma luta cotidiana e persistente que efetive uma direção consciente aos movimentos espontâneos – ou melhor, que dê a esses movimentos uma síntese político-intelectual capaz de superar e transformar os elementos de corporativismo em algo universalizante, em algo homogêneo que seja capaz de gerar uma ação eficaz e duradoura – ; por outro, o marxista sardo não acredita que essa vontade coletiva possa ser gerada “pelo alto”, por uma “elite-aristocracia-vanguarda” que se assemelhe a uma “[...]‘coletividade indistinta e caótica’, sobre a qual

seu consenso e sua colaboração, transformando em ‘liberdade’ a necessidade e a coerção”. Neste sentido, Gramsci discute a urgência de se ampliar o conceito do “direito”, incluindo nele “[...] aquelas atividades compreendidas na fórmula ‘indiferente jurídico’ e que são de domínio da sociedade civil, que atua sem ‘sanções’ e sem ‘obrigações’ taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade etc. (Gramsci, 2002a, p. 23-24).

¹²⁴ “Espontâneos”, segundo Gramsci, no sentido de que “[...] não se devem a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, mas que se formaram através da experiência cotidiana iluminada pelo ‘senso comum’, ou seja, pela concepção tradicional popular do mundo, aquilo que muito pedestremente se chama de ‘instinto’ e que, ele próprio, é somente uma conquista histórica primitiva e elementar” (Gramsci, 2002b, p. 196-197).

– pela graça de um misterioso espírito santo, ou de qualquer outra deidade oculta misteriosa e metafísica – caia a graça da inteligência, da capacidade, da educação, da preparação técnica etc.” (Gramsci, 2001b, p. 231), pois, ao funcionar dessa maneira, estaria refletindo-se, em pequena escala,

[...] o que ocorria em escala nacional, quando o Estado era concebido como algo abstraído da coletividade dos cidadãos, como um pai eterno que tinha pensado em tudo, providenciado tudo etc.; daí decorre a ausência de uma democracia real, de uma real vontade coletiva nacional e, portanto, em face dessa passividade dos indivíduos, a necessidade de um despotismo mais ou menos aberto da burocracia (Gramsci, 2001b, p. 232).

Sendo assim, este elemento de “espontaneidade” não deve ser negligenciado, nem desprezado, mas sim “*educado*, orientado, purificado”, para que possa torná-lo homogêneo de forma real, viva e historicamente eficiente; ou seja, deve-se elevar os movimentos ditos “espontâneos” a um plano superior, “inserindo-os na política”, realizando assim um momento de *síntese* “disciplinadora” e de *mediação* político-universal – tarefa esta (de unidade entre movimento de massa e direção consciente) que se configura como central para aquele partido que é concebido por Gramsci como um partido de massas (Gramsci, 2002b, p. 196 e 197)¹²⁵.

A coletividade não deve ser compreendida como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares, mas sim como “[...] produto de uma elaboração de vontade e pensamentos coletivos, obtidos através do esforço individual concreto”, o que justifica a obrigação da disciplina interior, e não apenas daquela exterior e mecânica (Gramsci, 2001b, p. 232). Mais além, tendo em vista que, com a palavra *disciplina*, costuma-se entender uma relação continuada e permanente entre governantes e governados que realiza uma vontade coletiva, Gramsci investe no esforço de esclarecer que a disciplina deve ser compreendida “não como acolhimento servil e passivo de ordens, como execução mecânica de uma tarefa [...], mas como uma assimilação consciente e lúcida da diretriz a realizar”. Dessa forma, a disciplina não

¹²⁵ Conforme esclarece o revolucionário italiano, a renúncia a fornecer uma direção consciente a esses “movimentos espontâneos” pode gerar consequências extremamente graves: “ocorre quase sempre que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado. Entre as causas eficientes destes golpes de Estado deve-se pôr a renúncia dos grupos responsáveis a dar uma direção consciente aos movimentos espontâneos e, portanto, a torná-los um fator político positivo” (Gramsci, 2002a, p. 197).

anula a liberdade e a personalidade em sentido orgânico, “[...] mas apenas limita o arbítrio e a impulsividade irresponsável, para não falar da fátua vaidade de sobressair”; e, conseqüentemente, a questão da “personalidade e liberdade” se apresenta não em razão da disciplina, mas da “origem do poder que ordena a disciplina” (Gramsci, 2002b, p. 309).

Se esta origem for “democrática”, ou seja, se a autoridade for uma função técnica especializada e não um “arbítrio” ou uma imposição extrínseca e exterior, a disciplina é um elemento necessário de ordem democrática, de liberdade. Será o caso de dizer “função técnica especializada” quando a autoridade se exercer num grupo homogêneo socialmente (ou nacionalmente); quando se exercer em termos de um grupo sobre o outro grupo, a disciplina será autônoma e livre para o primeiro, mas não para o segundo (Gramsci, 2002b, p. 309).

O enorme valor político (isto é, de direção política) da disciplina interna de um partido – e, portanto, o valor de critério que tem tal disciplina para avaliar a força de expansão dos diversos partidos – nasce do fato de que, “nos partidos, a necessidade já se tornou liberdade” (Gramsci, 2002b, p. 267)¹²⁶. Na correta interpretação de Togliatti (1980, p. 216), Gramsci concebe que a adesão ao partido e a construção dos partidos são atos de liberdade pois, ao entrar no partido e lutar em fileiras, o trabalhador começa a se libertar “[...] da condição puramente objetiva, individual, econômico-natural de sua existência e de sua vida como cidadão. Sua atividade se torna criação, cultura, construção consciente de um mundo novo”. Assim, para Gramsci, a função hegemônica ou de direção política dos partidos pode ser avaliada pelo desenvolvimento da vida interna dos próprios partidos, o qual, por sua vez, nos fornece critérios determinantes de distinção:

[...] quando o partido é progressista, funciona “democraticamente” (no sentido de um centralismo democrático); quando o partido é reacionário, funciona “burocraticamente” (no sentido de um centralismo burocrático). Neste segundo caso, o partido é puro executor, não deliberante: ele, então, é tecnicamente um órgão de

¹²⁶ Gramsci (2002b, p. 267) complementa afirmando que, deste ponto de vista, os partidos podem ser considerados escolas da vida estatal: “Se o Estado representa a força coerciva e punitiva de regulamentação jurídica de um país, os partidos, representando a adesão espontânea de uma elite a tal regulamentação, considerada um tipo de convivência coletiva para a qual toda a massa deve ser educada, devem mostrar em sua vida particular interna terem assimilado, como princípios de conduta moral, aquelas regras que no Estado são obrigações legais”

polícia e seu nome partido político é uma pura metáfora de caráter mitológico (Gramsci, 2002b, p. 308)¹²⁷

No exame de todos esses elementos, não se torna difícil compreender a conclusão gramsciana de que, na construção dos partidos, é preciso basear-se num caráter “monolítico” e não em questões secundárias, ou seja, atentar-se na necessidade de existência de uma “*homogeneidade* entre dirigentes e dirigidos, entre líderes e massa” (Gramsci, 2002b, p. 329, grifo nosso). Mais além, é importante percebermos que a *distinção de dirigentes e dirigidos, de governantes e governados*, configura-se como o “primeiro elemento”, o “ponto de partida” do qual Gramsci desenvolve não somente toda a sua teoria do partido político (sua função e estrutura interna), mas também as mais importantes determinações de sua teoria crítica da política¹²⁸. De forma contraposta ao “caráter eterno” que a distinção entre governantes e governados assumiu na “teoria das elites”, Gramsci insiste no “caráter histórico” desta distinção, afirmando que a mesma possui uma matriz última na divisão da sociedade em classes (um fato que nem sempre existiu e que nada garante que sempre existirá), e que, portanto, deverá *desaparecer* no tempo, na medida em que a sociedade vier a superar essa divisão em classes antagônicas, ou, mais precisamente, na “sociedade regulada” (comunista), quando conseqüentemente estará eliminada a divisão entre governantes e governados.

Todavia, se as origens desse fato primordial (a existência efetiva de governantes e governados) constituem um problema em si que pode e deve ser estudado em si (de maneira a encontrar a forma de fazê-lo desaparecer), isso não elimina a situação de que

¹²⁷ Nas análises de Coutinho (1999, p. 178-179), “Gramsci, provavelmente, tinha em vista, ao formular essa observação, o Partido Nacional Fascista; mas não é de excluir que ele pensasse também nos traços novos que o Partido Comunista da URSS ia assumindo depois, sobretudo, da involução stalinista de 1928-1929. Também nesse caso, graças à identificação rígida entre partido e Estado (criticada [...] por Gramsci) e ao caráter repressivo assumido em sua vida interna, o PCUS tornou-se muito mais um executante do que um deliberador; e o centralismo democrático, teorizado e quase sempre aplicado por Lênin, foi claramente substituído por um centralismo de tipo burocrático-autoritário. Ou seja: o PCUS assumiu precisamente os traços que Gramsci critica duramente em suas notas”. Dentre várias passagens nos *Cadernos*, podemos exemplificar tais formulações de Gramsci com o seguinte parágrafo: “O predomínio do centralismo burocrático no Estado indica que o grupo dirigente está saturado, transformando-se num grupelho estreito que tende a criar seus mesquinhos privilégios, regulamentando ou mesmo sufocando o surgimento de forças contrastantes mesmo que estas forças sejam homogêneas aos interesses dominantes fundamentais (por exemplo, nos sistemas radicalmente protecionistas em luta com o liberalismo econômico)” (Gramsci, 2002b, p. 91).

¹²⁸ “Deve-se mesmo dizer que os primeiros a ser esquecidos são exatamente os primeiros elementos, as coisas mais elementares; estes, por outro lado, repetindo-se infinitas vezes, transformam-se nos pilares da política e de qualquer ação coletiva. Primeiro elemento é que existem efetivamente governados e governantes dirigentes e dirigidos” (Gramsci, 2002b, p. 324). Coutinho (1999, p. 80) ressalta que, por seu caráter abstrato e de ponto de partida – a exigir um desdobramento (concretização) dialético e histórico –, a “célula” da política apontada por Gramsci (a existência de governantes e governados, de dirigentes e dirigidos) exerce uma função metodologicamente análoga à da mercadoria em *O capital* de Marx, pois foi a partir da mercadoria e de suas determinações que o fundador do socialismo elaborou “[...] as categorias mais complexas e ricas de sua crítica da economia política, entre as quais a do capital como relação social”.

essa existência de dirigentes e dirigidos, de governantes e governados, ainda permanece nesta sociedade, o que traz a necessidade de se descobrir, por um lado, a maneira que “[...] se pode dirigir de modo mais eficaz (dados certos fins) e como, portanto, preparar da melhor maneira os dirigentes”; e, por outro lado, como conhecer “as linhas de menor resistência ou racionais para obter a obediência dos dirigidos ou governados” (Gramsci, 2002b, p. 325)¹²⁹. Ou seja, estabelecido o princípio de que existem dirigidos e dirigentes, governados e governantes, os partidos tornam-se o modo mais adequado para elaborar os dirigentes e a capacidade de direção¹³⁰, o que acarreta na necessidade de que a formação dos dirigentes se guie pela seguinte premissa fundamental:

[...] pretende-se que sempre existam governados e governantes ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições? Entretanto, deve-se ter claro que a divisão entre governantes e governados, ainda que em última análise se refira a uma divisão de grupos sociais, existe também, sendo as coisas como são, no seio de cada grupo, mesmo socialmente homogêneo; pode-se dizer, em certo sentido, que esta divisão é uma criação da divisão do trabalho, é um fato técnico. Especulam sobre esta coexistência de motivos todos que veem em tudo apenas “técnica”, necessidade “técnica” etc., para não se proporem o problema fundamental (Gramsci, 2002b, p. 325).

Conforme elucida Luciano Gruppi (1980, p. 75), “[...] enquanto a atual sociedade é caracterizada pela distinção e pela oposição entre governantes e governados, deve-se tender a uma sociedade plenamente unificada, não mais antagonista, fundada sobre o autogoverno”. Porém, na percepção gramsciana, “[...] essa unidade entre governantes e governados já deve ser realizada no partido, elevando-se assim todos os aderentes do partido à qualidade de dirigentes, à qualidade de quadros”. Esta acepção se torna mais nítida com a afirmação de Gramsci de que “todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais”, haja vista que, independente da necessária distinção de graus (uma distinção que é apenas quantitativa, e nunca qualitativa), o mais importante não é o nível de erudição

¹²⁹ Coutinho (1994, p. 110) destaca que essas formulações permite a Gramsci “[...] desenvolver uma *démarche* teórica que introduz novas determinações nos conceitos de coerção e consenso, as quais enriquecem as reflexões clássicas sobre o tema”.

¹³⁰ “[...] os ‘partidos’ podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de ‘negação dos partidos’; na realidade, até os chamados ‘individualistas’ são homens de partido, só que gostariam de ser ‘chefes de partido’ pela graça de Deus ou da imbecilidade dos que os seguem” (Gramsci, 2002b, p. 326).

de cada membro do partido, mas sim a função que exercem por meio do partido, função esta que é “diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual” (Gramsci, 2001b, p. 25). Ou seja, o desempenho de diferentes funções “intelectuais” na sociedade e no partido nunca deve justificar hierarquias ou divisão de classes nessa sociedade e nesse partido.

Da mesma forma pode-se analisar as formulações gramscianas sobre o que se torna o partido político em relação ao problema dos intelectuais (da distinção dos intelectuais como categoria orgânica ou como categoria tradicional). Primeiramente, Gramsci (2001b, p. 24) afirma que, para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que “[...] o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos”, que assim se formam e não podem deixar de formar-se, “[...] dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva”. Todavia, para todos os grupos, pode-se dizer que o partido político é o mecanismo “[...] que proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais”, função esta que é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, qual seja, elaborar os próprios componentes (elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”) até transformá-los “[...] em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política”.

Assim, pode-se dizer que o partido político, no seu âmbito, “desempenha sua função muito mais completa e organicamente do que, num âmbito mais vasto, o Estado desempenha a sua”, tendo em vista que um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social “[...] confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo, liga-se estreitamente ao grupo, o que, através da participação na vida estatal, ocorre apenas mediocrementemente ou mesmo nunca” (Gramsci, 2001b, p. 24).

Não por menos, é no quadro dessas reflexões que Palmiro Togliatti afirma que, na doutrina do partido, “[...] culminam todas as pesquisas históricas, políticas e filosóficas” gramscianas, e que, neste marco, Gramsci concebeu o partido da classe operária “[...] como intelectual coletivo que dirige a luta pela conquista do poder e se serve do poder político para organizar uma nova sociedade” (Togliatti, 1980, p. 179).

Ademais, Togliatti ressalta que, mesmo nas condições em que a classe operária já se tenha tornado classe dirigente e trabalha para a edificação de um novo ordenamento social, “[...] a presença e a atividade do partido são indispensáveis, enquanto momentos da direção consciente de um processo complicado, por vezes difícil, do qual são protagonistas as grandes massas trabalhadoras” (Togliatti, 1980, p. 216)¹³¹.

Porém, cabe destacar que Gramsci está longe de ser um absolutizador do momento partidário, de forma a querer resolver no “moderno príncipe” toda a sociedade. De acordo com as análises de Ingrao (1980, p. 154), o partido político operário é visto por Gramsci, em suas anotações carcerárias, “[...] como o centro de uma ampla rede de instituições sociais e políticas, mediante as quais se realiza a entrada em cena de uma *classe e seus aliados*, isto é, de forças sociais, de massas”. Essa concepção dá o máximo destaque ao momento ideológico, cultural, ao momento da intervenção crítica, ao sujeito revolucionário, ou seja, à consciência; e, ao dirigir a atenção “[...] aos aparelhos de hegemonia, às ideologias, à fenomenologia dos partidos políticos”, Gramsci destina-se assim, “[...] a apreender nessas formas históricas a dialética das classes, a indagar sobre como se pode realizar o amadurecimento de uma nova relação entre os ‘simples’ e a política”.

Mostra-se, assim, e de forma mais clara, não somente o estreito vínculo entre a função político-partidária (ou de membro do partido político) e a função intelectual contida nas formulações gramscianas (considerando a convergência entre atividade organizativa e atividade intelectual), mas também a ênfase qualitativa que a teoria do comunista italiano imprime na sua relação de continuidade com os “clássicos”. O partido “moderno príncipe” é concebido não apenas como *forma-embrião do Estado*, mas como um momento importante, ou melhor, um importante *instrumento* da

¹³¹ É neste quadro que Togliatti, como herdeiro de Gramsci, trabalhou aquilo que este último não pôde formular de modo claro em seu tempo: uma teoria explícita do pluralismo socialista em resposta ao problema do partido dirigente único e da estrutura política correspondente (defendido pela concepção stalinista e totalitária do partido e da sociedade socialista em geral). Conforme destaca Togliatti, “consideramos possível e necessária, nas condições com que nos defrontamos a pluralidade de partidos políticos durante a construção de uma sociedade nova. [...] O motivo de fundo de nossas pesquisas e elaborações está na consciência, por um lado, das complicadas diferenciações políticas e sociais que são próprias de sociedades capitalistas muito desenvolvidas e com tradições democráticas; e, por outro, está na consciência do novo prestígio, cada vez maior, que estão adquirindo os princípios e os programas do socialismo. Enquanto houve um momento em que se podia pensar que só poderiam se orientar no sentido do socialismo as vanguardas da classe operária, hoje esse processo se realiza em amplos estratos de massas trabalhadoras e até mesmo de camadas médias e da camada intelectual. Portanto, existem amplas e novas possibilidades de extensão do campo das forças políticas que aceitam, ainda que sob formas diversas, uma perspectiva socialista, e que, evidentemente, não podem pertencer todas a um mesmo partido. É uma situação do tipo daquela referida por um clássico de nossa doutrina, que escreveu que – quando conseguíssemos afastar da adesão passiva à ordem burguesa parcela das massas camponesas e das camadas médias – então a própria questão da ditadura do proletariado deveria se colocar de modo diverso” (Togliatti, 1980, p. 216-217).

construção de hegemonia – considerando a nova maneira que esta hegemonia se coloca nas sociedades ocidentais “complexas”, tal como Gramsci pode perceber utilizando-se do exemplo italiano. Para que as classes subalternas se elevem à condição de classes dirigentes e deixem de sofrer passivamente a hegemonia das velhas classes dominantes, é imprescindível que o “moderno príncipe” lute pela difusão de uma “nova cultura” de forma a criar condições para que as classes subalternas logrem êxito na conquista da hegemonia, do consenso e da direção político-ideológica antes mesmo da tomada do poder.

Ademais, a supressão da apropriação grupista (burocrática) dos mecanismos de poder tem como condição fundamental não apenas a eliminação da apropriação privada dos meios de produção das riquezas materiais, mas também a eliminação da apropriação privada ou elitista do saber e da cultura, o que também demonstra o papel decisivo inculcado à “reforma intelectual e moral” no tocante à luta pelo fim da divisão entre governantes e governados. Nas palavras do próprio Gramsci, uma das necessidades inerentes a todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo consiste em:

[...] trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus “espartilhos”. Esta [...] necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época (Gramsci, 2002a, p. 110).

Mas as transformações ocorridas no pós-guerra e no pós-Revolução de Outubro colocaram novas questões para os intelectuais, pois a quebra do aparato hegemônico tornou muito dificultoso o exercício da hegemonia nessa sociedade, exigindo a concepção de novas estratégias e novas formas de luta. Embora permaneça intacta, a função dos grandes intelectuais encontra um ambiente muito mais difícil para se afirmar e se desenvolver, e, para continuarem mantendo a sua função de direção, “[...] o grande intelectual deve também mergulhar na vida prática, tornar-se um organizador dos aspectos práticos da cultura”; ou seja, “deve democratizar-se, ser mais atual”, tendo em vista que “[...] o homem do renascimento não mais é possível no mundo moderno, quando participam da história, ativa e diretamente, massas humanas cada vez maiores” (Gramsci, 2002a, p. 434). Essa organicidade dos novos intelectuais

está relacionada, principalmente, à sua profunda vinculação com a cultura, a história e a política das classes subalternas que se organizam para construir uma nova civilização.

[...] a organicidade de pensamento e solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social (Gramsci, 2002a, p. 100).

Gramsci argumentava que, na Itália, os intelectuais não saíam do povo – ainda que acidentalmente alguns deles fossem de origem popular. Isto é, excetuando-se à sua retórica, os intelectuais estavam afastados do povo, não se sentiam ligados ao povo, “não o conhecem e não sentem suas necessidades, suas aspirações e seus sentimentos difusos”. Os intelectuais italianos ligavam-se a uma tradição de casta, “que jamais foi quebrada por um forte movimento político popular ou nacional vindo de baixo”; ou seja, em face do povo, os intelectuais italianos eram “algo destacado, solto no ar [...], uma casta e não uma articulação (com funções orgânicas) do próprio povo” (Gramsci, 2002d, p. 42 e 43)¹³². Mas, sem a “conexão sentimental” entre intelectuais e povo-nação, não é possível realizar a política-história. Se por um lado, “o elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe”; por outro, “o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’”; e deste ponto progride o erro do intelectual em acreditar que “se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber)” (Gramsci, 2002a, p. 221).

Ou seja, quando distinto e destacado do povo-nação, o intelectual não pode ser um intelectual (ao contrário do que ele acredita), mas apenas um mero pedante, pois é preciso que ele sinta as paixões elementares do povo, não somente “compreendendo-as e, portanto, explicando-as e justificando-as em determinada situação histórica”, como também “relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente

¹³² Direcionando suas críticas à Benedetto Croce, Gramsci (2002a, p. 284) afirma: “O que importa a Croce é que os intelectuais não se rebaixem ao nível das massas, mas compreendam que uma coisa é a ideologia, instrumento prático para governar, e outra é a filosofia e a religião, que não deve ser prostituída na consciência dos próprios sacerdotes. Os intelectuais dever ser governantes e não governados, construtores de ideologias para governar os outros e não charlatães [sic] que se deixem picar e envenenar pelas próprias serpentes”.

elaborada, com o saber”; nexos este que, caso permaneça inexistente, faz com que as relações do intelectual com o povo-nação sejam (ou se reduzam a) “relações de natureza puramente burocrática e formal”, motivo pelo qual os intelectuais se tornam uma casta ou um sacerdócio – ou, em outros termos, representam apenas um “centralismo orgânico” (Gramsci, 2002a, p. 222).

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única força que é força social; cria-se o “bloco histórico” (Gramsci, 2002a, p. 222).

Rompendo com a concepção de intelectual “superior” e separado, com a concepção do filósofo como “detentor da verdade” e guia da *polis*, Gramsci explicita a relação recíproca transformadora entre “circunstâncias” e educação já apontada por Marx na III *Tese sobre Feuerbach*¹³³, aprofundando essa inseparável relação dialética entre estrutura e superestrutura, entre o que está dado e a iniciativa dos sujeitos organizados, ou melhor, entre intelectual e mundo circunstancial, de forma a gerar um processo de subjetivação ético-política que caracteriza a construção do conhecimento e a prática de ensino-aprendizagem coletivo (uma “catarse” pessoal e social).

Ao reconhecer a relação de reciprocidade entre sujeitos que, simultaneamente, aprendem e ensinam¹³⁴, e o caráter dialético do exercício da intelectualidade (como função da inteira coletividade), Gramsci determina que “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, e esta última não pode ser limitada às relações especificamente “escolares”¹³⁵, mas sim como existente “[...] em toda a

¹³³ “A doutrina materialista sobre a alteração das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são alteradas pelos homens e que o próprio educador deve ser educado. Ela deve, por isso, separar a sociedade em duas partes – uma das quais é colocada acima da sociedade. A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como *práxis revolucionária*” (Marx, 1977, p. 12).

¹³⁴ Conforme destaca Gramsci, a moderna concepção da doutrina e da prática pedagógicas concebe a relação entre professor e aluno como uma relação ativa, [...] de vinculações recíprocas, e que, portanto, todo professor é sempre aluno e todo aluno, professor” (Gramsci, 2002a, p. 399).

¹³⁵ Nas palavras do revolucionário sardo, através das práticas “escolares”, “[...] as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, ‘amadurecendo’ e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior” (Gramsci, 2002a, p. 399). É importante ressaltar que apesar de Gramsci considerar que a escola não é o *único* espaço que contribui para a formação dos intelectuais, não elimina o caráter necessário da mesma, haja vista a sua profunda preocupação em recriá-la profundamente. A esse respeito, cf. Gramsci (2001b, p. 13-53).

sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos” (Gramsci, 2002a, p. 399). Compreende-se assim que a fábrica, o partido, a atividade política, a participação nas organizações, nos movimentos sociais e culturais etc., também se configuram como espaços que contribuem na tarefa de formação de intelectuais. Desta forma, Gramsci afirma que “[...] a personalidade histórica de um filósofo individual é também dada pela relação ativa entre ele e o ambiente cultural que quer modificar, ambiente que reage sobre o filósofo e, obrigando-o a uma permanente autocrítica, funciona como ‘professor’” (Gramsci, 2002a, p. 399-400)¹³⁶.

Nestes marcos, pode-se compreender como, em Gramsci, o novo princípio educativo e a base formativa do intelectual orgânico são formados pela interconexão do mundo do trabalho com o universo da ciência, com as humanidades e a visão política de conjunto. Compreendendo a economia, a política, a cultura e a filosofia como partes orgânicas e inseparáveis da mesma realidade, Gramsci está convencido de que uma elevação civil das camadas mais baixas não pode existir sem “[...] uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico”; e, sendo assim, a reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica, pois, na realidade, este último “é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (Gramsci, 2002b, p. 19).

Ou seja, embora os grupos subalternos sejam mantidos à margem das estruturas econômicas e políticas dominantes, é por meio de um complexo processo de criação das bases materiais de uma nova ordem (criação esta ocorrida por imposição e através do próprio sofrimento), que estes grupos subalternos podem (e devem) “[...] encontrar o sistema de vida ‘original’ [...] a fim de transformarem em ‘liberdade’ o que é hoje ‘necessidade’” (Gramsci, 2001a, p. 280). Quando as classes subalternas conseguirem alcançar o acesso ao trabalho e ao conhecimento, não apenas aumentará a produtividade, como também se lançarão as bases concretas para “reconstruir o

¹³⁶ É neste sentido que parte a afirmação gramsciana de que a criação de condições políticas necessárias para a realização da relação professor-discípulo no sentido mais geral é o que possibilita realizar “historicamente” um novo tipo de filósofo, aquele que se pode denominar como “filósofo democrático”, isto é, o “[...] filósofo consciente de que sua personalidade não se limita à sua individualidade física, mas é uma relação social ativa de modificação do ambiente cultural” (Gramsci, 2002a, p. 400).

mundo economicamente de modo unitário”, de forma que essas classes possam existir e se desenvolver, ao invés de almejam “dominá-lo hegemonicamente e se apropriar dos frutos do trabalho alheio” (Gramsci, 2002c, p. 43).

Isto posto, o modo de ser do novo intelectual, orgânico à dinâmica da sociedade e à conquista da hegemonia “[...] não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões”, mas sim na interpenetração entre conhecimento científico, filosofia e ação política, ou seja, através de uma “[...] inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanentemente’” (Gramsci, 2001b, p. 53). Por ser agente de persuasão (ou melhor, pelo fato de que sua intervenção assinala a passagem à persuasão), o intelectual acresce à sua figura tradicional de “especialista” de um saber objetivo uma nova figura de “político”, cuja fórmula vem a significar que a função do intelectual deixa de ser considerada como algo isolado e se converte em função intelectual concretamente universal. Isto é, o novo intelectual, o intelectual do proletariado, “[...] da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e a concepção humanística histórica, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político)” (Gramsci, 2001b, p. 53).

Ao compreender que esta relação ou ligação com as massas populares é sinônimo de tendências democráticas, ou seja, que a “democracia”, no seu sentido amplo, está associada à busca por uma ligação com o *povo-nação* – busca essa que deve considerar necessária “não uma unidade servil, devida a uma obediência passiva, mas uma unidade ativa, viva, qualquer que seja o conteúdo desta vida” (Gramsci, 2002d, p. 254) – Gramsci argumenta que uma sociedade só se configura como realmente democrática quando consegue oferecer não somente as condições para que o operário manual se torne qualificado, mas também para que o mesmo seja formado “como pessoa capaz de pensar, estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige”; ou seja, para que “cada ‘cidadão’ possa tornar-se ‘governante’ e que a sociedade o ponha, ainda que ‘abstratamente’, nas condições gerais de poder fazê-lo” (Gramsci, 2001b, p. 49 e 50). Para que o trabalhador-intelectual se torne “dirigente” (especialista + político), é necessário que a democracia política tenda a fazer coincidir governantes e governados, “assegurando a cada governado o aprendizado gratuito das capacidades e da preparação técnica geral necessárias a essa finalidade” (Gramsci, 2001b, p. 50).

Considerados todos estes aspectos, percebe-se que Gramsci rejeita a concepção vulgar do “intelectual” e passa a considerar a questão dos intelectuais como um dos elementos do bloco histórico, como sua articulação orgânica. Conforme assinala Portelli (1990, p. 84), “o caráter orgânico do vínculo entre estrutura e superestrutura reflete-se exatamente nas camadas de intelectuais cuja função é exercer esse vínculo orgânico”; ou seja, “os intelectuais formam uma camada social diferenciada, ligada à estrutura – as classes fundamentais no domínio econômico – e encarregada de elaborar e gerir a superestrutura que dará a essa classe homogeneidade e direção do bloco histórico”.

É importante percebermos, também, como essa ampliação da noção dos intelectuais mantém uma íntima conexão com a noção ampliada de Estado, a qual, na visão de Gramsci, não poderia efetuar-se sem uma teoria dos intelectuais e dos “aparelhos hegemônicos” por estes elaborados, aparelhos que se somam aos “aparelhos coercitivos”, típicos do Estado *strictu sensu*, do Estado oitocentista, para o qual Marx e também Lênin (já que este último atua e faz a revolução num Estado que, sob muitos aspectos, ainda é oitocentista) voltaram a sua atenção. O comunista sardo estava convicto que, ao se fixar uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para o alto), seria possível “medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua conexão mais ou menos estreita com um grupo social fundamental” (Gramsci, 2001b, p. 20). Neste sentido, poder-se-ia fixar dois grandes “planos” superestruturais: 1) “o que pode ser chamado de ‘*sociedade civil*’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados)’”, e que corresponde “à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade”; 2) e o da “*sociedade política ou Estado*”, o qual corresponde à função de “‘domínio direto’ ou comando” (Gramsci, 2001b, p. 20-21, grifo nosso). Estas funções são precisamente organizativas e conectivas, e tendo em vista que é exatamente na sociedade que atuam os intelectuais, estes últimos são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, ou seja:

- 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho

de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (Gramsci, 2001b, p. 21)¹³⁷.

Esta colocação do problema resultava numa ampliação do conceito de intelectual, não a limitando “à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais” (Gramsci, 1966, p. 224), mas Gramsci estava certo que, somente assim, “se tornaria possível chegar a uma aproximação concreta à realidade” (Gramsci, 2001b, p. 21). Ou seja, estudando a história e o papel dos intelectuais, e estabelecendo assim a própria teoria da hegemonia, Gramsci julga necessário distinguir dois momentos essenciais no interior da superestrutura (os quais estão em permanente relação dialética) e chega a uma nova concepção de Estado, compreendido não somente como *instrumento* para garantir as condições da produção (na tradição marxista e leninista), mas também como meio mais complexo, do qual se destacam as novas “determinações”.

¹³⁷ É neste sentido que Gramsci afirma que “Benedetto Croce, por exemplo, é uma espécie de papa leigo e ‘instrumento’ efficacíssimo de hegemonia, ainda quando vez por outra esteja em desacordo com este ou aquele governo etc.” (Gramsci, 1966, p. 224).

3.

A RELEVÂNCIA DO CONCEITO DE HEGEMONIA PARA UMA SIGNIFICAÇÃO MAIS REALISTA E CONCRETA DE DEMOCRACIA E O ADVENTO DE UMA "SOCIEDADE [AUTO]REGULADA"

“Siento
que arde en mis venas
sangre,
llama roja que va cociendo
mis pasiones en mi corazón.”

Federico García Lorca

Conforme nos esclarece Wood (2003, p. 205-206), existe, no Ocidente, uma longa tradição intelectual – originária da antiguidade clássica – que de várias formas “[...] delineou um terreno de associação humana, uma noção de sociedade diferente do corpo de reivindicações políticas e morais independentes da autoridade do Estado, e às vezes até opostas a ela”, cuja evolução dos conceitos esteve presa, desde seu início, “[...] ao desenvolvimento da propriedade como a sede distinta e autônoma do poder social”¹³⁸.

Neste sentido, embora o conceito moderno de “sociedade civil” esteja associado às relações de propriedade específicas do capitalismo, trata-se ainda assim de uma variação sobre um velho tema. Apesar disso, a variação é crítica; e qualquer tentativa de diluir a especificidade dessa “sociedade civil”, corre o risco de disfarçar a particularidade do capitalismo como forma social distinta com suas próprias relações sociais características, seus próprios modos de apropriação e de exploração, suas próprias regras de reprodução, seus próprios imperativos sistêmicos (Wood, 2003, p. 206).

Surgida sistematicamente pela primeira vez no século XVIII, a concepção moderna de “sociedade civil”, segundo a autora, se difere bastante das noções anteriores de “sociedade”, pois ela “representa uma esfera diferenciada do Estado, separada das relações e da atividade humanas”, porém nem pública nem privada (ou talvez as duas coisas simultaneamente), “incorporando toda uma gama de interações sociais fora da esfera privada do lar e da esfera do mercado, a arena de produção,

¹³⁸ “Por exemplo, embora os romanos antigos, tal como os gregos, ainda tendessem a identificar o Estado com a comunidade de cidadãos, o “povo romano”, eles produziram alguns dos principais avanços na separação conceitual de Estado e ‘sociedade’, especialmente no direito romano, que distinguiu a esfera pública da privada e dava à propriedade privada um *status* e uma clareza legais de que ele nunca gozou antes” (Wood, 2003, p. 206).

distribuição e troca”. Se, por um lado, essa concepção de sociedade civil tem como condição necessária (porém, não suficiente) “a ideia moderna de Estado como uma entidade abstrata com sua própria identidade corporativa, que evoluiu com a ascensão do absolutismo europeu”; por outro, sua completa diferenciação exigiu o surgimento “de uma ‘economia’ autônoma, separada da unidade do ‘político’ e do ‘econômico’ que ainda caracterizava o Estado absolutista” (Wood, 2003, p. 206).

Isto posto, podemos nos reportar às análises gramscianas acerca do desenvolvimento histórico dos grupos sociais subalternos na Idade Média e em Roma (Gramsci, 2002c) a partir das quais o marxista sardo analisa o caráter mínimo de centralização (seja ela “político-territorial” ou “social”, tendo em vista que uma é apenas função da outra) existente no Estado antigo e no medieval. Ou seja, de certa forma, o Estado era um bloco mecânico de grupos sociais, no qual – dentro do círculo da pressão político-militar exercido de forma aguda somente em certos momentos – os grupos subalternos tinham uma vida própria, à parte, com instituições próprias que, por vezes, adquiriam funções estatais. O Estado era, então, uma federação de grupos sociais com funções diversas subordinadas – fato este que, nos períodos de crise, “[...] dava uma evidência extrema ao fenômeno do ‘duplo governo’” (Gramsci, 2002c, p. 138). Apesar da semelhança de vários aspectos das condições entre, no mundo clássico, os escravos e, no mundo medieval, os proletários, os servos da gleba e os colonos – pois todos eram, nos dois contextos, os únicos grupos excluídos de qualquer vida própria coletiva organizada – não se pode afirmar que a situação desses grupos era totalmente idêntica, tendo em vista que, “[...] enquanto na Idade Média, era possível uma aliança entre proletários e povo, e, mais ainda, o apoio dos proletários à ditadura de um príncipe, nada semelhante no mundo clássico para os escravos” (Gramsci, 2002c, p. 139).

No Estado moderno, o bloco mecânico dos grupos sociais é substituído por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; ou seja, o Estado moderno abole algumas autonomias, que, no entanto, “renascem sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura” (Gramsci, 2002c, p. 139). É importante destacar que, ao se configurar lentamente a partir dos processos históricos de mudança iniciados no século XVI, o Estado moderno nunca se limitou a exercer simplesmente o papel de vigia que lhe foi atribuído no início da ideologia liberal. Conforme destaca Acanda (2006), os primeiros Estados burgueses surgidos no século

XVII (Inglaterra e Holanda) tiveram, na verdade, a tarefa de exercer seu poder para defender, mediante vários modelos de medidas protecionistas (inclusive a guerra), os interesses de suas respectivas burguesias nacionais. Neste quadro, longe de ter no Estado um adversário ou mesmo um simples acompanhante indiferente, a sociedade civil originária – conformada pelas formas de associativismo burguês – foi reforçada em seu desenvolvimento pelo próprio Estado. Ou seja, “a construção da sociedade civil burguesa esteve, no mínimo, fortemente apoiada pelo poder político (quando não induzida por esse)”, e o “Estado guarda-noturno” nunca existiu na realidade da história moderna, a não ser como uma construção da utopia liberal (Acanda, 2006, p. 168).

É preciso examinar esse processo de forma mais ordenada. No nascedouro do capitalismo (principalmente no pensamento político inglês dos séculos XVI e XVII), “sociedade civil” era, geralmente, sinônimo de “sociedade política” ou o Estado visto como a coisa pública, isto é, “longe de se estabelecer a oposição entre Estado e sociedade civil, confundiram-se os dois” (Wood, 2003, p. 206). Os últimos resíduos das estruturas políticas feudais na Europa foram eliminados pela maré revolucionária que coroou um processo iniciado com a Revolução Inglesa do século XVII e se estendeu, pelo século XVIII, com a Revolução das Treze Colônias e a Revolução Francesa de 1848, processo este que consolidou o poder político da burguesia e a visão instrumental e reificada do Estado presente na teoria liberal.

No inicial período do capitalismo, em que predominavam as relações mercantis, a confusão entre Estado e “sociedade” representou a subordinação do Estado à comunidade de proprietários que constituía a nação política (em oposição tanto à monarquia quanto à “multidão”), o que refletia uma organização política única na qual a classe dominante passou a depender de modos puramente “econômicos” de apropriação para conseguir garantir a própria riqueza e o poder, e não mais de modos de acumulação “extraeconômicos” por meios políticos ou militares – “como acontecia no caso dos arrendamentos feudais ou no caso dos impostos e do controle da administração pública do absolutismo como os principais meios de apropriação privada” (Wood, 2003, p. 206-207). Nas análises de Losurdo (1998), o princípio do contratualismo foi erigido em sólido obstáculo contra toda a interferência da razão política no campo da racionalidade econômica, sob o qual se consagrou o monopólio político dos burgueses (proprietários) e, explicitamente, a subordinação do poder político à defesa dos interesses da propriedade (Losurdo, 1998, p. 104), onde os “não-

proprietários” permaneciam, de fato, excluídos do campo da atividade “civil” e apenas os “proprietários” existiam como sujeitos atuantes na esfera contratual.

Entretanto, as transformações históricas ocorridas na Europa com o advento da Revolução Industrial no fim do século XVIII – com a passagem da fase mercantil para a fase industrial do capitalismo – refletiram numa transformação dessa situação. A compra-venda da força de trabalho assalariado não só se converteu na forma contratual generalizada, mas na forma contratual essencial que passou a ser usada como argumento principal para reclamar a ingerência do Estado não mais apenas na esfera econômica, como também em todo o âmbito das relações civis. Em outros termos, contrariamente à forma contratual que se estabelece entre um burguês que compra e outro que vende, a compra-venda da força de trabalho coloca frente a frente dois agentes que exprimem racionalidades históricas (e não apenas econômicas) antagônicas, no âmbito da qual o Estado “[...] tem a ambição de pôr-se como órgão de mediação entre as várias classes, entre os diversos e contrapostos sujeitos sociais [...], [o que pressupõe] no Estado um mínimo de transcendência com relação aos diversos e contrastantes interesses” (Losurdo, 1998, p. 104). Mas essa intervenção inevitavelmente implicava uma restrição imposta ao mercado e à esfera do contrato, e a utopia liberal do “Estado guarda-noturno”, guardião dos bens dos proprietários, perdeu as suas forças a partir do momento em que os “não proprietários”, através de acirradas e complexas lutas, “[...] impuseram ao Estado uma série de outras tarefas, com intervenções diretas no campo econômico-social, vistas pelos proprietários como uma indébita extensão da esfera de atividade do Estado para além das tarefas contratualmente definidas” (Losurdo, 1998, p. 104).

Ou seja, a partir do momento em que os “não-proprietários” conseguiram alterar não somente a realidade econômica (criando inéditas formas de associação através do agrupamento de setores destituídos e obrigando o Estado a estabelecer e fazer cumprir uma legislação trabalhista que garantisse condições de trabalho específicas, fixasse as jornadas de trabalho, definisse um salário mínimo etc.), como também modificar a realidade política (exercendo uma permanente e progressiva pressão pela ampliação dos direitos de cidadania, criando partidos políticos para defender os seus interesses de classe etc.), o liberalismo moderno (como forma teórico-ideológica que compreende esse novo contratualismo) assumiu uma postura, de início, diferente, admitindo não somente a urgência de uma intervenção do Estado como

árbitro no mundo associativo, como também o direito deste Estado em intervir neste mundo associativo e julgar a legitimidade das formas associativas contratuais¹³⁹.

Nestes marcos, pode-se compreender a substancial mudança do pensamento político da burguesia e de seu tratamento conceitual da ideia de sociedade civil. Inicialmente, o propósito deste pensamento político conformava-se na necessidade de refletir sobre como *limitar* o poder de um Estado ainda não burguês e delimitar uma esfera de ação legítima e resguardada de sua autoconstituição como classe (no sentido de sujeito social), de onde emerge a tentativa do liberalismo inicial em “[...] converter o conceito de sociedade civil – e o espaço objetivo a que esse conceito se referia – em elemento capaz de expressar e alcançar a síntese das contradições da sociedade moderna” (Acanda, 2006, p. 165).

Após a consolidação do seu poder político, a partir de 1848, o pensamento político burguês passou a refletir sobre como *dividir* esse poder do Estado não somente entre uma parte da sua classe, mas entre toda a classe, de forma que esse Estado pudesse ser a expressão de um efetivo equilíbrio dos interesses dos diferentes grupos que formam a burguesia. Mas no mesmo período, a classe operária revela-se como um formidável adversário do poder da burguesia, encampando as lutas políticas pela ampliação dos “direitos de cidadania” – principalmente o direito ao voto, restrito durante muito tempo somente aos proprietários (homens) de determinada quantidade de riqueza, e o direito de associação (de organizar partidos políticos, sindicatos e outras organizações que fossem a expressão e uma forma de defesa dos direitos dos grupos preteridos na escala social), o que faz emergir também o objetivo de desvendar a maneira de se estruturar um sistema político capaz de impedir o acesso do proletariado às liberdades políticas já alcançadas pela burguesia. Abre-se, então, um período no pensamento político burguês caracterizado pela passagem de uma concepção de “Estado avalista” para o do “Estado gerente” (Acanda, 2006, p. 168), mudança esta que não poderia deixar de afetar o próprio uso do conceito de sociedade civil:

Se o conceito de sociedade civil fora uma palavra de ordem da luta da burguesia no período em que defendia seu direito de se associar para resguardar seu espaço de ação e de troca econômicas (para o que muito tempo antes havia organizado guildas, lojas maçônicas, companhias comerciais, clubes políticos, congregações religiosas etc.), agora, quando se tentava impedir o acesso a esses espaços de

¹³⁹ Para melhores análises das diferenças entre o contratualismo presente no liberalismo inicial e o contratualismo presente na base das formas de liberalismo do século XIX, ver Losurdo (1998, p. 85-111).

associação dos grupos sociais opositores, sociedade civil tornou-se um tema incômodo para essa mesma burguesia. Nesse momento, já não fazia mais sentido identificar a sociedade civil com a sociedade burguesa, como havia ocorrido anteriormente no imaginário do século XVIII (Acanda, 2006, p. 167).

Nas análises de Portantiero (1987), durante o período de fortalecimento, a partir das últimas três décadas do século XIX, dos processos de “redimensionamento” do papel do Estado – com a passagem para uma etapa superior do desenvolvimento das relações capitalistas de produção: a do capitalismo monopolista ou imperialismo – o crescimento da sociedade civil nos países capitalistas desenvolvidos se dá em sentido contrário aos interesses e desejos da burguesia. A potencialização da luta dos setores sociais explorados, através da criação de um conjunto de associações dirigidas a promover seus direitos políticos, econômicos e sociais, impulsionou a conquista – de forma lenta, porém incessante – da extensão desses direitos de cidadania. Este processo despertou nos grupos dominantes a percepção de que não era mais possível, para o resto da sociedade, interpretar o Estado como “comitê administrativo” da burguesia, desvelando, assim, a irrecuperável crise da relação entre Estado e sociedade civil conforme havia sido proposta pela perspectiva liberal – a qual enfocava o Estado e a sociedade como sistemas autônomos, unidos por laços externos. A burguesia, então, se viu obrigada a reestruturar o seu “padrão de hegemonia” mediante um processo que levou à “politização” da sociedade civil – com o “deslocamento” da política para outros espaços, antes considerados “privados” – e à complexificação da estrutura do Estado, o qual passou a cooptar as esferas e instituições até então por ele ignoradas, convertendo-as em zonas privilegiadas de seu interesse. Com base nessas formulações, Acanda (2006, p. 171) explicita que:

Essa recomposição da hegemonia empreendida pela burguesia fez os limites entre o público e o privado, e os papéis políticos, econômicos e sociais deixarem de constituir “fronteiras”, passando a ser *zonas de interseção entre o Estado e as organizações sociais*. [...] Surgiram as formas modernas de dominação, fundamentadas no que pode ser denominado *expansão molecular* do Estado, a partir do redimensionamento da base histórica de sua morfologia. O Estado capitalista se reestruturou por meio de um processo que assimilou o desenvolvimento complexo da sociedade civil à estrutura geral da dominação.

Apesar da terrível crise que sacudiu os fundamentos do mundo burguês nos anos imediatamente posteriores a I Guerra Mundial, as classes dominantes conseguiram se reafirmar no poder, enquanto o surto revolucionário passou a sofrer o refluxo e a derrota. Comprovou-se a solidez histórica dessa nova morfologia da hegemonia burguesa e trouxe a necessidade de se fazer uma análise concreta da evolução da crise do capitalismo – mais exatamente, da reestruturação realizada pelo capitalismo a partir da Primeira Grande Guerra, após a vitória da Revolução bolchevique, e que assumira maciças dimensões na Europa depois da crise de 1929 e em consequência dos regimes fascistas –, análise esta cujos aspectos fundamentais se caracterizavam pelo predomínio do capitalismo monopolista; pelas novas funções assumidas pelo Estado nesta fase, nos processos de produção e reprodução ampliada; pela expansão dos aparelhos de hegemonia; e, conseqüentemente, pelas novas relações entre economia e política, ente Estado e sociedade, entre “social” e “político”, entre massas e instituições (Ingrao, 1980, p. 152).

3.1 O crescente protagonismo dos movimentos populares no interior da “estrutura maciça das democracias modernas”: a expansão da sociedade civil e a ampliação do conceito de Estado

Gramsci percebera a irreparável ruptura que a trágica experiência da Primeira Guerra – e suas conseqüentes transformações desenvolvidas na organização social e econômica do capitalismo – havia provocado entre massas populares e ideologias dominantes no âmbito dos países capitalistas desenvolvidos, o que influiu na erosão da credibilidade nas formas de administração do poder apoiadas unicamente sobre os sistemas coercitivos, isto é, nos métodos tradicionais da política baseada prevalentemente na força e na prepotência. Percebera que a resposta “moderna” dos setores dominantes à grave “crise orgânica” que assolou a Europa apresentou-se por meio das estratégias políticas mais utilizadas no século XX, as teorias economicistas (liberais) que induziam ao fatalismo e recorriam ao “transformismo” e à “revolução passiva”: uma fração do grupo dirigente visava modificar não a estrutura do Estado, mas apenas a orientação governamental; ou seja, “tratava-se de alternância de partidos dirigentes no governo, não de fundação e organização de uma nova sociedade política e, menos ainda, de um novo tipo de sociedade civil” (Gramsci, 2002b, p. 47-48). Esse sistema, na verdade, reafirmava as tendências autoritárias e efetivava uma política

populista mistificadora a qual mantinha inalteradas as relações sociais entre as classes e favorecia a formação do “homem-massa”, despolitizado e atomizado, de forma a impedir o avanço efetivo das classes populares. Pode-se melhor compreender essa percepção de Gramsci através de sua análise das relações entre o liberalismo de Benedetto Croce e o fascismo do filósofo Giovanni Gentile.

Conforme esclarece Gramsci, os sistemas totalitários e de caráter organicista tendem a identificar Estado (Estado propriamente dito, como organização político-jurídica em sentido estrito) e sociedade civil, buscando dominar toda a vida popular e nacional unificando “ditatorialmente” os elementos da sociedade civil no Estado. Uma expressão dessa tendência pode ser percebida nas concepções do filósofo Gentile, o qual compreende que o indivíduo, as ações coletivas e a própria história encontram sua plena finalidade no Estado¹⁴⁰ – ou seja, a “história” é concebida por Gentile inteiramente como história do Estado, na qual a fase econômico-corporativa é situada como fase ética no ato histórico. Desta forma, “[...] hegemonia e ditadura são indistinguíveis, a força é pura e simplesmente consenso: não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil: existe só o Estado e, naturalmente, o Estado-governo etc.” (Gramsci, 2002a, p. 436-437).

Por outro lado, os economicistas, ao identificarem o Estado com o governo, separam aquele da sociedade civil, afirmando, assim, que “a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação” (Gramsci, 2002b, p. 47), o que pode ser expresso através das concepções de Benedetto Croce em reconhecer a “história” como ético-política, mantendo uma distinção entre sociedade civil e sociedade política, entre hegemonia e ditadura; onde “os grandes intelectuais exercem a hegemonia, que pressupõe uma certa colaboração, ou seja, um consenso ativo e voluntário (livre), [...] um regime liberal-democrático” (Gramsci, 2002a, p. 436).

Entretanto, para além de uma aparente alternativa existente entre essas duas posições, Gramsci destacava que as mesmas mantinham laços comuns e se completavam reciprocamente. A identificação de Estado e governo das teorias liberais

¹⁴⁰ Um exemplo do embate de Gramsci à análise gentiliana do Estado como uma realidade onicompreensiva pode ser encontrado nas suas críticas ao monismo dos diretores dos *Nuovi Studi di Diritto*, Volpicelli e Spirito, os quais Gramsci considera que, na esteira de Gentile, realizaram uma concatenação de conceitos puramente “racionalista”, na qual “[...] indivíduo = sociedade (o indivíduo não é um ‘átomo’, mas a individuação histórica de toda a sociedade), sociedade = Estado, logo indivíduo = Estado” (Gramsci, 2002b, p. 238).

remete, de fato, a uma concepção de Estado como estrutura puramente jurídico-coercitiva, de função de “*gendarme*”, “policial”, que “se limita à tutela da ordem pública e ao respeito das leis” (Gramsci, 2002c, p. 85), e que ainda não superou a mera fase corporativa, não se desenvolveu em sintonia com a maturação das forças sociopolíticas emergentes na história. Dessa forma, essa incapacidade de se renovar e de aderir à realidade histórica concreta – disfarçada por uma postura de neutralidade difundida como o máximo da liberdade – abre terreno para a fragmentação social e o vazio político. Ao invés de se configurar como um sinal de liberdade, a separação entre sociedade política e sociedade civil acaba se transformando em deslocamento da base histórica do Estado, sob o qual emerge a condição propícia para formas extremas de sociedade política, isto é, para a formação de ideologias totalitárias prontas a intervir nos momentos de crise e de desorientação geral (Semeraro, 1999).

Isto posto, se é possível considerar que o pensamento de Croce possuiu um mínimo valor instrumental, pois chamou a atenção “para a importância dos fatos da cultura e do pensamento no desenvolvimento da história, para a função dos grandes intelectuais na vida orgânica” (Gramsci, 2002a, p. 306), não se pode esquecer que sua “história ético-política” não passa de uma hipóstase arbitrária e mecânica do momento da hegemonia, da direção política, do consenso na vida e no desenvolvimento da atividade do Estado e da sociedade civil, pois ela isola o momento da hegemonia, o momento moral e cultural, ou melhor, ela abstrai o momento ético e político, cultural e político da história, separando-o de sua base, das relações de produção, e transformando-o numa substância que vive por si mesma.

Na medida em que prescinde do conceito de bloco histórico – no qual conteúdo econômico-social e forma ético-política se identificam na reconstrução dos vários períodos históricos – a história ético-política nada mais é do que “uma apresentação polêmica de filosofemas mais ou menos interessantes, porém não é história” (Gramsci, 2002a, p. 308). Por sua vez, a filosofia da práxis, conforme esclarece Gramsci, critica como indébita e arbitrária a redução da história à simples história ético-política, mas não exclui essa, como se demonstra no fato de que, em oposição às diversas tendências *economicistas*, “o maior teórico moderno da filosofia da práxis [Lênin] revalorizou, no terreno da luta e da organização política, a frente da luta cultural”, e construiu “a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do

Estado-força e como forma atual da doutrina da ‘revolução permanente’ criada em 1848” (Gramsci, 2002a, p. 306).

Gramsci visava que o crescente protagonismo demonstrado pelos movimentos que despontavam das iniciativas populares no interior da “estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil” (Gramsci, 2002a, p. 24), favoreciam a expansão da sociedade civil e revolucionavam totalmente a concepção do Estado. Por um lado, revelava-se cada vez mais anacrônica e perigosa a tentativa de galvanizar os sentimentos das massas para conduzi-las de forma mecânica, como um exército disciplinado, em direção à políticas massificadoras – o que exigia estabelecer os elementos essenciais para que a revolução comunista fosse pensada não somente como o assalto ao aparelho de poder político-coercitivo, mas principalmente como produção de contra-hegemonia. Por outro, emergia a impossibilidade de continuar a conceber a sociedade civil como uma realidade privada, de caráter exclusivamente econômico, agindo à parte da estrutura do Estado e se expressando apenas como o âmbito das relações associativas contratuais, voluntárias, entre as pessoas – tendo em vista que, com a complexidade da esfera da produção, tornava-se insustentável a estreita identificação liberal entre “civildade” e “mercado”, e a sociedade civil deveria ser compreendida não mais apenas com o espaço das iniciativas econômicas, mas também como o conjunto de todas as relações sociais produtoras de sentido, como o espaço no qual se produzem e se difundem as representações ideológicas e culturais.

Mais além, o Estado não mais se caracterizava apenas como o aparelho burocrático-coercitivo do governo, como o conjunto de instituições públicas encarregadas de ditar as leis e fazê-las cumprir. De acordo com Gramsci, na superficial polêmica sobre as funções do Estado – compreendendo Estado como *organização político-jurídica em sentido estrito* –, a concepção liberal de “Estado guarda-noturno” quer significar “um Estado cujas funções se limitam à tutela da ordem pública e do respeito às leis”; porém, não insiste no fato de que nesta forma de regime (que, na verdade, nunca existiu para além de uma hipótese-limite) “[...] a direção do desenvolvimento histórico cabe às forças privadas, à sociedade civil, que também é ‘Estado’, aliás, é o próprio Estado” (Gramsci, 2001a, p. 85). Para o revolucionário italiano, o oposto a esse “Estado guarda-noturno” seria o “Estado ético” ou o “Estado intervencionista”

em geral¹⁴¹, mas nada impedia que estas diversas tendências viessem a se combinar de variados modos, o que, de fato, aconteceu.

Naturalmente, os liberais (“economicistas”) defendem o “Estado-*veilleur de nuit*” [Estado guarda-noturno] e preferiram que a iniciativa histórica fosse deixada à sociedade civil e às diversas forças que nela brotam, com o “Estado” guardião da “lealdade do jogo” e de suas leis. [...] Os católicos preferiram o Estado intervencionista completamente a seu favor; na falta disto, ou onde são minoria, querem Estado “indiferente”, para que este não sustente seus adversários (Gramsci, 2001a, 85-86).

O conceito comum de Estado é “unilateral e conduz a erros colossais” (Gramsci, 2002b, p. 254), e ao se situar sempre no terreno da identificação de Estado e Governo – identificação esta que é, precisamente, “uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política” – esta concepção liberal se ausenta em notar que “[...] na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil”, de forma que se torna possível dizer que “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção”, ou, em outras palavras, “Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil)” (Gramsci, 2002b, p. 244). Estas percepções traziam consigo a urgência de se aprofundar a teoria marxista do Estado, de forma que a sua interpretação inicial como simples conjunto de instrumentação coercitiva fosse enriquecida de novas determinações pela concepção do Estado também como sistema de instrumentos de produção de liderança intelectual e consenso.

Resgatando o mérito, no âmbito da teoria política, da afirmação marx-engelsiana do caráter de classe de todo fenômeno estatal e retomando as reflexões sobre a crítica marxista à teoria hegeliana do Estado¹⁴², podemos perceber como Marx, num movimento de desfetichização, desvelou a aparente autonomia e “superioridade” do Estado concebido por Hegel, afirmando que esta autonomia e superioridade

¹⁴¹ Gramsci (2001a, p. 85) faz questão de ressaltar que existem diferenças entre uma e outra expressão: “[...] o conceito de Estado ético é de origem filosófica e intelectual (própria dos intelectuais: Hegel) e, na verdade, poderia ser associado com o “Estado-*veilleur de nuit*” [Estado guarda-noturno], uma vez que se refere sobretudo à atividade autônoma, educativa e moral do Estado laico, em contraposição ao cosmopolitismo e à ingerência da organização eclesiástico-religiosa como resíduo medieval; o conceito de Estado intervencionista é de origem econômica e está ligado, por uma parte, às correntes protecionistas ou de nacionalismo econômico e, por outra, à tentativa de fazer com que um pessoal estatal determinado, de origem fundiária e feudal, assumia a “proteção” das classes trabalhadoras contra os excessos do capitalismo (política de Bismarck e de Disraeli).

¹⁴² A esse respeito, ver Barboza (2024), especialmente o capítulo 3.

mantinham suas raízes e explicações nas contradições imanentes da sociedade como um todo. À luz das experiências históricas concretas que marcaram o seu tempo, Hegel (1997) – que em sua obra procede a defesa dos princípios do liberalismo alicerçando-se em fundamentos que não eram comuns ao liberalismo da época – não se satisfazia com as concepções liberais clássicas de que uma estrutura política estável poderia ser construída fundamentando-se em princípios *a priori* divorciados das experiências históricas e dos valores tradicionais de um povo. Propondo-se a superar essa inorganicidade na interpretação da relação Estado-sociedade própria do liberalismo clássico, Hegel compreendeu que o reconhecimento de normas morais pelos membros da sociedade era condição imprescindível para a manutenção do Estado moderno, cuja estabilidade só podia ser alcançada quando os súditos compartilhassem valores éticos comuns. Ou seja, a estrutura política exigida pela modernidade só seria viável se a coesão voluntária dos súditos fosse alcançada – coesão esta que não era obtida de forma espontânea.

Ao conceber que tanto o direito quanto a moralidade só possuem validade quando se é considerada a existência individual do homem, Hegel chegou à fundamentação teórica do Estado moderno como comunidade política na qual os indivíduos não buscam somente seus interesses privados (a diferenciação), mas também perseguem seus interesses públicos, a formação de ligações sociais “necessárias” (a universalização). (Hegel, 1997, p. 215-230 e 275-282). A subordinação do indivíduo a uma organização jurídica objetivamente definida é, para a filosofia hegeliana da história, “um momento essencial da formação do Estado moderno”, ao qual Hegel conferiu “tarefas positivas (mesmo se não bem definidas) de intervenção no campo social, com o fim de garantir a todos o ‘direito à vida’” (Losurdo, 1998, p. 122 e 124).

O Estado se constitui [para Hegel] como comunidade ética na medida em que não se preocupa apenas com a segurança da propriedade, mas também [...] com a garantia da sustentação, do “bem-estar” dos indivíduos, do “direito ao trabalho” e mesmo do “direito à vida”, na medida em que reconhece cada cidadão como titular de direitos inalienáveis, portanto irrenunciáveis e subtraídos à esfera do contrato (Losurdo, 1998, p. 106).

Ou seja, a função ético-política do Estado garantiria, nesse caso, a integração consciente e orgânica das partes a um todo, formando a unidade dos indivíduos com

as “potencias éticas” e as “relações necessárias” numa realidade historicamente determinada (Hegel, 1997, p. 141-145). Esses apontamentos podem ser complementados com as análises de Gramsci, o qual afirma que a doutrina de Hegel sobre os partidos e as associações como “trama privada” do Estado derivou historicamente das experiências políticas da Revolução Francesa e devia servir para dar um caráter mais concreto ao constitucionalismo:

Governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso através de associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente. Assim, em certo sentido, Hegel já supera o puro constitucionalismo e teoriza o Estado parlamentar com seu regime dos partidos. Sua concepção da associação não pode deixar de ser ainda vaga e primitiva, entre o político e o econômico, segundo a experiência histórica da época, que era muito restrita e dava um só exemplo acabado de organização, o “corporativo” (política enxertada na economia)(Gramsci, 2002b, p. 119).

Marx (2005a, 2005b) toma como ponto de partida o postulado de Hegel de que, por um lado, o Estado consistiria na esfera da universalização, enquanto, por outro lado, o mundo da “sociedade civil” (a esfera das relações econômicas) seria o reino dos indivíduos atomizados e particularistas. Contudo, em contraposição ao mesmo, Marx (2000) revela o caráter puramente *formal* dessa universalidade do Estado em contraste com a esfera econômica da pura particularidade, pois ela deriva do fato de que o homem da sociedade moderna está dividido (*bourgeois e citoyen*) em sua própria vida real. Se o homem que vive no mundo real da “sociedade civil” (o *bourgeois*) conhece apenas interesses privados e particularistas, então esta divisão impõe uma *alienação* da esfera político-estatal em relação ao homem real e concreto, impedindo assim que o Estado efetivamente represente uma vontade geral. Isto demonstra que a noção hegeliana de Estado é somente uma *aparência* a camuflar a dominação de uma casta burocrática que, assim como todas as outras “corporações” da sociedade civil, apenas está interessada em defender os seus próprios interesses particulares.

Ao descobrir a importância ontológico-social da economia política, Marx – juntamente com Engels – compreende que os fundamentos materiais dessa divisão da “sociedade civil” em interesses particularistas e opostos é causa e efeito da divisão da sociedade em classes antagônicas (que decorre, por sua vez, das relações sociais de

produção). Percebem, assim, o Estado não mais como a encarnação da Razão universal, mas sim como uma entidade particular cuja gênese reside nessa divisão, e cuja *função* é precisamente perpetuar tal divisão – ele só existe *quando e enquanto* existir essa divisão. Este Estado, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses *comuns* de uma classe *particular* (Coutinho, 1994, p. 18-19).

Nestes marcos, ao analisarem a estrutura do Estado, Marx e Engels – assim como Lênin também – apontaram o Estado em geral (e como tal, também o Estado capitalista liberal) como um instrumento nas mãos de uma *classe sujeito*, dotada de vontade, o qual, para fazer valer essa sua natureza de classe, utilizou como principal meio o monopólio legal e/ou de fato da coerção e da violência (Coutinho, 1999). Cabe lembrar que essa identificação entre Estado e o conjunto de seus *aparelhos repressivos* – cujo instrumentalismo reducionista se solidificou em grande parte dos herdeiros da tradição marxista – mostrou-se *tendencialmente* nas formulações dos “clássicos”, o que não significa que ela se conformou de forma *exclusiva* durante todo o período de elaboração teórica dos mesmos¹⁴³.

Apesar de Marx não aprofundar uma reflexão específica sobre a complexa trama da sociedade civil e da sua relação dialética com a sociedade política¹⁴⁴, pode-se acreditar que, mesmo identificando a sociedade civil com a base material, com o momento da estrutura econômica, Marx não julgava que a mesma abrangesse *somente* as condições materiais. Seja em *A questão judaica* (Marx, 2000, p. 24) – quando ele avalia que as “premissas” do Estado político são tanto os *elementos materiais* (como a propriedade privada etc.), quanto os *elementos espirituais* (como a cultura e a religião) – ; seja no *Prefácio* de 1859 (Marx, 1961) – quando escreve que a anatomia da sociedade civil deveria ser procurada na economia política¹⁴⁵ – ; ou até mesmo no decorrer das páginas de *O 18 Brumário* (Marx, 1997), quando o fundador do socialismo científico inclui no interior da sociedade civil as organizações e os movimentos associativos de

¹⁴³ A esse respeito, ver Barboza (2024), capítulos 3-5.

¹⁴⁴ Já que Marx, ao se preocupar mais em desvendar as contradições do capitalismo, manteve *substancialmente* em seus escritos posteriores as posições entre sociedade civil e sociedade política reveladas na *Crítica à filosofia do direito de Hegel* (Marx, 2005a, 2005b) e na *Questão Judaica* (Marx, 2000).

¹⁴⁵ “A minha investigação desenbocava no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de ‘sociedade civil’, e que *a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política*” (Marx, 1961, p. 301, grifos nossos). Ou seja, ao destacar que a estrutura de sustentação (a “anatomia” da sociedade civil) deveria ser *procurada* nos elementos que esta estrutura sustenta e a ela são funcionais (a economia política), não teria sentido conceber que Marx estaria identificando a *parte* com o *todo*.

grupos e de cidadãos; parece que nas reflexões marxianas acerca da sociedade civil podem se encontrar presentes tanto elementos estruturais quanto superestruturais; todavia, isso não elimina o fato de que os primeiros tenham se conformado como os centrais.

De acordo com as análises de Gramsci, isso se dá pelo fato de que Marx não poderia ter experiências históricas superiores (ao menos muito superiores) dos que às de Hegel, e que, por isso, o conceito de organização em Marx ainda permanecia preso aos seguintes elementos: “[...] organização profissional, clubes jacobinos, conspirações secretas de pequenos grupos, organização jornalística” (Gramsci, 2002b, p. 119)¹⁴⁶. Todavia, devido ao fato de Marx possuir “o sentido das massas”, por sua atividade jornalística e de agitação, essas experiências históricas eram mais vivas para Marx do que para Hegel, o qual dificilmente pôde ter conhecido de perto tais experiências (Gramsci, 2002b, p. 120). Conforme ressalta Liguori (2007, p. 44):

Marx não se limita a “inverter” a relação hegeliana Estado-sociedade, opõe-se a esta oposição, critica a dicotomia entre esfera pública e privada, rejeita de algum modo o confinamento do político ao Estado e do socioeconômico à sociedade, mostra que poder (e política) atravessa ambos os momentos. É esta concepção dialética que ainda o liga a Hegel. E é esta mesma dialética que – ainda mais – caracteriza a formulação de Gramsci.

Assim como Marx (ou por meio deste), Gramsci elaborou seu conceito de sociedade civil com base no de Hegel¹⁴⁷. Se o conceito de sociedade civil hegeliano concebia esta como a segunda figura da eticidade, situada entre a família e o Estado, na qual ele incluía tanto as necessidades e relações econômicas (a produção e a reprodução da vida material), quanto sua organização em corporações (associações econômicas que podem ser encaradas como os modernos sindicatos) e a

¹⁴⁶ “A Revolução Francesa oferece dois tipos predominantes: os clubes, que são organizações não rígidas, do tipo “assembleia popular”, centralizadas por individualidades políticas, cada uma das quais tem seu jornal, com o qual mantém despertos a atenção e o interesse de uma determinada clientela pouco nítida nas margens, mas que defende as teses do jornal nas reuniões do clube. Decerto, entre os frequentadores dos clubes deviam existir grupos restritos e selecionados de pessoas que se conheciam reciprocamente, que se reuniam em separado e preparavam a atmosfera das reuniões para apoiar uma ou outra corrente, de acordo com o momento e também de acordo com os interesses concretos em jogo. As conspirações secretas, que em seguida tiveram tanta difusão na Itália antes de 1848, desenvolveram-se na França depois do Termidor, entre os seguidores de segundo plano do jacobinismo, com muitas dificuldades no período napoleônico, por causa da atenta vigilância da polícia, com mais facilidade de 1815 a 1830 sob a Restauração que foi bastante liberal na base e não tinha certas preocupações. Neste período que vai de 1815 a 1830, verificou-se também a diferenciação do campo político popular, que já se revela bastante significativa nas ‘gloriosas jornadas’ de 1830, nas quais afloram as formações que se constituíram nos quinze anos anteriores e, com Blanqui e Filippo Buonarroti, gera tipos bastante definidos” (Gramsci, 2002b, p. 120).

¹⁴⁷ Liguori ressalva que essa leitura de Hegel por parte de Gramsci “mereceria várias especificações e distinções”, pois “não parece isenta de traços forçados” (Liguori, 2007, p. 22).

regulamentação pelo Estado, pode-se dizer que Marx e Gramsci, em harmonia com suas respectivas épocas históricas e as necessidades destas, inspiraram-se nesses dois momentos distintos do conceito de Hegel: enquanto a interpretação de Marx, justamente pelas razões antes mencionadas, manteve-se centralmente no momento estrutural, Gramsci apoiou-se no momento superestrutural, devido os processos objetivos de sua época e a dimensão do sentido do “civil”, que emerge resultante da compreensão gramsciana da importância – para a estruturação do poder nascido nas sociedades modernas – assumida pelos mecanismos de produção de hábitos de comportamento, valores e modos de pensar.

Ou seja, dialeticamente, a “sociedade civil” não é para Gramsci nem a “estrutura” *marxianamente* entendida, já que Marx não pôde conhecer ou considerar devidamente os organismos de participação política aos quais se aderem voluntariamente e que não se caracterizam pelo uso da repressão¹⁴⁸; nem é o *hegeliano* sistema de “carecimentos”, já que, inversamente ao processo proferido por Hegel – o qual deposita a essência do indivíduo no Estado (para onde tudo deve ser finalizado) – e através dos horizontes sociopolíticos de Marx, Gramsci sintoniza as suas principais perspectivas em relação à elevação das massas e à possibilidade de dissolução do Estado na medida em que cresce a capacidade política dos sujeitos organizados; ou seja, pela progressiva assimilação do político e pela socialização do poder, mediante a qual os sujeitos organizados passam a valorizar as potencialidades da sociedade civil, terreno este onde, simultaneamente, se desenvolvem a liberdade individual e a interação social.

Desta forma, além do aparelho de governo, o Estado também compreende “o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (Gramsci, 2002b, p. 254-255). Em outros termos, ao “Estado em sentido estrito” (ou, *sociedade política*) se integra também o “conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’”, os quais Gramsci designou como *sociedade civil* (Gramsci, 2001b, p. 20), constituindo-se, assim, como dois momentos da superestrutura que estão em permanente relação dialética. Ambas, conjuntamente, formam o Estado “no significado integral ditadura + hegemonia” (Gramsci, 2002b, p. 257) e servem para a efetuar um processo de

¹⁴⁸ Como, por exemplo, os “[...] grandes sindicatos englobando milhões de pessoas, os partidos políticos operários e populares legais e de massa, os parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem etc.” (Coutinho, 1999, p. 125). Em resumo, a “trama privada” a qual Gramsci se referirá como “aparelhos privados de hegemonia”.

conservação ou promoção de uma determinada base econômica (em consonância com os interesses de uma classe social fundamental); todavia, nesses dois momentos, o *modo* de realizar esse processo e a *materialidade (sócio-institucional)* se apresentam de forma diferenciada.

A *sociedade política* corresponde à função “de ‘domínio direto’ ou de comando, que se exprime no Estado e no Governo jurídico” (Gramsci, 2001b, p. 21), isto é, está constituída pelos órgãos da superestrutura encarregados de implementar a função de *dominação* mediante *coerção*, identificados com o conjunto de mecanismos pelos quais a classe dominante concentra o monopólio legal da repressão e da violência, e controlados pelas burocracias executiva e policial-militar (o Governo, as forças armadas, o sistema judiciário, o tesouro público etc.).

A *sociedade civil* corresponde “à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade (Gramsci, 2001b, p. 21); ou seja, é o lugar onde se decide a hegemonia, onde se confrontam diversos projetos de sociedade, até prevalecer um que estabeleça a direção geral na economia, na política e na cultura. É conformada pelo conjunto de organismos que possibilitam a *direção* intelectual e moral do conjunto social, mediante a formação do *consenso* e a adesão das classes dominadas. Estes múltiplos organismos usualmente considerados como “privados” são de caráter não apenas cultural, educativo e religioso, mas também político e econômico (o sistema escolar, as Igrejas, as diversas organizações sociais, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação em geral), e são responsáveis pela elaboração e/ou difusão da ideologia, dos interesses e dos valores da classe que domina o Estado; isto é, pela formação da vontade coletiva, pela articulação material da cultura, e pela organização do consentimento e da adesão daqueles que a classe busca conquistar como aliados para suas posições.

Numa carta endereçada à Tatiana Schucht (em setembro de 1931), Gramsci explicita, de modo sintético e claro, sua concepção ampliada de Estado – concepção esta conformada como conservação/superação da teoria marxista “clássica”:

[...] Este estudo leva também a *certas determinações do conceito de Estado*, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura ou aparelho coercitivo para amoldar [conformar] a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um *equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil* (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira, exercida através

das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.) (Gramsci, 1966, p. 224, grifos nossos).

Seguindo as análises de Coutinho (1999, p. 129), a ampliação da socialização da política acarretou na necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação, processo este que influenciou na criação e/ou renovação de determinadas objetivações ou instituições sociais, as quais passaram a funcionar “como portadores materiais específicos [...] das relações sociais de hegemonia”, que possuem uma certa autonomia em relação à sociedade política, e é justamente essa independência material que marca o fundamento ontológico da sociedade civil e que, ao mesmo tempo, a distingue como uma esfera com estrutura e legalidade próprias¹⁴⁹.

Seja quando Gramsci afirma que “entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e coerção, está a sociedade civil” (Gramsci, 2002a, p. 324), ou quando ele avalia que a relação entre os intelectuais e o mundo da produção é “mediatizada” pelo conjunto das superestruturas – isto é, pela sociedade civil e pela sociedade política – (Gramsci, 2002b, p. 20-21), o marxista italiano nos leva a entender que a “produção” está distinta tanto da sociedade civil (e seu conjunto de organizações “privadas”), quanto do Estado em seu “sentido estrito”. Conseqüentemente, sua concepção de “sociedade civil”, nestes termos, refere-se a “um ‘mundo econômico’ que transborda da ‘estrutura econômica’” (Liguori, 2007, p. 29).

Mas é importante perceber que a importância da reflexão de Gramsci não consiste numa concepção da sociedade civil como um espaço situado fora do Estado e da economia, mas sim, contrariamente, no esforço em estabelecer justamente uma interação entre esses três momentos, de forma a não reduzir a sociedade civil apenas à sua dimensão ideológica, nem mesmo excluindo o aspecto econômico. Esta questão pode ser percebida quando Gramsci tenta investigar acerca do conceito de “*homo oeconomicus*” (concebido como a abstração da atividade econômica de uma determinada forma de sociedade, isto é, de uma determinada estrutura econômica) e sobre o problema referente à retirada de cena deste “*homo oeconomicus*” quando o mesmo não

¹⁴⁹ “Temos aqui mais um exemplo de aplicação concreta por Gramsci, na esfera da práxis política, da ontologia materialista do ser social que está na base da produção teórica de Marx: para este, não há forma ou função social sem um base material, não há objetividade histórica que não resulte da dialética entre essa forma social e seu portador material. Concretamente: em Marx, não há valor-de-troca sem valor-de-uso, não há mais-valia sem produto excedente, não há relações sociais de produção sem forças produtivas materiais etc.; em Gramsci, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social” (Coutinho, 1999, p. 129).

mais corresponde a “uma estrutura econômica [que] mudou radicalmente” (Gramsci, 2002a, p. 324).

Para o marxista sardo, se “o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica”, esta concreta e radical transformação da sociedade civil não pode ocorrer apenas “na letra da lei e nos livros dos cientistas”, mas sim é preciso, também, que “o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica”, pois “[...] esperar que, através da propaganda e da persuasão, a sociedade civil se adapte à nova estrutura, que o velho *homo oeconomicus* desapareça sem ser sepultado com todas as honras que merece, é [...] uma nova forma de moralismo econômico vazio e inconsequente” (Gramsci, 2002a, p. 324). Ou seja, mediante a sua concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura, Gramsci não perde de vista o papel determinante da estrutura quando se propõe a investigar a relevância, a complexidade e as articulações internas das superestruturas.

Nos marcos dessas reflexões cabe fazer uma importante colocação. Gramsci afirma que, na multiplicidade de sociedades particulares (de caráter duplo, natural e contratual ou voluntário), “[...] uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo” (Gramsci, 2002b, p. 253); ou seja, a sociedade civil é a fonte em que se estruturam as relações de poder. Isto não exclui o fato de que, se por um lado, a sociedade civil é o lugar de enraizamento do sistema hegemônico da dominação, faz parte do aparato de dominação; por outro, não pode ser compreendida apenas como o tal, tendo em vista que a sociedade civil também se configura como o âmbito a partir do qual esse sistema é desafiado; ou seja, ela é, também, o seu antagonista mais poderoso.

Ao contrário do que as teorias liberais (e suas “neo” variantes, consubstanciadas pela avalanche irracionalista pós-moderna) insistem em defender, pode-se perceber que a expansão da sociedade civil ocorrida de forma radical há aproximadamente um século e meio não é uma resultante espontânea da expansão do capitalismo, mas sim um resultado da interação de dois processos contraditórios. Por um lado, os vários grupos explorados e preteridos conduziram um contínuo esforço de criação de organismos (sindicatos, partidos etc.) através dos quais fosse possível se sobrepor aos elementos responsáveis em obstaculizar o seu processo de constituição

como sujeitos sociais (e todos os aspectos de autonomia e poder de decisão que esse estatuto implica). Este processo de criação de organismos e de conquista e manutenção das faculdades a ele inerentes (a liberdade de dissenso, a possibilidade de se organizar e de votar etc.) sempre foi extraído (ou amputado) das classes exploradoras através de extensivas e sangrentas lutas. Por outro lado, na tentativa de impedir essa constituição de sujeitos sociais que colocariam em perigo os seus privilégios, essas mesmas classes exploradoras investiram num movimento (por muitas vezes profícuo) de desfigurar esses espaços de expressão e, através de sua incrível capacidade de se beneficiar dessas tentativas, demonstraram grande êxito em criar impeditivos à expansão das subjetividades que fossem antagônicas à subjetividade constitutiva da razão de ser de sua classe.

Sendo assim, a sociedade civil não é homogênea nem uniforme, pois nela existem tanto componentes que são geradores de dissenso e transgressão, quanto componentes que transmitem a mensagem da aceitação tácita da subordinação. Mais além, o desenvolvimento das forças produtivas e o concomitante desenvolvimento das necessidades sociais acarretam num incremento da subjetividade humana sob a qual se constituem diferentes grupos sociais cujos interesses não são plenamente coincidentes (Acanda, 2006)¹⁵⁰. Esta concepção, conforme nos esclarece Simionatto (2000, p. 18), se afasta enormemente das interpretações idealistas, pois compreende que a sociedade civil não existe descolada das condições objetivas – plano em que ocorre a produção e a reprodução material e, conseqüentemente, a reprodução das relações sociais – e, como tal, “pode ser abordada a partir das diferenciações de classe e de interesses que se modificam pelo impacto das novas dinâmicas econômicas, políticas e socioculturais”.

[...] a sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam, não de maneira homogênea, mas como expressão de projetos e práticas sociais diferenciadas, cenário de lutas das classes sociais e espaço de disputa na construção da hegemonia através de suas diferentes instituições (Simionatto, 2000, p. 18).

¹⁵⁰ Desta forma, a reflexão política dos grupos empenhados em subverter a hegemonia não deve, conforme explicita Acanda (2006, p. 181), “[...] centrar-se só na confrontação ‘sociedade civil *versus* Estado’, mas também, e principalmente, na confrontação ‘sociedade civil *versus* sociedade civil’”.

A habilidade do grupo que detém o poder não reside em tentar impedir as diversas manifestações de “aspirações, desejos, objetivos, imagens, crenças e projetos” que se confrontam no terreno da sociedade civil, mas sim “[...] cooptá-las para seu projeto global de construção da trama social” (Acanda, 2006, p. 181). Mesmo que as classes dominantes ainda tenham as instituições repressivas como instrumento imprescindível, a coerção *absoluta* não se configura (e talvez nunca tenha se configurado) como uma opção viável, já que a direção política não consegue se sustentar sem consenso. Com o crescimento da socialização da política nos países capitalistas desenvolvidos, a burguesia se vê obrigada a buscar e a organizar ativamente o consenso (ainda que passivo) dos dominados, e consegue organizá-lo devido a “[...] sua capacidade de disseminar normas políticas, culturais e sociais através das instituições ‘privadas’ da sociedade civil” (Acanda, 2006, p. 180).

O Estado, assim, é a combinação, em proporções variáveis, de momentos de consenso e momentos de força; ele é concebido não como um *instrumento*, nem mesmo como *absoluto racional*, ou como aparelho monolítico sem contradições sociopolíticas (Buci-Glucksmann, 1980, p. 98); mas como um “organismo” que se realiza historicamente, criando sempre novas “combinações” entre os vários elementos que o compõem. Distante de constituírem esferas separadas da sociedade civil, os momentos de interesse econômico e de poder político de classe a ela se soldam firmemente para formar uma totalidade que unifica, mesmo que conflitivamente, o conjunto das relações entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (Gramsci, 2002b, p. 41-42).

Pode-se dizer, assim, que em Gramsci não se ausenta o mais delicado, incompreendido e essencial dom de um crítico das ideias e de um historiador do

desenvolvimento histórico: a capacidade dialética de “[...] descobrir a identidade real sob a aparente diferenciação e contradição, e descobrir a substancial diversidade sob a aparente identidade” (Gramsci, 2001b, p. 206). Embora insista na diversidade funcional e estrutural da sociedade civil e da sociedade política, analisando-as como realidades distintas e às vezes até contrapostas, Gramsci esclarece que esta distinção é metodológica, “dado que a sociedade civil e Estado [sociedade política] se identificam *na realidade dos fatos*” (Gramsci, 2002b, p. 47, grifos nossos); ou, de uma forma dialeticamente mais exata, a relação entre esses dois momentos da superestrutura é concebida como “*identidade-distinção* entre sociedade civil e sociedade política” (Gramsci, 2002b, p. 282, grifo nosso). Um exemplo deste movimento de unidade na diversidade se mostra quando Gramsci desenvolve a questão da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal de forma correspondente à “natureza dúplice do Centauro maquiavélico”¹⁵¹: uma natureza “ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal [...], da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia etc.” (Gramsci, 2002b, p. 33).

Conforme ressalta Coutinho (2006), esses dois feixes de funções existem em qualquer forma de Estado, porém, “[...] o fato de que um Estado seja mais hegemônico-consensual e menos ‘ditatorial’, ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma e de outra”, predominância e autonomia esta que, por sua vez, “[...] dependem não apenas do grau da socialização da política alcançado pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam entre si a *supremacia*” (Coutinho, 2006, p. 38). É a articulação de consenso e coerção que garante a *supremacia* de um grupo sobre toda a sociedade e a verdadeira estruturação do poder. Seguindo as reflexões do próprio Gramsci (2002c, p. 62), “[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um

¹⁵¹ A dúplice *natureza centáurica* é expressa por Maquiavel para explicar a necessidade do “príncipe” compreender a existência de duas formas de se combater: pelas leis e pela força: “A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. Como, porém, muitas vezes a primeira não seja suficiente, é preciso recorrer à segunda. Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem. Isto foi ensinado à socapa aos príncipes, pelos antigos escritores, que relatam o que aconteceu com Aquiles e outros príncipes antigos, entregues aos cuidados do centauro Quiron, que os educou. É que isso (ter um preceptor metade animal e metade homem) significa que o príncipe sabe empregar uma e outra natureza, e uma sem a outra é a origem da instabilidade” (Maquiavel, 1996, p. 101).

grupo social domina os grupos adversários, que visa a ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados”.

Afastamo-nos (e muito), assim, de uma possível concepção estrutural-funcionalista. Para Gramsci, tanto o Estado (em sentido estrito, sociedade política), como a sociedade civil, estão atravessados pela luta de classes: a dialética é real, aberta, e o resultado não é predeterminado. O Estado (em sentido amplo, sociedade civil e sociedade política) é tanto instrumento (de uma classe), como também, simultaneamente, lugar (de luta pela hegemonia), e justamente por isso é possível (ou melhor, é um dever) para um grupo social “[...] ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder)”; mais além, “[...] quando esse grupo social exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mais deve continuar a ser também ‘dirigente’” (Gramsci, 2002c, p. 62).

Gramsci parece assim tentar compreender por que uma classe é subalterna e como ela deve proceder para se tornar dirigente. A unidade histórica das classes dirigentes “[...] acontece no Estado, e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados”; todavia, esta unidade histórica não é somente formal nem puramente jurídica e política (ainda que esta forma de unidade também possua a sua relevância), mas sim – por seu caráter concreto – é o resultado “[...] das relações orgânicas entre [...] sociedade política e ‘sociedade civil’”. Por outro lado, esta unidade não acontece para as classes subalternas, pois sua história, “[...] está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história do Estado ou grupos de Estados” (Gramsci, 2002c, p. 139).

A exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade – e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas – nasce concretamente a partir do momento em que “[...] um grupo subalterno torna-se realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado” (Gramsci, 2002a, p. 225). Isto posto, as classes subalternas “[...] não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’” (Gramsci, 2002c, p. 139); e, para tal desígnio, devem estar convictas de que “[...] uma escassa compreensão do Estado significa escassa consciência de classe”, já

que a compreensão do Estado existe “não só quando se defende mas também quando se ataca o Estado para derrubá-lo” (Gramsci, 2002b, p. 192).

3.2 O problema da estratégia de transição socialista na complexa cadeia de fortalezas e casamatas do Estado.

Ao refletir acerca da relação histórica entre o Estado moderno francês nascido da Revolução e os outros Estados modernos da Europa continental, Gramsci destaca alguns elementos fundamentais a serem considerados para essa comparação (a qual não deve ser baseada em esquemas sociológicos abstratos):

1) explosão revolucionária na França, com mudança radical e violenta das relações sociais e políticas; 2) oposição europeia à Revolução Francesa e à sua difusão pelos “canais” de classe; 3) guerra da França, com a República e com Napoleão, contra a Europa, primeiro para não ser sufocada, depois para constituir uma hegemonia francesa permanente com a tendência a formar um império universal; 4) insurreições nacionais contra a hegemonia francesa e nascimento dos Estados europeus modernos mediante pequenas ondas reformistas sucessivas, mas não mediante explosões revolucionárias como aquela originária francesa. As ondas sucessivas, são constituídas por uma combinação de lutas sociais, de intervenções pelo alto do tipo monarquia iluminada e de guerras nacionais, com predominância destes dois últimos fenômenos (Gramsci, 2002a, p. 426).

Nestes marcos, Gramsci define que o período da “Restauração” foi o mais rico de desenvolvimentos, tendo em vista que

[...] a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês. As velhas classes feudais são rebaixadas da condição de “dominantes” àquela de “governativas”, mas não são eliminadas, nem se tenta liquidá-las como conjunto orgânico: de classes tornam-se “castas”, com determinadas características culturais e psicológicas, não mais com funções econômicas predominantes (Gramsci, 2002a, p. 426).

Seria possível, assim, que esse “modelo” França-Europa da formação dos Estados modernos se repetisse em outras condições? Ao considerar que os mesmos problemas prementes na França do *Antigo Regime* também existiam na Itália, sendo que as forças sociais que representavam e interpretavam esses problemas no mesmo sentido francês eram escassas no terreno italiano (mantendo os problemas no nível da

“pequena política”), Gramsci avalia que a concepção do Estado segundo a função produtiva das classes sociais não poderia ser aplicada de forma mecânica à interpretação da história italiana e europeia desde a Revolução Francesa até todo o século XIX. Apesar do Estado ser, para as classes fundamentais produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), concebível somente como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, isto não significa “que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assuma o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista” (Gramsci, 2002a, p. 427). Se é verdade que conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis e que, na realidade, “somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política”, todavia é importante considerar a manifestação “do complexo problema de correlação das forças internacionais, da posição geopolítica do determinado país” (Gramsci, 2002a, p. 428).

Na realidade, o impulso no sentido da renovação revolucionária pode se originar das necessidades prementes de um determinado país, em determinadas circunstâncias, e tem-se a explosão revolucionária da França, vitoriosa também internacionalmente; mas o impulso à renovação pode ser dado pela combinação de forças progressistas escassas e insuficientes em si mesmas (mas de altíssimo potencial porque representam o futuro do seu país) com uma situação internacional favorável à sua expansão e vitória (Gramsci, 2002a, p. 428).

Em outros termos: na França, o *partido jacobino* se constituiu como “grupo hegemônico” dentro do “Terceiro Estado” impondo-se à burguesia francesa numa luta sem tréguas, “conduzindo-a para uma posição muito mais avançada do que os núcleos burgueses originalmente mais fortes gostariam de ocupar ‘espontaneamente’ e até muito mais avançada do que as premissas históricas podiam permitir” (Gramsci, 2002c, p. 79). De acordo com Gramsci (2002c, p. 80), Ao superar as posições puramente “corporativas” da burguesia francesa, se tornou o único partido da revolução em ato, pois não somente representavam “[...] as necessidades e as aspirações imediatas das pessoas físicas reais que constituíam a burguesia francesa, mas representavam o movimento revolucionário em seu conjunto, como desenvolvimento histórico integral” – considerando que representavam as necessidades futuras não só daquela classe, mas de todos os grupos nacionais que deviam ser assimilados ao grupo fundamental existente. Ou seja, se os jacobinos estavam convencidos “da absoluta

verdade das fórmulas sobre igualdade, fraternidade e liberdade”, mais importante é o fato de que as massas populares que os jacobinos mobilizavam e levavam à luta também estavam convencidas de tal verdade.

Além da conexão das vontades e das ações de dirigentes e de dirigidos que se identificam na enunciação dos objetivos e na luta para consegui-los, outro fator importante da conquista dos jacobinos consiste no fato de que sua *direção* do processo revolucionário conseguiu unificar as massas urbanas e as camponesas num único projeto de aniquilação do antigo regime e dos velhos privilégios:

[...] a França rural aceitou a hegemonia de Paris, ou seja, compreendeu que, para destruir definitivamente o velho regime, devia se aliar aos elementos mais avançados do terceiro Estado e não aos moderados girondinos. Se é verdade que os jacobinos “forçaram” a mão, é também verdade que isto aconteceu sempre no sentido do desenvolvimento histórico real, porque eles não só organizaram um governo burguês, ou seja, fizeram da burguesia a classe dominante, mas fizeram mais: criaram o Estado burguês, fizeram da burguesia a classe nacional dirigente, hegemônica, isto é, deram ao novo Estado uma base permanente, criaram a compactação francesa moderna (Gramsci, 2002c, p. 81).

O prosseguimento do processo revolucionário – com os acontecimentos que assinalaram o fim dos jacobinos como partido de formação excessivamente determinada e enrijecida, bem como a morte de Robespierre – desvelará os conflitos de classe entre os jacobinos e as massas populares e demonstrará que, apesar de tudo, os jacobinos sempre permaneceram no terreno da burguesia. A Revolução, assim, encontrava os limites mais amplos de classe; “[...] a política das alianças e da revolução permanente terminou por colocar questões novas que, então, não podiam ser resolvidas, desencadeou forças militares que só uma ditadura militar conseguiria conter” (Gramsci, 2002c, p. 82).

Eles não quiseram reconhecer aos operários o direito de associação, mantendo a Lei Chapelier, e como consequência tiveram de promulgar a lei do *maximum*. Romperam, assim, o bloco urbano de Paris: suas forças de assalto, que se agrupavam na cidade, se dispersaram, desiludidas, e o Termidor prevaleceu (Gramsci, 2002c, p. 82)¹⁵².

¹⁵² Para conferir as análises gramscianas sobre o desenvolvimento do jacobinismo, ver também Gramsci (2002b, p. 92-108).

O “limite” encontrado pelos jacobinos nessas leis é superado e levado adiante progressivamente “através de um processo completo, no qual se alternam a atividade propagandista e a atividade prática (econômica, político-jurídica)” (Gramsci, 2002b, p. 94). Dessa forma, após “oitenta anos de transformações em ondas cada vez mais longas: 1789, 1794, 1799, 1804, 1815, 1830, 1848, 1870”, as contradições internas da estrutura francesa desenvolvidas depois de 1789 só conseguem encontrar uma relativa composição com a Terceira República, quando a sociedade burguesa, após aniquilar a oposição que vêm também, por assim dizer, pela “esquerda”, consegue se estabilizar.

De fato, só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotam-se historicamente todos os germes nascidos em 1789, ou seja, não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os novíssimos grupos que consideram já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789 e demonstra assim sua vitalidade tanto em relação ao velho como em relação ao novíssimo (Gramsci, 2002b, p. 39).

Assim, esse período de tempo cada vez mais longo entre uma e outra agitação nesses oitenta anos indicava que se tratava de abalos de acomodação de um regime que começava a assumir forma e estabilidade. Gramsci avalia que, “[...] com os acontecimentos de 1870-1871, perde eficácia o conjunto de princípios de estratégia e tática política nascidos praticamente em 1789 e desenvolvidos ideologicamente em torno de 1848”, isto é, “os que se sintetizam na fórmula de ‘revolução permanente’” (Gramsci, 2002b, p. 39)¹⁵³. Para o marxista sardo, a partir da derrota operária e popular de junho de 1848 e depois de 1871, começa, na França e na Europa, uma fase de revolução passiva, que não se identifica nem com a contrarrevolução, nem, muito menos, com uma “ruína ideológica e política” da classe dominante. Partindo da categoria de revolução passiva, Gramsci traça um quadro do desenvolvimento econômico e político da França, que se inicia em 1789 e, sem parar durante a revolução de 1848, dura, em linhas gerais “até a época do imperialismo” e a “guerra mundial”.

[...] a base econômica, por causa do desenvolvimento mundial e comercial, é continuamente ampliada e aprofundada; os elementos sociais mais ricos de energia e de espírito criador elevam-se das

¹⁵³ “É exatamente o estudo dessas ‘ondas’ de diferentes oscilações que permite reconstruir as relações entre estrutura e superestrutura, por um lado, e, por outro, entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura. Assim, pode-se dizer que a mediação dialética entre os dois princípios metodológicos enunciados no início desta nota pode ser encontrada na fórmula político-histórica da revolução permanente” (Gramsci, 2002b, p. 40).

classes inferiores até as classes dirigentes, toda a sociedade está em contínuo processo de formação e de dissolução, seguida das formações mais complexas e ricas de possibilidades [...]. Alternam-se neste processo tentativas de insurreições e repressões impiedosas; ampliação e restrições do sufrágio político, liberdade de associação e restrições ou anulações desta liberdade; liberdade no campo sindical mas não no campo político; [...] diferente equilíbrio dos poderes (pelo que a magistratura pode se um poder independente ou apenas uma ordem, controlada e dirigida através de circulares ministeriais); diferentes atribuições do chefes do governo e do chefe do Estado; [...] maior ou menor papel atribuído aos costumes ou à lei escrita, pelo que se desenvolvem formas consuetudinárias que podem, num certo ponto, ser abolidas pelas leis escritas [...]. Contribuem para este processo os teóricos-filósofos, os publicistas, os partidos políticos etc., no que se refere ao desenvolvimento da parte formal, e os movimentos e as pressões de massa no que se refere à parte substancial, com ações e reações recíprocas, com iniciativas ‘preventivas’ antes que um fenômeno se manifeste perigosamente e com repressões quando as prevenções falharam ou foram tardias e ineficazes (Gramsci, 2002b, p. 94-95).

Ampliando para todo o quadro do Ocidente, em alguns países “parecia” ter-se construído regimes democráticos, mas estes se constituíram “apenas formalmente, sem luta, sem sanção constitucional”, e, justamente por isso, “foi fácil desagregá-los sem luta, ou quase, reconstituindo a lei escrita ou interpretando a lei escrita de modo reacionário, já que eles careciam de recurso jurídico-morais e militares” (Gramsci, 2002b, p. 95). Além disso, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, o exercício “normal” da hegemonia conformou-se através de uma combinação da força e do consenso, equilibrando-se de variado modo, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, “[...] tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados”. Entre a força e o consenso, situava-se o enfraquecimento e a paralisação dos antagonistas através “[...] da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias” (Gramsci, 2002b, p. 95).

É verdade que, no período do pós-guerra, este aparelho hegemônico se estilhaça “[...] e o exercício da hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatório” (Gramsci, 2002b, p. 95); todavia, a maciça estruturação na qual se apresentam as “democracias modernas” e sua articulação em um conjunto de “trincheiras” se apresenta de tal forma nos Estados modernos que a guerra de movimento pode ser

tratada apenas “para os países atrasados e as colônias, onde ainda vigoram as formas que, em outros lugares, já foram superadas e se tornaram anacrônicas” (Gramsci, 2002b, p. 24).

A hegemonia burguesa mostrou-se, assim, muito forte e possuidora de muitas reservas à disposição, e como se pôde perceber no caso francês – onde, após a repressão da insurreição da Comuna, a Terceira República francesa experimentou “sessenta anos de vida política equilibrada” (Gramsci, 2002b, p. 39) –, o conflito mundial e a revolução socialista que originou a União Soviética não pareceram constituir um momento de mudança radical na história do país, contrariando a expectativa de que tais eventos assinalariam o início das revoluções proletárias e do aniquilamento em nível internacional do sistema capitalista:

A guerra não enfraqueceu, mas reforçou a hegemonia; não houve tempo para pensar: o Estado entrou em guerra e quase imediatamente o território nacional foi invadido. A passagem da disciplina da paz à disciplina de guerra não exigiu uma crise muito grande [...]. [...] o passado democrático, rico de lutas e de ensinamentos recíprocos, criara o tipo difuso do cidadão moderno, até mesmo nas classes subalternas; cidadão no duplo sentido: não só o homem do povo se considerava algo, mas era considerado algo até mesmo pelos superiores, pelas classes dirigentes, isto é, não era incomodado nem maltratado por ninharias. Assim, não se formaram durante a guerra aquelas sedimentações de raiva envenenada e dissimulada que se verificaram em outros países. Por isso, as lutas internas do pós-guerra não tiveram grande aspereza e, sobretudo, não se verificou a intensa oscilação das massas rurais registradas em outros países (Gramsci, 2002b, p. 97 e 98).

Diferentemente do caso francês, no *Risorgimento* italiano (período histórico em que se realizou a formação do Estado nacional) a relativa fraqueza da burguesia nacional e o diferenciado clima histórico conformado na Europa após 1815 foram as principais razões – no campo econômico – para o não surgimento de um partido jacobino (Gramsci, 2002c, p. 83). Ao formar o Estado nacional, a burguesia construiu a sua hegemonia de forma bastante limitada, seja porque não foi capaz de atrair as massas populares – tanto urbanas como (e, sobretudo) camponesas – para a nova forma de sociedade, seja porque não estabeleceu uma relação dialética e educativa com as camadas populares, como momento necessário de uma nova e difusa concepção do mundo. Dois grandes “partidos” disputaram, nesse período, a direção do processo político de formação e institucionalização do Estado unitário nacional: os *Moderados*,

que “representavam um grupo social relativamente homogêneo, de modo que sua direção sofreu oscilações relativamente limitadas (e, em todo caso, segundo uma linha de desenvolvimento organicamente progressivo)”;

e o *Partido de Ação* (historicamente guiado pelos *Moderados*), “que não se apoiava especificamente em nenhuma classe histórica, e as oscilações sofridas por seus órgãos dirigentes se compunham, em última análise, seguindo os interesses dos moderados” (Gramsci, 2002b, p. 62).

Os “Moderados” consolidaram sua *hegemonia* antes de assumir o poder político, e sem precisar estabelecer o “terror” revolucionário. Dada a estrutura e a função dos grupos sociais por eles representados (pois eram a camada dirigente, os intelectuais em sentido orgânico desses grupos)¹⁵⁴, os “moderados” conseguiram estabelecer o aparelho (o mecanismo) de sua hegemonia intelectual, moral e política não por meio de um programa de partido elaborado e constituído segundo um plano anterior à ação prática e organizativa; não por meio de um desenho político hegemônico que envolvesse, direta ou indiretamente, todas as forças sociais para uma nova estruturação do país; mas sim “[...] sob forma e com meios que se podem chamar ‘liberais’, isto é, através da iniciativa individual, ‘molecular’, ‘privada’” (Gramsci, 2002c, p. 63). Para que o “Partido de Ação” se tornasse uma força autônoma e, em última análise, conseguisse pelo menos imprimir ao movimento do *Risorgimento* um caráter mais acentuadamente popular e democrático (pois, além destes marcos, talvez, não pudesse ir, tendo em vista as premissas fundamentais do próprio movimento), deveria ter contraposto à atividade “empírica” dos moderados um programa orgânico de governo que refletisse as “[...] reivindicações essenciais das massas populares, em primeiro lugar os camponeses: à atração “espontânea” exercida pelos moderados deveria ter contraposto uma resistência e uma contraofensiva ‘organizada’ segundo um plano” (Gramsci, 2002c, p. 65).

Todavia, a atitude do Partido de Ação se conformou de forma “paternalista” e, por isto, não efetuou, a não ser em ínfima medida, a tarefa de situar as grandes massas populares em contato com o Estado (Gramsci, 2002c, p. 93). Resumindo, os moderados continuaram a dirigir o Partido de Ação mesmo depois de 1870 e 1876, e

¹⁵⁴ “Os moderados eram intelectuais já naturalmente ‘condensados’ pela organicidade de suas relações com os grupos sociais de que eram a expressão (para toda uma série deles, realizava-se a identidade de representado e representante, isto é, os moderados eram uma vanguarda real, orgânica, das classes altas, porque eles mesmos pertenciam economicamente às classes altas: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, dirigentes de empresa, grandes agricultores ou administradores de propriedades rurais, empresários comerciais e industriais, etc.)” (Gramsci, 2002c, p. 63-64).

o chamado “transformismo” foi tão-somente a “[...] expressão parlamentar desta ação hegemônica intelectual, moral e política, na qual o Partido da Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado” (Gramsci, 2002c, p. 93). Aliás, conforme faz questão de ressaltar Gramsci,

[...] pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva” [...]. (Gramsci, 2002c, p. 63).

As consequências da deficiência de direção político-militar no *Risorgimento* foram “[...] a mesquinha vida política de 1870 até 1900, a rebeldia elementar e endêmica das classes populares, a existência tacanha e penosa de uma camada dirigente cética e pusilânime”, além da “[...] posição internacional do novo Estado, destituído de autonomia efetiva porque minado internamente pelo papado e pela passividade animosa das grandes massas” (Gramsci, 2002c, p. 105). Todavia, a burguesia italiana demonstrava que, apesar da inconsistência de sua base econômica, já havia compreendido os novos rumos que deveriam ser traçados para a garantia de seus privilégios e para sua manutenção no poder. Para Gramsci, os “Moderados” conseguiram encaminhar, sem utilizar o recurso do embate frontal, mudanças essenciais na ordem econômica e política por meio de uma série de compromissos, e a política por eles adotada significava nada mais do que o preâmbulo dos métodos mais apurados que o fascismo vinha utilizando no seu tempo. Ou seja, o movimento fascista

seria, no século XX, “o movimento correspondente ao do liberalismo moderado e conservador” protagonizado no século anterior (Gramsci, 2002c, p. 299)¹⁵⁵.

A Europa era assolada por uma severa “crise orgânica”, e a “moderna” solução dos setores dominantes conformava-se na direção de uma reafirmação das tendências autoritárias e uma política populista mistificadora que visava despolitizar os conflitos sociais, de forma que as tentativas das classes trabalhadoras em recriar a sociedade a partir de suas livres e conscientes organizações fossem, mais uma vez, frustradas. Com o intuito de aglutinar harmonicamente as forças disseminadas na sociedade civil, o Partido Fascista conduzia, através de hábeis manobras demagógicas, uma mediação entre massas e Estado (mecânica esta que era o elemento central da moderna política autoritária); ou melhor, efetuava uma progressiva assimilação das massas – simplesmente de “manobra” e constantemente bombardeada com messiânicos sermões prometedores de um fabuloso futuro no qual seriam automaticamente sanadas todas as contradições e misérias presentes – aos “mais elevados interesses do Estado”¹⁵⁶.

Gramsci por várias vezes nos *Cadernos* demonstrou ter compreendido perfeitamente os dois princípios fundamentais da ciência política enunciados por Marx no prefácio de 1859: 1) que “nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém”; 2) e que “jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência”; e, sendo assim, “a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização” (Marx, 1961, p. 302). Distanciando-se do prognóstico de estagnação e catástrofe adotadas pela Terceira Internacional em torno de uma “crise geral do capitalismo” e do fim inexorável do ciclo histórico da burguesia, Gramsci percebera que, se por um lado a crise da economia e a diminuição da produção não só foram inócuas a uma possível

¹⁵⁵ Conforme analisado no capítulo 1, Gramsci já caracterizava, nos seus escritos pré-carcerários, o fascismo como solução italiana à crise do Estado liberal no pós-guerra.

¹⁵⁶ Conforme destaca Semeraro (2001a, p. 34-35), “Esbanjando retórica sobre a grandeza da pátria e a moralização dos costumes, Mussolini conseguiu aglutinar as paixões das massas e o fanatismo de seus seguidores em torno da repulsa a tudo o que parecia responsável pela crise e debilidade nacional: incapacidade dos governantes, inconsistência das políticas liberais, movimentação das organizações operárias, ameaça do perigo comunista. Sem projeto concreto específico, a onda fascista foi crescendo ao explorar os sentimentos de descontentamento geral e transformou-se em coletor de todas as correntes antidemocráticas [...]”.

quebra da espinha dorsal do capitalismo, como também acabaram gerando situações políticas que favoreceram seu revigoramento; por outro, seguia-se um longo período de derrotas atravessado pelas organizações operárias que, inicialmente, mantinham-se deslumbradas com a conquista do poder. O marxista sardo não somente preocupava-se com a consolidação do regime fascista na Itália e os pressupostos de sua ideologia totalitária, e com o retrocesso político na União Soviética e seu paradoxal processo de involução socialista (que ao invés de “extinguir” o Estado, transformava-o em máquina de poder); como também estava atento à rápida expansão da modernização americana – conduzida pelo alargamento da sociedade civil e pela instauração de uma cultura progressista – sob a qual, a reboque das teorias fordistas e tayloristas, seguia-se um surpreendente fenômeno de reestruturação econômica e política dos países do velho mundo, em gestação devido ao ascenso dos Estados Unidos como nova potência mundial¹⁵⁷.

Gramsci começava a compreender que o americanismo significava produção de toda uma organização social – em seu nexos articulado de plano material, plano relacional-social e plano ideológico simbólico – a partir da centralidade da fábrica. A reorganização dos processos produtivos segundo cadeias de montagem (fordismo) e a definição “científica” dos tempos, dos movimentos e das funções (taylorismo) acarretaram num gigantesco aumento da produtividade do trabalho, o que serviu de pilar para uma diferente relação e redistribuição dos rendimentos: enquanto o capitalismo oitocentista e tradicional baseava-se na repressão do salário e numa relação orgânica de lucro e renda, o novo capitalismo americano deslocava a renda para uma função marginal e colocava o salário-lucro no centro do desenvolvimento econômico (Finelli, 2001, p. 55). Conforme destaca Semeraro (2001a, p. 54), “o processo de ‘racionalização’ taylorista e fordista se revelava principalmente nos fatores mais

¹⁵⁷ Ao determinar que a situação nos EUA é parte essencial para se entender o motivo pelo qual a economia capitalista não funcionou entre as guerras, Hobsbawm (2008, p. 101) destaca que “[...] se era possível responsabilizar ao menos parcialmente as perturbações da Europa na guerra e no pós-guerra, ou pelo menos nos países beligerantes da Europa, pelos problemas econômicos ali ocorridos, os EUA tinham estado muito distantes do conflito, embora por um curto e decisivo período tivessem se envolvido nele. Assim, longe de perturbar sua economia, a Primeira Guerra Mundial, como a Segunda, beneficiou-os espetacularmente. Em 1913, os EUA já se haviam tornado a maior economia do mundo, produzindo mais de um terço de sua produção industrial – pouco abaixo do total combinado de Alemanha, Grã-Bretanha e França. Em 1929, respondiam por mais de 42% da produção mundial total, comparados com apenas pouco menos de 28% das três potências industriais europeias [...]. É uma cifra espantosa. Concretamente, enquanto a produção de aço americana subiu cerca de um quarto entre 1913 e 1920, a produção de aço do resto do mundo caiu cerca de um terço [...]. Em suma, após o fim da Primeira Guerra Mundial, os EUA eram em muitos aspectos uma economia tão internacionalmente dominante quando voltou a tornar-se após a Segunda Guerra Mundial. Foi a Grande Depressão que interrompeu temporariamente essa ascensão”.

“permanentes”, que sabiam envolver todo o sistema, tanto das relações produtivas quanto das relações sociais”.

Por um lado, o taylorismo intentava produzir e reproduzir uma força de trabalho cada vez menos participante – com sua consciência e personalidade autônoma – no processo de trabalho, transformando-se apenas num componente mecânico e passivo desse processo. Tal pretensão era exposta com brutal cinismo por Taylor ao demonstrar que o objetivo da sociedade americana era nada mais que “desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador”, além de “reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal” (Gramsci, 2001a, p. 266).

Por sua vez, as tentativas feitas por Ford em forjar um novo tipo particular de trabalhador (e de ser humano) adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo – contratando um corpo de inspetores para intervir na vida privada de seus empregados e para controlar como eles gastavam os seus salários, gerando padrões de consumo compatíveis com os interesses da empresa – era uma exímia expressão de como os comportamentos culturais e a própria vida particular dos trabalhadores passaram a receber um controle quase obsessivo da indústria e do Estado na ótica do fordismo, sob o qual todo um modo de produzir e de pensar era incorporado em seu domínio (Gramsci, 2001a, p. 239-283).

Ou seja, conformava-se assim, “[...] uma hábil combinação entre a ‘força’ (destruição do sindicalismo) e a persuasão (melhores salários, benefícios sociais, propaganda ideológica e política)”, comprovando que a *racionalização*, a *taylorização* e a *economia programada* não eram “[...] apenas expressões de economia, mas representavam também a nova linguagem das ‘complexas superestruturas’ que o mundo ocidental vinha reconstituindo no âmbito da cultura, do direito, da ideologia e da concepção de Estado” (Semeraro, 2001a, p. 55 e 60). Nas palavras de Gramsci (2001a, p. 258-259):

[...] o movimento corporativo existe e, sob alguns aspectos, as realizações jurídicas já ocorridas criaram as condições formais nas quais a transformação técnico-econômica pode se verificar em larga escala, já que os operários não podem se opor a tal transformação nem podem lutar para se tornarem eles mesmos seus porta-bandeiras. [...] O elemento negativo da “polícia econômica” predominou até agora sobre o elemento positivo da exigência de

uma nova política econômica que renove, modernizando-a, a estrutura econômico-social da nação, mesmo nos quadros do velho industrialismo. A forma jurídica possível é uma das condições importantes, não a única condição nem mesmo a mais importante: é apenas a mais importante das condições imediatas. A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do livre-cambismo ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do industrialismo econômico que chega com meios próprios, como “sociedade civil”, através do próprio desenvolvimento histórico, ao regime da concentração industrial e do monopólio¹⁵⁸.

Desta forma, o comunista italiano compreendia que o americanismo era, assim como o fascismo, uma forma moderna de “revolução passiva”, ou seja, ambas se caracterizavam como expressões de reformismo que o capitalismo havia elaborado para se reorganizar no Ocidente. Assim, a Restauração, o *Risorgimento*, o fascismo e o americanismo eram diferentes configurações da revolução passiva, categoria da qual Gramsci se serve nos *Cadernos* para demonstrar a persistente capacidade de iniciativa da burguesia que, também na fase histórica na qual deixou de ser uma classe propriamente revolucionária, consegue efetuar relevantes transformações político-sociais, garantindo a firme manutenção desta iniciativa, da hegemonia e do poder em suas mãos, mantendo, assim, as classes trabalhadoras em sua condição de subalternidade¹⁵⁹.

A revolução passiva constituía uma estratégia da burguesia distinta da “revolução permanente” de tipo jacobino, e refletia a passagem da luta política de *guerra de movimento* (ou *guerra manobrada*) para a *guerra de posição*, “[...] o que, na Europa, ocorreu depois de 1848 [...]; [e] a mesma passagem verificou-se depois de 1871” (Gramsci, 2002c, p. 318)¹⁶⁰. Para o comunista italiano, a fórmula da *revolução permanente*, surgida

¹⁵⁸ Concordo com a afirmação de Semeraro (2001a, p. 56) de que não podemos desconsiderar os limites históricos nos quais Gramsci efetuou tais formulações, no intuito de se evitar “traduzir sem mediação suas análises para um presente que não pode ser mais descrito com as mesmas categorias”. Para melhores análises acerca do desenvolvimento gramsciano sobre *Americanismo e fordismo*, consultar também Badaloni (1987, p. 99-108), Simionatto (2004, p. 85-92), Liguori (2007, p. 63-66) e Finelli (2001).

¹⁵⁹ Ao analisar sobre a utilidade e os problemas de utilizar o tema da “revolução passiva” como interpretação da Era do *Risorgimento* e de qualquer época complexa de transformações históricas, Gramsci ressalta o perigo de “derrotismo histórico”, ou seja, “[...] de indiferentismo, porque a formulação geral do problema pode fazer crer num fatalismo etc.; mas a concepção permanece dialética, isto é, pressupõe e até postula como necessária uma antítese vigorosa e que ponha intransigentemente em campo todas as suas possibilidades de explicação. Portanto, não teoria da ‘revolução passiva’ como programa, como foi nos liberais italianos do *Risorgimento*, mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante” (Gramsci, 2002c, p. 331-332, grifos nossos).

¹⁶⁰ Conforme destaca Texier (2005, p. 223), somos levados a pensar, ao tomarmos a tese de Gramsci sobre a história do século XIX na França, “[...] que a ideia da ‘revolução permanente’ não é uma invenção arbitrária de Marx e Engels. Com o complemento necessário de ‘restauração’ que não restaura verdadeiramente, e com o de ‘revolução

antes de 1848, expressa a síntese das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor (isto é, dos grupos burgueses mais radicais da Revolução Francesa), é a fórmula encontrada para justificar a ditadura da classe burguesa, própria de um período histórico no qual

[...] não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava sob muitos aspectos, por assim dizer, no estado de fluidez: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência político-estatal em poucas cidades ou até mesmo numa só (Paris para a França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal, determinado sistema das forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais em face das relações econômicas do mercado mundial etc. (Gramsci, 2002b, p. 24).

Em 1848 e, posteriormente, em 1871, acreditava-se que a burguesia estava à beira do precipício e que a revolução proletária já havia começado nutrindo assim a “ilusão” de que essa revolução permanente fundaria não apenas a democracia política, mas também o comunismo. Todavia, Gramsci analisa que a Revolução Francesa não se encerrou com a derrota definitiva das velhas classes, mas sim apenas quando a burguesia provou a vitalidade histórica de seu regime contra a nova classe ingressante na história – ou seja, quando a revolução se conformou como a fundadora da democracia moderna e levou igualmente à hegemonia da burguesia¹⁶¹. Sendo assim, não se pode descartar que, no curso desse processo, aquela “ilusão” do proletariado foi responsável pelo seu engajamento, em 1848 e em 1871, numa luta para “libertar-

passiva’ no sentido de Gramsci, ela é a fórmula política que exprime o movimento histórico dos três primeiros quartos de século XIX”. Assim, “[...] quando Gramsci fala da fórmula ‘revolução permanente’, ele tem em vista essencialmente a estratégia de ataque frontal ou de guerra de movimento, cuja derradeira manifestação (vitoriosa) será a Revolução de outubro de 1917. Na visão de Marx e Engels, em 1848, em 1871 e posteriormente, a ‘revolução permanente’ envolve essa ‘guerra de movimento’, essa tática ofensiva, mas é preciso acrescentar que esse ataque frontal é posto em prática no curso de um processo revolucionário que encadeia duas revoluções. Quando Gramsci se refere à elaboração científica da experiência da Revolução Francesa nos anos da Revolução de 1848, ele pensa certamente nas posições de Marx e de Engels no *Manifesto* e depois nos textos de 1850. Mas, quando ele afirma que a revolução comunista não se encontrava então na ordem do dia, a expressão ‘revolução permanente’ é utilizada em seu sentido jacobino” (Texier, 2005, p. 223). Luciano Gruppi (1980) ressalta a importância em se compreender um “outro significado” que assume os termos “guerra de movimento” e “guerra de posição” em Gramsci, apontando que esses termos aparecem também, em passagens talvez menos profundas, para “indicar fases diversas do decurso histórico e a passagem de abalos rápidos da estruturação classista e política da sociedade para momentos de estabilidade relativa” (Gruppi, 1980 p. 138), como se pode perceber na seguinte passagem de Gramsci (2002a, p. 300): “Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870”, e que, na sua época, “a guerra de movimento ocorreu politicamente de março de 1917 a março de 1921, sendo seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico (para a Europa), é o fascismo”. Gruppi (1980, p. 138) complementa afirmando que caberia discutir se “é justo falar do período de 1815-1870 como sendo uma guerra de posição e não definir 1848 como guerra de movimento”.

¹⁶¹ Conforme ressalta Texier (2005, p. 224): “[...] a Revolução Francesa [para Gramsci] é uma revolução permanente, que cobre os três primeiros quartos de século XIX. Não se tratava, porém, no essencial, do encadeamento de duas revoluções, mas de uma única revolução [...]”.

se”, numa luta pela conquista do poder e pela instauração do comunismo que, apesar de não lograrem êxito nos seus objetivos, desempenharam um papel decisivo no nascimento da democracia moderna e na definição de muitos traços que a caracterizam – como por exemplo, a existência dos partidos políticos e dos sindicatos.

Desta forma, a técnica política se transforma completamente após 1848, não somente devido à “expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de vastas burocracias estatais e ‘privadas’ (político-privadas, partidárias e sindicais)”, como também “das transformações que se verificaram na organização da polícia em sentido amplo”, ou seja, “não só do serviço estatal destinado à repressão da criminalidade, mas também do conjunto das forças organizadas pelo Estado e pelos particulares para defender o domínio político e econômico das classes dirigentes” (Gramsci, 2002b, p.77-78)¹⁶². Não por menos, o processo de transformação do Estado burguês manifestado depois de 1848 se torna explosivo depois de 1870, onde, com a expansão colonial europeia, tornam-se “mais complexas e robustas” as relações de organização internas e internacionais do Estado (Gramsci, 2002b, p. 24). Ocorre, na arte política, o que ocorre na arte militar:

[...] a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra etc. (Gramsci, 2002b, p. 24).

É interessante compreendermos como Gramsci faz a comparação entre os conceitos de *guerra de movimento* e *guerra de posição* na arte militar e os seus correspondentes na arte política. Não se pode escolher a forma de guerra que se quer, pois sua forma será “imposta” pela situação objetiva da relação geral das forças em choque. Na arte militar, as guerras de movimento, por suas características naturais de

¹⁶² “No mundo moderno, com suas grandes coalizões de caráter econômico-sindical e político-partidário, o mecanismo do fenômeno cesarista é muito diferente do que foi até Napoleão III. No período até Napoleão III, as forças militares regulares ou de carreira constituíam um elemento decisivo para o advento do cesarismo, que se verificava através de golpes de Estado bem claros, de ações militares etc. No mundo moderno, as forças sindicais e políticas, com os meios financeiros incalculáveis de que podem dispor pequenos grupos de cidadãos, complicam o problema. Os funcionários dos partidos e dos sindicatos econômicos podem ser corrompidos ou aterrorizados, sem que haja necessidade de ações militares em grande estilo, do tipo César ou 18 Brumário” (Gramsci, 2002b, p. 78).

ataque rápido e de investidas com movimentação de forças táticas bem aguerridas, só podem ter curta duração e seu êxito depende, em iguais proporções, tanto da força dos atacantes como da fraqueza relativa dos atacados. As guerras de posição não se constituem apenas pelas trincheiras propriamente ditas, “mas por todo o sistema organizativo e industrial que está por trás do exército alinhado”, sendo imposta, sobretudo, “pelo tiro rápido dos canhões, das metralhadoras, [...] pela concentração das armas num determinado ponto”, assim como “pela abundância do abastecimento que permite a rápida substituição do material perdido depois de uma penetração e recuo” (Gramsci, 2002b, p. 72).

Nas sociedades capitalistas desenvolvidas, toda a relação entre ataque e defesa aparece como algo bastante complexo, e os próprios técnicos militares, que naquele momento “se fixaram na guerra de posição como antes se haviam fixado na guerra de manobra, certamente não sustentam que o tipo precedente deva ser considerado como cancelado pela ciência”; todavia, compreendiam que “nas guerras entre os Estados mais avançados do ponto de vista civil e industrial, a guerra manobrada deve ser considerada como reduzida mais a funções táticas do que estratégicas [...]” (Gramsci, 2002b, p. 72). Pelo menos no tocante aos Estados mais avançados, pode-se dizer que a mesma transformação deveria ocorrer na arte e na ciência política, pois nestes Estados, as superestruturas da “sociedade civil” são “como o sistema de trincheiras na guerra moderna”; isto é, a “sociedade civil” se transformou numa “estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões etc.)” (Gramsci, 2002b, p. 72).

Assim como [na guerra moderna] ocorria que um implacável ataque de artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário (mas, na realidade, só o havia destruído na superfície externa, e, no momento do ataque e do avanço, os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva mais eficiente), algo similar ocorre na política durante as graves crises econômicas: nem as tropas atacantes, por efeito da crise, organizavam-se de modo fulminante no tempo e no espaço, nem muito menos adquirem um espírito agressivo; do outro lado, os atacados tampouco se desmoralizam, nem abandonam suas defesas, mesmo entre as ruínas, nem perdem a confiança da própria força e no próprio futuro (Gramsci, 2002b, p. 73).

Ao criticar o preconceito espontaneísta, economicista e catastrofista de Rosa Luxemburgo, Gramsci argumenta que, mesmo aparentemente catastróficas, as crises

econômicas não mais poderiam ter o seu papel superestimado no processo de desagregação do bloco dominante dos países capitalistas avançados; isto é, elas não mais resultavam imediatamente na manifestação das crises revolucionárias, as quais, nas formações sociais do “Ocidente”, mostravam-se um fenômeno bem mais complexo. Consequentemente, a estratégia de transição socialista não mais poderia fixar-se na ideia de um “assalto revolucionário”, pois as crises revolucionárias e a situação objetiva das relações de força não mais impunham uma solução rápida e um choque frontal. Por isto, o comunista italiano considerava que o problema da passagem da guerra de movimento (e do ataque frontal) à guerra de posição também no campo político se colocava como “[...] a questão da teoria política mais importante posta pelo período do pós-guerra e a mais difícil de resolver corretamente”¹⁶³, o que o autorizava a criticar duramente a insistência de Trotsky em propor a teoria do ataque frontal, da “revolução permanente”, num período em que este tipo de ataque “é apenas causa de derrotas” (Gramsci, 2002b, p. 255)¹⁶⁴.

Após a Comuna, o último ataque desse gênero (como guerra de movimento) na história da política foram os acontecimentos da Revolução Russa de 1917, os quais assinalaram uma decisiva reviravolta na história da arte e da ciência política, a partir da qual a dupla dos conceitos “revolução passiva” / “guerra de posição” revelava-se, com o fracasso das revoluções nos países ocidentais, a verdadeira morfologia da luta política travada entre as classes dominantes reorganizadas na manutenção de seu poder e os

¹⁶³ Apesar de afirmar que esta passagem na ciência política está ligada só indiretamente (mediatamente) àquela ocorrida no campo militar, e que é tolice fixar-se no modelo militar, pois a política “[...] deve ser superior à parte militar e só a política cria a possibilidade da manobra e do movimento” (Gramsci, 2002b, p. 124), Gramsci ressalva que, certamente, existe uma relação, e mais especificamente, uma relação essencial: “A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais ‘intervencionista’, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a ‘impossibilidade’ de desagregação interna: controles de todo o tipo, políticos, administrativos etc.; reforço das ‘posições’ hegemônicas do grupo dominante etc. Ou seja, na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não-decisivas e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perderam seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à guerra de assédio, tensa, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo. Na política o assédio é recíproco, apesar de todas as aparências, e o simples fato de que o dominante deva ostentar todos os seus recursos demonstra o cálculo que ele faz do adversário” (Gramsci, 2002b, p. 255-256).

¹⁶⁴ Ao ressaltar a batalha política de Gramsci contra aqueles que não advertiam a necessidade de renovação da estratégia marxista de transição ao socialismo, Coutinho (1999, p. 150-151) destaca que, embora as críticas gramscianas sejam dirigidas diretamente à Trotsky e Luxemburgo, elas também se opõem, na verdade, “[...] a toda linha política seguida pela Internacional Comunista no período que vai de 1929 a 1934: uma linha baseada, como se sabe, na falsa suposição de um iminente colapso do capitalismo, da abertura de uma crise revolucionária mundial (concebida em termos de ‘catastrofismo econômico’), com a consequente dedução da necessidade de adotar uma tática de ataque frontal, de ofensiva em todos os planos, tática segundo a qual até a socialdemocracia devia ser tratada e combatida como uma ‘irmã gêmea do fascismo’. Não é preciso insistir aqui sobre os trágicos resultados a que levou essa retomada aventureirista da ‘guerra de movimento’ como estratégia dos partidos comunistas ocidentais [...]”.

“agrupamentos progressivos” subalternos que tentavam reformular suas estratégias na nova concepção de hegemonia. Portanto, tratava-se agora de se fazer uma análise “profunda” sobre “[...] quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição” (Gramsci, 2002b, p. 73).

Deve-se examinar se a famosa teoria de Bronstein [Trotsky] sobre a *permanência* do movimento não é o reflexo político da teoria da guerra manobrada [...]; em última análise, o reflexo das condições gerais – econômicas, culturais, sociais – de um país em que os quadros da vida nacional são embrionários e frouxos e não se podem tornar “trincheira ou fortaleza” (Gramsci, 2002b, p. 261).

Ou seja, era necessário compreender se a teoria da “revolução permanente”, que se apresentava como teoria revolucionária de valor internacional, não era, na verdade, o reflexo de uma situação tipicamente russa, de uma formação social caracterizada pela debilidade de uma sociedade civil desagregada em contraste com o domínio quase absoluto do Estado-coerção, na qual, portanto, impunha-se à luta de classes a estratégia dos grandes ataques frontais, os grandes resolutivos choques de classe, a “guerra de movimento” voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido estrito (sociedade política). E, neste caso, enquanto Trotsky parecia um “ocidentalista”, era, na verdade, “[...] um cosmopolita, isto é, superficialmente nacional e superficialmente ocidentalista” (Gramsci, 2002b, p. 261). Por outro lado, Gramsci avaliava que Lênin era “profundamente nacional” e “ocidentalista”, pois havia intuído que nas formações sociais dos países capitalistas desenvolvidos do “Ocidente” as coisas se colocavam de modo diverso que na Rússia (Oriente), e por isso era necessária uma estratégia diferenciada (o que lhe parecia ser o significado da fórmula da *frente única*)¹⁶⁵.

Parece-me que Ilitch [Lênin] havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente [...]. Só que Ilitch não teve tempo de aprofundar sua fórmula, mesmo considerando que ele só podia aprofundá-la teoricamente, quando, ao contrário, a tarefa fundamental era nacional, isto é, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de sociedade civil etc.” (Gramsci, 2002b, p. 262).

¹⁶⁵ Durante o IV Congresso da Internacional Comunista, em 1922, Lênin combate duramente o “esquerdismo” e, parecendo intuir a maior complexidade das formações sociais “ocidentais”, propõe a política de frente única com as demais forças operárias e socialistas, fundada sobre a unidade de ação sindical e política entre comunistas e socialistas (o que, obviamente, não excluía a crítica às posições dos segundos), política esta que foi abandonada por Stalin a partir de 1928-1929.

Em outros termos, a formulação internacional das tarefas não é suficiente quando se consideram os termos concretos do desenvolvimento da estratégia revolucionária. É preciso conectar a essa formulação uma análise nacional da situação e dos objetivos, é preciso incidir sobre cada terreno nacional para se analisar as características das estruturas da sociedade civil, pois consente descobrir e aferir as *relações de forças* ali presentes. Neste ponto, Gramsci retoma as teses esboçadas em 1924 e 1926¹⁶⁶, e coloca de modo concreto a distinção estrutural entre duas formações sociais: as do “Oriente” (entre elas a Rússia czarista), nas quais “a sociedade civil era primitiva e gelatinosa” e “o Estado [sociedade política] era tudo”, poderosamente concentrado, ramificado através de uma poderosíssima estrutura burocrática¹⁶⁷; e as formações sociais do “Ocidente” (dos países capitalistas desenvolvidos), nas quais “[...] havia entre o Estado [sociedade política] e a sociedade civil uma justa relação”, e, a cada oscilação do Estado, reconhecia-se imediatamente uma robusta estrutura da sociedade civil; ou seja, “O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional” (Gramsci, 2002b, p. 262)¹⁶⁸.

Dessa forma, se o domínio quase absoluto do Estado-coerção e a debilidade da sociedade civil nas formações do “Oriente” possibilitam a estratégia da guerra de movimento, dos ataques frontais; no “Ocidente” as “trincheiras” e “casamatas” da

¹⁶⁶ A esse respeito, ver item 1.4

¹⁶⁷ De acordo com os apontamentos de Gruppi (1980, p. 141), “Não se deve esquecer que, na Rússia, a aristocracia – ou seja, a classe dominante – se identificava com a burocracia, e que aos graus de nobreza correspondiam os graus burocráticos no aparato estatal e, além disso, havia identidade entre Igreja e Estado. No ocidente, as tarefas da burocracia eram delegadas pela aristocracia, classe dominante, à burguesia nascente, de modo que as tarefas burocráticas eram desprezadas. Na Rússia, a sociedade civil era gelatinosa, fluida, pouco estratificada: um núcleo operário consistente, em algumas cidades, e uma enorme massa de pequenos camponeses dispersos, uma ampla pequena burguesia”.

¹⁶⁸ A distinção entre formações sociais do Oriente e do Ocidente é uma distinção morfológica, e não geopolítica, ou seja, são categorias gnosiológicas que não designam apenas diferenças táticas em áreas geográficas diversas, mas, sobretudo, uma mudança de forma política, um fato *histórico*. Nas palavras de Gramsci, “Para compreender exatamente as significações que pode ter o problema da realidade do mundo exterior, pode ser oportuno desenvolver o exemplo das noções de ‘Oriente’ e ‘Ocidente’ que não deixam de ser ‘objetivamente reais’, ainda que, quando analisadas, demonstrem ser nada mais do que uma ‘construção’ convencional, isto é, ‘histórico-cultural’ (frequentemente os termos ‘artificial’ e ‘convencional’ indicam fatos históricos’, produzidos pelo desenvolvimento da civilização, e não construções racionalisticamente arbitrárias ou individualmente artificiosas). [...] através do conteúdo que se anexou ao termo geográfico, as expressões Oriente e Ocidente terminaram por indicar determinadas relações entre conjuntos de civilizações diversas. [...] Contudo, estas relações são reais, correspondem a fatos reais, permitem viajar por terra e por mar e chegar precisamente aonde se pretendia chegar; permitem prever o futuro, objetivar a realidade, compreender a objetividade do mundo exterior. Racional e real se identificam. Sem ter compreendido esta relação, ao que parece, é impossível compreender a filosofia da práxis, sua posição em face do idealismo e do materialismo mecânico, a importância e a significação da doutrina das superestruturas” (Gramsci, 2002a, p. 137-138).

sociedade civil impõem que as batalhas sejam inicialmente travadas neste terreno através da “guerra de posição”¹⁶⁹. A estratégia da “guerra de posição” é capaz de desvendar os processos de penetração do Estado na economia e nos aparelhos de hegemonia, que traz embutida uma dinâmica ativa e combativa da *práxis política*, visando assim conquistar posições e espaços no interior das complexidades e contradições da sociedade civil. É uma estratégia que demanda preparo, esforço e tempos de longa duração, pois deve revelar a capacidade em se construir uma nova hegemonia; isto é, em alcançar a direção político-ideológica e o consenso dos setores majoritários da população, como mediação para o acesso e conservação do poder de Estado, ou melhor, como momento dialético da fundação de um novo Estado.

3.3 A realização do valor democrático da função educativa e formativa do Estado a partir da sua superação pela “Sociedade [auto]regulada”: o “Estado ético” e os perigos da “estatolatria”.

Nas análises até aqui efetuadas, pôde-se perceber como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia em Gramsci representa, para além do progresso político-prático, uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que, mesmo inserida em limites ainda restritos, supera o senso comum e torna-se crítica; ou seja, é um devir histórico que progride até a aquisição real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária.

Utilizando o exemplo da revolução burguesa na história, Gramsci ressalta que, se as precedentes classes dominantes possuíam um caráter essencialmente conservador, pois não tendiam a assimilar organicamente as outras classes (ou seja, a “ampliar ‘técnica’ e ideologicamente sua esfera de classe”), e permaneceram fechadas na sua concepção de casta, a classe burguesa pôs-se a si mesma “como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível

¹⁶⁹ Conforme ressalta Coutinho (1999, p. 148-149), a necessidade de uma nova estratégia não é imposta apenas pela diferença sincrônica, simultânea, entre formações do tipo “oriental” e “ocidental”, mas também pelos processos histórico-sociais, “[...] pela diferença diacrônica – no interior das sociedades hoje ‘ocidentais’ – entre períodos marcados pela debilidade da organização de massas (onde se impunha a ‘guerra de movimento’, o choque frontal com o Estado-coerção) e períodos de mais intensa socialização da política (onde a conquista paulatina de posições ocupa o lugar central na estratégia operária). Nesse sentido, a ‘guerra de movimento’ seria aplicável não só aos Estados absolutistas ou despóticos de tipo ‘oriental’, mas também aos Estados liberais elitistas dos dois primeiros terços do século XIX, ao passo que a ‘guerra de posição’ seria válida para os Estados democráticos modernos (é claro que essa periodização, válida para a Europa, não se repete em outras regiões do mundo; mas isso não nega [...] que processos de ‘ocidentalização’ – mais tardios – ocorram também em algumas dessas outras regiões – sobretudo na América Latina)”.

cultural e econômico”, transformando toda a função do Estado e tornando-o “educador” (Gramsci, 2002b, p. 271).

O desenvolvimento do jacobinismo (de conteúdo) e da fórmula da revolução permanente aplicada na fase ativa da Revolução Francesa encontrou seu “aperfeiçoamento” jurídico-constitucional no regime parlamentar, que realiza – no período mais rico de energias “privadas” na sociedade – a hegemonia permanente da classe urbana sobre toda a população, na forma hegeliana do governo com o consenso permanentemente organizado (mas a organização do consenso é deixada à iniciativa privada, sendo portanto de caráter moral ou ético, já que se trata de consenso dado “voluntariamente” de um modo ou de outro). (Gramsci, 2002b, p. 94).

Ao considerar que a luta entre a sociedade civil e a sociedade política de um determinado período histórico resultou tanto na divisão dos poderes (e toda a discussão ocorrida para sua efetivação) quanto na dogmática jurídica derivada de seu advento, Gramsci aponta que “[...] toda a ideologia liberal, com suas forças e suas fraquezas, pode ser resumida no princípio da divisão de poderes” (Gramsci, 2002b, p. 235)¹⁷⁰, surgindo assim a principal fonte da debilidade do liberalismo político e econômico:

A burocracia, isto é, a cristalização do pessoal dirigente, que exerce o poder coercitivo e que, num determinado ponto, se transforma em casta. Daí a reivindicação popular da elegibilidade de todos os cargos, reivindicação esta que é, simultaneamente, liberalismo extremo e sua dissolução (princípio da Constituinte permanente etc.; nas Repúblicas, a eleição periódica do chefe do Estado dá uma satisfação ilusória a esta reivindicação popular elementar). (Gramsci, 2002b, p. 235).

De fato, a solução “burocrática”, conforme argumenta Gramsci, mascara um regime de partidos da pior espécie: na sociedade civil, os partidos eram efetivamente os organismos que não apenas elaboravam as diretrizes políticas, como também educavam e apresentavam homens supostamente em condições de aplicá-las. As “diretrizes” elaboradas (totais ou parciais, de longo alcance ou de caráter imediato) eram, no terreno parlamentar, confrontadas, despidas dos traços particularistas etc., até que uma delas se tornasse “estatal” – “na medida em que o grupo parlamentar do

¹⁷⁰ “Unidade do Estado na distinção dos poderes: o Parlamento, mais ligado à sociedade civil; o Poder Judiciário, entre Governo e Parlamento, representa a continuidade da lei escrita (inclusive contra o Governo). Naturalmente, os três poderes são também órgãos da hegemonia política, mas em medida diversa: 1) Parlamento; 2) Magistratura; 3) Governo” (Gramsci, 2002b, p. 235-236).

partido mais forte se tornava o ‘Governo’ ou dirigia o Governo” (Gramsci, 2002b, p. 342).

O marxista sardo afirma que o fenômeno da fragmentação desse aparelho hegemônico e a consequente complexificação do exercício da hegemonia no período posterior à I Guerra Mundial foi apresentado através de diversas denominações e em seus aspectos mais secundários e variados, como, por exemplo, “crise do princípio de autoridade” e “dissolução do regime parlamentar” (mas que, na verdade, deve ter suas raízes procuradas na sociedade civil, pois não passa de um reflexo de mudanças radicais havidas na própria sociedade, na função dos grupos sociais)¹⁷¹. Neste processo, essas tarefas de elaboração de diretrizes políticas, de educação e valorização das personalidades não foram anuladas com a incapacidade dos partidos em realizá-las (nem muito menos foram encontradas novas soluções): os partidos passaram, na realidade, a operar às ocultas, sem controle; sendo substituídos “por camarilhas e influências pessoais inconfessáveis” – sem contar a restrição das possibilidades de opção e o embotamento da sensibilidade política e da elasticidade tática (Gramsci, 2002b, p. 342).

A classe burguesa – que na sua marcha traz consigo um novo tipo de Estado, cada vez mais complexo e baseado na organização do consenso – se vê “saturada”: “[...] não só não se difunde, mas se desagrega; não só não assimila novos elementos, mas desassimila uma parte de si mesma (ou, pelo menos, as dissimilações são muitíssimo mais numerosas do que as assimilações)” (Gramsci, 2002b, p. 271); uma

¹⁷¹ Nas palavras do marxista sardo, “Naturalmente descrevem-se do fenômeno tão-somente as manifestações ‘teatrais’ no terreno parlamentar e do governo político, manifestações que são explicadas precisamente através de alguns ‘princípios’ (parlamentar, democrático etc.) e da ‘crise’ do princípio de autoridade (da falência de tal princípio falarão outros não menos superficiais e superficilosos). A crise se apresenta, praticamente, na dificuldade cada vez maior dos próprios governos: ela tem sua origem imediata na multiplicação dos partidos parlamentares e nas crises internas permanentes de cada um destes partidos (ou seja, verifica-se no interior de cada partido o que se verifica no Parlamento como um todo: dificuldades de governo e instabilidade de direção). As formas deste fenômeno são também, em certa medida, de corrupção e dissolução moral: cada fração de partido acredita possuir a receita infalível para deter o enfraquecimento do partido como um todo e recorre a todos os meios para assumir sua direção ou, pelo menos, para participar da direção, do mesmo modo como, no Parlamento, o partido pensa que deve ser o único a formar o governo para salvar o país, ou pelo menos pretende, para dar apoio ao governo, participar dele do modo mais amplo possível; disso resultam acordos cavilosos e minuciosos, que não podem deixar de ser personalistas a ponto de parecer escandalosos e que, frequentemente, são inconfiáveis e traiçoeiros. Talvez, na realidade, a corrupção pessoal seja menos do que parece, já que todo o organismo político está corrompido pelo esfacelamento da função hegemônica” (Gramsci, 2002b, p. 96). Além disso, certamente não se pode desconsiderar nesse processo “[...] o fenômeno sindical; mas não o fenômeno sindical entendido em seu sentido elementar de associativismo de todos os grupos sociais e para qualquer fim, e sim aquele típico por excelência, isto é, dos elementos sociais de formação nova, que anteriormente não tinham ‘voz ativa’ e que, apenas pelo fato de se unirem, modificam a estrutura política da sociedade” (Gramsci, 2002b, p. 340).

paralisação que acarreta num retorno à concepção do Estado como pura força; uma crise de hegemonia que é definida por Gramsci como:

Separação da sociedade civil em relação à sociedade política: pôs-se um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou. Tem-se uma forma extrema de sociedade política; ou para lutar contra o novo e conservar o que oscila, fortalecendo-o coercitivamente, ou como expressão do novo para esmagar as resistências que encontra ao desenvolver-se (Gramsci, 2002b, p. 263).

Gramsci explicita que, se algumas autonomias que foram abolidas pelo Estado moderno (como a substituição do bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante) conseguiram renascer sob novas formas (partidos, sindicatos, associações de cultura etc.), nas ditaduras desenvolvidas no período em que escrevia suas formulações até mesmo estas novas formas de autonomia eram abolidas legalmente e incorporadas à atividade estatal. Assim, “[...] a centralização legal de toda a vida nacional nas mãos do grupo dominante se torna ‘totalitária’” (Gramsci, 2002c, p. 139). De acordo com Liguori (2007, p. 34), certamente Gramsci está se referindo ao fascismo, mas não seria um disparate considerar que suas avaliações também desaguavam no então regime soviético, considerando que sua reflexão era alimentada por contínuas referências às experiências históricas (tal como ele era capaz de compreendê-las) desses dois Estados que ele tinha diante de si (como polos opostos, porém, por motivos diversos, ambos fortemente presentes): “o Estado fascista, que o aprisiona, e o Estado soviético, em cuja causa ele se reconhece”. Por outro lado, não se pode desconsiderar que Gramsci, ainda que com limites devidos ao próprio tempo histórico em que vive e reflete, foi um dos pioneiros na compreensão de que, também nos Estados liberal-democráticos, “[...] existem novos e importantes fenômenos de ‘organização das massas’, de regulamentação até mesmo forçada das suas modalidades de vida, de busca de um novo e forte ‘conformismo’ necessário para o desenvolvimento da nova produção fordista” (Liguori, 2007, p. 34).

Gramsci apontara que a revolução provocada pela classe burguesa na concepção do direito e, portanto, na função do Estado, consiste especialmente na vontade de conformismo, isto é, a eticidade do direito e do Estado. A questão do “conformismo social” é a tarefa educativa e formativa do Estado, cujo objetivo sempre

se caracteriza pela criação de novos e mais elevados tipos de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais); isto é, sua finalidade consiste em “[...] adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (Gramsci, 2002b, p. 23). O Estado tende, assim, a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, finalidade esta na qual o direito (além da escola e de outras instituições) será o instrumento que deverá ser elaborado para tornar-se maximamente eficaz e produtor de resultados positivos (Gramsci, 2002b, p. 28). Neste quadro, o Estado deve ser concebido como “educador”, como “Estado ético”:

[...] todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (Gramsci, 2002b, p. 284).

Uma dessas iniciativas estreitamente ligada à hegemonia política, isto é, como ponto de contato entre a “sociedade civil” e a “sociedade política”, entre o consenso e a força, é a conformação do que se denomina como “opinião pública”: quando deseja iniciar uma ação pouco popular, o Estado, de forma preventiva, cria a opinião pública adequada, ou seja, “organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” (Gramsci, 2002b, p. 265). Tendo em vista que a opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, e que esta última, por sua vez, pode ser discordante, a sociedade civil está longe de se caracterizar como uma “arena livre” na qual os atores, através do “diálogo” e da “ação comunicativa”, criam o tecido conectivo da convivência democrática. Pelo contrário, é justamente por esta discordância que a sociedade civil se mantém sempre permeada por uma luta pela hegemonia, isto é, nela sempre existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública (jornais, partidos, Parlamento), “[...] de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica” (Gramsci, 2002b, p. 265).

Um exemplo dessa “modelação” é apontado por Gramsci através da capacidade exercida pelos meios de comunicação de massa (na sua época, principalmente o rádio e a “imprensa marrom”) em efetuar, extemporaneamente, súbitas e fictícias “explosões de pânico ou entusiasmo”, de forma a permitir o alcance de determinados objetivos numa eleição (Gramsci, 2002b, p. 270). Num sistema eletivo de formação dos órgãos estatais, uma das maiores (e mais banais) falácias consiste em considerar que o número é “a lei suprema” e que o peso das opiniões de cada eleitor, indistintamente, é exatamente igual. Se as ideias e as opiniões apresentadas na “forma política de atualidade” na verdade “não ‘nascem’ espontaneamente no cérebro de cada indivíduo”, mas sim possuem “um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão”, então os números se tornam “um simples valor instrumental”, que dão apenas uma medida e uma relação da “eficácia e [da] capacidade de expansão e de persuasão de opiniões de poucos, das minorias ativas, das elites, das vanguardas etc. etc., isto é, sua racionalidade ou historicidade ou funcionalidade concreta” (Gramsci, 2002b, p. 82).

Em outras palavras, o número de “votos” é a manifestação terminal de um longo processo no qual a maior influência pertence exatamente àquele pretense “grupo de excelências” que dedica as infindáveis forças materiais que possui para a obtenção do consenso da maioria. Neste quadro, pode-se perceber como o Estado, na sua tarefa educativa e formativa do “conformismo social”, acaba por eliminar toda a *espontaneidade* possível à sociedade civil.

Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou a omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda a atividade positiva de educação cívica desenvolvida pelo Estado [...], [punindo a ação ou omissão criminosa] de modo original, fazendo-se com que intervenha a “opinião pública” como instrumento de sanção (Gramsci, 2002b, p. 28).

Era de suma relevância a consolidação de uma sociedade civil desalienante de forma a impedir a realização dessa racionalidade sistêmica e instrumental. Se, por um lado, Gramsci percebera e criticara o fato de que o fordismo e a “economia programada”, de “marca americanista”, iniciavam um tipo sócio-produtivo de capitalismo mais avançado que plasmava os indivíduos para o consumo e a despersonalização através da uniformização de condutas e desintegração de subjetividades; por outro, não se pode esquecer também que, no período no qual redigia suas notas, as ideologias totalitárias se apoderavam do mundo apresentando-se não como resultado de excessiva politização da sociedade, mais exatamente como destruição do político. Na sua busca pelo domínio de toda a vida popular e nacional, os regimes totalitários tendiam a unificar “ditatorialmente” os elementos da sociedade civil no Estado, e, ao anularem os partidos e a liberdade da sociedade civil, acabavam implementando um sistema repressivo e violento de poder – o que, conforme já assinalara Gramsci, provava a ausência de uma clara enunciação do conceito de Estado e de uma distinção (ou melhor, identidade-distinção) neste Estado entre sociedade civil e sociedade política (entre ditadura e hegemonia). Ou seja, essa identificação do Estado apenas com as estruturas do governo (“governo dos funcionários”) fazia com que, a longo prazo, se perdesse a hegemonia e passasse a predominar apenas o momento de dominação. Estas concepções reducionistas foram tratadas nos apontamentos dos *Cadernos* com o termo “estatolatria”, a qual é definida por Gramsci como uma “determinada atitude em relação ao ‘governo dos funcionários’ ou sociedade política, que, na linguagem comum, é a forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado e que vulgarmente é entendida como todo o Estado” (Gramsci, 2002b, p. 279).

Côncio das derrapagens totalitárias do Estado no século XX e atento para precisar, nesse sentido, os perigos para o próprio movimento comunista, Gramsci afirma que o argumento da tarefa educativa e formativa do Estado só passa a ter um valor verdadeiramente democrático “nas sociedades em que a unidade histórica de sociedade civil e sociedade política for entendida dialeticamente (na dialética real e não conceitual)” (Gramsci, 2001b, p. 230). Insiste que, no processo de luta por hegemonia que atravessa o terreno do “Estado Integral”, urge a necessidade de que as classes subalternas – que somente podem se unificar quando logram “tornar-se Estado” – consigam manter a sua própria “autonomia” e promover uma própria hegemonia que seja alternativa à dominante, antes que um prolongamento da “estatolatria” venha a

tornar definitivo um governo que deveria ser provisório. Neste sentido, a identificação entre indivíduos (de um determinado grupo social) e Estado deve ser uma identificação orgânica, dialética, de interpelação e influência recíproca, de maneira que a afirmação “todo indivíduo é funcionário” não seja referida ao fato de que este “é empregado pago pelo Estado e submetido ao controle ‘hierárquico’ da burocracia estatal”, mas sim porque, “agindo espontaneamente’, sua ação se identifica com os fins do Estado (ou seja, do grupo social determinado ou sociedade civil)” (Gramsci, 2002b, p. 282).

Essa identificação do Estado com os indivíduos de um grupo social – como elemento de “cultura ativa”, isto é, como movimento para criar uma nova civilização – deve servir para determinar a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, na qual “[...] o indivíduo particular se governe por si sem que, por isto, este seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico” (Gramsci, 2002b, p. 279).

Para alguns grupos sociais que, antes da elevação à vida estatal autônoma, não tiveram um longo período de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente [...], um período de estatolatria é necessário e até oportuno: esta “estatolatria” é apenas a forma normal de “vida estatal”, de iniciação, pelo menos, à vida estatal autônoma e à criação de uma “sociedade civil” que não foi possível historicamente criar antes da elevação à vida estatal independente (Gramsci, 2002b, p. 280).

Gramsci parece compreender a origem da estatolatria, e afirma que todo tipo de Estado atravessa uma fase de “primitivismo econômico-corporativista”, onde há escassez dos elementos de superestruturas, onde o plano cultural é fundamentalmente negativo – sobretudo de crítica ao passado –, e que, devido a estes fatores, o conteúdo da hegemonia política do novo grupo social responsável pela fundação desse novo tipo de Estado deve ser predominantemente de ordem econômica: “trata-se de reorganizar a estrutura e as relações reais entre os homens e o mundo econômico ou da produção” (Gramsci, 2002b, p. 286). Seu exemplo histórico é a sociedade medieval, mas sua reflexão indica nas entrelinhas uma preocupação (ainda nos limites da compreensão) com a Revolução de Outubro e o paradoxo de seu triunfo numa formação social “oriental” – onde o “Estado era tudo” (czarismo) e a sociedade civil era “primitiva e gelatinosa”. Revolução na qual, após a tomada do poder pelos bolcheviques, assistiu-se a ação de retorno desta situação assolar os revolucionários, que se viram

impulsionados a recorrer precisamente à estatolatria como tentativa de administração de tal situação – recurso este que se configura como o prenúncio de consequências tão graves a ponto de requererem, no olhar de Gramsci, uma consciente ação contraposta a esta tendência:

Todavia, tal “estatolatria” não deve ser abandonada a si mesma, não deve, especialmente, tornar-se fanatismo teórico e ser concebida como “perpétua”: deve ser criticada, exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal, em que a iniciativa dos indivíduos e dos grupos seja “estatal”, ainda que não se deva ao “governo dos funcionários” (fazer com que a vida estatal se torne “espontânea”). (Gramsci, 2002b, p. 280).

Ou seja, de um ponto de vista histórico – como nas condições em que aconteceu a Revolução de Outubro – era compreensível o recurso à estatolatria; entretanto, sua anterior experiência e preocupação com a luta interna do grupo dirigente bolchevique em 1926 já indicava à Gramsci o perigo de degenerescência no qual o regime soviético se encontrava – como se o Estado anteriormente caracterizado por Lênin em 1921 como “Estado operário com deformações burocráticas” possuísse uma dinâmica própria geradora de interesses que apontassem para a sua perpetuação. Não por menos, o marxista italiano advertia que a “estatolatria” não deveria ser nem teorizada nem aceita sem que se fosse posta em movimento contratendências que possibilitassem o seu abandono no mais breve espaço de tempo.

Um exemplo dessa indireta discordância gramsciana com uma linha teórico-prática que – no mesmo lapso de tempo em que redigia essas notas (1931-1932) – já se desenvolvia através do que seria cunhado posteriormente como “modelo stalinista”¹⁷², se mostra nas suas afirmações de que o valor democrático da função educativa e formativa do Estado só se realiza quando este Estado é concebido como capaz de ser superado pela “sociedade regulada” (a sociedade comunista), sociedade esta na qual o partido dominante não se confunde organicamente com o governo, uma vez que a atividade desse partido, voltada para a elevação das massas e das iniciativas políticas da sociedade civil, resulta no seu próprio desaparecimento (Gramsci, 2001b, p. 230).

¹⁷² Tal linha foi seguida pela URSS após a virada de 1928-1929, com o fim da concepção gradualista e consensual de transição ao socialismo implícita na NEP, e o início da “revolução pelo alto”, encarnada na coletivização forçada e na industrialização acelerada.

Na realidade de qualquer Estado, o “chefe de Estado”, isto é, o elemento equilibrador dos diversos interesses em luta contra o interesse predominante, mas não exclusivista em sentido absoluto, é exatamente o “partido político”; ele, porém, ao contrário do que se verifica no direito constitucional tradicional, não reina nem governa juridicamente: tem “o poder de fato”; exerce a função hegemônica (e, portanto, equilibradora de interesses diversos) na “sociedade civil”, mas de tal modo esta se entrelaça de fato com a sociedade política que todos os cidadãos sentem que ele reina e governa. Sobre esta realidade, que está em contínuo movimento, não se pode criar um direito constitucional do tipo tradicional, mas apenas um sistema de princípios que afirmam como finalidade do Estado seu próprio fim, seu próprio desaparecimento, isto é, a reabsorção da sociedade política na sociedade civil (Gramsci, 2002b, p. 222).

Percebe-se aqui a já referida preocupação básica gramsciana sobre a necessidade da criação de condições nas quais seja eliminada a necessidade de existência da divisão entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos – a qual deve ser considerada “apenas [como] um fato histórico, correspondente a certas condições” e não como “uma divisão perpétua do gênero humano” (Gramsci, 2002b, p. 325). Conforme destaca Semeraro (2001a), “o projeto de socialização da produção e da política implica também a socialização do poder e o máximo desenvolvimento da subjetividade individual e social”, revelando que a finalidade de toda a atividade política consiste em criar condições para a expansão da “sociedade civil” até o ponto em que esta possa se apropriar do poder separado da “sociedade política” e se transforme, assim, em *sociedade regulada*, “[...] organizada por sua própria autodeterminação, onde cada sujeito e a pluralidade de associações livremente constituídas, passam a agir por convicção e por razões de ordem ética” (Semeraro, 2001a, p. 92 e 94). Nas reflexões do cárcere, Gramsci afirma que o partido dominante, nesta sociedade, “[...] não se confunde organicamente com o governo, mas é instrumento para a passagem da sociedade civil-política à sociedade regulada, na medida em que absorve ambas em si, para superá-las (e não para perpetuar sua contradição)” (Gramsci, 2001b, p. 230), e chega a contrapor o “governo dos funcionários” (sociedade política) ao “autogoverno” (sociedade civil), isto é, a gestão burocrática do Estado sendo preterida pelo “autogoverno dos produtores” (o qual se expressa por meio dos organismo da sociedade civil). (Gramsci, 2002b, p. 279).

É interessante percebermos, também, como Gramsci retoma e concretiza nos *Cadernos* o problema sobre qual Marx, Engels e Lênin haviam se debruçado, isto é, a

tarefa de encontrar uma forma de organização da sociedade que, ao superar todo antagonismo de classe, consiga eliminar o aparato de repressão, construído em vista da guerra de classes interna e do conflito armado com outras classes exploradas concorrentes no nível internacional. Ao mesmo tempo, pode-se perceber como o marxista sardo supera dialeticamente seus antecessores ao supor que, para a extinção do Estado, é necessário um embate no âmbito específico da política e das instituições socialistas de forma que se possibilite o fim da alienação manifestada na existência de um Estado separado da sociedade (seja qual for o conteúdo de classe desse Estado).

A extinção do Estado como *reabsorção da sociedade política na sociedade civil* significa que o avanço na construção do socialismo incorre num desaparecimento progressivo dos mecanismos de coerção, ou seja, as funções sociais de *domínio* e *coerção* vão perdendo gradativamente espaço para as funções de *hegemonia* e *consenso*. Mas não podemos esquecer a afirmação gramsciana de que, “numa doutrina do Estado que conceba este como tendencialmente capaz de esgotamento e de dissolução na sociedade regulada”, é de fundamental importância compreender que a distinção entre sociedade civil e sociedade política não é orgânica, mas sim metodológica (Gramsci, 2002b, p. 47), que “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido de que Estado = sociedade política + sociedade civil)” (Gramsci, 2002b, p. 244), e que, desta forma, “a sociedade civil [...] também é Estado, aliás é o próprio Estado” (Gramsci, 2001a, p. 85). Isto posto, poderíamos nos questionar sobre até que ponto esta “*reabsorção da sociedade política na sociedade civil*” comporta o advento de uma sociedade realmente sem Estado, já que a tese de sua extinção requer o errôneo abandono da compreensão de que “sociedade civil e Estado [sociedade política] se identificam na realidade dos fatos [numa relação de unidade-distinção]” (Gramsci, 2002b, p. 47).

Ao destacar que o processo de esgotamento do elemento Estado-coerção se realiza “[...] à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado Ético, ou sociedade civil)” (Gramsci, 2002b, p. 244), parece-nos que Gramsci concebe que tal forma de organização da sociedade comunista é ela própria uma forma de Estado, o que nos traz a necessidade de compreendermos melhor esta configuração do comunismo como “sociedade regulada” exposta nas formulações contidas nos *Cadernos*.

Marx e Engels já haviam definido como pré-história da humanidade aquela condição feita de violência e abuso, isto é, os “restos do estado de Natureza” enxergados por Hegel na sociedade burguesa de seu tempo (Hegel, 1997, p. 179), e apontavam a superação desta condição no comunismo, cujo qual, para os fundadores do socialismo científico, representava o início da história da humanidade conciliada. É exatamente pela condição de superação do “estado de natureza”, do abuso e da violência próprias de uma sociedade fundada no domínio de classe e na polarização de pobreza e riqueza, que esse novo ciclo histórico qualitativo é concebido por Gramsci como o advento de uma sociedade “[auto]regulada”, onde cada um será capaz de “obedecer às leis formuladas por ele mesmo”, e não como o início de um período anárquico, no qual ocorreria o desaparecimento de todas as normas. Não por menos, Gramsci afirma que o comunismo é a realização daquela “imagem” de “Estado sem Estado”, de “Estado ético”, que toma o lugar do Estado como organização da violência de classe, e que, nos “maiores cientistas da política e do direito”¹⁷³, permaneceu no terreno da “pura utopia”, tendo em vista que prescinde das colossais mudanças materiais que lhe confere resistência e que lhe dá base. Ou seja, pressupõe da condição de que “[...] todos os homens são realmente iguais e, portanto, igualmente razoáveis e morais”; todos os homens são “[...] passíveis de aceitar a lei espontaneamente, livremente, e não por coerção, como coisa imposta por outra classe, como coisa externa à consciência” (Gramsci, 2002b, p. 244-245).

Neste quadro, pode-se dizer que, enquanto a “eticidade” de Hegel (conforme expressa nos *Princípios da Filosofia do Direito*) supõe que os indivíduos isolados na sociedade civil só conseguem alcançar a plena realização de si mesmos através da universalização de suas relações, da adesão “consciente” a uma “necessidade”, sem considerar em momento algum a ordem da realidade existente assumida em sua totalidade (Hegel, 1997, p. 206-209 e 225-229), a concepção ético-política de Gramsci prevê que a realização das classes subalternas exige o conflito e a superação do capitalismo que as nega como seres humanos, através de uma “reforma intelectual e moral” cujos valores lançam os pilares da “sociedade [auto]regulada” e tornam supérflua a função do Estado, já que foram vencidas as relações opressivas de poder.

¹⁷³ Em outro momento das notas, Gramsci faz essa referência explicitamente a Hegel: “[...] o conceito de Estado ético é de origem filosófica e intelectual (própria dos intelectuais: Hegel)” (Gramsci, 2001a, p. 85).

Sendo assim, quando Gramsci aponta a dissolução do Estado, podemos supor que não está postulando uma sociedade sem Estado, mas sim a superação do Estado capitalista, portador de violência e abuso, de guerras e divisões; refere-se, na realidade, a uma nova sociedade que cria um novo tipo de Estado, onde se extingue os mecanismos do Estado-coerção, da sociedade política, e mantém-se preservado os organismos da sociedade civil, os quais se convertem nos portadores materiais do “autogoverno dos produtores associados” (Coutinho, 1999, p. 143). A instauração da “sociedade regulada” não significa, para Gramsci, a concretização de uma sociedade sem governo, a eliminação de qualquer estrutura política e social, mas sim a criação de uma outra organização social “mais forte e complexa”, gestada na formação da “vontade coletiva”.

Que se lute para destruir um conformismo autoritário, tornado retrógrado e embaraçoso, e se chegue ao homem coletivo através de uma fase de desenvolvimento da individualidade e da personalidade crítica é uma concepção dialética difícil de ser compreendida pelas mentalidades esquemáticas e abstratas. Assim como é difícil compreender que se sustente que através da destruição de uma máquina estatal se chegue a criar uma outra, mais forte e complexa etc. (Gramsci, 2002b, p. 289-290).

Neste quadro, qual seria a posição de Gramsci com relação aos mecanismos da democracia parlamentar? Para o marxista sardo, a democracia moderna se apresentava mais como uma expressão do declínio da velha ordem social do que o início da “nova civilização” (Badaloni, 1975, p. 128), e o sistema político-parlamentar burguês, além de natureza puramente formal e burocrática, favorecia qualquer intenção de manipulação e falsificava a relação dialética de representação, que deveria estar subjacente ao movimento de adesão orgânica e troca de elementos individuais entre dirigentes e dirigidos, governantes e governados, intelectuais e povo-nação – isto é, a realização da vida em conjunto, “a única que é força social” (Gramsci, 2002b, p. 222).

Pode-se dizer, todavia, que a postura gramsciana em relação aos mecanismos da democracia parlamentar contrabalança-se (de forma muito sutil) entre a crítica e uma aceitação provisória; como, por exemplo, nas suas análises acerca das eleições gerais e plebiscitos como “momentos de vida intensamente coletiva e unitária no desenvolvimento nacional do povo italiano”, mas que, em certos momentos, carregavam em si a difusão de uma “convicção mística de que tudo mudaria após o voto, a convicção de uma verdadeira regeneração social” (Gramsci, 2002c, p. 56-58).

Ou também quando afirma o fato de que a transformação do regime representativo e dos partidos “num estorvo e num mecanismo contraproducente” e prejudicial (ao invés de ser “um mecanismo adequado para escolher funcionários eleitos que completem e equilibrem os burocratas nomeados, para impedir sua petrificação”) não deve levar à conclusão de que o regime burocrático precisa ser reabilitado e exaltado, mas sim à uma análise para se descobrir se há identificação entre parlamentarismo e regime representativo e se é possível “[...] uma solução diferente tanto do parlamentarismo quanto do regime burocrático, *como um novo tipo de regime representativo*” (Gramsci, 2002b, p. 310, grifos nossos).

Um outro exemplo emblemático deste posicionamento gramsciano refere-se à sua crítica a uma direta identificação entre conquista do consenso das massas e busca do sucesso eleitoral. Como já pudemos analisar, Gramsci tinha bastante claro que o sucesso eleitoral poderia ser uma referência efêmera e ocasional, fruto de um *boom*, de uma explosão emotiva “de pânico ou entusiasmo fictício”. Todavia, não desconsiderava o valor sintomático das eleições como banco de prova da efetiva “eficácia e capacidade de expansão e de persuasão” de um determinado grupo social, e afirmava que a crítica de origem oligárquica ao regime parlamentarista e seu sistema eletivo onde o número é a “lei suprema”¹⁷⁴, baseava-se, na realidade, numa postura na qual “cada um é levado a confundir seu próprio ‘particular’ com o interesse natural”, preferindo, assim, “se tornar elite por decreto” (Gramsci, 2002b, p. 270 e 82)¹⁷⁵. Mais além, Gramsci ressaltava que tal crítica oligárquica ao regime parlamentarista acabara se estendendo a qualquer sistema representativo, “mesmo não parlamentarista e não formado segundo os padrões da democracia formal”, o que tornava estas afirmações oligárquicas ainda menos exatas, já que, nestes outros regimes,

[...] o consenso não tem no momento do voto uma fase final, muito ao contrário. Supõe-se o consenso permanentemente ativo, a ponto de que aqueles que consentem poderiam ser considerados como “funcionários” do Estado e as eleições como um modo de recrutamento voluntário de funcionários estatais de um certo tipo, que em certo sentido poderia vincular-se (em diversos planos) ao *selfgovernment* [autogoverno]. Já que as eleições se baseiam não em programas genéricos e vagos, mas de trabalho concreto imediato,

¹⁷⁴ Crítica esta que, curiosamente, não se refere ao fato de que “[...] a racionalidade histórica do consenso numérico é sistematicamente falsificada pela influência da riqueza [...]” (Gramsci, 2002b, p. 83).

¹⁷⁵ “Não se trata, portanto, de que os que ‘têm muito’ intelectualmente se sintam reduzidos ao nível do último analfabeto, mas de que alguns presumam ter muito e pretendam tirar do homem “comum” até mesmo aquela fração infinitesimal de poder que ele possui para decidir sobre o curso da vida estatal” (Gramsci, 2002b, p. 82).

quem consente empenha-se em fazer algo mais do que o cidadão legal comum para realizar tais programas, isto é, em ser uma vanguarda de trabalho ativo e responsável. O elemento “voluntariado” na iniciativa não poderia ser estimulado de outro modo para as mais amplas multidões; e, quando estas não são formadas de cidadãos amorfos, mas de elementos produtivos qualificados, é possível compreender a importância que pode ter a manifestação do voto (Gramsci, 2002b, p. 83).

Essa referência a um regime baseado num sistema representativo não parlamentarista e não formado segundo os padrões da democracia formal aponta para uma provável alusão gramsciana à experiência dos soviets. Neste quadro, então, o consenso das massas deve ser a expressão orgânica de direção intelectual e moral, pela qual as massas se sentem permanentemente ligadas à ideologia e à “liderança” política do Estado como expressão de suas concessões e de suas aspirações. Como destaca Tamburrano (1965, p. 112), a realização da hegemonia socialista leva “[.] à unificação cultural e moral e, portanto, política das massas, da grande maioria do povo que vive direta ou indiretamente explorado pelas relações capitalistas de produção ou de distribuição”. Para Umberto Cerroni (1965), quando Gramsci esboça os traços característicos do novo Estado socialista, acentua sempre o conceito de “autogoverno das massas” justamente para destacar o fim do antagonismo entre direito público e privado, a progressiva reabsorção das funções políticas nas funções sociais (perspectiva esta já antes esboçada por Marx na *Crítica à filosofia do direito de Hegel*), o que, além de “permitir uma conexão orgânica entre as relações de produção e as instituições político-jurídicas e esclarecer a realização prática da crítica teórica à sociedade dividida em classes”, também permite reproduzir a distinção entre teoria marxista de Estado e as concepções que se aventuram ressurgir do seu aprofundamento, como a “teoria da violência” (e as variantes blanquistas e sorelianas) e o anarquismo – perspectivas estas “contra as quais os teóricos do marxismo se pronunciaram claramente” (Cerroni, 1965, p. 104). Utilizando-se do exemplo do próprio Gramsci, pode-se afirmar que:

O modelo de Estado proletário não é a falsa democracia burguesa [...], mas sim a democracia proletária que realizará a liberdade das massas trabalhadoras; não é o parlamentarismo, mas sim o autogoverno das massas através de seus próprios organismos eletivos; não é a burocracia de carreira, mas sim os organismos administrativos criados pelas mesmas massas, com a participação real destas na administração do país e na construção da obra socialista (Gramsci, 1919).

Estas formulações se assemelham tanto às aquelas afirmações anteriormente expostas por Gramsci (em *L'Ordine Nuovo*) de que a participação ativa e permanente dos companheiros na vida de suas instituições é uma exigência do Estado socialista, o que contraria a perspectiva do Estado burguês que se fortalece interiormente e exteriormente à medida que se reduz o controle e o acompanhamento da atividade dos poderes por parte dos cidadãos (Gramsci, 2004s, p. 255-256), quanto às colocações de Lênin, logo após a revolução russa, de que o desenvolvimento da organização soviética do Estado (a “democracia proletária” ou “democracia soviética”) deve permitir que cada membro do soviete, além de participar das assembleias, participe também permanentemente na edificação e na administração do Estado; que este “tipo soviético de Estado” deve basear-se na premissa de que o povo seja empurrado em massa e paulatinamente a participar, seja na organização soviética, seja em assumir a responsabilidade da administração estatal (Lênin, 1978b, p.155-156). Em outro momento dos *Cadernos* – ao analisar a questão da burocracia (ou melhor, da formação, no desenvolvimento histórico das formas políticas e econômicas, do tipo do funcionário de “carreira”, tecnicamente treinado para o trabalho burocrático (civil e militar) –, Gramsci afirma que, se “[...] toda forma social e estatal teve um problema dos funcionários, um modo de formulá-lo e resolvê-lo, um sistema particular de seleção, um tipo próprio de funcionário a educar”, é também verdade que os novos grupos dirigentes “[...] jamais puderam prescindir, pelo menos durante um certo tempo, da tradição e dos interesses constituídos, isto é, das formações de funcionários já existentes e constituídas antes de seu advento (especialmente na esfera eclesiástica e militar)”, e que, por isso, constituem-se como motivos inspiradores para uma orientação nova da solução do problema dos funcionários (assim como dos intelectuais) tanto a questão da “[...] unidade do trabalho manual e intelectual”, quanto a “[...] ligação estreita entre o poder legislativo e o poder executivo (fazendo com que os funcionários eleitos se interessem não só pelo controle, mas também pela execução dos negócios de Estado)” (Gramsci, 2002b, p. 89).

Percebe-se assim que, ao tomarem-se “Estado”, as classes subalternas não devem reproduzir as estruturas vigentes de poder e seus mecanismos de dominação, mas sim devem “reinventar uma nova maneira de fazer política e de viver em sociedade” (Semeraro, 2001a, p. 91). Todavia, sem uma clara percepção da contradição interna da sociedade civil e da ambivalência de sua relação com o Estado, corre-se o

risco de que essa “nova maneira de fazer política” acabe atuando sempre à margem da política, sem perceber que a concepção de hegemonia supõe diferenças, multiplicidade, conflitos e interdependência entre partes sociais. Neste quadro, a expansão da “sociedade civil”, as dimensões da ética, da responsabilidade e a capacidade de autodeterminação da sociedade serão cada vez mais aprofundadas com o processo de transformação da estrutura que deverá ser realizado pela conquista da sociedade política por parte das classes trabalhadoras. Dever-se-á, assim, introduzir uma outra maneira de ser do *homo oeconomicus*, novas relações entre as pessoas e novos valores na sociedade, e realizar a construção de uma sociedade socialista como sociedade efetivamente democrática, na qual o consenso das massas está assegurado sobretudo pela unidade ideológica e cultural existente entre dirigentes e dirigidos e pela relação orgânica entre sociedade civil e sociedade política. Este movimento criará as condições necessárias para a superação da atávica divisão (ou separação) entre dirigentes e dirigidos e para a instauração do autogoverno dos novos produtores que trabalham para a negação de toda e qualquer forma de domínio e pela extinção da alienação política.

Assim, a “sociedade [auto]regulada” não se efetivará por uma artificiosa supressão da vida política, mas sim pelo fortalecimento da mesma; ou seja, por um processo de admissão geral de todo o povo no exercício direto da soberania, tornada possível exatamente pelo processo econômico que, ao dissolver os alicerces da divisão de classe (divisão do trabalho, apropriação privada, oposição entre trabalho privado e trabalho social etc.), abrirá necessariamente as portas à reabsorção (mesmo que seja paulatina) do poder político na sociedade dos produtores – movimento este sem o qual não será possível a transformação radical do Estado burguês.

O Estado como força organizada de um determinado grupo social, como separação da “organização da ordem” da totalidade do povo e da sociedade, não se limita a garantir as condições jurídico-formais entre as partes, mas determina também o monopólio da produção. A origem do poder político não depende de uma deliberada *vontade de opressão* da classe dominante, mas sim do processo histórico-econômico real, da substancial e estrutural característica do Estado como resultado *necessário* da divisão da sociedade em classes. Da mesma forma, acreditar que as classes subalternas – dispersas na multiforiedade da sociedade civil – conseguirão alcançar a hegemonia apenas por meio de seu simples desejo e por movimentos parciais e desarticulados,

sem se constituírem no sólido terreno da produção, na fundação de uma nova economia e de uma nova concepção de Estado, é um belo exemplo de como fazer com que uma crença se transforme em pura ilusão. Justamente por isso, a crítica do Estado não pode se esgotar na crítica da vontade da classe que o dinamiza, mas sim deve ser desenvolvida como crítica radical do processo de separação entre Estado e sociedade, entre política e vida econômica, entre estrutura e superestrutura – separação esta incansavelmente recusada por Gramsci ao longo de suas reflexões, as quais demonstraram que as distinções entre conteúdo econômico-social e forma ético-política são puramente analíticas e metodológicas.

Deve-se compreender que um sistema hegemônico só consegue alcançar a universalidade, consistência e durabilidade se estiver sobre os pilares não apenas de um forte simbolismo ético-político, mas também de uma economia socialmente orientada, ou seja, a “função decisiva do núcleo dirigente” na “atividade econômica” significa algo muito mais complexo e profundo do que o simples fato de despojar a burguesia do controle dos meios de produção, transferindo-o para o Estado. Implica a transformação da dinâmica interna do funcionamento da economia, de suas leis de funcionamento e de suas finalidades. Se qualquer modo de produção é também um modo de apropriação, a hegemonia da burguesia só pode ser destruída com a instauração de um novo modo de produção que permita a apropriação desalienante da realidade.

Como vimos, Gramsci estava convicto de que um programa de reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico configuram-se como “o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral”, e, conseqüentemente, através do qual “as camadas mais baixas logram uma elevação civil” (Gramsci, 2002b, p. 19); e este complexo processo de criação das bases materiais de uma nova ordem (ocorrida por imposição e através do próprio sofrimento) será o meio através do qual os grupos subalternos (que sempre foram mantidos à margem das estruturas econômicas e políticas dominantes) podem (e devem) “[...] encontrar o sistema de vida ‘original’ [...] a fim de transformarem em ‘liberdade’ o que é hoje ‘necessidade’” (Gramsci, 2001a, p. 280).

É neste sentido que procede a afirmação gramsciana de que, se a concepção do Estado ético hegeliana “[...] é própria de um período em que o desenvolvimento extensivo da burguesia podia parecer ilimitado e, portanto, a eticidade ou

universalidade desta classe podia ser afirmada”, na realidade, “só o grupo social que propõe o fim do Estado e de si mesmo como objetivo a ser alcançado pode criar um Estado ético, tendente a eliminar as divisões internas de dominados etc.; e a criar um organismo social unitário técnico-moral” (Gramsci, 2002b, p. 284-285). Somente este grupo social pode criar um novo ordenamento baseado na impossibilidade da existência da sociedade dividida em classes e cujo desenvolvimento sistemático tenda, portanto, a coincidir com um processo de esgotamento do poder do Estado, “mediante a eliminação sistemática da organização política de defesa da classe proletária, que desaparece como classe para converter-se em humanidade”. Não por menos, Gramsci afirma que a “sociedade regulada” não pode existir enquanto existir o Estado-classe, já que a sociedade regulada prescinde do fato de que a igualdade econômica (a qual não pode ser introduzida com leis arbitrárias, com um ato de vontade) é uma exigência fundamental para que se possa existir uma completa e perfeita igualdade política (Gramsci, 2002b, p. 223-224)¹⁷⁶.

Neste amplo quadro, revela-se o caráter radicalmente democrático presente na essência da nova hegemonia anticapitalista das classes subalternas, caráter este que, superando os esquemas utilizados na teoria tradicional, não concebe a democracia limitada apenas ao plano político, mas sim também no campo das relações econômicas. Assim como em Marx, Engels e Lênin, os questionamentos de Gramsci alcançam a raiz última de onde deriva toda a divisão, a dominação e a violência que contaminam a trama das relações humanas e sociais, e, desta forma, acaba por imprimir ao conceito de democracia o sentido mais revolucionário elaborado na mais autêntica tradição marxista, pois esta democracia deve, ineliminavelmente, promover transformações profundas na estrutura e superestrutura e impulsionar a gradativa socialização do poder.

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto se possa deduzir em conexão com o conceito de hegemonia. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia e, por conseguinte, a legislação que expressa este desenvolvimento favorecem a passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente (Gramsci, 2002b, p. 287).

¹⁷⁶ “A confusão entre Estado-classe e sociedade regulada é própria das classes médias e dos pequenos intelectuais, que se sentiriam felizes com uma regulação qualquer que impedisse as lutas agudas e as catástrofes: é condição tipicamente reacionária e retrógrada” (Gramsci, 2002b, p. 224).

A única garantia real da “passagem molecular” das classes antes exploradas ao controle efetivo do poder, à conformação da hegemonia libertadora, é que esse “novo modo de produção” não se reduza a uma transformação de elementos quantitativos (a produção cada vez maior de máquinas e objetos de consumo, ou a potencialização do consumo dos bens materiais), mas que esteja centrado em uma capacidade de alcançar a socialização da propriedade e introduzir a democracia econômica. Mais além, contrariamente às posições assumidas até então pelas classes dominantes, as quais estabelecem uma hegemonia que se alicerça sobre um consenso manipulatório e uma articulação forçada, ocultando as contradições estruturais e conciliando os interesses opostos, de forma a não alterar as relações de desigualdade social e de exploração econômica – conduzindo, assim, o poder de forma separada, autoritária e elitista –; a hegemonia construída pelas classes subalternas é mais do que uma estratégia de luta, é uma nova categoria de interpretação da realidade, que tem como cimento não “[...] o consenso passivo e indireto, mas o consenso ativo e direto”; ou seja, é um movimento que permite a participação política e a transformação moral e intelectual dos indivíduos (Gramsci, 2002b, p. 333)¹⁷⁷.

Pode-se dizer que a rejeição de toda estruturação do campo e das práticas políticas que se assentam na dupla separação público-privado e produção-reprodução faz com que a reinterpretação gramsciana da democracia (no contexto de sua formulação do conceito da hegemonia) represente uma decisiva ruptura em relação às formas tradicionais de compreensão e realização da política efetuadas pela esquerda até então. Ao determinar que “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”, existente em toda a sociedade no seu conjunto “[...] e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos” (Gramsci, 2002a, p. 399), e ao indicar que é através dessa hegemonia que as classes subalternas acolhem as novas culturas, articulam as novas sensibilidades e promovem nova organização socioeconômica, Gramsci acaba por afirmar a construção de uma verdadeira “democracia radical”, na qual as classes subalternas são

¹⁷⁷ Conforme complementa Gramsci, este consenso ativo e direto, ou seja, a participação dos indivíduos, deve ser mantido como premissa, “[...] ainda que isto provoque uma aparência de desagregação e tumulto. Uma consciência coletiva, ou seja, um organismo vivo só se forma depois que a multiplicidade se unifica através do atrito dos indivíduos: e não se pode dizer que o ‘silêncio’ não seja multiplicidade. Uma orquestra que ensaia, cada instrumento por sua conta, dá a impressão da mais horrível cacofonia; porém, estes ensaios são a condição para que a orquestra viva como um só ‘instrumento’” (Gramsci, 2002b, p. 333).

elevadas à condição de protagonistas, dirigentes e responsáveis da sua própria história; isto é, tornam-se pessoas históricas, pois deixam de ser “resistentes” a uma vontade estranha para se tornarem “agentes e necessariamente ativos” (Gramsci, 2002a, p. 106).

4.

A ASSOCIAÇÃO ENTRE SOCIALISMO E DEMOCRACIA NOS MARXISTAS DA ESCOLA GRAMSCIANA: BREVES NOTAS SOBRE AS LIÇÕES DE PALMIRO TOGLIATTI E PIETRO INGRAO.

“¿A dónde van las palabras que no se quedaron?
¿A dónde van las miradas que un día partieron?
Acaso flotan eternas
Como prisioneras de un ventarrón
O se acurrucan entre las rendijas
Buscando calor

Acaso ruedan sobre los cristales
Cual gotas de lluvia que quieren pasar
Acaso nunca vuelven a ser algo
Acaso se van

¿Y a dónde van?
¿A dónde van?”

Silvio Rodríguez

Para além das posições de Marx e Engels e dos confrontos teóricos e políticos ocorridos entre Bernstein e a maioria dos dirigentes da socialdemocracia europeia, entre os socialdemocratas (reformistas) e os comunistas no pós-1914, ou nas polémicas no interior do próprio movimento comunista internacional (como, por exemplo, entre as posições de Rosa Luxemburgo e as de Lênin pós-revolução russa)¹⁷⁸, o debate sobre a questão democrática permaneceu simplificado e reduzido à fórmula “liberalismo = democracia” durante décadas sob a tutela da dogmática stalinista (e, pelo menos nesse ponto, com a companhia das correntes esquerdistas trotskistas). O processo de superação (embora ainda insuficiente) da concepção meramente instrumental da democracia política e das alianças se inicia quando – em virtude do impacto da experiência fascista, da vitória dos nazistas na Alemanha (em muito facilitada pela desastrosa política do “social-fascismo”), e dos movimentos ocorridos na França (em 1934) no sentido de uma unidade entre comunistas e socialistas – a Internacional Comunista se vê obrigada a uma mudança de linha da sua concepção política, o que desaguou na formulação e adoção, em seu VII Congresso (realizado em 1935), da nova estratégia da “frente popular”: para deter o avanço do fascismo e reencaminhar a luta

¹⁷⁸ A esse respeito consultar Barboza (2024).

pelas transformações sociais e econômicas, era preciso não mais considerar a socialdemocracia como “a irmã gêmea do fascismo” e como um inimigo a combater implacavelmente, mas sim como o principal aliado na luta pela agregação de um amplo bloco social e político capaz de realizar tal tarefa. Esta proposta consagrava a nova concepção de que a classe operária deveria se tornar o centro de uma ampla coalizão cujo objetivo plasmava-se na defesa das liberdades democráticas, na consolidação e/ou construção de um regime democrático aberto às transformações sociais e fundado na mais ampla participação organizada das massas¹⁷⁹.

Um outro determinante dessa “revisão de posicionamento” das organizações de esquerda dos países europeus e de outros países “não socialistas” foi o fato de que, a partir da segunda metade do século XX, passou a ser mais ou menos difundida em seu seio a compreensão de que o socialismo desfrutava de consideráveis melhorias no plano econômico – alcançando um satisfatório patamar de atendimento das necessidades básicas de toda a população – mas que, no entanto, a concepção reduzida em torno da questão da democracia havia provocado decisivas falhas no campo político, principalmente no que se refere à supressão dos institutos democráticos e da liberdade dos indivíduos. Nestes marcos se inserem as elaborações efetuadas pelos chamados marxistas da escola gramsciana, as quais cabe aqui fazer uma breve colocação, especificamente àquelas relacionadas aos italianos Palmiro Togliatti (e seu conceito de “democracia progressiva”) e Pietro Ingrao (e o respectivo conceito de “democracia de massas”).

¹⁷⁹ Sobre o VII Congresso da Internacional Comunista e a passagem para a estratégia da “frente popular”, cf. Dassú (1988) e Claudín (1985). Claudín sustenta a tese de que a “virada” é uma simples adequação da Internacional às exigências imperativas da política externa soviética, ou seja, as frentes populares europeias estiveram submetidas aos interesses da política de defesa nacional da URSS, chegando a afirmar que a possibilidade de um desenvolvimento revolucionário na França e na Itália ficava gravemente comprometido desde o momento em que a “evolução neorreformista” das concepções políticas de Thorez e Togliatti (dirigentes dos respectivos PCs), iniciada à época da Frente Popular, caracterizaram-se por uma aceitação incondicional da linha staliniana a qual, por sua vez, se adapta a essa “evolução”: “Desde então, a possibilidade de um desenvolvimento revolucionário na França e na Itália fica gravemente comprometido – como ficaria na Rússia de 1917 se as Teses de Abril lenineanas fossem derrotadas no partido bolchevique: sob uma forma ou outra, a revolução burguesa se consolidaria, mas a revolução proletária estaria frustrada [...]” (Claudín, 1985, p. 453). Por sua vez, Dassú argumenta que esta tese proferida por Claudín não é satisfatória, pois, apesar de se poder considerar que “a política externa da URSS joga certamente a favor da mudança tática do Comintern” e que “a concordância de Stalin com a linha unitária promovida por Manuilski e Dimitrov é determinante, ainda que tardia, para a virada” (Dassú, 1988, p. 299), todavia, “[...] a nova linha já fora proposta por uma parte do PCF e encontrara adesões no interior do Executivo do Comintern; a política externa soviética contribuirá, quando muito, para frear sua aplicação até abril de 1934, apesar dos primeiros contatos entre Moscou e Paris: em princípio, a diplomacia soviética continua a se manter possibilista em relação à Alemanha e a sublinhar, mesmo no momento do ingresso da URSS na Sociedade das Nações, a precariedade das alianças com os governos democráticos, favorecendo assim [...] uma aceção tática, e não só defensiva, das frentes antifascistas. De resto, o modo pelo qual uma parte do Comintern (e, em primeiro lugar, Dimitrov) concebe a ‘virada’ revela ser mais profundo do que uma pura adequação da linha da Internacional às exigências da política soviética” (Dassú, 1988, p. 300-301).

4.1 A articulação entre as massas em movimento e a conquista de experiências democráticas: o conceito de “democracia progressiva” em Palmiro Togliatti.

Já nos seus escritos de 1935, registrados nas páginas de *Lições sobre o Fascismo*, Palmiro Togliatti¹⁸⁰ (1978) indica uma compreensão de que a transição para o socialismo demanda a construção de uma democracia de novo tipo, apoiada na participação ativa das grandes massas e que transcenda os marcos do liberalismo. Assinalando um período importante de lutas e de conquistas – sobretudo a partir do fim do fascismo –, o eixo do ensinamento gramsciano imputado por Togliatti no centro da própria ação política consiste na capacidade de compreensão de que o movimento comunista não podia deixar de se inserir profundamente na realidade nacional (mesmo permanecendo internacionalista), condição necessária para que fosse evitada a sua redução a um puro testemunho ou agitação minoritária e para que o convertesse num movimento capaz de desempenhar um papel efetivo. Conforme aponta Guido Liguori (2001, p. 5, grifo do autor),

A sua ideia fundamental era que, depois de quinze anos de ditadura fascista que desorganizou a classe operária, não é possível que a luta de classes contra a burguesia reacionária recomece a se desenvolver a partir das posições que o proletariado tinha alcançado no imediato pós-guerra. Indispensável é um período de luta pelas liberdades democráticas e a classe operária deve estar à frente desta luta. O Gramsci togliattiano e a política togliattiana do pós-guerra – uma política *democrática e nacional* – já estavam claramente presentes desde 1937-1938 (Liguori, 2001, p. 5, grifo do autor),

A preocupação togliattiana com a questão democrática (e, por conseguinte, com a questão das alianças) deita suas raízes, sobretudo, nas experiências internacionais do movimento comunista durante os anos 1930 (as frentes populares, a experiência da guerra civil e da derrota da revolução espanhola, a irrupção da guerra mundial, as novas características do fascismo e da sociedade de massas, a agressão contra a URSS, e a ocupação de quase todo território europeu pelas tropas nazifascistas). Mas pode-se dizer, conforme destaca Coutinho (1980a), que a ampliação dos horizontes conceituais de Togliatti acerca da necessidade de elaboração de uma nova estratégia de transição

¹⁸⁰ Palmiro Togliatti havia se tornado o principal dirigente do PCI após a prisão de Gramsci, em 1926, e exerceu um decisivo papel na elaboração da nova formulação estratégica da Internacional, já que foi o principal relator (juntamente com Gueorgui Dimítrov) do VII Congresso no qual ficou responsável em tratar sobre o papel da frente democrática na luta pela paz mundial.

ao socialismo se realiza, também, em decorrência do recebimento (em 1938) dos famosos manuscritos que Gramsci redigira no cárcere (e as análises contidas acerca da ampliação do Estado, da descoberta da sociedade civil como arena específica da luta de classes, das diferenças entre as formações sociais “orientais” e “ocidentais”, da questão da hegemonia e da “guerra de posição” inerente à formulação de uma nova estratégia de atuação da classe operária no “ocidente” etc.), os quais capacitaram a Togliatti dar “[...] expressão teórica sistemática à linha política que já vinha seguindo desde 1935” (Coutinho, 1980a, p. 13). Entretanto, Guido Liguori (2001) ressalta que:

Não devem ser subestimadas as indiscutíveis distinções existentes entre a elaboração de Gramsci no cárcere e a elaboração teórico-política togliattiana: a “guerra de posição” gramsciana era uma estratégia de alcance mais amplo em relação à “política de unidade antifascista” do PCI no pós-guerra, ela indicava modos novos de luta anticapitalista e de transição ao socialismo que Togliatti e seu partido só em parte souberam e puderam tentar. E não deve ser esquecido que as características da política que Togliatti pôde desenvolver a partir de Salerno, numa situação por muitos aspectos nova, também se distanciam de Gramsci quanto à aceitação do pluralismo e da democracia política. Pode-se afirmar que Togliatti realizou amplamente uma política de inspiração gramsciana, nos limites em que isso lhe era permitido por seu realismo no mundo pós-Yalta” (Liguori, 2001, p. 5).

Quando regressa à Nápoles em 1944, após quase 20 anos de exílio, Togliatti já enfatizava que o avanço na direção de transformações sociais e econômicas profundas no terreno italiano, capazes de abrir o caminho para o socialismo, teriam como condição básica para seu empreendimento a construção e a consolidação de um regime de democracia política capaz de destruir radicalmente as tradições autoritárias que marcam a história italiana (cujo fascismo é sua expressão), democracia que se realizaria através de uma construção permanente, de um progresso constante, cujas bases seriam solidamente colocadas quando – uma vez efetivada a libertação da Itália das ocupações estrangeiras (com o fim da Guerra) – fosse imediatamente convocada e garantida ao povo italiano uma Assembleia Nacional Constituinte que, “[...] eleita mediante sufrágio universal, livre, direto e secreto por todos os cidadãos, decida sobre os destinos do país e sobre a forma de suas instituições” (Togliatti, 1980, 36-37)¹⁸¹. Ou seja, construir-se-

¹⁸¹ Para Togliatti, a luta por uma Assembleia Constituinte significava “[...] uma espécie de linha central em todo o nosso *Risorgimento*, uma linha que permite indicar quais foram os elementos e as forças que, ao mesmo tempo em que buscavam a formação de uma frente de luta verdadeiramente nacional a fim de criar uma Itália livre, independente e unida, queriam também que fosse garantido ao povo o sagrado direito de se dar a Constituição

ia uma nova democracia, “progressiva”, através de uma articulação entre massas em movimento e conquista de experiências democráticas; efetivando-se gradualmente, numa situação dinâmica, instituições e formas democráticas as quais se integrariam com os organismos de massa das classes populares construindo, assim, o efetivo governo do povo¹⁸².

Assim como ao imperialismo exasperado se opõe a nação ressurreta e renovada, do mesmo modo se opõe aos regimes de tirania fascista a democracia pela qual lutam as classes trabalhadoras de vanguarda, a qual não pode deixar de ser uma democracia nova, não formal mas substancial, que garanta não somente a fugidia e exterior liberdade de um dia, mas um progressivo desenvolvimento econômico, político e social permanente. A classe operária quer participar, com suas próprias forças organizadas, na criação de um regime democrático que não coloque no mesmo plano as forças populares – que, na realidade, querem lançar os fundamentos de um novo mundo – e os grupos privilegiados e parasitas que querem se servir da liberdade, como o fizeram no passado, para enganar o povo, para desorganizar a vida da nação, para organizar o advento de sua tirania reacionária. Queremos uma democracia combativa, que defenda a liberdade destruindo as bases objetivas da tirania fascista e, portanto, tornando impossível qualquer ressurgimento reacionário; uma democracia que seja ativamente antifascista e anti-imperialista e, por isso, verdadeiramente nacional, popular e progressiva (Togliatti, 1980, p. 61).

correspondente às suas necessidades e aspirações”, uma Constituição que “garantissem todas as liberdades”, com um poder legislativo forte, representativo de todo o eleitorado (Togliatti, 1980, p. 37). Posteriormente, quando foi apresentada na Assembleia Constituinte o primeiro projeto de Constituição da República Italiana, em 1947, Togliatti afirma que a tarefa que se colocava naquele momento era “[...] destruir, até o último vestígio, o regime da tirania fascista”, de forma que ele jamais renascesse novamente, e assegurar “[...] o advento de uma nova classe dirigente, democrática, renovadora, progressista”, de uma classe dirigente que, por sua própria natureza, garanta – efetiva e realmente – que o país jamais seja empurrado “pelo caminho que o levou à catástrofe, à destruição”; e que, para lograr êxito nesta tarefa, era preciso que a Constituição assegurasse ao povo italiano os seguintes “bens substanciais”: “[...] o primeiro é a liberdade e o respeito à soberania popular; o segundo é a unidade política e moral da nação; e o terceiro é o progresso social ligado ao advento de uma nova classe dirigente” (Togliatti, 1980, p. 77-78).

¹⁸² Um bom exemplo de como Togliatti compreendia esse processo pode ser extraído do seu informe ao *Comintern* de 30 de agosto de 1937, quando, ao denunciar a falta de uma democracia que fosse vivida pelas massas na Espanha republicana de 1937-1939, declara: “O que acima de tudo salta aos olhos é a ausência daquelas formas democráticas que permitem às amplas massas participar da vida do país e da política. Na Espanha atual, o Parlamento não representa quase ninguém; por outro lado, não tem sentido pensar agora, nesta situação, em sua reeleição. Os conselhos municipais – os *ajuntamentos* – e os conselhos provinciais são formados pelo alto, pelos governadores, que distribuem os postos entre os vários partidos, de acordo com os órgãos dirigentes locais desses. Os comitês de frente popular, que em certo momento eram criados por toda a parte e haviam assumido funções governamentais, tiveram depois de transferir essas atividades para os conselhos municipais. A partir de então, os comitês de frente popular deixaram de existir, salvo em alguns lugares onde continuavam sobrevivendo, mas sem serem, por outro lado, eleitos pelas massas. Existem comitês de fábricas, mas é muito difícil estabelecer se são eleitos ou nomeados pelo alto [...]. Nos sindicatos, que se tornaram uma poderosa organização econômica, há pouquíssima democracia. Os partidos políticos, se excluímos o nosso, desempenham uma atividade política muito débil entre seus inscritos. A vida política do país se processa fora do controle das massas. As questões políticas são decididas em sessões, discussões, maquinações, na luta entre diferentes ‘comitês’ dos partidos e dos sindicatos” (Togliatti *apud* Spriano, 1987, p. 291).

A linha política expressa no conceito de “democracia progressiva” era organicamente relacionada, por Togliatti, com a sua ênfase sobre o caráter democrático e nacional da ação do PCI e a concepção da necessidade de criação de um instrumento que fosse adequado a essa linha política: um “partido novo”. Como se pode encontrar nas letras de um artigo publicado em 1944, esse novo partido é caracterizado pelo dirigente italiano como um organismo de massa, aberto às mais amplas alianças, onde todas as forças sociais democráticas, comprometidas com as lutas da classe operária, deveriam se unificar. Isto é, um partido surgido da fusão das correntes políticas proletárias existentes no cenário italiano, as quais “[...] não poderão deixar de trazer para ele, juntamente com sua força numérica, organizativa e política, os elementos de sua própria tradição que correspondam às novas tarefas [que se punham naquela conjuntura]”, conformando-se, assim, num organismo que tende (e deverá) a ser, inevitavelmente, “[...] o partido único da classe operária e dos trabalhadores italianos”¹⁸³, com um regime interno profundamente democrático, capaz de traduzir em sua política, em sua organização e em sua atividade diária, as respostas unitárias a todas as grandes questões nacionais (Togliatti, 1980, p. 61)¹⁸⁴.

Para Togliatti, as particularidades políticas do contexto ocidental sobre o qual o partido atuava, com a magnitude das forças a serem defrontadas e com a intensidade da luta “que põe impiedosamente o fundo dos problemas”, traziam desafios para o caráter da ação desse partido que lhe aparentavam ser muito superiores às condições

¹⁸³ Cabe ressaltar que, para Togliatti, a existência desse partido único da classe operária não eliminaria a coexistência (não só inevitável, mas necessária) de diferentes tendências políticas no seio do movimento socialista. Conforme argumenta na sua intervenção na sessão do comitê Central e da Comissão Central de Controle do PCI, em dezembro de 1963, “Consideramos possível e necessária, nas condições com que nos defrontamos, a pluralidade de partidos políticos durante a construção de uma sociedade nova. O motivo de fundo de nossas pesquisas e elaborações está na consciência, por um lado, das complicadas diferenciações políticas e sociais que são próprias de sociedades capitalistas muito desenvolvidas e com tradições democráticas; e, por outro, está na consciência do novo prestígio, cada vez maior, que estão adquirindo os princípios e os programas do socialismo. [...] existem amplas e novas possibilidades de extensão do campo das forças políticas que aceitam, ainda que sob formas diversas, uma perspectiva socialista, e que, evidentemente, não podem pertencer todas a um mesmo partido. [...] na situação de hoje podem existir partidos políticos diversos que se afirmam socialistas, que querem tornar possível a construção de uma sociedade socialista e pretendam dela participar [...] entre os quais poderá existir colaboração, mas também poderão existir contrastes, derivados de posições diversas. Apresenta-se, por conseguinte, tanto para o momento presente quanto na perspectiva mais longínqua, a questão das relações entre esses partidos, ou seja, entre todas as forças políticas organizadas que tenham uma base na classe operária [...]. Os problemas que se colocam são de aproximação, de contato, de conhecimento recíproco e de colaboração, ou seja, de unidade” (Togliatti, 1980, p. 216 e 217).

¹⁸⁴ Posteriormente, em 1947, Togliatti afirma: “[...] nosso partido é muito diferente do que ele foi no passado. É um partido de massas, mas é ao mesmo tempo uma força dirigente. É um partido que se preocupa com as questões que interessam a todos os estratos das massas trabalhadoras; mas que se interessa por tais questões não apenas para criticá-las, e sim também e sobretudo para resolvê-las de modo concreto e rápido. É um partido que luta e ao mesmo tempo constrói; que conquista as massas não apenas através da propaganda e da agitação, mas por meio de uma atividade construtiva que se processa em todos os campos: governamental, municipal, sindical, cooperativo e em todas as esferas da atividade social” (Togliatti, 1980, p. 63).

programáticas dispostas no movimento comunista, desafios estes cujas soluções mais audaciosas pareciam por vezes “[...] não ser sugeridas pela vontade dos homens, mas imposta pelo curso das coisas” (Togliatti, 1980, p. 62).

Ou criar um partido que seja capaz de guiar os operários no novo caminho que se abre diante deles e, através da necessária unidade das forças democráticas, de exercer uma função decisiva na construção de um regime de democracia que tenda à satisfação de todas as aspirações populares – ou, então, renunciar ao desempenho de uma função de direção na vida do país (Togliatti, 1980, p. 62).

Dado o ponto de desenvolvimento em que se encontrava o movimento operário (não apenas na Itália, mas em todo cenário internacional), e dado o ponto de desenvolvimento no qual se encontrava o próprio marxismo, Togliatti ressaltava a indispensabilidade de uma intensa atividade ideológica para o Partido Comunista, cujo guia só poderia ser a doutrina marxista e leninista, pensada não como “um dogma, um catecismo”, mas como “um guia para a ação”, pois é “a única que permite uma análise completa de todos os elementos da realidade, de sua articulação recíproca e de seu desenvolvimento; e, portanto, a única que permita adequar exatamente à realidade a ação política da classe operária e de um grande partido” (Togliatti, 1980, p. 65 e 60).

Conforme afirma num discurso pronunciado em janeiro de 1947, na Conferência Nacional de Organização do PCI, a característica mais interessante da conjuntura de seu tempo e do modo pelo qual se desenvolvia internacionalmente a luta de classes era, para o dirigente italiano, o fato de que o caminho para a democracia e para o socialismo assumia formas particulares em cada país, “[...] de acordo com a diferença de desenvolvimento do capitalismo, de acordo com as tradições e as características nacionais, e de acordo também com a posição ocupada por esse país no curso da grande guerra mundial” (Togliatti, 1980, p. 66). Para se desenvolver, a ação da classe operária teria que seguir “caminhos novos, jamais percorridos no passado”, e, a tarefa os dirigentes de um partido operário marxista seria, justamente, “[...] traçar esses caminhos, prever o modo como podem evoluir e percorrê-los com passo seguro” (Togliatti, 1980, p. 65).

Não é possível repetir as colocações e as fórmulas do passado; é necessário saber criar algo novo através de uma ação política e organizadora, adequada às condições nacionais e internacionais nas quais se desenvolve em todo mundo a luta pela democracia e pelo socialismo. A própria experiência internacional [...] nos diz que, nas

condições atuais da luta de classes em todo o mundo, a classe operária e as massas trabalhadoras de vanguarda podem encontrar, para chegarem ao socialismo – *ou seja, para desenvolverem a democracia até o limite extremo, que é precisamente o socialismo* –, caminhos novos, diferentes, por exemplo, dos caminhos seguidos pela classe operária e pelos trabalhadores da União Soviética. [...] deriva daqui que nossa tarefa é adquirir a capacidade ideológica, política e de organização que nos permita encontrar o nosso caminho, o caminho italiano, o caminho ditado pelas particularidades, tradições e condições de nosso país, o caminho de desenvolvimento da democracia e da luta pela realização das reformas democráticas mais avançadas e pelo socialismo (Togliatti, 1980, p. 65 e 66, grifos nossos)¹⁸⁵.

Palmiro Togliatti estava convicto de que a libertação da Itália havia ocorrido sem que se fizesse acompanhar por uma profunda revolução social, e temia que o seu país caísse num período de guerra civil. Neste sentido, afirmava, em 1956, que a Constituição democrática e republicana do Estado e os princípios nela afirmados havia sido o resultado das fundamentais posições conquistadas pela classe operária e pelas forças democráticas na sua batalha pela derrocada do fascismo e pela construção de uma nova sociedade. Por isso, a organização de uma democracia que correspondesse efetivamente ao que é dito na Constituição já seria “[...] uma democracia de tipo novo, diversa não só de tudo o que houve na Itália antes do fascismo, mas diversa também das democracias capitalistas de tipo tradicional” (Togliatti, 1980, p. 150-151). Daí derivava-se a orientação geral da linha política proposta por Togliatti e seu Partido no sentido de uma luta democrática pela aplicação da Constituição republicana em seus princípios políticos e em seus princípios econômicos, uma linha política de “[...] desenvolvimento na direção do socialismo, através da realização de reformas de estrutura previstas na própria Constituição” (Togliatti, 1980, p. 151)¹⁸⁶. Resgatando a

¹⁸⁵ Togliatti, para corroborar tal afirmação, utiliza o exemplo do que ocorria, à sua época, na Jugoslávia: “É evidente que existe hoje na Jugoslávia um regime democrático avançado, que se desenvolve na direção do socialismo; mas é também evidente que não existe naquele país um regime igual ao que existia na Rússia dos soviets após a Revolução de Outubro. Não se pode dizer que na Jugoslávia exista a ditadura do proletariado, não existem os soviets; existem, ao contrário, formas novas de organização do poder, que poderiam ser traduzidas na forma geral ‘democracia popular’, e existem organismos novos, criados mediante a luta de libertação nacional, que servem às grandes massas para que exerçam sua soberania. Há aqui, sem dúvida, algo novo, que é preciso compreender, estudar, conhecer a fundo” (Togliatti, 1980, p. 65-66). De acordo com Liguori (2001, p. 5), “Desde o momento em que se pôde falar de Gramsci na Itália libertada (ou parcialmente libertada) pelo nazifascismo, Togliatti recordou sua indicação de uma política ‘nacional’, de uma política de alianças entre operários, camponeses e intelectuais, baseada na ‘função nacional da classe operária’”.

¹⁸⁶ Cabe complementar que, para Togliatti (1980, p. 151), o fato de se seguir uma linha de desenvolvimento democrático não podia significar (e jamais significou) “[...] uma afirmação vazia da necessidade de determinadas reformas; significou luta das massas por suas reivindicações imediatas e por grandes reformas sociais; significou luta pela unidade das massas trabalhadoras e, em primeiro lugar, da classe operária, significou grande e contínuo esforço dos partidos da classe operária no sentido de estreitarem alianças cada vez mais amplas com todos os estratos da população trabalhadora que possuam e devam estar interessados numa transformação profunda das estruturas da sociedade”. Spriano (1987, p. 293-294) destaca que “É quase inútil perguntar se esse Togliatti ‘legalista’

sua intervenção na “Comissão dos 75” para o primeiro projeto de Constituição italiana, em 1945, encontra-se a seguinte afirmação:

A democracia em nosso país não pode ser pura e simplesmente o velho regime parlamentar burguês que existia entre nós antes do fascismo; tampouco pode ser uma simples reprodução dos regimes que brotaram das revoluções democráticas do século passado, mas deve ser uma democracia de tipo novo, uma democracia antifascista, popular, progressiva; deve ser um regime que leve em conta todas as experiências que o povo fez no curso das décadas de opressão e de miséria, e que, com base em tais experiências, construa uma sociedade na qual o que ocorreu no passado não possa mais se repetir, na qual novos grupos políticos e sociais, ou seja, a classe operária, as massas trabalhadoras, tomando a direção da vida no país, emprestem-lhe uma nova marca. Essa é a democracia pela qual lutamos (Togliatti *apud* Spriano, 1987, p. 295).

Liguori (2001, p. 9-10) afirma que, depois de 1956, abre-se “toda uma nova fase não só na história das leituras togliattianas de Gramsci, mas de toda a elaboração do dirigente comunista [Togliatti]”. Com a necessidade de repensar a política do PCI (buscando os caminhos de uma nova estratégia, depois da crise e da falência do caminho experimentado no “Oriente”), a reflexão gramsciana sobre as razões da derrota da revolução no “Ocidente” e sua distinção do “Oriente” (guerra de posição, hegemonia, bloco histórico), passam a ser um importante referencial indicativo de novas hipóteses acerca da luta pelo socialismo que, com toda evidência, retomava vigor após o dramático impasse do caminho soviético, retomando e interrogando Gramsci a partir de uma perspectiva de “[...] estreita relação com os problemas estratégicos do movimento comunista, cujo dever ser ‘nacional’ era colocado num preciso panorama internacional e internacionalista”.

O período entre 1961 e 1964 (ano do falecimento de Togliatti) mostrava um quadro ainda mais complexo do que aquele no qual havia formulado embrionariamente o “partido novo”, onde a profunda crise vivida pelo movimento comunista internacional fazia emergir a urgência da compreensão (já amadurecida no

é o espelho de uma contradição tática, inteiramente política, fundada na absoluta inexecuibilidade de uma solução revolucionária radical – inexecuibilidade da qual está convencido, com base numa consideração atenta da correlação de forças nacionais e internacionais e das zonas de influência repartidas entre os vencedores – ou de uma visão estratégica mais ampla, fundada na ‘estrada real’, a única a percorrer, sem saltar as etapas intermediárias. Ambos os motivos estão presentes, relacionados entre si”. Acho conveniente complementar tal afirmação lembrando a resposta de Togliatti, em 1944, àqueles que o acusava de ter renunciado à revolução, de não ser mais revolucionário: “Revolucionário não é quem grita e quem se agita mais, porém quem concretamente se empenha em resolver as tarefas que a história coloca aos povos e às classes, e que eles devem cumprir se querem abrir o caminho para o desenvolvimento da civilização humana” (Togliatti, 1980, p. 38).

dirigente italiano) de que o pensamento de Gramsci não se esgotava na fundamentação da “via italiana para o socialismo”, mas sim possuía uma densidade capaz de promover uma reflexão mais geral. Neste momento em que realiza seus últimos escritos, percebe-se uma preocupação de Togliatti com o fato de que os comunistas (com exceção dos Partidos da França, Itália e Espanha) ainda se limitavam a “um trabalho de propaganda” e não exerciam uma “influência efetiva sobre a vida política de seus países”; ou seja, ainda não haviam conseguido sair da situação de incapacidade para desenvolver “uma verdadeira e eficiente ação política, que os ligue às grandes massas de trabalhadores” (Togliatti, 1980, p. 229).

Para o dirigente italiano, era preciso saber captar e explorar as condições (objetivamente existentes) que se mostravam muito favoráveis ao avanço dos comunistas “tanto na classe operária quanto entre as massas trabalhadoras e na vida social em geral”, tarefa esta que exigia muita coragem política, que trazia consigo a necessidade de superar “[...] qualquer forma de dogmatismo, de enfrentar e resolver problemas novos de modo novo, de usar métodos de trabalho adequados a um ambiente político e social no qual se verificam contínuas e rápidas transformações”, que requeria a superação da fase de ineficiência da ação política levando os comunistas “a vencerem seu relativo isolamento, a se inserirem de modo ativo e contínuo na realidade política e social, a terem iniciativa política, a se tornarem um efetivo movimento de massa” (Togliatti, 1980, p. 229). Mais além, era preciso se perguntar e compreender se, num país de capitalismo desenvolvido, era possível realizar os objetivos propostos pelos comunistas baseando-se numa estrutura democrática que permita profundos desenvolvimentos progressistas (tal como era previsto, por exemplo, na Constituição da República Italiana). Conforme explicita num artigo para a revista *Rinascita*, de 25 de agosto de 1962:

Admitir, como nós admitimos, o avanço para o socialismo por via democrática significa admitir que as transformações econômicas e políticas a serem efetuadas para se passar a uma nova sociedade podem se realizar gradualmente, através de uma série de lutas e conquistas sucessivas. Essas conquistas, contudo, devem ser verdadeiramente tais. Nenhuma pode ser contrária aos princípios da democracia. Mas devem tender, em seu conjunto e em seu desenvolvimento, a dar à democracia um conteúdo político e econômico novo, como ela não tem hoje nem sequer nos lugares em que, formalmente, está mais desenvolvida. Reside inteiramente nisso o nexo entre democracia e socialismo (Togliatti *apud* Spriano 1987, p. 288).

Percebe-se como a questão referente à associação entre socialismo e democracia ocupa uma posição recorrente e permanente nas intervenções teórico-políticas de Togliatti, para o qual, em torno desse vínculo, “se concentram os principais problemas da luta política de nossos dias” (Togliatti, 1980, p. 183). O dirigente italiano combatia veementemente a convicção segundo a qual os ordenamentos democráticos seriam próprios e característicos do mundo ocidental, ou melhor, dos países onde ainda permanecia, em diversos graus de desenvolvimento, um regime capitalista, pois isto equivaleria a dizer que “[...] a democracia é uma qualidade desse regime, enquanto não seria – por definição e em princípio – uma qualidade dos regimes socialistas” (Togliatti, 1980, p. 185)¹⁸⁷, e acabava por desconsiderar, assim, o fato histórico de que, há mais de um século (e, essencialmente, na conjuntura em que Togliatti atuava politicamente), a existência e o progresso da democracia estavam ligados à presença e ao desenvolvimento “[...] de um movimento popular e de um movimento operário organizados, fortes, conscientes de seus objetivos políticos e capazes de realizá-los através de ações e lutas unitárias” (Togliatti, 1980, p. 187).

[...] é absurdo deixar difundir, ou, pior ainda, contribuir para difundir, no movimento operário, socialista e comunista, uma espécie de complexo de culpa diante dos problemas da democracia, como se por sua natureza ou vocação fossem “democráticas” as classes contra as quais lutamos para retirar-lhes o poder, e como se coubesse a nós, quase como justificação, demonstrar que socialismo e democracia são coisas que também se podem conciliar. A verdade é bem diversa; a verdade é o oposto, é a realidade das coisas que o demonstra. [...] É o advento da classe proletária no cenário dos conflitos políticos e sociais, com suas reivindicações imediatas e com sua aspiração a uma nova estrutura econômica, que constitui o motor do progresso democrático no mundo moderno; e é do peso específico que a classe operária tem na vida nacional, do grau de sua consciência política de classe, de sua unidade e da eficácia de suas lutas, que depende a sorte da democracia (Togliatti, 1980, p. 187 e 188).

¹⁸⁷ “Parte-se das vulgaridades e idiotices do anticomunismo mais grosseiro para chegar até especulações teóricas, ou pretensamente tais, sobre a relação da necessária dependência entre a liberdade econômica da empresa capitalista e a liberdade em geral; sobre a contradição irremediável que deveria haver entre uma sociedade economicamente justa e uma sociedade organizada em bases democráticas; sobre a pretensa necessidade objetiva segundo a qual um regime de intervenção estatal na vida econômica e a direção dessa segundo um plano deveriam necessariamente corresponder ao fim de qualquer democracia etc., etc.” (Togliatti, 1980, p. 186). Em outra passagem, Togliatti complementa: “Não aceitamos de nenhum modo a doutrina liberal segundo a qual a planificação econômica é o fim da liberdade. Ninguém que se diga socialista pode aceitar essas doutrinas. As ameaças à democracia têm suas raízes na anarquia da produção capitalista e no poder dos grupos dirigentes burgueses, não na ação que tende a suprimir aquela anarquia e esse poder” (Togliatti, 1980, p. 194).

Togliatti estava atento à profunda crise do mundo econômico burguês, e à dificuldade das classes dirigentes em conseguir resolver com métodos tradicionais os problemas inteiramente novos emergidos no sistema do capitalismo monopolista. A questão que se colocava naquele momento, nos países capitalistas mais desenvolvidos, era a de uma centralização da direção econômica, a qual buscava se realizar “por meio de uma planificação pelo alto, no interesse dos grandes monopólios e através da intervenção do Estado” (Togliatti, 1980, p. 230). Ao ressaltar que a programação capitalista “[...] liga-se sempre a tendências antidemocráticas e autoritárias, às quais é necessário opor a adoção de um método democrático inclusive na direção da vida econômica”, Togliatti afirma que a luta pela democracia passa a assumir, neste quadro, “um conteúdo diverso do que o assumido até agora, um conteúdo mais concreto, mais ligado à realidade da vida econômica e social”, e que, tendo em vista as perspectivas gerais que para ele pareciam apontar na linha do desenvolvimento histórico naquele período (o avanço e a vitória do socialismo em todo mundo), as formas e condições concretas de avanço e de vitória do socialismo seriam, a partir daquele momento, “muito diferentes do que foram no passado”, podendo-se, até mesmo, temer que “a adoção de fórmulas gerais rígidas venha a ser um obstáculo” (Togliatti, 1980, p. 232). Sendo assim,

[...] uma mais profunda reflexão sobre o tema da possibilidade de um caminho pacífico de acesso ao socialismo nos leva a precisar o que entendemos por democracia num Estado burguês, o modo como será possível ampliar os limites da liberdade e das instituições democráticas, assim como as formas mais eficientes de participação das massas operárias e trabalhadoras na vida econômica e política. Surge assim a questão da possibilidade de que a classe trabalhadora conquiste posições de poder no âmbito de um Estado que não modificou sua natureza de Estado burguês; e, por conseguinte, a questão de se é possível lutar por uma transformação progressiva, a partir de dentro, dessa natureza do Estado (Togliatti, 1980, p. 232).

Para o dirigente italiano, essa seria a questão de fundo que emergia naquele momento no cenário dos países onde o movimento comunista havia se tornado forte (como era o caso da Itália e da França, por exemplo). E, conseqüentemente, era o que implicava a necessidade de uma radicalização dessa luta, da qual dependeriam as ulteriores perspectivas.

4.2 A projeção permanente do movimento popular no Estado como via para a sua transformação: a “democracia de massas” de Pietro Ingrao.

A concepção de que a experiência vivida nos países de capitalismo maduro era reveladora da necessidade de uma expansão da democracia em todos os níveis como condição para enfrentar os novos modos de penetração e dominação do capital monopolista, para romper seus sistemas de alianças e encaminhar a construção de um novo bloco de poder, também pode ser encontrada nos escritos do italiano Pietro Ingrao (1980) e suas formulações acerca do nexos profundo entre luta democrática e luta socialista.

Conforme aponta em dois artigos publicados na revista *Rinascita*, entre abril e maio de 1964¹⁸⁸, as dimensões assumidas pelo mercado e pelos investidores, o nível alcançado pelo conflito econômico internacional e a rapidez do desenvolvimento tecnológico, impuseram aos grupos capitalistas dominantes a necessidade crescente de condicionar e orientar a destinação de toda a riqueza nacional, o nível e a qualidade do consumo e também o funcionamento e o caráter das próprias instituições constitucionais, em consequência da nova relação que se estabeleceu entre poder político e economia (Ingrao, 1980, p. 107). Este quadro havia influenciado na crise que paulatinamente atingia a política de centro-esquerda e abria novas possibilidades para um partido autônomo de classe que fosse capaz de “[...] recolher e exprimir na sua luta também as instâncias de renovação democrática, que são golpeadas, sacrificadas, e de algum modo colocadas em posição subalterna pela lógica do sistema” (Ingrao, 1980, p. 108). Um partido de massa, “[...] que elabora uma concepção do mundo e luta pela revolução, e desse modo estabelece um novo vínculo entre sociedade civil e sociedade política e abre novos caminhos de transformação das estruturas e das instituições” (Ingrao, 1980, p. 128).

Todavia, essa luta tornava-se mais complexa porque a satisfação de determinadas exigências democráticas também requeria operações econômicas e políticas que atingissem não mais apenas o “princípio” da propriedade privada, não mais apenas os aliados de classe e os componentes do bloco de poder dos grandes

¹⁸⁸ “Um primeiro debate sobre o pluralismo político” e “Sobre a relação entre democracia e socialismo”.

grupos, mas sim, cada vez mais diretamente, a esfera de interesses e o poder desses grandes grupos.

A luta antimonopolista, mesmo quando investe questões particulares e setoriais, logo é obrigada a enfrentar opções relacionadas com a massa e a orientação dos investimentos, a hierarquia do consumo, as relações econômicas internacionais, e conseqüentemente o próprio mecanismo de acumulação, a questão da proeminência da mão pública sobre os interesses privados e dos instrumentos democráticos que podem ao mesmo tempo assegurar e regular essa proeminência. Por isso, a luta antimonopolista não só deve libertar-se cada vez mais dos terrenos particulares para se transformar em luta coordenada, por *uma nova linha política*, como deve descobrir e verificar as alavancas – econômicas e políticas – que permitam dar circularidade, eficácia, coerência a uma tal linha antimonopolista e sirvam definitivamente para dar partida a um novo mecanismo de desenvolvimento [...]. Isso exige que se coloque em movimento todo um arco de forças sociais e interesses econômicos e políticos que estejam em condições de sustentar uma luta similar e difícil, e que contraponham – *nos fatos* – às “conveniências” do mecanismo monopolista outras “conveniências”, características de um tipo de desenvolvimento democrático (Ingrao, 1980, p. 109, grifos do autor).

Ou seja, a partir do momento em que elementos essenciais do sistema são questionados pela luta social e política, numa tendência a alterar profundamente o seu equilíbrio, torna-se indispensável para a vanguarda política enfrentar com igual profundidade “[...] os problemas abertos sobre a edificação do novo Estado e a perspectiva geral em que ela coloca a luta atual por determinadas modificações do sistema” (Ingrao, 1980, p. 124). Assim, para que o tecido da dominação burguesa seja rompido, para que se golpeie os modos pelos quais os grupos monopolistas alcançam a hegemonia de todo um arco de forças sociais, e para que se consiga construir um novo bloco de poder, é essencial “[...] a adoção de alguns valores democráticos (a expansão da participação das massas e das liberdades políticas em todos os níveis) na luta pelo socialismo, na gestão do poder e na própria concepção da sociedade socialista”; valores democráticos estes que são imprescindíveis não somente para que “[...] a classe operária tenha força e títulos para se tornar classe hegemônica, portadora e realizadora dos valores mais altos amadurecidos ao longo de nossa história”, mas, principalmente, “[...] para que a classe operária possa encontrar sua unidade política, realizar-se plenamente como classe” (Ingrao, 1980, p. 124). Isto implica a realização de um caminho cuja natureza é até então inédita:

Significa construir uma democracia política que tenha condições não só de intervir na economia com fins igualitários ou solidaristas, mas também de mudar as relações de produção e, mais ainda, de realizar uma mudança de classes dirigentes. Portanto, trata-se de construir uma democracia aberta ao socialismo, que permita alcançar uma transformação socialista baseada no consenso, no momento da hegemonia e não no momento da coerção (Ingrao, 1980, p. 124-125).

Mirando as antinomias do regime soviético, Pietro Ingrao ressaltava as lições que a experiência recente havia lhe trazido: na medida em que se tornavam passíveis de serem instrumentalizadas para soluções autoritárias que comprimiam e sufocavam a democracia interna da frente socialista, a estratégia referente a determinadas limitações das liberdades políticas acabavam acarretando em sérios complicadores também no que se refere à dialética interna do movimento. Até mesmo onde as forças socialistas haviam alcançado o poder e atingido as bases estruturais da dominação capitalistas, “a justa orientação revolucionária, a unidade política de classe e a prática da soberania popular não se efetuavam como *dados imediatos*”, mas sim como “frutos e saídas a serem conquistados no vivo de um processo articulado, que engloba governantes e governados, dirigentes e dirigidos, vanguardas e massas” (Ingrao, 1980, p. 112)¹⁸⁹.

Sendo assim, a afirmação e o desenvolvimento de determinados direitos de liberdade não era uma renúncia à luta de classes e ao caminho de construção do novo Estado, mas sim uma forma de desenvolvimento da luta de classes e um caminho de construção do novo Estado “[...] que parte da consciência de que alguns problemas foram abertos, em virtude de que a capacidade de conquistar a hegemonia [...] também depende da nossa capacidade de oferecer uma resposta a todos estes problemas” (Ingrao, 1980, p. 113)¹⁹⁰. Não se desconsiderava os limites radicais que a igualdade política formal possui numa sociedade capitalista (mesmo quando se amplia ao extremo essa igualdade, já que ela está apoiada numa desigualdade social radical). Também não era abandonada a compreensão de que tais liberdades poderiam ser

¹⁸⁹ “O caráter democrático desse processo não é automático; e a existência de uma rede de autonomias, de determinadas liberdades e inclusive de direitos individuais se nos apresenta como elemento importante para tornar reais e se desenvolvem exigências e valores que a classe operária herda da história, torna seus e incorpora ao patrimônio e ao programa do movimento revolucionário” (Ingrao, 1980, p. 112-113).

¹⁹⁰ Numa outra passagem, de 1968, Ingrao argumenta: “A expansão da democracia, a participação das massas na gestão do poder econômico e político e a experiência da classe das massas não são portanto *um luxo*, uma concessão a outros, mas uma necessidade nossa para desenvolver a luta, para criar uma força revolucionária duradoura, sem a qual nem mesmo a força militar se sustenta” (Ingrao, 1980, p. 134-135).

utilizadas pelas forças conservadoras como instrumento de luta (tendo em vista que estas forças possuem a seu favor a vantagem acumulada em séculos de dominação). Na verdade, partia-se desta consciência para compreender que a edificação socialista deveria ser realizada coerentemente, que as velhas estruturas e todos os privilégios das camadas conservadoras deveriam ser necessariamente golpeados e demolidos com mais dureza e decisão. Nas palavras de Ingrao,

[...] quanto mais amplos forem os direitos de liberdade política, tanto mais rigorosa deverá ser a luta para golpear as bases econômicas da velha ordem, e a luta – eis um ponto decisivo – *para renovar e desenvolver as instituições democráticas, para vinculá-las às massas, para animá-las e torná-las eficazes contra a resistência das forças do passado* (Ingrao, 1980, p. 112, grifos do autor).

É importante reforçar que esta perspectiva não se detinha a um apego genérico ao “modelo” constitucional, nem se alienava da aguda crise das instituições da democracia representativa – esvaziadas de muitos dos poderes de decisão a elas competente, condicionadas no seu funcionamento e paralisadas, em ampla medida, pelas ingerências do Executivo. Na verdade, partia da já explicitada compreensão de que esta crise decorria do próprio modo em que a sociedade se organizava, decorria das modificações ocorridas nas estruturas produtivas da sociedade, fundamentalmente no que diz respeito à posição dominante que a grande empresa monopolista exercia na complexa e organizada sociedade euro-ocidental e às formas e conteúdos por ela assumida, as quais consubstanciavam a estratégia burguesa de pressionar no sentido da corporativização e atomização dos sujeitos coletivos¹⁹¹:

[...] não aludo apenas à influência que a grande empresa monopolista tem sobre as orientações econômicas gerais e a sua penetração direta no aparelho estatal, mas também às novas “técnicas” de política salarial, de organização do trabalho no interior da fábrica, de introdução do consumo, de condicionamento da organização territorial e das formas associadas de vida; técnicas com as quais a grande empresa monopolista ampliou e atualizou sua incidência sobre a formação da personalidade do trabalhador, e através das quais ela atua para dividir a classe operária e as massas trabalhadoras, para bloquear o operário em posições corporativas ou de empresa ou locais, para obstaculizar sua participação plena e autônoma no crescimento do movimento de classe democrático (Ingrao, 1980, p. 168-169).

¹⁹¹ A esse respeito, cf. Ingrao (1981).

Ou seja, esta perspectiva de avanço para o socialismo e gestão socialista – que prevê a defesa e o aperfeiçoamento dos institutos representativos indicados na Constituição italiana (e não a sua liquidação) – não significa uma apropriação acrítica da democracia representativa (ou, de forma precisa, a liberal-democracia), mas, pelo contrário, a plena consciência da profunda crítica efetuada por Marx, Lênin (e, num certo quadro, até mesmo Rousseau) a essas velhas instituições, para que se possa partir dessa crítica na sua tarefa de “[...] renovação e do desenvolvimento das instituições representativas, para transformá-las, para livrá-las do anquilosamento e restituir-lhes um lugar na corrente da história” (Ingrao, 1980, p. 125). A superioridade da sociedade socialista, conforme argumenta o autor, se revela na sua capacidade de “[...] dar uma resposta orgânica e concreta a todo um arco de exigências que constituem a saída da moderna história do homem, de responder onde os outros falharam ou apenas conseguiram exprimir uma verdade parcial” (Ingrao, 1980, p. 113).

[...] nós assumimos o que há de válido em determinadas instâncias numa concepção muito mais robusta da sociedade, tendo em vista uma perspectiva e uma solução que desvinculam determinados direitos de liberdade e determinadas instituições de condicionamentos estruturais que a sociedade capitalista deformou e amesquinhou, valorizando; dando-lhes novo *significado* numa democracia proletária que se apoie numa base estrutural unitária e realize um novo tipo de relação entre sociedade civil e sociedade política (Ingrao, 1980, p. 113, grifo do autor).

Essa “democracia de massas” é concebida, assim, como uma alternativa tanto às formas políticas nas quais se concretizou o modelo staliniano, quanto ao liberal-corporativismo defendido e praticado pela burguesia de seu tempo. Os organismos de democracia de base, ao invés de serem anulados, devem ser entendidos e construídos como reais momentos institucionalizados de intervenção e de decisão, momentos que devem superar os estreitos limites corporativos, de forma a permitir um poder real de controle e negociação. Que sejam capazes de manter uma ligação e articulação com a vida das grandes assembleias eletivas, de modo a assegurar uma presença difusa e organizada das massas, desferindo um golpe contra o isolamento e o cupulismo das assembleias e dos próprios partidos políticos. Dessa forma, os organismos de democracia de base, conforme ressalta Ingrao no seu debate com Norberto Bobbio, em 1975, não são compreendidos “[...] como algo em si no que diz respeito à democracia representativa, ou como algo que vem depois ou fica de lado” (Ingrao,

1980, p. 146). Na verdade deve haver uma articulação organizada entre democracia de base e democracia representativa, capaz de favorecer a projeção permanente do movimento popular no Estado, transformando-o. Isto é, os organismos de democracia de base são vistos como um aspecto, uma componente da democracia representativa: como instrumento de uma recomposição do corpo social, de uma reestruturação orgânica sem as quais “[...] a unificação política central ou é obrigada a recorrer ao despotismo ou então se torna uma fatigante (e no final corruptora) mediação de poder entre as necessidades que permanecem corporativa” (Ingrao, 1980, p. 148). É nesta perspectiva que se pode compreender a sua preocupação no tocante ao revigoramento da motivação básica da relação democracia-socialismo, pois é somente através dele que se pode tornar claro:

O valor que têm para nós o desenvolvimento dos movimentos de luta a partir da base, o controle da base sobre as orientações e o desenvolvimento das lutas sindicais, a construção de um sindicato unitário e de classe que não seja “correia de transmissão” mas assuma um papel autônomo na dialética interna do movimento operário e democrático, a formação de grupos parlamentares que não sejam “corpos em si” de especialistas em política, mas órgãos de luta capazes de estabelecer um vínculo permanente entre ação no país e iniciativa parlamentar. Só a exata compreensão dessa relação democracia-socialismo pode mobilizar plenamente o partido na construção de uma rede de alianças que funde um novo “bloco histórico”, derrotando seja formulações e ilusões “cupulistas”, seja instrumentalismos sectários, que são coisas que às vezes andam juntas (Ingrao, 1980, p. 136).

Tal posição acerca da democracia socialista era, conforme afirma Pietro Ingrao em 1968, uma *opção política* correspondente à visão estratégica do PCI quanto à luta e à edificação do socialismo, a qual possuía implicações imediatas na ação. Compreendida como “capacidade das massas de determinar por si seu desenvolvimento e como unidade política baseada na pluralidade de momentos”, a democracia socialista efetivamente não pode nascer vinda do alto no dia da conquista do poder, mas sim preparada desde antes, através da “elevação do grau de consciência socialista e organização da classe operária, através da riqueza articulada dos movimentos de massa, da capacidade das forças políticas de encontrar uma saída para os impulsos que se originam das massas”, e, principalmente “através de uma relação fecunda entre a vanguarda revolucionária e a amplitude de base” (Ingrao, 1980, p. 136).

Sem esquecer em momento algum a profunda diferença *qualitativa* existente entre as forças que atuam para a abolição e as forças que agem para manter a velha ordem, e cômico de que o peso da herança histórica, da tradição, da situação internacional etc. continua a agir durante um longo tempo em favor do capitalismo mesmo quando e onde a classe operária conquista o poder e inicia a construção da sociedade socialista, Pietro Ingrao faz questão de refutar a tese segundo a qual a democracia só serve à luta dos comunistas *antes* da tomada do poder e não *depois*, pois estava convicto que, *muito mais depois da tomada do poder*, quando a resistência do passado se exprime na “permanência” de velhos modos de ser e de pensar ante a predominância da tarefa de construir a nova sociedade, “[...] a análise crítica, a ampliação da participação das massas, a criação de novas formas de organização social que liquidem os resíduos do velho modo de produção tornam-se um elemento decisivo” (Ingrao, 1980, p. 135).

Será tão difícil ver o esforço que fazemos para extrair esta nova perspectiva de avanço para o socialismo de uma análise marxista das sociedades de capitalismo desenvolvido e, mais ainda, da fase a que chegou a luta de classe no mundo? Enfim, será tão árduo para os companheiros socialistas compreender e reconhecer que a perspectiva pela qual nosso partido trabalha parte exatamente da rejeição de uma estratégia que confie a ação atual do partido na “tática” democrática, à espera e na preparação da solução socialista a ser conquistada autoritariamente amanhã? (Ingrao, 1980, p. 126).

4.3 - Os limites teóricos e políticos da “via democrática” para o socialismo consolidada pelas estratégias “eurocomunistas”.

É inegável a relação destas contribuições dos marxistas gramscianos com a controversa revitalização teórico-política do pensamento social revolucionário plasmada nas estratégias eurocomunistas de enfrentamento às complexas mudanças da sociedade capitalista pós-Segunda Guerra e suas novas demandas sociais. Se na década de 1960 as sociedades socialistas até então construídas praticamente encerravam as possibilidades de expansão e ingressavam numa etapa histórica caracterizada por crescentes dificuldades econômicas e sociais, por outro lado, inicia-se um novo estágio para a sociedade capitalista cujas estratégias políticas e produtivas modificaram profundamente o perfil das classes trabalhadoras e, conseqüentemente, das suas

organizações políticas, diante das novas situações no curso das lutas de classes com as quais se deparavam.

Conforme ressalta Hobsbawm (1983, p. 19), os desdobramentos na União Soviética e nos outros países socialistas a partir de 1956 (com a relevante influência do processo de desestabilização), os fenômenos ligados ao que – já na década de 1950 – se convencionou (erroneamente) a denominar “terceiro-mundismo”, e os determinantes ligados à impressionante e inesperada explosão de radicalismo político nos países do capitalismo industrial ao final dos anos 1960 (as quais desaguarão nas experiências concretas com os movimentos sociais de novo tipo que tiveram seu ápice no *maio de 1968* francês), conformaram um caldo sócio-político e ídeo-cultural que serviu de terreno histórico-concreto sobre o qual se inaugurou uma nova fase na discussão marxista e se desenharam as tendências mais significativas no interior do movimento revolucionário mundial, onde a questão da estratégia revolucionária passou a ser o objeto central das várias perspectivas desenvolvidas, as quais comportaram um amplo leque de variantes insurrecionais e reformistas, de discursos moderados e radicais.

Caudatária desse processo, a “via democrática” para o socialismo consolidada pelas estratégias “eurocomunistas” se configurou, na segunda metade dos anos 1970, como uma expressão contemporânea das possibilidades revolucionárias nas sociedades capitalistas plenamente desenvolvidas, tendo em vista dar conta dos desafios referentes à capacidade dos movimentos comunistas de construir uma estratégia revolucionária que conseguisse incorporar, à luta política revolucionária, as diversas lutas sociais inerentes ao novo estágio de desenvolvimento das sociedades capitalistas.

As elaborações em torno da compreensão da necessidade de uma escolha autônoma pelos partidos comunistas do caminho a ser seguido para o socialismo, e da convicção de uma relação de autoimplicação e consubstancialidade entre socialismo e democracia, resultaram na crescente confluência entre alguns partidos comunistas europeus e não europeus (principalmente os PC’s da Itália, Espanha e França, mas também o PC mexicano, Japonês, dentre outros) em torno de uma série de princípios que cogitavam a possibilidade concreta de construção de uma sociedade socialista alternativa ao socialismo realmente implementado na URSS e nos seus países satélites do Leste europeu. Ou seja, ao se conceber a transição ao socialismo de forma vinculada às condições histórico-concretas particulares dos diversos Estados burgueses (suas

formações nacionais e as especificidades de suas estruturas de classes), objetivava-se a afirmação de uma concepção de socialismo apropriada aos países europeus marcados pela existência de um capitalismo desenvolvido com uma economia de mercado razoavelmente sólida.

Segundo as análises de Hobsbawm (1978 p. 226-232), o que se convencionou denominar como “eurocomunismo” partia da premissa de que a experiência da Revolução de outubro de 1917 não poderia ser automaticamente transposta para um número extenso de países (principalmente àqueles países economicamente desenvolvidos do mundo capitalista), desaguando obrigatoriamente (ou assim deveria) na “possibilidade teórica de uma transição bastante prolongada, de um período de transição para o socialismo que não seria nem rápido, nem dramático, nem resolvido pela tomada do poder”. Dessa forma, a transição ao socialismo levada a cabo através da conquista da hegemonia por partidos e movimentos identificados com a classe operária possibilitaria “prever um longo período marcado pelos fluxos e refluxos, como ocorre no desenvolvimento do capitalismo”, sem que fosse necessário atravessar uma situação revolucionária do tipo insurrecional, mas sim um grande intervalo de lutas democráticas.

A afirmação da estratégia do “compromisso histórico” lançada no ano de 1973 pelo então secretário-geral do PCI, Enrico Berlinguer, plasmada na afirmação das novas concepções sobre a relação entre socialismo e democracia, o partido, a questão das alianças etc., tornou explícitas as motivações que fizeram dos comunistas italianos os principais responsáveis, teórica e politicamente, pelo avanço do eurocomunismo em meados dos anos setenta do século XX. Tal tese mantinha uma estreita relação com os desdobramentos e o desfecho que envolveram a construção do socialismo no Chile, no qual a unidade entre comunistas e socialistas (fruto da ação política) e a iniciativa da “esquerda” (Democracia Cristã chilena) em retirar a candidatura própria no processo eleitoral para presidente da República (e a posterior orientação para votação na Unidade Popular) foram determinantes fatores para a vitória e a eleição de Salvador Allende para presidente da República. A crise econômica herdada pelos regimes anteriores e a dificuldade do governo para elaborar um plano econômico que pudesse equacioná-la fizeram por implodir a aliança entre comunistas, socialistas e católicos em torno da estabilidade e manutenção da democracia no Chile e facilitou a articulação das forças reacionárias chilenas (com o apoio do imperialismo

estadunidense) para seduzirem os setores resistentes à revolução e desfechar uma violenta contrarrevolução com o golpe de Estado no governo da Unidade Popular e o “assassinato” de Salvador Allende.

Neste quadro, a fórmula do “compromisso histórico” teria por objetivo fundamental a construção de um amplo leque de alianças sociais e políticas, para evitar, na Itália, a repetição do caso chileno, sob a qual Berlinguer reafirmava a necessidade de busca de entendimento e convergência entre as diversas forças populares e nacionais da Itália (os comunistas, os socialistas, as massas populares de inspiração católica, entre outras) como objetivo do desenvolvimento e consolidação da democracia, o que expressava, abrangendo particularidades históricas da realidade italiana, as posições comunistas frente aos inúmeros desafios típicos das sociedades capitalistas desenvolvidas da Europa.

O caráter indissociável entre socialismo e democracia existente em tal formulação (e, por conseguinte, na linha política seguida pelos comunistas italianos no decorrer dos anos 1970) apresentava-se como a elaboração de uma estratégia possível de transição do capitalismo ao socialismo que fosse capaz de conciliar o “respeito da legalidade democrática” ao exercício de pressões voltadas para o início da edificação de uma nova ordem social. Isto é, o desenvolvimento de um processo de longo prazo que levasse progressivamente à ultrapassagem da lógica dos mecanismos de funcionamento do sistema capitalista, através de uma série de reformas fortes (ou, em outras palavras, a “introdução de elementos de socialismo na estrutura do capitalismo”), concomitantemente à plena afirmação da função dirigente e nacional da classe operária e das outras classes trabalhadoras, através dos limites de funcionamento das instituições democráticas instituídos no pós-Segunda Guerra Mundial e da garantia de “um clima civil na luta política”.

Esse fortalecimento da tessitura democrática como terreno de luta ideal para a causa socialista não deveria estabelecer uma relação antitética e de exclusão entre a democracia participativa e a democracia representativa, pois de tal forma se estaria abrindo espaço e fortalecendo uma miríade de forças (tanto da extrema-esquerda quanto da extrema-direita) interessadas exatamente no enfraquecimento e na corrosão do vínculo socialismo-democracia almejado pela estratégia proposta pelos comunistas italianos. Ademais, este novo Estado socialista teria como características centrais a sua fundação no pluralismo político (com a defesa intransigente da pluralidade de partidos

e de um sistema de autonomias) e a negação de que a unidade da classe operária deveria ser encarada em termos de um partido único.

Coutinho (1994) defende que não se pode desconsiderar que foi com o eurocomunismo que o debate acerca da natureza da luta democrática para a construção do socialismo pôs-se com mais vigor no seio do movimento comunista internacional, e que dele partiu as principais contribuições no tocante à construção de um projeto socialista e democrático capaz de incorporar – de forma diversificada e não desprovida de ambiguidades – determinados elementos daquilo que seria impensável nos anos mais duros da bolchevização dos partidos comunistas e da expansão da doutrina marxista-leninista: uma relação de superação crítica com uma parte fundamental do patrimônio teórico do liberalismo político – ao se enfatizar a identificação da garantia das liberdades individuais e coletivas como momento essencial de uma estratégia direcionada para a afirmação dos ideais socialistas –, e a superação da estreita visão que reduzia a abordagem da questão democrática a uma opção de classe. Além disso, o eurocomunismo também empreendeu um esforço “[...] de reavaliação da ordem concebida segundo um esquema bipolar – baseado em dois ‘campos’ monolíticos e rigidamente contrapostos –, esquema que impunha alinhamentos automáticos e maniqueístas”, bipolarismo que também desapareceu nas análises eurocomunistas das sociedades nacionais, tendo em vista que, sem negar a centralidade do conflito entre capital e trabalho, os partidos eurocomunistas já indicavam a emergência de inúmeras outras questões decisivas (como a questão feminina, a ecologia, o pacifismo etc.), “[...] cujo enfrentamento passava a constituir condição *sine qua non* da formação de novos blocos sociais e políticos empenhados na luta pela democracia e pelo socialismo” (Coutinho, 1994, p. 105).

Com todos os seus eventuais limites teóricos e políticos, o eurocomunismo – e, em particular, a sua formulação “clássica”, devida ao Partido Comunista Italiano – representou uma *novidade* no movimento socialista mundial: funcionou como um polo de atração e de influência ideológica, com grande capacidade expansiva em nível mundial, preenchendo de certo modo o vazio aberto pela crescente perda de prestígio do chamado “socialismo real”. Entre muitas outras coisas, o eurocomunismo era uma prova de que, liberto da camisa-de-força do dogmatismo, o marxismo dispunha de recursos capazes de torná-lo apto a enfrentar teoricamente as contradições do neocapitalismo e do “socialismo real”, bem como de propor uma alternativa tanto ao stalinismo quanto ao reformismo socialdemocrata (Coutinho, 1994, p. 106).

Entretanto, ao considerar que o desenvolvimento da experiência concreta eurocomunista ocorreu de forma paralela ao avanço das forças genuinamente reformistas (representadas pelos partidos socialistas de corte socialdemocrata que, naquele momento, já se dirigiam para o “leito” dos “ajustes” requeridos pelo grande capital), não se pode alienar, também, que o fato do simbólico “último suspiro” da fugaz tentativa eurocomunista (de impulsionar o socialismo para fora do capitalismo) ter se expressado através da afirmativa do secretário-geral do PCI, Enrico Berlinguer (em 1977) de que “a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é forçado a retroceder, mas é também o valor historicamente *universal sobre o qual se deve fundar uma original sociedade socialista*”¹⁹², acabou por deixar um considerável impacto político para o movimento comunista internacional, no qual a democracia passou a ser tendencialmente encarada como uma “via de mão única” onde apenas os trabalhadores poderiam avançar, encobrendo-se (de forma errônea e não menos perigosa) a ambiguidade contida na sugestão de que na democracia (já historicamente configurada nas instituições políticas dos países liberal-imperialistas, e por isso, necessária de um aprimoramento socialista) se encontrava o paradigma das instituições políticas de toda a humanidade. Em nome de uma pretensa “crise do marxismo” (através da simplista identificação deste às falsificações e adulterações stalinistas), emergem teses *defensistas*, como velhas reedições de uma ingênua e cega crença (pautada na recuperação das formulações desenvolvidas, no início do século XX, pelos revisionistas em sua batalha contra o bolchevismo) na democracia tomada como valor abstrato, chegando-se até mesmo a uma simplificação da luta anticapitalista ao combate pela democracia política.

¹⁹² Citado em Coutinho (1980b, p. 20). Sabe-se que uma declaração de cúpula não é o suficiente para oferecer a densidade analítica de um estudo teórico, e que as sinuosidades que peculiarizaram as experiências eurocomunistas e o fracasso político-prático de sua tentativa em direcionar as lutas democráticas e a busca de reformas radicais no sentido de um mais significativo processo revolucionário não estão relacionadas apenas ao plano teórico-conceitual, mas principalmente à realidade concreta do quadro internacional-continental que cada vez mais se delineava de forma conservadora. O exame das particularidades deste processo exigiria uma análise mais profunda e complexa a qual ultrapassaria as possibilidades deste presente estudo, considerando o objetivo por ele proposto. Cabe aqui ressaltar as considerações de Carlos Nelson Coutinho (1994, p. 107), o qual afirma que “[...] em alguns casos, essa nova estratégia socialista-democrática foi simplesmente abandonada pelos partidos que a haviam adotado de modo apenas oportunista (como o PC francês); e, em outros, a adoção de táticas equivocadas terminou por comprometer a estratégia perseguida, que também foi finalmente abandonada (foi o caso do PC Italiano). O abandono ou a não-aceitação do eurocomunismo pelos partidos comunistas representou para esses um golpe de misericórdia: todos reagiram com perplexidade à eclosão final da crise do ‘socialismo real’, alguns fechando-se ainda mais no dogmatismo e condensando-se assim à progressiva extinção, outros tentando conversões espetaculares que, pelo menos por enquanto, parecem apontar menos para a construção de algo novo do que para uma identificação pura e simples com a socialdemocracia contemporânea. Para outras análises acerca da experiência eurocomunista, conferir as diferentes acepções contidas em Mandel (1978), Salvadori (1978), Gruppi (1978) e Hobsbawm (1978).

Mas a história mostrou como a democracia é, na verdade, uma perigosa “via de mão dupla”, e no mesmo caminho por onde as classes subalternas pareciam trilhar rumo ao socialismo, também avançou, em contrária direção e em velocidade ciclópica, a comitiva das forças reacionárias apoiadas pela *ofensiva neoliberal*. Algumas das consequências desse “choque” para as classes subalternas estão longe de serem escondidas e esquecidas: a) o fato de que a experiência da revolução russa de 1917 não tenha “desaguado” na democracia socialista transformou-se num descrédito quanto à possibilidade de qualquer ampliação democrática via socialismo; b) a impossibilidade e incapacidade do proletariado dos países capitalistas avançados em conseguir utilizar da democracia política para alcançar um nível extremo de organização revolucionária, c) o germinar de evidentes retrocessos políticos (como o ressurgimento do neonazismo em alguns países europeus e o conservadorismo logrando êxito no tocante à obtenção de apoio das massas em diversos países como a França, Alemanha etc.). Conforme já analisado em um estudo anterior:

Não por menos, pode-se afirmar que a postulação da democracia moderna no capitalismo como produto e consequência das lutas populares não deve decair na conclusão equivocada da outra extrema perspectiva presente nas correntes marxistas, as quais acabam por sustentar um caráter fetichizado da democracia, concebida, fundamentalmente, como um espaço emancipatório e um poder exclusivo das classes trabalhadoras, compreensão esta que subestima o fato histórico de que o funcionamento regular das instituições democráticas (eleições regulares, pluralismo partidário, liberdades políticas etc.) passaram igualmente a contribuir para a legitimação da ordem burguesa, haja vista que, nos marcos do capital, a ideologia do Estado neutro e do Estado representante da totalidade da população encontra um aconchegante esteio na realização da democracia representativa vista pela perspectiva liberal. A redução da democracia à condição de *regras do jogo* para a consecução e manutenção das prerrogativas liberais da liberdade individual em relação ao Estado e do governo-da-lei refluíu ao longo do século XX e desaguou no cenário deste novo século, sob a qual, diante das promessas não cumpridas da democracia no tocante aos direitos materiais e à participação dos cidadãos nas escolhas políticas, urgiu a necessidade de preenchê-la de uma redefinição mínima e procedimental para que esta pudesse ser adaptada ao quadro existente, onde a limitação do exercício do poder político passou a se realizar paradoxalmente mediante a própria participação indireta de uma faixa mais ampla de cidadãos nesse poder político; dissolvendo-se num enorme ceticismo assentado na premissa de que a ordem burguesa conseguiu integrar os trabalhadores de maneira tal que estes – sob a cínica conclusão e difusão de que “os problemas sociais afetam a todos indistintamente” – só deverão ser mobilizados por projetos

direcionados para “parcerias sociais”, numa perspectiva de “colaboração de classes” cuja sugestão mais frequente aos “pretensos” revolucionários é a do abandono dos considerados “velhos chavões” (“luta de classes”, “partido”, “revolução” etc.), e a incorporação indiscriminável da “(pós)modernidade” (Barboza, 2024, p. 24)

Quando, na ótica liberal, a democracia é reduzida às *regras do jogo*, as quais devem ser observadas para que o poder político seja exercido de modo a não violar a liberdade individual, efetua-se uma ocultação da distinção entre o conceito filosófico de liberdade e as formas de governo e os institutos políticos concretos do liberalismo e da democracia, difundindo a falsa prerrogativa de que a liberdade, na sua condição de iniciativa e criação humana ativa, é um dote peculiar dos regimes burgueses. Mais além, para se igualar as classes dominantes às classes dominadas, a perspectiva liberal prescinde da colocação de cada um de seus integrantes no mecanismo produtivo e passa a situá-los no papel abstrato de *cidadãos*, mascarando o fato de que esses *cidadãos abstratos* deverão efetuar um esforço megalômico para que consigam se sentir participantes da “soberania popular”, na medida em que a área das grandes decisões econômicas os condicionam ao ponto de incidir sobre sua qualidade mais humana, sobre sua fisionomia de trabalhador e sobre sua própria possibilidade de trabalhar; e, simultaneamente, na medida em que fica fora do controle dos organismos por eles eleitos. Há maneira mais eficaz de repreender as classes subalternas do que mantê-las dóceis e forçadas a se controlarem devido às rédeas da lei severa da necessidade? Como nos afirmara Gramsci (2002a, p. 396), se num combate “os golpes não são dados de comum acordo” (assim como toda antítese deve se colocar como antagonista radical da tese), é possível exigir que as forças em luta “moderem” esta luta dentro de certos limites (os limites do Estado liberal), sem com isso cair numa condição de arbitrariedade ou de um objetivo pré-concebido? A concepção da democracia como um jogo, com seu árbitro e suas normas pré-estabelecidas, não acaba por corroborar uma concepção e uma forma de história com uma meta predeterminada, sob a qual “a ideologia não se funda sobre o ‘conteúdo’ político, mas sobre a forma e o método da luta”?

Por isso, é necessário sustentar a reivindicação democrática nos marcos do autêntico pensamento marxista, pois ela é a concretização, no âmbito da política, da exigência de ruptura com situações de alienação, da criação de condições que

propiciem o surgimento de autênticas personalidades, da verdadeira liberdade (Barboza, 2024). Nos seus marcos, a emancipação humana passa a ser concebida para além dos limites da supressão das relações de produção capitalistas colocadas como barreiras ao pleno florescimento das forças produtivas do trabalho social aberto por esse modo de produção (isto é, a socialização dos meios de produção e dos frutos do trabalho); já que ela também exige – através da eliminação da alienação política e do isolamento das massas das grandes assembleias onde se decide sobre os negócios públicos – a apropriação social dos mecanismos de governar o conjunto da vida social. Não se pode substituir por uma determinada fórmula ou por um conjunto de “regras” – qualquer que seja a natureza destas – o exame dos objetivos reais, econômicos e de poder que, numa dada realidade histórica, se apresentam aos diferentes grupos sociais e políticos, assim como das suas relações recíprocas, das circunstâncias de movimento e do grau de intervenção desses grupos no cenário político.

Conforme já demonstramos em um estudo anterior (Barboza, 2024), a democracia não se constitui, em uma sociedade de classes, como um fim em si e para si, pois cada classe possui certos interesses particulares a serem atingidos mediante a “democracia” e sua relação para com ela varia de acordo com os interesses particulares dessas classes; sendo possível (ou não) “[...] dispor de meios de acomodação para mesclar tais interesses com os interesses que decorrem do enquadramento nacional das classes, de suas aspirações sociais e de suas estruturas de poder” (Fernandes, 1995, p. 129). Dada esta premissa, pode-se afirmar que, se a precisa e concreta determinação da conduta das classes dominantes e da relação entre os objetivos democráticos e os objetivos socialistas que se colocam a cada momento (e, portanto, da maneira mais eficiente de se lutar, nas circunstâncias conhecidas, para atingir tais objetivos) passam a ser substituídos por um conjunto de normas e regras estabelecidas pelas classes dominantes, estar-se-á garantindo, assim, a vitória e a manutenção de domínio a essas classes, já que lhes será sempre mais fácil argumentar que toda ação eficiente que vier a ser realizada – e que fira o coração de seus interesses – estará violando alguns dos “princípios democráticos”, estará sendo contrária à democracia etc. É preciso compreender que, como realidade histórica viva, a democracia se equaciona ao nível dos “privilégios econômicos, sociais e políticos dessas classes, ou seja, como uma democracia restrita, da qual só participam efetivamente os membros de tais classes (ou, conforme as circunstâncias, só as suas elites)” (Fernandes, 1995, p. 129).

Pode-se afirmar, também, que é a própria perpetuação da ordem burguesa e capitalista que impõe o limite da democracia, já que o seu aprofundamento explicita o antagonismo de classes e estimula a sua superação, e que, não por menos, é a ação das classes subalternas para impulsionar a sociedade na direção do socialismo que dá conteúdo e eficiência à luta pela democracia. Nas palavras de Togliatti (1980), para se analisar as diversidades das formas e das etapas de desenvolvimento da democracia e do progresso para o socialismo, deve-se entrar num campo onde:

[...] o que decide são as circunstâncias concretas da luta de classes; é o grau de desenvolvimento das forças produtivas e de maturação objetiva, no seio da própria sociedade capitalista, das condições de passagem ao socialismo; é a capacidade da classe operária e das massas trabalhadoras de lutarem com sucesso pela democracia e pelo socialismo; são as formas e os métodos da inevitável resistência das classes burguesas; é o nexos entre as situações internas e as relações internacionais, e assim por diante (Togliatti, 1980, p. 196).

Isto posto, deve-se ter a convicção de que, para conseguirmos verdadeiramente abrir caminho para uma renovação tanto da democracia quanto da sociedade, é preciso (ou melhor, é um dever) jamais esquecer a existência de uma crítica marxista do conceito de democracia, cabendo-nos popularizar essa crítica de forma que “[...] ela se torne parte integrante da consciência de classe e da consciência política da classe operária, das massas trabalhadoras e de todos os bons democratas” (Togliatti, 1980, p. 185).

Não podemos esquecer que, no pensamento marxiano, a reivindicação democrática é a concretização, no âmbito da política, da urgência de extinção das situações de alienação, da criação de condições que façam emergir as autênticas personalidades, da verdadeira liberdade, e que a ampliação e aprofundamento da democracia aos âmbitos econômico e social revelam-se estratégias de transição e consolidação da sociedade emancipada, de reapropriação, pela sociedade civil, dos mecanismos de gestão e direção da vida social. Apesar de não terem assistido ao desenvolvimento do processo de socialização da política, de não terem presenciado nenhuma forma de democracia comparável ao que passamos a entender por democracia após a II Guerra Mundial, Marx e Engels não se nutriram de total desprezo

pelos aspectos democráticos da vida social de sua época¹⁹³, e mesmo ressaltando alguns aspectos “problemáticos” do ponto de vista da democracia nas formulações dos fundadores do socialismo científico, não se pode eliminar a consideração de que o pensamento marx-engelsiano, no seu conjunto, é essencialmente democrático, sob o qual a questão da democracia não se põe diretamente ou de maneira isolada, mas em relação com o problema das revoluções.

Se, por um lado, Marx nos demonstra que a consideração do indivíduo igual/desigual exigido pela medida do trabalho faz com que, numa crítica à sociedade burguesa, não se possa separar teoricamente as questões da democracia e do socialismo (já que a questão do trabalho abrange não somente a desigualdade e a divisão econômica das classes, como também a exploração e a dominação); por outro, rechaça todas as concepções táticas e estratégicas de transição do capitalismo para o socialismo que possam vir a desaguar numa perda de autonomia da práxis revolucionária do movimento operário, afirmando que o Estado é explicado pelas relações sociais e suas contradições (as lutas de classe), e que a sociedade socialista – produto da ação autônoma dos trabalhadores – será uma obra da revolução, na qual o Estado (no sentido de máquina burocrática de dominação de classe) será somente um meio, uma ferramenta dos trabalhadores no período de transição socialista à sua fase superior – o comunismo.

Já no *Manifesto Comunista* – ainda que, pelas próprias características da época em que fora escrito, sustenta uma concepção *explosiva* da revolução – Marx e Engels denominam a fase de transição ao socialismo como “conquista da democracia”, pois ao conceber a democracia como o controle progressivo da organização da vida social pela imensa maioria, consideravam que as revoluções socialistas seriam “mais democráticas”. E não somente Engels antecipa, em seus últimos escritos, os impactos que o sufrágio universal exerce sobre o movimento operário e suas estratégias de transição socialista, mas também Marx pôde apontar que naqueles muito poucos países em que o parlamento estava suficientemente estabelecido, poder-se-ia haver uma conquista do poder pelo proletariado “de forma pacífica”, chegando a utilizar o termo de “revolução das maiorias” para designar tal processo. Pode-se afirmar, então, que o

¹⁹³ Conforme nos lembra Fernández Buey (2004, p. 23), “Marx teve simpatias pelas ‘democracias’ realmente existente que, com seus defeitos, se aproximavam um pouco do ideal de igualdade, liberdade e fraternidade (a ‘democracia’ suíça de 1848, os Estados Unidos da época de Lincoln etc.)”.

pensamento de Marx e Engels é essencialmente antiestatal e radicalmente democrático, pois busca realizar – também na esfera da política – o homem total, eliminando a alienação política, o monopólio dos mecanismos de poder e de decisão política por uma pequena parcela da população, que se utiliza da aparente universalidade do Estado para impor seus interesses particulares sob o conjunto da sociedade (monopólio este que está intimamente articulado com a necessidade do capital – para a sua valorização e acumulação crescentes – de restringir as decisões fundamentais da vida social a uma parcela mínima da sociedade)¹⁹⁴.

Também não podemos esquecer que, com Lênin, esse elemento político que se insere como uma previsão e como um momento da vontade política no pensamento marxiano, converte-se no ponto central da indagação marxista, e, do próprio marxismo como movimento político, pois o dirigente revolucionário russo, ao focalizar *dialeticamente as relações de classes como relações de poder*, deslocou o âmbito do marxismo para as condições concretas da ação política e da transformação política, ignorando o *peso paralisante* da existência ou inexistência de “condições objetivas” que permitissem a revolução proletária, quebrando, assim, a circularidade política que pesava sobre esta. A duríssima crítica lenineana à “democracia burguesa” partia de uma desmistificação da “violência que atua por trás das formas” do parlamentarismo e das liberdades burguesas, encarando a democracia como um invólucro atraente para disfarçar as relações de coerção dentro da sociedade, e afirmando que, uma vez que o capital se apodera deste invólucro, seu poder se estabelece tão segura e firmemente que *nenhuma* mudança de pessoas, instituições ou partidos na república democrático-burguesa pode ameaçá-lo.

Mas essa crítica tinha como objetivo fundar uma democracia muito mais profunda, baseada na iniciativa e no autogoverno das massas, tratando da violência que a *grande maioria* do povo utiliza contra *um punhado* de exploradores, demonstrando a necessidade de, no interior das condições mais ou menos paralisadoras da democracia burguesa, descobrir como fornecer ao proletariado a capacidade de converter seu potencial em poder real. Ou seja, descobrir como transformar o inócuo poder potencial da maioria em poder especificamente político, concentrado e disciplinado de forma revolucionária. Nestes marcos, não se pode eliminar que a posição de Lênin

¹⁹⁴ Sobre a questão da democracia nas formulações de Marx e Engels, consultar Barboza (2024), especialmente o capítulo 3.

conclamava a fundar uma nova sociedade na qual a função repressiva do Estado e o próprio Estado como máquina de dominação deveriam, *desde o início* e progressivamente, se extinguirem, pois somente numa sociedade comunista – na qual a verdadeira democracia (uma democracia sem exceções) se torna realizável e na qual não existe mais as distinções entre os membros da sociedade no que tange às suas relações com os meios de produção – será possível falar de liberdade¹⁹⁵.

Muito menos se pode deixar falhar na memória a afirmação radicalmente democrática gramsciana de que a divisão entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos não é uma divisão perpétua do gênero humano, mas sim apenas um fato histórico, correspondente a certas condições, e que por isso mesmo se deve lutar para que seja alcançada a criação de condições nas quais seja eliminada a necessidade de existência desta divisão, até a instauração de uma “sociedade [auto]regulada”, compreendida não como a concretização de uma sociedade sem governo, com a eliminação de qualquer estrutura política e social, mas sim como sinônimo de criação de uma outra organização social “mais forte e complexa”, gestada na formação da “vontade coletiva”. Neste sentido, a ação socialista deve instaurar a direção cultural e moral, a hegemonia socialista, de forma a criar um novo “bloco histórico” socialista, e não apenas ser dirigida à conquista do poder político, pois cedo ou tarde tropeçaria tanto nos interesses dos capitalistas e de seus “apêndices parasitários”, como também nos interesses daquelas camadas atraídas pelo socialismo (mas que ainda não haviam sido conquistadas ideologicamente para a ação socialista). Somente desta forma a sociedade surge como uma sociedade efetivamente democrática, na qual o consenso das massas está assegurado devido ao fato de não se resumir nas comprovações eleitorais e na participação efetiva dos trabalhadores na vida dos organismos sociais e políticos, mas por atingir um estágio elevado de unidade ideológica e cultural existente entre dirigidos e dirigentes.

¹⁹⁵ Para uma análise sobre as formulações de Lênin acerca da questão da democracia, consultar Barboza (2024), principalmente os capítulos 4 e 5.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- ALTVATER, E. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise. In: HOBSBAWN, E. J. (org.) et al. **História do Marxismo VIII** - O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 79-133.
- BADALONI, N. **Il marxismo di Gramsci** – Dal mito all’ricomposizione política. Turim: Einaudi, 1975
- BADALONI, N. Gramsci: a filosofia da práxis como revisão. In: HOBSBAWN, E. J. (org.) et al. **História do Marxismo X** - O marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13-128.
- BARBOZA, D. R. **Democracia e teoria política: do poder do *demos* grego à revolução proletária**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Para uma teoria materialista da filosofia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- BUKHARIN, N. **Tratado de materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.
- CERRONI, U. Gramsci y la superación de la separación entre sociedad y Estado. In: TOGLIATTI, P. et al. **Gramsci y el marxismo**. Buenos Aires: Editorial Proteo, 1965. p. 97-106.
- CERRONI, U. **Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições, categorias**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CLAUDÍN, F. **A crise do movimento comunista**. v. 1 – a crise da internacional comunista. São Paulo: Global, 1985. 2 v. V. 1.
- COUTINHO, C. N. Apresentação à edição brasileira de “Socialismo e democracia”. In: TOGLIATTI, P. **Socialismo e Democracia: escritos escolhidos**. Rio de Janeiro: Ilha, 1980a.
- COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980b.
- COUTINHO, C. N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente**. Ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTINHO, C. N. **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

CROCE, B. **Materialismo storico ed economia marxistica**. 5. ed. Bari : Laterza, 1927

DASSÚ, M. Frente única e frente popular: o VII Congresso da Internacional Comunista. In: HOBBSAWN, E. J. (org.) et al. **História do Marxismo VI – O marxismo na época da III Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988, p. 293-336.

ENGELS, F. A “Contribuição à Crítica da Economia Política” de Karl Marx. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. 3v. V. 1. p. 304-312.

ENGELS, F. Marx e a “Nova Gazeta Renana”. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963a. 3v. V. 3. p. 144-151.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963b. 3v. V. 3. p. 07-143.

ENGELS, F. Carta a Mehring (18 de julho de 1893). In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963c. 3v. V. 3. p. 292-296.

FERNANDES, F. **Em busca do socialismo**: últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995.

FERNÁNDEZ BUEY, F. **Marx (sem ismos)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FINELLI, R. As contradições da subjetividade. Americanismo e fordismo em Antonio Gramsci. **Educação em foco**. Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 53-62, set./fev. 2001.

GRAMSCI, A. A Internacional Comunista. **L'Ordine Nuovo**. 24. Mai. 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1919/05/24.htm>. Acesso em: 22 jan. 2022.

GRAMSCI, A. **Cartas do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. 6 v. V. 4

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. 6 v. V. 2.

- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. 6 v. V. 1
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. 3. ed. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. 6 v. V. 3
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c. 6 v. V. 5
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Literatura. Folclore. Gramática. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002d. 6 v. V. 6
- GRAMSCI, A. Oprimidos e opressores. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a. 2 v. V. 1, p .43-46.
- GRAMSCI, A. Socialismo e cultura. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b. 2 v. V. 1, p .56-61.
- GRAMSCI, A. Notas sobre a revolução russa. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004c. 2 v. V. 1, p .100-104.
- GRAMSCI, A. A situação política na Rússia. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004d. 2 v. V. 1, p .117-118.
- GRAMSCI, A. A Rússia é socialista. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004e. 2 v. V. 1, p .112-112.
- GRAMSCI, A. A revolução contra O Capital. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004f. 2 v. V. 1, p .126-130.
- GRAMSCI, A. O dever de sermos fortes. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004g. 2 v. V. 1, p .213-216.
- GRAMSCI, A. A intransigência de classe e a história italiana. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004h. 2 v. V. 1, p .165-178.
- GRAMSCI, A. Estado e soberania. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004i. 2 v. V. 1, p .219-225.
- GRAMSCI, A. Antes de tudo, precisamos ser livres. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004j. 2 v. V. 1, p .211-213.
- GRAMSCI, A. Tributo À história. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004k. 2 v. V. 1, p .239-245.
- GRAMSCI, A. Democracia operária. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004l. 2 v. V. 1, p. 245-250.
- GRAMSCI, A. A conquista do Estado. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004m. 2 v. V. 1, p. 257-264.

- GRAMSCI, A. O problema das comissões internas. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004n. 2 v. V. 1, p. 271-274.
- GRAMSCI, A. O programa de *L'ordine Nuovo*. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004o. 2 v. V. 1, p. 400-411.
- GRAMSCI, A. Sindicatos e conselhos. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004p. 2 v. V. 1, p. 367-372.
- GRAMSCI, A. O conselho de fábrica. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004q. 2 v. V. 1, p. 361-367.
- GRAMSCI, A. Socialistas e anarquistas. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004r. 2 v. V. 1, p. 280-285.
- GRAMSCI, A. O Estado e o socialismo. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004s. 2 v. V. 1, p. 250-257.
- GRAMSCI, A. Aos comissários de seção das fábricas Fiat do centro e de Brevetti. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004t. 2 v. V. 1, p. 275-280.
- GRAMSCI, A. Eleitoralismo. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004u. 2 v. V. 1, p. 274-275.
- GRAMSCI, A. Os revolucionários e as eleições. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004v. 2 v. V. 1, p. 303-307.
- GRAMSCI, A. O partido e a revolução. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004w. 2 v. V. 1, p. 307-313.
- GRAMSCI, A. Superstição e realidade. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004x. 2 v. V. 1, p. 344-353.
- GRAMSCI, A. Para uma renovação do partido socialista. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004y. 2 v. V. 1, p. 353-361.
- GRAMSCI, A. A Rússia, potência mundial. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004z. 2 v. V. 1, p. 397-400.
- GRAMSCI, A. O Partido Comunista. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004aa. 2 v. V. 1, p. 414-427.
- GRAMSCI, A. Os comunistas e as eleições. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004bb. 2 v. V. 2, p. 52-56.
- GRAMSCI, A. Duas revoluções. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004cc. 2 v. V. 1, p. 377-383.

- GRAMSCI, A. Legalidade. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004dd. 2 v. V. 2, p. 83-87.
- GRAMSCI, A. Os partidos e a massa. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004ee. 2 v. V. 2, p. 87-92.
- GRAMSCI, A. Forças elementares. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004ff. 2 v. V. 2, p. 56-58.
- GRAMSCI, A. O povo dos macacos. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004gg. 2 v. V. 2, p. 30-34.
- GRAMSCI, A. Socialistas e fascistas. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004hh. 2 v. V. 2, p. 65-68.
- GRAMSCI, A. Os *arditi del popolo*. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004ii. 2 v. V. 2, p. 73-77.
- GRAMSCI, A. Subversivismo reacionário. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004jj. 2 v. V. 2, p. 68-70.
- GRAMSCI, A. Os dois fascismos. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004kk. 2 v. V. 2, p. 80-83.
- GRAMSCI, A. Itália e Espanha. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004ll. 2 v. V. 2, p. 46-48.
- GRAMSCI, A. Golpe de Estado. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004mm. 2 v. V. 2, p. 77-80.
- GRAMSCI, A. Os líderes e as massas. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004nn. 2 v. V. 2, p. 71-73.
- GRAMSCI, A. A substância da crise. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004oo. 2 v. V. 2, p. 111-115.
- GRAMSCI, A. [A Togliatti] – Moscou, agosto de 1923. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004pp. 2 v. V. 2, p. 136-138.
- GRAMSCI, A. A crise italiana. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004qq. 2 v. V. 2, p. 262-278.
- GRAMSCI, A. Lenin, líder revolucionário. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004rr. 2 v. V. 2, p. 235-241.
- GRAMSCI, A. Democracia e fascismo. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004ss. 2 v. V. 2, p. 278-286.
- GRAMSCI, A. A intransigência de classe e a história italiana. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004tt. 2 v. V. 1, p. 165-178.

- GRAMSCI, A. Contra a magistratura. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004uu. 2 v. V. 2, p. 278-286.
- GRAMSCI, A. O que é a reação? *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004vv. 2 v. V. 1, p. 427-430.
- GRAMSCI, A. A situação italiana e as tarefas do PCI [Teses de Lyon]. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1910-1920. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004ww. 2 v. V. 1, p. 317-367.
- GRAMSCI, A. A queda do fascismo. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004xx. 2 v. V. 2, p. 286-289.
- GRAMSCI, A. [A Togliatti, Scoccimarro e outros] – Viena, 9 de fevereiro de 1924. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004yy. 2 v. V. 2, p. 172-188.
- GRAMSCI, A. Um exame da situação italiana. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004zz. 2 v. V. 2, p. 367-392.
- GRAMSCI, A. Maximalismo e extremismo. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004aaa. 2 v. V. 2, p. 311-313.
- GRAMSCI, A. Depois da conferência de Como. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004bbb. 2 v. V. 2, p. 253-262.
- GRAMSCI, A. [A Terracini] – Viena, 27 de março de 1924. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004ccc. 2 v. V. 2, p. 213-217.
- GRAMSCI, A. O programa de *L'ordine Nuovo*. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004ddd. 2 v. V. 2, p. 246-253.
- GRAMSCI, A. [A Togliatti] – [Roma], 26 de outubro de 1926. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004eee. 2 v. V. 2, p. 298-402.
- GRAMSCI, A. [Ao Comitê Central do Partido Comunista da URSS] – [Roma], 14 de outubro de 1926. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004fff. 2 v. V. 2, p. 384-392.
- GRAMSCI, A. Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004ggg. 2 v. V. 2, p. 405-435.
- GRAMSCI, A. Um ano. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004hhh. 2 v. V. 2, p. 106-111.
- GRAMSCI, A. [Necessidade de uma preparação ideológica de massa]. *In*: GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004iii. 2 v. V. 2, p. 289-297.

- GRUPPI, L. Las relaciones entre pensamiento y ser en la concepción de Gramsci. *In: TOGLIATTI, P. et al. Gramsci y el marxismo*. Buenos Aires: Editorial Proteo, 1965. p. 183-198.
- GRUPPI, L. **El compromisso histórico**. Barcelona: Grijalbo, 1978.
- GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- HEGEL, G. W. F. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HOBSBAWM, E. J. O eurocomunismo e a longa transição capitalista. *In: Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 226-232.
- HOBSBAWM, E. J. **Revolucionários**. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOBSBAWM, E. J. O marxismo hoje: um balanço aberto. *In: HOBSBAWM, E. J. (org.) et al. História do marxismo XI: o marxismo hoje (Primeira Parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: O breve século XX. 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- INGRAO, P. **As massas e o poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- INGRAO, P. **Crise e terceira via**. São Paulo: LECH, 1981.
- LÊNIN, V. I. **Que Fazer?** As questões palpitantes de nosso movimento. São Paulo: HUCITEC, 1978a.
- LÊNIN, V. I. As tarefas fundamentais da ditadura do proletariado e do Partido Comunista na Rússia (Les tâches fondamentales de la dictature du prolétariat en Russie). *In: FERNANDES, F. (org.). Lênin*. Política. São Paulo: Ática, 1978b. p.153-166.
- LIGUORI, G. **Gramsci e Togliatti**. [S. l.: s. n., 2001]. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?id=277&page=visualizar>. Acesso em: 17 fev. 2008.
- LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- LOSURDO, D. **Hegel, Marx e a tradição liberal**. Liberdade, igualdade, Estado. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- MACCIOCCHI, M. A. Gramsci e a questão do fascismo. *In: MACCIOCCHI, M. A. Elementos para uma análise do fascismo*. [S.l.]: Bertrand, 1977.

- MANDEL, E. **Crítica do eurocomunismo**. Lisboa: Antídoto, 1978.
- MAQUIAVEL, N. O Príncipe. In: MAQUIAVEL, N. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K. Prefácio à “Contribuição à crítica da Economia Política. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. 3v. V. 1. p. 300-303.
- MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 11-14.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. 2v. de 5v. (Os Economistas)
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. 2v. de 5v. (Os Economistas)
- MARX, K. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K. **O Dezoito Brumário e cartas A Kugelmann**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MARX, K. **A questão judaica**. Rio de Janeiro, Centauro, 2000.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005a.
- MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel - Introdução. In: MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005b, p. 145-156.
- MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. 3 v. V. 1. p. 13-47.
- MARX, K; ENGELS, F. Cara a Bebel, Liebnicht, Bracke e outros. In: MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963a. 3v. V. 3. p. 276-282.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- NETTO, J. P.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- O’CONNOR, J. **USA: a crise do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- PORTANTIERO, J. C. **Los usos de Gramsci**. México: Plaza y Valdés, 1987.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SALVADORI, M. L. **Eurocomunismo e socialismo soviético**. Torino: Einaudi, 1978.

SEMERARO, G. Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. **Revista Educação e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 66, p.65-83, abr. 1999.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil**: Cultura e educação para a democracia. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001a.

SEMERARO, G. Anotações para uma teoria do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.16, p.95-104, jan./abr. 2001b.

SIMIONATTO, I. Reforma do Estado ou modernização conservadora? O retrocesso das políticas sociais públicas nos países do Mercosul. *In: Ser Social*. Revista do Programa de Pós Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UNB, Brasília, n. 7, p. 11-42, jul./dez. 2000.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SPRIANO, P. Marxismo e historicismo em Togliatti. In: HOBBSBAWN, E. J. (org.) et al. **História do Marxismo X** - O marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 251-306.

STACCONE, G. **Gramsci - 100 anos**: revolução e política. Petrópolis: Vozes, 1991.

TAMBURRANO, G. Gramsci y la hegemonía del proletariado. In: TOGLIATTI, P. et al. **Gramsci y el marxismo**. Buenos Aires: Editorial Proteo, 1965. p. 107-116.

TEXIER, J. **Revolução e democracia em Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TOGLIATTI, P. **Lições sobre o fascismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

TOGLIATTI, P. **Socialismo e Democracia**: escritos escolhidos. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.

WOOD, E. M. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. SP: Boitempo, 2003.

A produção do professor Douglas Barboza revela a força necessária do marxismo, a importância de ser um intelectual engajado e radical. Sua inteligência inquieta e suas investigações cuidadosas sempre abordam temas importantes para reflexão. Com estudos que rigorosamente se concentram no legado gramsciano, Douglas tem apresentado ferramentas analíticas fundamentais da obra de Antonio Gramsci sem a preocupação forçosa de comprovar teses ou alinhar o marxista italiano a determinado campo restrito da conflitividade política.

A obra que ora chega ao público, 'Gramsci e a Democracia Radical: elementos para a construção da sociedade (auto)regulada' é mais um esforço nessa direção. Com o objetivo de evidenciar como a questão da democracia perpassa a tentativa de reconstrução do campo teórico do marxismo efetuado por Antonio Gramsci, o autor percorre rigorosamente questões capazes de demonstrar como 'a síntese teórica de Gramsci buscava dar conta dos inéditos fenômenos que o aprofundamento da democracia introduzira na vida social, onde a conquista do sufrágio universal, a emergência de grandes partidos políticos de massa e a efetiva ação de sindicatos profissionais e de classe cada vez mais potentes e numerosos resultaram, em consonância com outros fatores, em uma intensa socialização da política'. Ao realizar esse esforço, Douglas presenteia o leitor com reflexões gramscianas extremamente importantes e capazes de nos facilitar didaticamente a compreensão dos limites e possibilidades da democracia, também em nossa latitude.

Dra. Silene de Moraes Freire